

Estudos de Sociologia

nº 35



Revista Semestral do Departamento de Sociologia e
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
FCL – UNESP – Araraquara – v.18 – n.35 – 2º semestre de 2013

EXPEDIENTE

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Reitor: Julio Cezar Durigan

Vice-reitora: Marilza Vieira Cunha Rudge

FCLAR – Faculdade de Ciências de Letras de Araraquara

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Chefe: Prof. Dr. João Carlos Zuin

Secretária: Eliane Aparecida Camara

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro

Estudos de Sociologia / Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. – Vol.1 (1996)-, - Araraquara: UNESP/FCLAR, Laboratório Editorial, 1996-

Semestral

Resumos em português e inglês

A partir de 2008 versão online pelo Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

ISSN 1414-0144

1. Sociologia 2. Política 3. Antropologia 4. Ciências Sociais 4. Ciências

Assistente Editorial: Rafael Afonso Silva

Normalização: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Diagramação: Eron Pedroso Januskevictz

Revisão: Caroline de Aquino Falvo

Versão para o Inglês: Evandro Gimenez

Capa: Andrea Yanaguita

Fotografia de capa: Pierre Yves Refalo

Apoio Técnico: Mirian Paula da Silva Camargo Sampaio

Indexada por / Indexed by:

GeoDados – <http://www.geodados.uem.br>; ClaseCich-Unam; DOAJ – Directory of Open Access Journals <http://www.doaj.org>; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature on the Humanities and Social Sciences; IBR – International Bibliography of Book Reviews on Scholarly Literature on the Humanities and Social Sciences; IPSA – International Political Science Abstracts; Sociological Abstracts

Redação e Contatos

Depto. de Sociologia FCLAr/UNESP

Rod. Araraquara-Jaú, km 1 – CP 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil Fone: (16) 3301-6219

E-mail: estudosdesociologia@fclar.unesp.br; <http://seer.fclar.unesp.br/estudos>

MISSÃO

A revista Estudos de Sociologia é uma publicação vinculada ao Departamento de Sociologia e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Ar e tem como missão publicar artigos e ensaios nacionais e internacionais na área da Sociologia e afins, buscando contribuir para o debate disciplinar e interdisciplinar das questões sociais clássicas e contemporâneas.

EDITORA

Lucila Scavone, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO DE REDAÇÃO

Maria Aparecida Chaves Jardim, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Ribeiro do Valle**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Maria Teresa Miceli Kerbauy**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Bebiano, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Anete Brito Leal Ivo**, UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA, Brasil; **Anita Simis**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Annie Thébaud-Mony**, INSERM – Institut National de la Santé et de la Recherche Médicale, Paris, França; **Carlos Nelson Coutinho**, UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira**, PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Domenico Losurdo**, UNIURB-IT – Università degli studi di Urbino “Carlo Bo”, Urbino, Itália; **Eduardo Garuti Noronha**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil; **Francisco Rüdiger**, PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Gabriel Cohn**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Irllys Alencar Firmo Barreira**, UFC – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil; **István Mészáros**, Universidade de Sussex, Inglaterra; **José Antônio Segatto**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **José Vicente Tavares dos Santos**, UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, Brasil; **Joseph Yvon Thériault**, UQUAM – Université de Montréal, Canadá; **Klaus Von Lampe**, CUNY – City University of New York, Estados Unidos; **Lourdes Maria Bandeira**, UnB – Universidade de Brasília, Brasília/DF, Brasil; **Magda Maria Bello de Almeida Neves**, PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil; **Marcelo Siqueira Ridenti**, UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, Brasil; **Maria Arminda do Nascimento Arruda**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Maria Orlanda Pinassi**, UNESP – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, Brasil; **Mariano Fernández Enguita**, USAL – Universidade de Salamanca, Espanha; **Marie-Blanche Tahon**, UOTTAWA – Université de Ottawa, Canadá; **Marta Araújo**, UC – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; **Mauro Guilherme Pinheiro Koury**, UFPB – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, Brasil; **Miriam Adelman**, UFPR – Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, Brasil; **Michael Löwy**, CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, França; **Pablo Gonzáles Casanova**, UNAM – Universidad Nacional Autónoma de México, México; **Raimundo Nonato Santos**, UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil; **Russell Parry Scott**, UFPE – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, Brasil; **Sérgio França Adorno de Abreu**, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, Brasil; **Tânia Pellegrini**, UFSCar – Universidade de São Carlos, São Carlos/SP, Brasil

A revista Estudos de Sociologia agradece à Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP pelo apoio concedido durante o ano de 2013.

SUMÁRIO

DOSSIÊ: CONFLITOS AMBIENTAIS, CONSTRUÇÃO DE DIREITOS E TERRITÓRIO

Apresentação..... 283
Horácio Antunes e Eder Jurandir Carneiro

Produção de agrodiesel no semi-árido mineiro: controvérsias e questões..... 291
Klemens Laschefski e Rômulo Barbosa

O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental..... 307
Raquel Giffoni Pinto

Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos..... 325
Raquel Mombelli

O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde..... 347
Elder Andrade de Paula e Maria de Jesus Morais

Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da plataforma DHESCA: um novo campo de possíveis 367
Cecília Campello do Amaral Mello e Marijane Vieira Lisboa

ARTIGOS

Entre discursos e práticas: análise do discurso do Governo Lula (2003-2010) no contexto da construção da usina Belo Monte..... 387

Janiffer Zarpelon e Márcia Grisotti

Um território livre para os transgênicos: uma análise do conflito envolvendo a liberação da soja RR no Sul do Brasil..... 405

Cristiano Luis Lenzi

Sustentabilidade, entre Ecologia e Sociologia 421

Roberto Donato da Silva Junior e Leila da Costa Ferreira

O toque do oboé: o papel do Ministério Público no campo dos conflitos ambientais 441

Anabelle Santos Lages, Marcia Guerra Capanema e Andréa Zhouri

A invenção da favela ecológica: um olhar sobre turismo e meio ambiente no Morro Babilônia 459

Camila Moraes

VARIA

O bairro Goutte D'or, 30 de julho de 1955: uma revolta no centro da métropole colonial 477

Emmanuel Blanchard

RESENHAS

Ecofeminismo, uma ética generificada e estendida: um novo olhar para nossa relação com o mundo humano e natural 505

Rodrigo Cruz Gagliano

Territorialidades periféricas: MST, questão agrária e lutas sociais no campo brasileiro 511
Deni Ireneu Alfaro Rubbo

SUMMARY

DOSSIER

Foreword..... 283

Horácio Antunes and Eder Jurandir Carneiro

Agrodiesel production in Minas Gerais state semi-arid: controversies and questions..... 291

Klemens Laschefski and Rômulo Barbosa

The criticism power: a study on the company and social movement relation within an environmental conflict context..... 307

Raquel Giffoni Pinto

Comunidade tradicional dos “Areais da Ribanceira”, Imbituba (State of Santa Catarina): development, territoriality and construction of rights 325

Raquel Mombelli

The conflict is in the air: the people from the forest and the spoliation under the green capitalism..... 347

Elder Andrade de Paula and Maria de Jesus Morais

Reporting of the human rights to the environment of DHESCA platform: a new field of possibilities..... 367

Cecília Campello do Amaral Mello and Marijane Vieira Lisboa

ARTICLES

Amongst speeches and practices: the speech analysis of Lula government (2003 – 2010) in the context of Belo Monte hydroelectric power station construction..... 387

Janiffer Zarpelon and Márcia Grisotti

A free territory for transgenics: an analysis of the conflict involving the soybean RR permission in southern Brazil..... 405

Cristiano Luis Lenzi

Sustainability, between ecology and sociology..... 421

Roberto Donato da Silva Junior and Leila da Costa Ferreira

The oboe sound: the role of the public ministry upon the environment conflict field..... 441

Anabelle Santos Lages, Marcia Guerra Capanema and Andréa Zhouri

The invention of the ecological favela: a look at tourism and environment in the Morro Babilonia 459

Camila Moraes

VARIA

Goutte d'Or neighborhood, 30th july 1955: a riot in the colonial metropolis downtown..... 477

Emmanuel Blanchard

REVIEWS

Eco-feminism, a gendered and extended ethics: a new look at our relation with the human and natural world..... 505

Rodrigo Cruz Gagliano

*Peripheral territorialities: movement of landless rural workers,
agrarian matters and social conflicts in the Brazilian fields 511*

Deni Ireneu Alfaro Rubbo

**Dossiê: Conflitos
Ambientais, Construção
de Direitos e Território**

APRESENTAÇÃO

*Horácio ANTUNES**
*Eder Jurandir CARNEIRO***

Os trabalhos que compõem este dossiê constituem uma pequena parte das discussões e reflexões coletivas sobre os conflitos ambientais que têm se desenvolvido no Brasil, em um conjunto extenso de fóruns, tais como grupos de trabalho e mesas redondas que se realizam em congressos: da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS); da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS); da Associação Brasileira de Antropologia (ABA); da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Além dos Seminários e atividades promovidos por Grupos de Pesquisa de Universidades das diferentes regiões do país.

Como fruto desse extenso esforço de reflexão e pesquisa, assiste-se, na última década, à proliferação acelerada da publicação de livros, artigos e coletâneas sobre os conflitos ambientais¹. Nesses trabalhos, o leitor encontrará um sem-número de estudos de caso bem fundamentados em que se analisam situações de conflitos ambientais, ou seja, aquelas em que empreendimentos ligados à acumulação de capital, e seus promotores, se enfrentam com populações, comunidades ou povos econômica e politicamente fragilizados que, em geral, resistem à destruição/degradação das condições naturais que constituem a base de sua reprodução social, material e simbólica.

* UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências Humanas – Departamento de Sociologia e Antropologia – Pós-graduação em Ciências Sociais e Políticas Públicas. Líder do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA). São Luís – MA – Brasil. 65085-580 – horacioantunes@uol.com.br

** UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei – Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Jurídicas. Pesquisador e Coordenador do Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA/UFSJ). São João Del Rei – MG – Brasil. 36301-160 – eder@ufs.edu.br

¹ Apenas para indicar aos leitores alguns desses textos, mencionem-se os trabalhos de Acsegrad (2004), Acsegrad et al. (2004), Zhouri e Laschefski (2010), Zhouri et al. (2005) e Almeida et al. (2010).

De maneira geral, é por meio das análises de casos empíricos que avança o trabalho coletivo de construção dos conflitos ambientais como objeto epistêmico que demarca uma problemática de investigação científica e, de forma simultânea e inseparável, uma posição no subcampo acadêmico que se articula em torno da **questão ambiental**. Com efeito, o conceito de conflitos ambientais se ancora numa perspectiva teórica que entende que, em sociedades de dominação de classe, as práticas de construção do espaço e apropriação das condições naturais territorializadas expressam e se expressam nas desigualdades estruturais da distribuição dos recursos econômicos, políticos e simbólicos.

Assim, estudar conflitos ambientais significa deslindar relações existentes entre essas desigualdades e as ações coletivas conflitivas por elas ensejadas, o que, inevitavelmente, requer a explicitação do papel aí desempenhado pelas concepções hegemônicas da chamada **questão ambiental**, que se aglutinam em torno de noções como as de **desenvolvimento sustentável** e **modernização ecológica**. Tais concepções impregnam o senso comum, concebendo o meio ambiente como ente uno, material e quantificável, estoque escasso de recursos naturais e serviços ambientais sob os quais pesaria a ameaça de um colapso provocado pela ação humana. Evoca-se, pois, a busca de soluções consensuais para supostos problemas ambientais de todos, por meio de alternativas técnicas, políticas públicas e projetos desenvolvidos em parcerias. O objetivo manifesto dessas ações seria o de compatibilizar a mitigação das transformações da biosfera com o desenvolvimento².

Nesse quadro, afirmar a validade dos conflitos ambientais como objeto epistêmico implica necessariamente a desconstrução dessas concepções hegemônicas, evidenciando-as como ideologias, isto é, como construções simbólicas por meio das quais as classes e grupos dominantes pretendem universalizar seus interesses e visões parcelares. Se, de um lado, para a perspectiva da modernização ecológica, o problema teórico/prático central refere-se aos limites objetivos postos pela biosfera ao “desenvolvimento” e, portanto, às estratégias que possam tornar esse desenvolvimento ambientalmente sustentável, de outro lado, a abordagem crítica entende que a espacialização do “metabolismo do capital” (MÉSZÁROS, 2002), inerentemente expansiva, só pode se realizar por meio da contínua e indefinida destruição das formas não-capitalistas de apropriação material e simbólica das condições ambientais. É esse quadro estrutural que, por mediações complexas, articula a enorme diversidade empírica de conflitos ambientais, nos quais grupos, classes sociais e agentes distintos disputam, em condições assimétricas de poder, a apropriação das condições ambientais territorializadas.

² Cecília Mello (2006) nos oferece um saboroso glossário em que apresenta e analisa, desnaturalizando-os, os vocábulos típicos do léxico das concepções hegemônicas da questão ambiental.

Portanto, parece clara a pertinência do debate sobre os conflitos ambientais. Com efeito, no quadro atual de desenvolvimento histórico da economia mundial de acumulação de capital, os desdobramentos da chamada reestruturação produtiva reservam ao Brasil (assim como a todos os países periféricos e semiperiféricos) o lugar de territórios especializados na produção de *commodities* e/ou bens intermediários, realizada mediante a expropriação e exploração intensiva, extensiva e, sobretudo, violenta, de condições naturais, territórios e força de trabalho. Isso remete à ideia de que os processos típicos da “acumulação primitiva” não são apenas condição da emergência histórica da economia-mundo, mas sim a contraparte estrutural necessária da “acumulação expandida” (HARVEY, 2004; GALAFASSI, 2009; BRANDÃO, 2010), obtida pelo processo socialmente legitimado de extorsão da mais-valia. Assim, sem solução de continuidade entre diferentes momentos históricos, avança na periferia da economia-mundo o aprofundamento das desigualdades ambientais e territoriais urbanas, expressão e contraparte orgânica dos processos espoliativos de populações e territórios rurais.

No plano das práticas sociais, o avanço da espacialização da produção de *commodities* e/ou bens intermediários, comandado pelo Estado brasileiro e de outros países latino-americanos, em suas orientações neodesenvolvimentistas e/ou neoextrativistas, enseja, no campo e nas cidades, a constituição de uma miríade de agentes e estratégias de resistência à expropriação ambiental e territorial. E, para além da resistência, desenha-se, de forma mais ou menos explícita e elaborada, a percepção de que tais agentes e lutas expressam a construção de projetos contra-hegemônicos de apropriação das condições ambientais territorializadas.

As tensões e conflitos envolvidos nesses processos incidem, de forma mais ou menos direta, sobre as políticas governamentais, que, a despeito de oscilações conjunturais, tendem a construir e controlar as condições mais favoráveis à espacialização funcional do país e do continente como região produtora/exportadora de *commodities*. Para isso, os Estados latino-americanos têm desenvolvido intensa atividade, que se desdobra num sem-número de tarefas, que incluem, por exemplo, a promoção de medidas de “flexibilização” e “agilização” dos procedimentos de licenciamento ambiental à implantação e financiamento de grandes projetos de infraestrutura (estradas, hidrelétricas, portos etc.) e de agronegócio (monoculturas de eucalipto, grãos, fruticultura irrigada, cana-de-açúcar, produção de agrocombustíveis), passando pela estagnação e desarticulação do processo de reforma agrária, pela facilitação de mecanismos (novos e antigos) de concentração fundiária e pela prevalência da gestão urbana regressiva, favorecedora dos e favorecida pelos interesses rentistas do capital imobiliário.

De outra parte, a mobilização de camponeses e povos tradicionais pelo acesso à terra e a seus territórios, assim como a resistência que esses agentes opõem

à sua expropriação, assumem, muitas vezes, a forma de lutas pelo reconhecimento de seus direitos e identidades específicos. Premidos pelos imperativos estruturais do atual estágio de desenvolvimento do metabolismo do capital, assim como pelas coalizões de grupos e classes em que se sustentam, os governantes da América Latina não têm hesitado em recorrer, mesmo, a ações mais brutais de repressão às resistências.

Nesse contexto, não poderia ser mais oportuna a iniciativa da publicação, pela revista *Estudos de Sociologia*, de um dossiê sobre conflitos ambientais. Por essa via, o leitor pode ter em mãos cinco trabalhos que compõem uma boa e significativa amostra da produção atual sobre o tema. No primeiro artigo, “Produção de agrodiesel no semiárido mineiro: controvérsias e questões”, Klemens Laschefski (UFMG) e Rômulo Soares Barbosa (Unimontes) apresentam e discutem, criticamente, as transformações e conflitos ambientais e fundiários produzidos pelas políticas públicas que visam à implementação da produção de agrodiesel no semiárido mineiro. Os autores destacam as consequências do propósito de inserção da produção camponesa nessas políticas, intentada, sobretudo, pela conversão de agricultores familiares em produtores de mamona e, principalmente, soja, como matérias-primas do agrodiesel. Nesse processo, os imperativos de rentabilidade postos pelos mercados nacionais e internacionais do agrodiesel constroem os camponeses a adotar formas e técnicas de produção constitutivos dos pacotes da chamada **revolução verde**.

No segundo trabalho, intitulado “O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental”, Raquel Giffoni Pinto (UFRJ) analisa um caso em que se uma grande empresa de produção de celulose aciona estratégias de identificação e neutralização de conflitos ambientais potenciais. Do ponto de vista dos departamentos de gestão e responsabilidade ambiental e social da empresa, assim como na ótica dos consultores corporativos por ela contratados, as ações de resistência empreendidas por povos indígenas ou comunidades tradicionais afetadas pela monocultura de eucalipto são consideradas como riscos sociais ao empreendimento. Nesse sentido, esses riscos devem ser gerenciados com a assessoria de consultores *experts*, entre os quais se incluem, naturalmente, sociólogos e antropólogos. Num certo sentido, argumenta a autora, essa sofisticada estratégia pode ser lida com uma reação dos empreendimentos capitalistas a ações de contestação anteriormente encetadas pelas populações e comunidades afetadas. Tratar-se-ia, para a empresa, de expropriar as comunidades de sua capacidade crítica, convertendo-a em **capital reputacional** da empresa que, assim, obtém a licença social para operar.

O terceiro artigo do dossiê, “Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção

de direitos”, de autoria de Raquel Mombelli (UFSC), nos mostra um caso emblemático de situações, disseminadas por todo o país, em que uma comunidade tradicionalmente assentada num território, base de sua reprodução material e simbólico-identitária, é assolado por uma sequência histórica de atos de expropriação. No caso em tela, os moradores da Comunidade dos Areais da Ribanceira, localizada no município litorâneo catarinense de Imbituba, começaram a sofrer, nos anos 1970, um contínuo processo de espoliação, com a expropriação de suas terras, familiares e de uso comum. Como é comum nesses casos, as estratégias de expropriação empregadas pelas empresas e pelo Estado variam, indo desde o uso da violência privada até o cumprimento de reintegrações de posse, o cercamento de áreas de circulação dos moradores, a contaminação dos solos e das águas etc. Em conjunto, essas estratégias produzem a precarização das condições de apropriação do território pelos locais, tornando cada vez mais difícil a continuidade de sua existência material e social. Também como reiteradamente se vê em situações como essa, os moradores não aceitam facilmente o destino que lhes reserva o capital: com o apoio de outros agentes, tais como movimentos sociais e, no caso, pesquisadores, se mobilizam e se organizam em ações de resistência e em lutas pelo reconhecimento oficial de seus territórios.

O quarto artigo desse dossiê é o trabalho “O conflito está no ar: povos da floresta e espoliação sob o capitalismo verde.” Nele, Elder Andrade de Paula (UFAC) e Maria de Jesus Morais (UFAC) se aplicam a desvendar, por detrás dos discursos e dos programas de **exploração sustentável** e de **Pagamentos de Serviços Ambientais** dirigidos a territórios de povos indígenas da Amazônia, mais uma das incontáveis estratégias de espoliação e mercantilização de riquezas comuns, por meio das quais segue adiante a acumulação mundializada do capital. No centro da análise estão os programas da **economia verde** designados Programas de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação (REDD, na sigla em inglês) e os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), articulados e implementados por uma miríade de agentes, que vão desde agências multilaterais a grandes corporações do capital, passando por governos de várias escalas e ONGs nacionais e internacionais. O recorte empírico da análise abrange a porção da floresta amazônica localizada na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia. Os autores evidenciam a violência, a espoliação, os sofrimentos e os conflitos que se desenrolam, no terreno, em total oposição aos discursos hegemônicos segundo os quais os programas propostos lograriam compatibilizar a promoção de melhores condições de vida aos povos indígenas, a proteção de ecossistemas essenciais à vida no planeta e o desenvolvimento econômico.

Por fim, o quinto e último texto do dossiê, de autoria de Marijane Vieira Lisboa (PUC-SP) e Cecilia Campello do Amaral Mello (UFRJ), é o artigo

“Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da plataforma DHESCA³: limites e possibilidades”. As autoras refletem sobre o papel das atividades, por elas desempenhadas, de acompanhamento *in loco* de situações de violação do Direito Humano ao Meio Ambiente, procurando evidenciar os conflitos nelas implicados, assim como as percepções e pontos de vista dos grupos sociais, comunidades e povos vilipendiados. De acordo com elas, o que se observa, no terreno, é a disseminação e a exacerbação de situações de injustiça ambiental e dos conflitos correlatos, à medida que se aprofundam no país as políticas governamentais ditas neodesenvolvimentistas, reafirmadoras dos processos de especialização dos territórios na produção de *commodities* de exportação, que demandam a construção de complexos agregados de infraestrutura. A territorialização dessas atividades voltadas à acumulação de capital encontra, como obstáculos, a existência e a resistência de uma miríade de comunidades e povos tradicionais, que passam a evocar direitos já postos e a demandar outros ainda por constituir. Na avaliação de Lisboa e Mello (2013, p.378),

[...] a Relatoria de Direito ao Meio Ambiente do Programa de Relatorias DHESCA deveria ser entendida como uma instância de controle social, antídoto para a omissão ou para o autoritarismo do Estado e seus poderes executivos, legislativos e judiciários, como crítica da interferência ilegítima e invisível do poder econômico nas políticas ambientais e da neutralidade de um conhecimento tecnocientífico posto a serviço da vontade de Estado e dos interesses econômicos.

Enfim, nosso propósito é de que o conjunto de textos aqui apresentados – por suas qualidades de rigor teórico-metodológico, argúcia analítica, amplitude temática e relevância prático-política – contribua para dar ainda maior visibilidade à já extensa literatura brasileira sobre os conflitos ambientais, assim como para inspirar e aguçar a curiosidade dos leitores de *Estudos de Sociologia*.

Referências

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H. et al. (Org.). **Cidadania e justiça ambiental**. São Paulo: FASE, 2004.

³ Segundo a página eletrônica da organização, “A **Plataforma Dhesca Brasil** é uma articulação nacional de 36 movimentos e organizações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção, defesa e reparação dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais [...], visando o fortalecimento da cidadania e a radicalização da democracia.” (DHESCBASIL, 2013).

ALMEIDA, A. W. B. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.39-69.

GALAFASSI, G. La predación de la naturaleza y el territorio como acumulación. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, n.42, out. 2009. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-42/la-predacion-de-la-naturaleza-y-el-territorio-como-acumulacion>>. Acesso em: 31 set. 2013.

HARVEY, D. A acumulação via espoliação. In: _____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004. p.115-148.

MELLO, C. Agenda 21 local: um glossário analítico para o debate. In: ACSELRAD, H. et al. **Cidade, ambiente e política**: problematizando a Agenda 21 local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p.33-87.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002.

PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS [DHESCA BRASIL]. **Quem somos**: organização. Disponível em: <<http://www.dhescbrasil.org.br/>>. Acesso em: 31 set. 2013.

ZHOURI, A. L. M.; LASCHEFSKI, K. A. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

ZHOURI, A. L. M. et al. **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PRODUÇÃO DE AGRODIESEL NO SEMI-ÁRIDO MINEIRO: CONTROVÉRSIAS E QUESTÕES

*Klemens LASCHEFSKI**

*Rômulo BARBOSA***

RESUMO: O presente artigo é produto de pesquisas sobre o processo de produção de agrocombustíveis no Brasil e no Norte de Minas Gerais, as políticas públicas subsidiárias, bem como a problemática da inserção da agricultura familiar. Assim, objetiva-se discutir a produção de agrodiesel no semi-árido brasileiro, com enfoque em sua porção mineira, abordando as características do processo. Para tanto, utilizou-se de informações obtidas por meio de técnica de observação direta, entrevistas, além de dados estatísticos disponibilizados em bases eletrônicas públicas. Considerou-se que a produção de agrodiesel se estruturou no semi-árido do país, potencializando a cadeia agroindustrial da soja, bem como reestruturando, no Norte de Minas Gerais, a lavoura de mamona e a reinserção dos agricultores familiares na cadeia ricinoquímica, revelando controvérsias e questões entre as premissas da política pública de produção e uso de agrodiesel e a real inserção dos agricultores familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Agrodiesel. Semi-árido. Agricultura familiar.

Introdução

Nos últimos anos surgiram várias iniciativas no marco regulatório para intensificar as energias renováveis em âmbito nacional e internacional. Em 23 de abril de 2009, por exemplo, o Parlamento Europeu publicou a Diretiva 2009/28/CE

* UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências – Departamento de Geologia. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – klemens.laschefski@gmail.com

** UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – Departamento de Ciências Exatas. Montes Claros – MG – Brasil. 39401089 – romulosoaresbarbosa@gmail.com

sobre energia renovável, em inglês a Renewable Energy Directive (RED), que propôs adicionar 10% de combustível com origem em fontes renováveis aos combustíveis convencionais até 2020 (E10). A expressiva demanda global por etanol e diesel vegetal causada por esta diretriz torna-se interessante para produtores brasileiros que estão se preparando para este novo mercado. O próprio governo brasileiro criou, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), em 2004, e do lançamento do Plano Nacional de Agroenergia, com diretrizes para o período 2006 a 2011, importantes instrumentos de políticas públicas fomentadoras da expansão da produção dos agrocombustíveis¹. O PNPB estabeleceu os níveis e prazos para adição de diesel vegetal ao diesel mineral. Atualmente, está em vigor o B5, isto é, o diesel mineral disponível para consumo nos postos de combustíveis comporta 5% de agrodiesel.

Como estratégia de ação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Plano Nacional de Agroenergia previa, em 2006, a necessidade de aumento da capacidade instalada das usinas de agrodiesel² para o atendimento do Diesel B5: “[...] a capacidade de produção do País será suficiente para 2008, mas terá que aumentar significativamente até 2013 para atender à exigência legal de adicionar 5% de biodiesel³ ao petrodiesel.” (BRASIL, 2006, p.78).

De acordo com Sachs (2007), o contexto atual pode ser caracterizado como uma **revolução energética** originada a partir de três fatores: i) elevação do preço do petróleo e a percepção sobre o risco de esgotamento de sua oferta; ii) a visão sobre a necessidade de redução dos níveis de consumo de energias não renováveis; c) as incertezas geopolíticas decorrentes das guerras no Oriente Médio. Para Sachs (2007), as revoluções energéticas mundiais não são derivadas da escassez física da fonte, mas, sobretudo da percepção sobre as novas fontes descobertas. Essa tendência era estimulada pelos alertas do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)⁴, em 2007, sobre a necessidade de combater as mudanças climáticas e o Encontro do World Economic Forum no mesmo ano, que foi dominado pela discussão da segurança energética diante das incertezas relacionadas

¹ O termo agrocombustíveis refere-se ao etanol produzido de cana-de-açúcar e milho e ao diesel produzido através de oleaginosas, gordura animal e materiais graxos diversos. Nesse sentido, permite abordar as dimensões agrícolas e agrárias envolvidas nos processos produtivos.

² Agrodiesel refere-se, exclusivamente, ao diesel produzido através de oleaginosas, gordura animal e materiais graxos diversos. Assim, o termo agrodiesel, como um tipo de agrocombustível, permite abordar as dimensões agrícolas e agrárias envolvidas nos processos produtivos.

³ Neste artigo o termo biodiesel refere-se, exclusivamente, ao diesel produzido através de oleaginosas, gordura animal e materiais graxos diversos quando em citação a documentos e fontes oficiais de políticas públicas que assim o nomina.

⁴ O IPCC é o principal órgão internacional para a avaliação das mudanças climáticas. Foi estabelecido pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e a Organização Meteorológica Mundial em 1988 (IPCC, 2013, tradução nossa).

com o conflito no Iraque (LASCHEFSKI, 2009). Nesse contexto, surgiu uma corrida concorrencial entre nações (por exemplo, Brasil e Estados Unidos, em relação ao etanol) e empresas multinacionais do setor de petróleo sobre o controle econômico dos mercados energéticos do futuro. Contudo, o autor duvida que se trate de uma **revolução energética** que visa à substituição de fontes energéticas fósseis, pois as multinacionais, assim como os países produtores ao mesmo tempo de agrocombustíveis e de petróleo, estão aumentando os esforços para descobrir e explorar novas reservas de petróleo, como, por exemplo, a do pré-sal⁵ no Brasil. Trata-se, então, não de alternativas energéticas às fontes energéticas fósseis, mas, sim, apenas de fontes de energia complementares para um modelo do desenvolvimento em que o aumento do consumo de energia é visto como necessário para o crescimento econômico ilimitado (LASCHEFSKI, 2010).

Entretanto, diante desse cenário, as políticas públicas empregadas para estimular o uso de agrocombustíveis geram uma demanda extrema por combustíveis renováveis. Ao mesmo tempo foi criado um ambiente que permitiu o fortalecimento exponencial do agronegócio⁶ em torno de oleaginosas e cana-de-açúcar (SCHLESINGER, 2008). No Brasil, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP), 53% da cana-de-açúcar têm como destino a fabricação do etanol e 85% da soja, a produção de agrodiesel (ANP, 2010), com tendência de crescimento. Em consequência, há uma forte pressão para a expansão das áreas agrícolas destinadas ao cultivo de produtos agrícolas que servem como matéria-prima para a indústria dos agrocombustíveis. Entre 1996 e 2009, a área plantada com mamona aumentou 28%, totalizando 165.928 hectares, e a área plantada com soja se expandiu em 110%, num total de 21.761.782 hectares cultivados (IBGE, 2011).

Um terreno controverso

Todavia, esse processo se instituiu num terreno controverso, quer do ponto de vista científico, quer da crítica social e política à produção monocultora de grãos, bem como aos riscos à segurança alimentar⁷ nacional. Essa polêmica se reflete na

⁵ O denominado pré-sal trata-se de reservatórios de matéria orgânica acumulada ao longo de milhões de anos, localizados sob uma camada de sal petrificado em águas profundas do litoral da América do Sul e da África. A exploração destes reservatórios tem revelado um grande potencial de produção de petróleo e gás.

⁶ Por agronegócio entende-se, para os propósitos desse artigo, o enfoque moderno que considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agropecuários que mantêm associação com a grande propriedade fundiária e estão inseridas nos arranjos do capital financeiro internacional (DELGADO, 2005).

⁷ O conceito de segurança alimentar envolve o acesso aos alimentos e as formas de sua obtenção. Trata-se da disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes e

preocupação com a falta de políticas públicas relativas às consequências sociais e ambientais provocadas pela demanda por agrocombustíveis. Essa temática foi destacada, por exemplo, pelo German Advisory Council on Global Change – WBGU (2009), um conselho científico com grande influência na política nacional da Alemanha e da União Européia (UE). Em consequência, atualmente, ONGs como o WWF (World Wide Fund for Nature), o setor dos produtores de agroenergia, assim como governos extra-europeus estão negociando critérios ecológicos e sociais para estabelecer um sistema de regulação para a importação dos agrocombustíveis.

Tais iniciativas refletem-se também na já mencionada diretiva RED da EU, que exige que os combustíveis consumidos na Europa tenham que respeitar critérios que comprovem a sua sustentabilidade ambiental. Logo, a UE já encomendou várias pesquisas sobre áreas submetidas a alguma restrição (unidades de conservação, terras indígenas, entre outras) e uma série de critérios em relação às mudanças no uso da terra provocadas pelos agrocombustíveis. Um assunto específico nesse âmbito é a elaboração de medidas para diminuir ou evitar efeitos indiretos que levam à transformação do uso da terra de populações locais, tradicionais ou indígenas (Indirect Landuse Change- ILUC) (EDWARDS; MULLIGAN; MARELLI, 2010).

O Brasil, nesse contexto, entendeu as tentativas de elaborar critérios ambientais e sociais para os agrocombustíveis como uma barreira econômica para justificar o protecionismo da UE contra importações competitivas ao mercado interno europeu. De forma semelhante, já surgiram conflitos diplomáticos em relação a outros produtos, tais como açúcar, soja etc. Diante disso, há já um grande número de estudos que analisam as questões da produção sustentável frente aos regulamentos da OMC (Organização Mundial do Comércio), a partir dos quais a política externa do Brasil foi analisada (DUFÉY, 2006).

Cabe lembrar, que o Brasil não agiu apenas na defesa dos seus interesses nacionais, pois tomou medidas internas em relação à regulação da expansão de cultivos de cana-de-açúcar e oleaginosas para relativizar discursos negativos a respeito no exterior. A maioria dos estudos desenvolvidos nesse contexto concentra-se na delimitação de áreas aptas para o plantio de cultivos para agrocombustíveis baseado em metodologias padronizadas, como, por exemplo, o Zoneamento Econômico Ecológico da Amazônia Legal para a produção de cana-de-açúcar, iniciado pelo MMA – Ministério do Meio Ambiente, em 2008. Apesar desses esforços do governo e dos respectivos setores econômicos envolvidos no mercado dos agrocombustíveis, o debate sobre os efeitos econômicos, sociais e ecológicos em torno da mudança do uso do solo continua sendo controverso também no Brasil. Isso dentro e fora da academia, como mostram estudos reunidos na coletânea

sustentáveis (MALUF; MENEZES; VALENTE, 1996).

de Abramovay (2009) e o trabalho de Laschefski e Zhouri (2010), entre outros. Mencionamos, por exemplo, o estudo encomendado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2008), coordenado por Luiz Augusto Horta Nogueira (Unifei) e Joaquim Eugênio Abel Seabra (Unicamp), e, por outro lado, a publicação da Plataforma BNDES, na qual pesquisadores como Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP/UFSCAR) e Sônia Hess (UFMS) colocam o seu conhecimento à disposição dos movimentos sociais e entidades diversas que defendem os sindicatos, o campesinato, os povos tradicionais e a agricultura familiar (PLATAFORMA BNDES, 2008). O conjunto de estudos existente sobre o assunto permite constatar uma quantidade enorme de informações sobre os agrocombustíveis sendo continuamente atualizada e aprofundada por pesquisas quantitativas e qualitativas no campo.

Abramovay e Magalhães (2007) sintetizam os principais argumentos críticos à produção de agrocombustíveis: i) balanços energéticos baixos ou mesmo negativos, em função do modelo produtivo hegemônico ser o da monocultura em larga escala, exigindo consumo de energia fóssil para a produção maior do que a energia contida nos combustíveis fósseis a serem substituídos; ii) não garantia de que o modelo produtivo contribua efetivamente na redução das emissões de gases efeito estufa – GEE, em decorrência dos níveis de emissão por desmatamentos e processos agrícolas; iii) ameaça dos agrocombustíveis à segurança alimentar mundial, em virtude da competição entre áreas de produção de alimentos e oleaginosas⁸; iv) aumento na concentração fundiária e de renda, promovida pela expansão das áreas de monocultura sobre áreas de pequenas e médias propriedades⁹; v) ameaça de um novo colonialismo ou imperialismo¹⁰ energético, decorrente da atuação de grandes corporações internacionais.

As controvérsias acima sintetizadas remetem à necessidade de reflexão crítica sobre a experiência brasileira de produção de agrocombustíveis e suas consequências socioeconômicas e ambientais.

Aspectos gerais sobre a produção de agrodiesel no Brasil

A discussão pública sobre a produção de diesel a partir de fontes vegetais e de gordura animal no Brasil focalizou, principalmente, a região Nordeste e a porção Norte do Estado de Minas Gerais, inseridos no semi-árido, como uma contribuição para as estratégias de erradicação da pobreza no campo.

⁸ Sobre a crítica à segurança alimentar mundial, confira, principalmente, Hourtart (2010).

⁹ Confira Assis e Zucarrelli (2007).

¹⁰ Confira Hourtart (2010) e Laschefski (2010).

Figura 1 – Semi-árido brasileiro



Fonte: ANA (2013).

Embora o semi-árido realmente seja a área prioritária para o investimento estatal em produção de agrodiesel – as usinas da Petrobras Biocombustíveis estão instaladas em Montes Claros/MG, Candeias/BA e Quixadá/CE – os dados obtidos junto à Agência Nacional de Petróleo (ANP) permitem observar que é a região Centro-Oeste o principal produtor de oleaginosas para o agrodiesel (ANP, 2010).

Em 2010 a região Centro-Oeste respondeu por 46% da produção nacional de agrodiesel, seguida pela região Sul com 28%. O Sudeste contribuiu com 14% e o Nordeste apenas com 11%. Além disso, houve aumento do volume produzido por região, entre os anos 2008 e 2010. Em todas as regiões houve expressivo aumento de volume de agrodiesel negociado nos leilões da Agência Nacional de Petróleo, entre 293% e 334%. Praticamente todas as regiões triplicaram seu volume produzido (ANP, 2010).

De acordo com Santos (2011, p.120):

A região Centro-Oeste reúne 32 das 67 plantas industriais de agrodiesel autorizadas para produção pela ANP, no estado do Mato Grosso estão localizadas

o maior número de plantas autorizadas, 22 plantas. Entre o ano de 2008 e 2010, dez novas plantas da região Centro-Oeste passaram a entregar agrodiesel nos leilões da ANP, enquanto que no Nordeste, Semi-árido e Norte apenas quatro novas plantas passaram a entregar o produto, duas em cada região.

Na região do semi-árido brasileiro estão localizadas as três usinas de agrodiesel da Petrobras Biocombustíveis S/A. Essas três usinas, juntas, produziram 8,97% do total de agrodiesel negociado nos leilões da ANP no ano de 2010 (SANTOS, 2011).

Embora a Petrobras Biocombustíveis S/A se destaque no debate público sobre a produção de agrocombustíveis, os dados de produção de agrodiesel demonstram, claramente, que são as usinas privadas as produtoras de mais de 90% do agrodiesel brasileiro.

Dentre as matérias primas utilizadas na produção de agrodiesel, o destaque é a soja. Com efeito, essa oleaginosa, entre 2008 e 2010, contribuiu com mais de 80% do total de matérias-primas necessárias para a produção de agrodiesel no período. Curiosamente, a mamona nem é destacada pela ANP, compondo o que a Agência define como “Outros Materiais Graxos” (ANP, 2010).

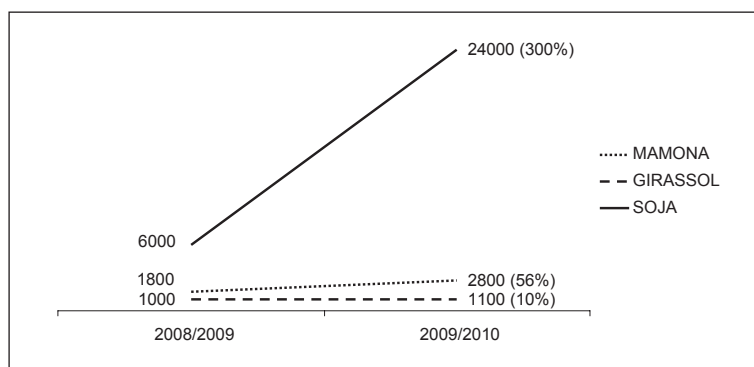
A produção de agrodiesel na Usina da Petrobras Biocombustíveis em Montes Claros/MG

A produção da Usina da Petrobras Biocombustíveis S/A denominada Darcy Ribeiro, localizada em Montes Claros/MG, contribuiu com 3,01% do total nacional de agrodiesel negociado nos leilões da ANP, no ano de 2010. No mesmo ano as usinas de Quixadá/CE e Candeias/BA produziram juntas 5,96% desse total (ANP, 2010)

Como dito anteriormente, o debate sobre os efeitos da produção de agrocombustíveis, especialmente o agrodiesel, para além das questões ambientais, se alicerça nos riscos relativos à redução da produção de alimentos em virtude da expansão das áreas destinadas às oleaginosas.

Os dados seguintes apontam, ainda que preliminarmente, os efeitos sobre a estrutura produtiva da mesorregião Norte de Minas Gerais.

Gráfico 1 – Toneladas de oleaginosas adquiridas pela Petrobras Biocombustíveis S/A – Usina de Montes Claros/MG, Safras 2008/2009; 2009/2010.



Fonte: Petrobrás (2011).

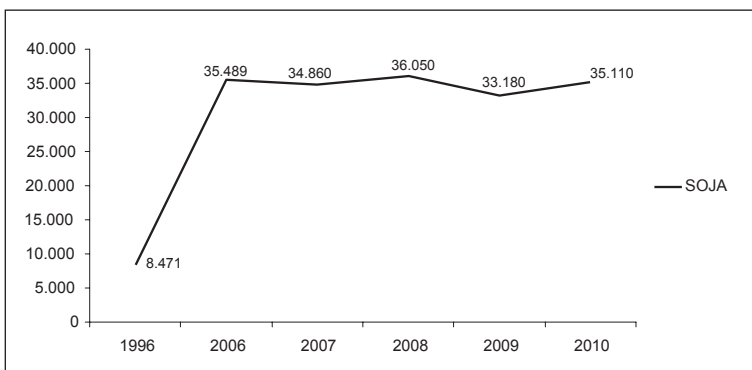
Os dados apresentados no gráfico 1 demonstram o volume de oleaginosas adquiridas de organizações da agricultura familiar e de agricultores familiares contratados, individualmente, pela Usina da Petrobras Biocombustíveis, em Montes Claros/MG, nas safras 2008/2009 e 2009/2010.

A aquisição de soja teve um aumento extraordinário entre as duas safras analisadas (300%). A mamona aumentou de 1800 para 2800 toneladas, com aumento de 56% do volume adquirido pela Usina. Já a quantidade comprada de girassol, praticamente, manteve-se estável.

É importante destacar que, segundo entrevista concedida pelo Gerente Setorial de Suprimentos da Petrobras Biocombustíveis S/A, em maio de 2011, a soja e a mamona foram adquiridas no Norte de Minas, sendo que o girassol tem origem no Sul de Minas. Porém, cabe salientar que apenas a soja oriunda de agricultores familiares do município de Chapada Gaúcha foi processada pela empresa Cargill, que opera uma esmagadora no Triângulo Mineiro, atendendo, também, a usinas particulares. A Petrobras, então, recebe da Cargill as quantidades de óleo equivalentes à produção adquirida de cooperativas do município de Chapada Gaúcha, que são refinados em Montes Claros. Segundo entrevistas realizadas em maio de 2010, até então, nenhum grão de mamona produzido no Norte de Minas entrou na cadeia produtiva de agrodiesel. De fato, a mamona está sendo encaminhada para outros mercados (ver mais adiante).

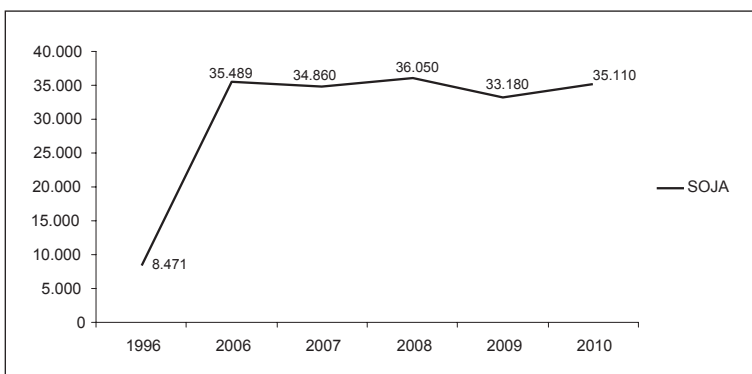
A área, medida em hectares, destinada à produção de soja e mamona na região norte mineira, teve também expressivo aumento, conforme observado nos gráficos 2 e 3 seguintes.

Gráfico 2 – Evolução da área plantada (hectares) com Soja no Norte de Minas (1996 a 2010)



Fonte: IBGE (2013).

Gráfico 3 – Evolução da área plantada (hectares) com mamona no Norte de Minas (1996 a 2010)



Fonte: IBGE (2013).

Nota-se que, com a construção da Usina de Agrodiesel da Petrobras Biocombustíveis em Montes Claros/MG – anunciada em 2006 e formalmente inaugurada em 2010 –, a dinâmica de produção de soja e mamona na região Norte de Minas se altera substancialmente.

A área plantada com soja na mesorregião Norte de Minas Gerais ampliou-se em 314%, entre 1996 e 2010, passando de 8.471 para 35.110 hectares. A área plantada com soja no estado aumentou 217% no mesmo período. Em 1996, a área plantada na região correspondia a 2% do total plantado no estado. Em 2010 esse percentual passou para 3,4%. (IBGE, 2011).

O Norte de Minas possuía, em 2010, a maior área plantada com mamona no estado, equivalente a 95,5%. Entre 1996 e 2010, praticamente houve o ressurgimento da atividade de cultivo da mamona na região e no estado como um todo. No período, a área plantada com a oleaginosa aumentou 8.388%, passando de 94 para 8.258 hectares. Contudo, assim como a produção de soja concentra-se em torno do município Chapada Gaúcha, os plantios de mamona se encontram principalmente em Matias Cardoso.

Não há dúvida de que a implantação da Usina de Agrodiesel da Petrobras Biocombustíveis S/A restabeleceu o cultivo de mamona no Norte de Minas e, por consequência, da importância relativa da mesorregião na produção dessa oleaginosa em todo o estado de Minas Gerais.

Soja: a matéria-prima do agrodiesel brasileiro

Abramovay e Magalhães (2007, p.11), referenciados por Granovetter (1985), lembram-nos que os mercados não são “[...] como formas universais e abstratas de interação, mas como produtos histórico-concretos cuja existência depende de redes sociais [...] cujo conteúdo concreto não pode ser definido de antemão.” Ainda, os mercados são também políticos e culturais.

Não há dúvida de que a soja é a principal matéria-prima do agrodiesel produzido no Brasil, cerca de 80% do total. Ou seja, a cadeia produtiva da soja, que envolve o agronegócio, mas também estruturas produtivas da agricultura familiar, especialmente na região Sul do país, dominou o mercado de oleaginosas para a produção de agrodiesel no Brasil.

As sucessivas flexibilizações¹¹ da regulamentação do Selo Combustível Social, na direção de uma menor quota de aquisição de matéria-prima da agricultura familiar, revelam a dimensão política desse mercado.

A competitividade do preço do óleo de soja, bem como a estruturação da cadeia produtiva, além da presença de grandes empresas nacionais e internacionais, fizeram com que o país, rapidamente, pudesse adicionar 5% de agrodiesel ao diesel vendido nos postos de combustíveis. Afastando, assim, os riscos de desabastecimento apontados pelo Plano Nacional de Agroenergia, em 2006.

Vitória do agronegócio da soja: expansão da monocultura, pois a estrutura produtiva dessa oleaginosa está consolidada em grandes extensões, em sistemas produtivos **solteiros**, isto é, não consorciados com outros cultivos.

¹¹ Por exemplo: inicialmente, previa-se que 50% da matéria-prima das usinas instaladas no Nordeste deveriam ser adquiridos junto à agricultura familiar. A regulamentação atual prevê 30% para essa região.

Caminho da produção de mamona: propulsão da monocultura de soja

Como visto nos dados anteriormente apresentados, o cultivo de mamona e a aquisição dessa oleaginosa pela Petrobras Biocombustíveis S/A estão em franca expansão. Todavia, o óleo de mamona não figura como matéria-prima para a produção de agrodiesel no Brasil. Há certo consenso entre os especialistas de que isso ocorre em virtude das características físico-químicas do óleo de mamona e, principalmente, pela competição entre os mercados de agrodiesel e ricinoquímico¹². O mercado ricinoquímico estabelece os preços num patamar que inviabilizaria o uso do óleo de mamona na produção de agrodiesel.

As organizações de agricultores do Nordeste brasileiro, bem como do Norte de Minas Gerais, afirmam que a Petrobras Biocombustíveis S/A investe, cada vez mais, na integração dos cultivos de mamona ao processo produtivo do agrodiesel. Têm-se, assim, intensificado os contratos de fornecimento da produção, com previsão de assistência técnica, preço mínimo e transporte da produção.

O que parece, à primeira vista, um contrassenso é, na verdade, uma estratégia empresarial. Na medida em que a Petrobras Biocombustíveis S/A investe na assistência técnica e compra de mamona de agricultores familiares e de suas organizações, possibilita a si mesma computar tais despesas nos seus custos de aquisição de matéria-prima, processo necessário à manutenção do Selo Combustível Social. Isto é, assegura à empresa os benefícios fiscais previstos na legislação.

No entanto, a continuidade do investimento da Petrobras Biocombustíveis S/A nos contratos de compra de mamona da agricultura familiar produz, para além do Selo Combustível Social, um efeito econômico importante para a empresa.

Se a mamona adquirida não é utilizada para a produção de agrodiesel, qual o destino dos grãos e do óleo? A Petrobras Biocombustíveis S/A terceiriza o esmagamento dos grãos e vende o óleo de mamona no mercado ricinoquímico. Assim, essa inserção da Petrobras Biocombustíveis S/A no mercado ricinoquímico produz dividendos econômicos, certamente relevantes para o balanço contábil da empresa.

Nesse cenário, a injeção de recursos provenientes da venda do óleo de mamona potencializa os cofres da Petrobras Biocombustíveis S/A, para que esta siga a marcha da aquisição de grãos de soja da agricultura familiar e óleo de soja dos produtores não familiares ou do agronegócio da soja.

¹² Trata-se da indústria de processamento de óleo de mamona para uso em cosméticos, graxas, lubrificantes, dentre outros.

Assim, curiosamente, os produtores de mamona do Nordeste e Norte de Minas Gerais, integrados formalmente à cadeia de produção de agrodiesel, participam, na prática, da expansão da monocultura da soja no país, que tem no mercado de agrodiesel um negócio cada vez mais promissor.

Conclusão

As reflexões apontadas no decorrer das seções deste artigo permitem concluir o seguinte:

O aparelho tecnológico das usinas produtoras de agrodiesel no Brasil visa ao abastecimento de mercados nacionais e internacionais. Para torná-las economicamente viáveis, as empresas demandam uma grande quantidade de matéria-prima, o que se transforma em pressão sobre os agricultores familiares e suas organizações para alcançar as quantidades necessárias, impondo mudança do modo de apropriação material do território baseado nos moldes da revolução verde clássica.

A principal matéria-prima das usinas de agrodiesel da Petrobras é a soja. A soja adquirida de cooperativas, com Declaração de Aptidão ao Pronaf¹³ Jurídica (DAP Jurídica)¹⁴ que permite classificá-las como organizações da agricultura familiar, tem sido a responsável pela matéria-prima oriunda da agricultura familiar do semi-árido norte-mineiro que abastece a Usina Darcy Ribeiro, em Montes Claros, uma vez que a mamona não é processada para a produção de agrodiesel.

Nesse sentido, a implementação da unidade de produção de agrodiesel no semi-árido mineiro provocou, por um lado, o ressurgimento do cultivo de mamona pelos agricultores familiares da região, reinserindo-os na cadeia produtiva ricinoquímica, e, por outro, estimulou a expansão da monocultura de soja na região e em outras partes do Brasil, na medida em que, no país, se faz agrodiesel, fundamentalmente, de soja.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Potsdam Institute for Climate Impact Research (PIK); ao Instituto de Etnologia Europeia da Universidade Humboldt em Berlim,

¹³ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

¹⁴ A Declaração de Aptidão Jurídica ao Pronaf (DAP) é assim definida pelo manual de utilização da DAP disponibilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário: "Emitida para identificar as formas associativas dos agricultores familiares organizadas em pessoas jurídicas devidamente formalizadas. [...]"

ambos da Alemanha; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

AGRODIESEL PRODUCTION IN MINAS GERAIS STATE SEMI-ARID: CONTROVERSIES AND QUESTIONS

ABSTRACT: *The present article is a product of researches on the production process of agrofuels in Brazil and Northern Minas Gerais State, the subsidized public policies, as well as the problematic insertion of the familiar agriculture. Then, we aim at discussing the agrodiesel production in the Brazilian semi-arid, focusing on the Minas Gerais State region, approaching the characteristics of the process. For this purpose, we have made use of information acquired by the technique of the direct observation, interviews, besides statistic date available in public database. It has been considered that the agrodiesel production has been structured in the semi-arid region of the country, potentiating the soybean agro-industrial chain, as well as restructuring, in Northern Minas Gerais State, the cultivation of castor bean and the reinsertion of the familiar agriculture in the ricin chemical chain, bringing up controversies and questions among the public policy premises on the production and usage of the agrodiesel and the familiar agriculture insertion.*

KEYWORDS: *Agrodiesel. Semi-arid. Familiar agriculture.*

Referências

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Biocombustíveis: a energia da controversa**. São Paulo: SENAC, 2009.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de agrodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais**. São Paulo: FIPE, 2007. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_06_2007.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2009.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (Brasil) [ANP]. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=31286>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS [ANA]. **Semi árido brasileiro**. Disponível em: <www.ana.org.br>. Acesso em: 11 jan. 2013.

ASSIS, W.; ZUCARELLI, M. **Despoluindo incertezas**: impactos territoriais da expansão de agrocombustíveis e perspectivas para uma produção sustentável. Belo Horizonte: Ed. O Lutador, 2007.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (Brasil) [BNDES]. **Bioetanol de cana-de-açúcar**: energia para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.bioetanoldecana.org>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2.ed. rev. Brasília: Embrapa, 2006. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/agroenergia_miolo.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. et al. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.

DUFEY, A. **Biofuels production, trade and sustainable development**: emerging issues. London: Earthprint, 2006. Disponível em: <<http://pubs.iied.org/pdfs/15504IIED.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

EDWARDS, R.; MULLIGAN, D.; MARELLI, L. **Indirect land use change from increased biofuels demand**: comparison of models and results for marginal biofuels production from different feedstocks. Ispra: JRC, 2010. Disponível em: <http://ec.europa.eu/energy/renewables/studies/doc/land_use_change/study_4_iluc_modelling_comparison.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

GERMAN ADVISORY COUNCIL ON GLOBAL CHANGE [WBGU]. **Future bioenergy and sustainable land use**. London: Earthscan, 2009. Disponível em: <http://www.wbgu.de/fileadmin/templates/dateien/veroeffentlichungen/hauptgutachten/jg2008/wbgu_jg2008_en.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, n.91, p.481-510, 1985.

IBGE. **SIDRA**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2013.

IBGE. **Pesquisa Produção Agrícola Anual**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2013.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE [IPCC]. **Organization**. Geneva: World Meteorological Organization, 2013. Disponível em: <<http://www.ipcc.ch/organization/organization.shtml#UmF8-NIw06w>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LASCHEFSKI, K. The agrofuel debate. In: VEMURI, S. (Org.). **Connected accountabilities: environmental justice and global citizenship**. Oxford: Interdisciplinary Press, 2009, p.74-87.

_____. The agrofuel debate: conflicts between diverse environmentalisms. In: GLOBAL CONFERENCE ENVIRONMENTAL JUSTICE AND GLOBAL CITIZENSHIP, 7., 2008, Oxford. **Proceedings...** Oxford: Interdisciplinary.net, 2008. Disponível em: <<http://www.inter-disciplinary.net/ptb/ejgc/ejgc7/Laschefski%20Agrofuels%20Oxford.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitos ambientais Norte Sul: agrocombustíveis para quem? In: ALMEIDA, A. et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.257-310.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil. **Cadernos de debate: revista do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação [NEPA]**, Campinas, v.4, 1996. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

PLATAFORMA BNDES. **Impactos da indústria canavieira no Brasil: poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente à saúde de trabalhadores**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2011/06/extr-impactos-da-ind%C3%BAstria-canavieira-no-brasil-plataforma-bndes-2008.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

PETROBRAS. **Biocombustíveis S/A**. Brasília, 2011.

SACHS, I. A revolução energética do Século XXI. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.21, n.59, p. 21-58, 2007.

SANTOS, F. D. **A inserção da agricultura familiar do semi-árido mineiro no arranjo produtivo da cadeia regional de produção de agrocombustível: a experiência da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão**. 2011. 165f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011.

SCHLESINGER, S. **Lenha nova para velha fornalha: a febre dos agrocombustíveis**. Rio de Janeiro: FASE, 2008.

Recebido em 18/12/2012.

Aprovado em 08/08/2013.

O PODER DA CRÍTICA: UM ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO EMPRESA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM UM CONTEXTO DE CONFLITO AMBIENTAL¹

*Raquel GIFFONI PINTO**

RESUMO: O processo de redemocratização no Brasil foi um fator decisivo para a expansão de organizações da sociedade civil que começaram a exigir que as empresas assumissem suas funções sociais e atuassem com transparência e responsabilidade nos processos produtivos. Frente à emergência das críticas e demandas dos movimentos sociais e ambientalistas, a literatura sobre responsabilidade social corporativa sustenta que está em processo no Brasil uma mudança gerencial nas grandes empresas em direção à maior responsabilização social e ambiental de suas práticas. Entretanto, neste artigo pretendemos analisar sob quais mecanismos estas mudanças se concretizam. Como objeto de estudo, investigamos as repercussões da crítica social nas estratégias corporativas de expansão e controle de territórios de uma grande empresa brasileira de papel e celulose, priorizando a análise das políticas de responsabilidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social corporativa. Risco social. Conflito ambiental.

Introdução

No dia três de Dezembro de 2007 lideranças indígenas e a Aracruz Celulose assinaram, em Brasília, um termo de ajustamento de conduta (TAC)

* Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional. UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-901 – raquelgiffoni@gmail.com

¹ A análise apresentada neste artigo é parte das reflexões desenvolvidas na dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010.

que contemplava os direitos e obrigações da empresa, dos Tupiniquim e Guarani e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na devolução de onze mil hectares de terras para os povos indígenas do norte do Espírito Santo. O acordo, assinado na presença do então ministro da Justiça, Tarso Genro, e de representantes do Ministério Público Federal, teve grande repercussão nacional e, no caso que nos interessa, no âmbito das discussões sobre responsabilidade social e ambiental das empresas. A empresa, atualmente denominada de Fibria², divulgou em seu *site* que, a partir da assinatura deste termo, “[...] considera ter dado um passo importante para a construção de um relacionamento com as comunidades indígenas baseado no diálogo e na sustentabilidade, bem diferente daquele marcado pela polarização e pelo paternalismo no passado.” (FIBRIA, 2010, p.67). Análises apontando uma mudança cultural das empresas na direção do respeito aos direitos sociais e na democratização dos processos decisórios são frequentes na literatura do campo da administração. No caso específico dos estudos sobre a Aracruz Celulose, sua atuação no Espírito Santo e na Bahia, teria ocorrido, segundo estes analistas, uma mudança na cultura empresarial desta companhia, que privilegiaria uma postura mais aberta e dialogada com as comunidades do entorno. Esta mudança teria seu marco no final dos anos 1990 e início da primeira década de 2000 (ANDRADE, 2001, VINHA, 1999; NUNES, 2007).

O Relatório de Sustentabilidade de 2002 já demonstra uma mudança radical na postura da companhia [...] Foram criados comitês de diversas naturezas a fim de gerenciar melhor o relacionamento da empresa com seus stakeholders. (NUNES, 2007, p.10).

Ao compararmos determinadas práticas empresariais adotadas na década de 1960 com aquelas implementadas na primeira década do ano 2000, observamos uma abordagem diferente por parte da empresa, que tende a privilegiar um contato mais próximo e supostamente menos agressivo com as diferentes populações que residem no entorno dos monocultivos. Interessamos, neste artigo analisar o modo e os sentidos destas alterações, e apresentar alguns mecanismos através dos quais esta postura de aproximação empresa – comunidades é construída.

A implantação de grandes extensões de eucaliptos pela Aracruz no Norte do Espírito Santo ocasionou drásticas mudanças na paisagem e nos modos de

² Após a fusão entre a Aracruz Celulose e a Votorantim Celulose e Papel, em 2009 a empresa passou a ser denominada de Fibria. Neste artigo optamos por utilizar o nome antigo da empresa tendo em vista que grande parte da pesquisa foi realizada em período anterior à reestruturação da empresa.

vida dos povos indígenas, Tupiniquim e Guarani, quilombolas e camponeses que residiam neste território (FASE, 2006; FERREIRA, 2002; SALOMÃO, 2006; BARCELLOS, 2008; SOUZA, OVERBEEK, 2008). A crítica à empresa pelo desmatamento de matas nativas, diminuição dos corpos hídricos, empobrecimento do solo, deslocamento das comunidades tradicionais de seus territórios, dentre outras, ganhou notoriedade a partir da década de 1990 e se consolidou nos anos 2000 com a formação de uma rede de movimentos sociais críticos aos monocultivos de eucalipto, a Rede Alerta contra o Deserto Verde. A questão quilombola obteve grande repercussão nacional a partir do decreto 4.887, de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação das comunidades quilombolas, segundo critérios de autoatribuição (BRASIL, 2003). Este decreto tem sido de grande importância para a luta pela demarcação dos territórios ora ocupados pelos eucaliptais. Os movimentos de trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Libertação da terra (MTL) na Bahia, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Espírito Santo e a Via Campesina instituíram como bandeira a luta contra o agronegócio exportador, recusando a denominação de terra produtiva àquelas ocupadas pelos plantios de eucalipto. Desde 2004, inúmeras ações, entre ocupações e derrubadas dos eucaliptos, foram realizadas em áreas da Aracruz e da Veracel Celulose (de propriedade das empresas Stora-Enso e Aracruz Celulose), no Espírito Santo, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Todos estes conflitos prejudicaram a imagem da empresa em nível nacional e também no mercado mundial (GIFFONI PINTO, 2010).

Ao longo desta pesquisa pudemos observar que o crescimento destas manifestações críticas – final da década de 1990 e primeira década do ano 2000 – coincide com a procura das grandes empresas do setor de celulose e papel, entre as quais a Aracruz Celulose, por consultorias empresariais especializadas na realização de estudos sobre riscos sociais corporativos e no desenvolvimento de metodologias de resolução de conflitos. No campo empresarial, estes conflitos estão sendo nomeados de riscos sociais e, para gerir tais riscos, as consultorias, em conjunto com as empresas, elegem os projetos de responsabilidade social. Tais iniciativas poderiam cessar ou mesmo prevenir conflitos, ao permitirem uma aproximação com as comunidades, através de ações filantrópicas, investimentos em projetos sociais, etc. Desta maneira, as modificações nas formas de relacionamento da empresa para com as comunidades teriam o objetivo de neutralizar a crítica social e garantir o que no léxico corporativo denomina-se licença social para operar.

A vulnerabilidade da empresa: a categoria de Risco Social Corporativo

Qualquer empresa ou negócio precisa de um contexto social estável que propicie um clima previsivelmente favorável ao investimento e ao comércio. Responsabilidade Social Empresarial constitui o meio pelo qual as empresas contribuem para essa estabilidade ao invés de se afastar dela. (HOLME; WATTS, 2000, p.10).

John Ruggie, representante especial de direitos humanos e companhias transnacionais da Organização das Nações Unidas e Beth Kytlye, consultora empresarial, afirmam que a democratização das instituições sociais e o maior acesso à comunicação no mundo globalizado apresentam um novo e complexo cenário para as grandes empresas, pois movimentos sociais de todo o mundo podem agora compartilhar informações sobre a irresponsabilidade de determinadas ações empresariais e organizar boicotes, protestos etc. que são potenciais geradores de riscos sociais às empresas (KYTLYE; RUGGIE, 2005). Para estes, o risco social ocorre quando “[...] um *stakeholder*³ empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)” (KYTLYE; RUGGIE, 2005, p.6). Os manuais e artigos empresariais por nós consultados elegem os programas de responsabilidade social como instrumentos eficazes para enfrentar esta nova modalidade de risco. Aconselham que, à medida que o risco social afeta a reputação e mesmo as operações fabris e comerciais, os programas de responsabilidade social devem ser elevados a uma área de importância estratégica nas decisões corporativas. Para isso faz-se urgente o desenvolvimento de novas técnicas de Responsabilidade Social. Os consultores aconselham que a gestão do risco social se inicie pela identificação dos *stakeholders* mais empoderados, bem como das suas principais questões, com o objetivo de escolher quais serão as respostas mais adequadas que a empresa pode fornecer. Os programas de responsabilidade social empresarial (RSE) proporcionariam o contato com os *stakeholders* que podem oferecer “[...] informações, conscientização e insights sobre quais são os riscos sociais, e ao mesmo tempo, um meio eficaz para responder a estes.” (KYTLYE, RUGGIE, 2005, p.9). Nesta perspectiva, torna-se imprescindível à sobrevivência das empresas a antecipação dos riscos sociais, através da criação de “sistemas de gestão de risco” que incluem conectividade

³ Na literatura sobre responsabilidade social das empresas encontramos com frequência o termo *stakeholder*, comumente traduzido como “partes interessadas”.

com as comunidades, a partilha de informação e a integração da RSE com os seus programas de operações comerciais. Segundo Braga (2006, p.14), a análise do contexto em que o empreendimento será realizado, contabilizando todos os riscos possíveis, deve ser parte essencial do processo decisório, pois conhecer quais são as variáveis que podem influenciar o retorno dos investimentos é fundamental para “reduzir as surpresas e antecipar ou simular comportamentos defensivos ou agressivos.”

Percebe-se que o objetivo destes consultores empresariais é convencer que o risco social é a próxima grande questão estratégica para corporações e que é semelhante a outros riscos de mercado e por isso deve ser tratado com igual importância, destinando recursos para geri-los, contratando profissionais para identificá-los pois as empresas, conforme a consultoria norte-americana *Booz Allen Hamilton*⁴, seriam “inexperientes no controle da sociedade civil” e não possuiriam o que denominam de “*business intelligence*” para a previsão destes riscos. “A empresa que ignora uma crítica social”, diz a então vice-presidente da *Booz Allen*, “[...] incorre em um perigo real, pois não mensura a gravidade das consequências que esta crítica pode trazer.”⁵

No Brasil, fundações sem fins lucrativos e empresas de consultoria que realizam estudos e oferecem diversos serviços que dizem respeito ao relacionamento com as comunidades que vivem próximas à empresa e que utilizam a noção de “risco social” (GIFFONI PINTO, 2010). A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) classifica o risco social como “risco intangível”. Intangível porque, na maioria das vezes, não seria um risco diretamente econômico e financeiro, mas afetaria o valor de mercado da empresa. Dentre os exemplos de riscos intangíveis dados pela FBDS estão o difícil relacionamento com as comunidades do entorno e com as ONGs e a mudança na legislação ambiental, com maiores exigências, diminuindo a rentabilidade (LINS, 2005). Outra importante organização voltada para a discussão de programas de responsabilidade social e ambiental é o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBEDS). Fundado em 1997, ele é uma coalizão de empresas do Brasil e representa no país o *World Business Council for Sustainable Development*. O Conselho acredita que os programas de RSE são fundamentais como mecanismos para a “busca por contexto social estável e previsível”. O CEBEDS defende que a RSE deve ser entendida como qualquer outro plano de investimento, em que se busca um retorno positivo ou a redução de riscos.

⁴ A Booz Allen Hamilton é uma empresa de consultoria sediada nos Estados Unidos. Fornece seus serviços a diversas corporações internacionais e governos em todo o mundo.

⁵ Discurso feito por Chris Kelly, vice presidente da Booz Allen, em 27 de abril de 2005. Vide Kelly (2005, tradução nossa).

Se as empresas internacionais estabelecerem políticas a partir de suas matrizes (a longa distância) sem promover parcerias com o envolvimento das comunidades com as quais fazem seus negócios, estarão correndo o risco de instigar sentimentos de alienação e de suspeita nesse público, mesmo se estas políticas forem bem intencionadas. No entanto, as empresas não podem se arriscar a instigar esses sentimentos pois essas comunidades são vitais para a manutenção de seu sucesso comercial. As vantagens são cada vez mais óbvias para muitos líderes empresariais como a garantia da continuidade da licença de funcionamento e a redução de riscos e de custos operacionais. (HOLME, WATTS, 2000, p.10).

Inferir os riscos e os custos sociais é um desafio para as empresas e para as consultorias. Dentre algumas classificações encontramos o termo **custo indígena**. No artigo “O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena” de Claudio Fernandez, a ocupação dos índios Xikrin nas instalações da Vale e a ocupação dos Tupiniquim e Guarani no porto privativo da Aracruz Celulose. O consultor e autor do artigo menciona que a VALE perdeu em dois anos (2004 a 2006) cerca de US\$ 50 milhões em exportações devido às mobilizações indígenas em Carajás (PA) e em Minas Gerais. Entretanto, estes custos tangíveis não conseguiram apaziguar os conflitos, ocasionando assim o chamado “re-custo indígena”

[...] Em média, um índio custa para a CVRD cerca de R\$ 9 mil por ano, ou 2,2 salários mínimos por mês” [...] Mais grave do que o custo indígena é o re-custo indígena. Para muitas empresas, doar recursos e promover projetos sociais deixou de ser solução para se tornar o início de um novo problema. [...] É como se o mesmo cheque fosse sacado duas vezes. E o valor da segunda retirada é intangível; vem sob a forma de risco jurisdicional, ameaças de descumprimento de acordos comerciais e ferimentos à imagem institucional das corporações. (FERNANDEZ, 2009, paginação irregular).

O setor monocultor de eucalipto e *pinus* sempre esteve envolvido em diversos conflitos com as populações tradicionais e trabalhadores rurais. Um estudo realizado por um funcionário da Aracruz Celulose e três pesquisadores do departamento de engenharia florestal e de economia rural da Universidade Federal sugere que a diminuição dos “riscos potenciais” pode ser feito através do estabelecimento de relações “positivas” com a comunidade local. Desta maneira, transformam-se riscos em ativos e estes contribuiriam para o que chamaram de “acumulação de capital social”, que precisa ser “capitalizado para garantir a licença para operar” (GOMES et. al, 2006, p.952). O que o mundo corporativo vem chamando de “licença para operar” não se refere apenas à licença legal, mas ao apoio da sociedade local ao

empreendimento, granjeando ambiente politicamente estável para a realização do mesmo. Neste processo as empresas não devem medir esforços, através da contratação de pessoal especializado, investimentos financeiros em programas comunitários, etc. (MONAGHAN et. al., 2003 apud GOMES et. al., 2006). Os autores defendem que estas ações devem considerar a natureza das críticas direcionadas à empresa e devem priorizar os programas de geração de renda, pois somente estes, conforme mostram os resultados de suas análises, estariam contribuindo para “agregar valor sustentável para as empresas e a sociedade” (GOMES et. al, 2006, p.959). Amplamente utilizado na literatura corporativa, a noção de capital social é compreendida por estes atores como a qualidade das relações entre os grupos sociais, tendo o “nível de confiança um fator essencial” (IBGC⁶, 2007, p.15).

O risco social e a Aracruz Celulose

Em 2006, duas mil mulheres militantes da Via Campesina ocuparam e destruíram o laboratório e viveiro de mudas de eucalipto da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro, no Rio Grande do Sul. Segundo a nota oficial da empresa, o prejuízo foi de US\$ 400 mil (GERCHMANN, 2006). Nesse episódio vieram a público, pela primeira vez, as iniciativas da Aracruz Celulose frente ao que denominou de “riscos sociais” nos negócios. A Aracruz havia contratado uma empresa de consultoria para analisar o risco social na construção de uma nova fábrica no estado. Este estudo teria revelado que o potencial de risco social do Rio Grande do Sul seria menor que no Espírito Santo e na Bahia (CRUZ, 2006). A notícia sobre a contratação de uma empresa para realizar estudos sobre risco social mostrou que a mobilização política dos atores sociais é uma variável relevante nos estudos de localização da empresa.

A repercussão deste e de outros conflitos chegaram a reunir representantes da Aracruz e de outras seis grandes empresas para tratar dos ataques promovidos por indígenas e representantes do MST às suas atividades produtivas. A reunião, realizada em janeiro de 2006, foi na sede da empresa Vale e estavam presentes executivos da CPFL, Alcoa, Alcan, Tractebel e Bunge. O objetivo da reunião era, segundo o presidente da Vale, “[...] que cada um relatasse os problemas sociais e ambientais que enfrenta e a forma encontrada para resolvê-los.” O presidente da Aracruz elogiou a iniciativa: “Pela primeira vez tivemos a oportunidade de trocar informações sobre um assunto tão delicado.” (SORIMA NETO; NUNES, 2006).

⁶ O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) é uma entidade sem fins lucrativos e tem como objetivo disseminar o conceito de governança corporativa no Brasil.

Dois anos antes a Aracruz havia contratado os serviços da consultoria britânica que em conjunto com uma consultoria brasileira desenvolveu o projeto **Engajamento de Stakeholders** para empresa. Este teve como propósito avaliar a formação de estratégias de envolvimento da empresa com clientes, fornecedores, investidores e os que chamaram de *stakeholders* externos à Aracruz, isto é, as organizações não governamentais e as comunidades do entorno. A empresa de consultoria brasileira colabora com o mapeamento dos “*stakeholders* que deverão ser priorizados”. O relatório de sustentabilidade da Aracruz de 2008 define engajamento como: “[...] relacionamento estruturado de maior profundidade que estabelece a empresa como parceira do desenvolvimento local.” Este processo culminaria na ampliação do “[...] capital social, humano, a consciência ambiental e cidadã”, além de “agregar valor à corporação” (ARACRUZ CELULOSE, 2008). Para o gerente de comunicação corporativa da Aracruz, o engajamento consiste no esforço por parte da empresa em se aproximar de grupos que são impactados por ela,

[...] Mais simples é qualificar o engajamento como ouvir, entender e buscar pontos afins, tendo em vista harmonizar interesses diferentes [...] O que se pretende é, abrindo mão do pensamento único e de posições entrincheiradas, ir às bases e tratar de chegar a um entendimento, a um relacionamento construtivo. (ARACRUZ CELULOSE, 2007).

Entre os anos de 2004 a 2008, uma outra consultoria brasileira realizou um diagnóstico sobre a gestão da sustentabilidade da Aracruz Celulose. Foram analisados como a empresa se relacionava com as comunidades do entorno, com ONGs, com as questões ambientais e político-institucionais e com a imprensa. O estudo concluiu que os programas até então implementados não eram planejados do ponto de vista estratégico e, por isso, eram pouco eficazes na mitigação de conflitos. A percepção de que os programas sociais não estavam conseguindo estabilizar os conflitos é compartilhada também por um cientista social, ex-funcionário da área de relações comunitárias da Aracruz Celulose. Para ele, as bases da política de responsabilidade social da empresa estavam assentadas na filantropia assistencialista, o que teria criado uma relação de dependência das comunidades com a empresa, para ele seria mais eficaz identificar quais são as atividades ou as vocações tradicionalmente praticadas pelas comunidades com as quais se deseja uma aproximação e, a partir destas, desenvolver projetos capazes de contribuir para o desenvolvimento regional endógeno.

Um projeto de **engajamento de stakeholders**, como o desenvolvido para a Aracruz, contribuiria, conforme as informações da consultoria brasileira, para geração de capital social na comunidade, proporcionando uma relação de

confiança entre comunidade do entorno e empresa. As estratégias empresariais de relacionamentos com as comunidades devem passar pela análise profunda a respeito de como está organizado o capital social da comunidade impactada pelo empreendimento. Após esta análise, são traçadas ações para que haja uma confiança mútua entre a comunidade e a empresa. Para isso, segundo a consultora, é preciso **acumular o capital social** antes que possíveis organizações críticas ao empreendimento como, por exemplo, certas ONGs e movimentos sociais nem sempre bem-intencionados cheguem às comunidades e a convençam de que a relação com a empresa não será frutífera⁷. Além disso, tais organizações estabelecem situações críticas, com a possibilidade de boicotes à empresa, acidentes, publicização do conflito em outros países.

O setor de Sustentabilidade e Relações Corporativas da Aracruz Celulose mantém registros de todas as grandes manifestações críticas à empresa nos últimos dez anos. Em entrevista realizada com o funcionário deste setor, referiu-se aos inúmeros conflitos em que a empresa esteve ou ainda está envolvida e, dentre estes, citou principalmente os conflitos com Tupiniquim e Guarani, com o MST e com os quilombolas. Para atuar neste novo ambiente seria necessário um novo entendimento acerca da organização dos negócios, e para isso a aprendizagem institucional de todas as gerências da empresa é fundamental. O marco para o desenvolvimento desta “adaptação cultural da empresa” foi, segundo o funcionário entrevistado, um plano estratégico de sustentabilidade que começou a ser elaborado em 2004. Este novo plano teria surgido do seguinte questionamento: “A Aracruz possui credenciais de sustentabilidade, mas essas credenciais são suficientes para enfrentar os desafios do atual ambiente de negócios?” Essas “credenciais de sustentabilidade” foram exemplificadas através da presença no Índice Dow Jones de sustentabilidade global desde 2005 e no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa em 2006 e 2007; da avançada tecnologia de plantios e industrial; áreas de plantio certificadas pelo Cerflor e quatro milhões de reais por ano em investimentos sociais. A gerência de sustentabilidade da empresa chegou à conclusão de que tais credenciais não estavam evitando conflitos fundiários nem consequentes perdas de lucratividade para empresa. Ante esta percepção considerou-se necessário repensar as estratégias socioambientais a fim de que estas promovessem a necessária segurança para as atividades produtivas da empresa⁸.

A empresa diz enfrentar sérios conflitos com o que chama de movimentos sociais antiagronegócio e povos quilombolas. Para gerenciá-los a empresa estruturou,

⁷ Entrevista realizada pela autora em 09 de novembro de 2009, Rio de Janeiro – RJ.

⁸ Informações obtidas em entrevista realizada pela autora com um funcionário do setor de sustentabilidade e relações corporativas da Aracruz, em 09 de setembro de 2009, na sede da empresa em São Paulo – SP.

em 2007, uma **matriz de prioridade** das comunidades onde atua. Uma empresa de consultoria realizou o treinamento de funcionários, a ida a campo e a aproximação com algumas comunidades não nomeadas. No âmbito deste plano e seguindo os estudos a respeito dos danos que as comunidades poderiam causar às atividades empresariais, foram desenvolvidos três processos de relacionamento empresa-comunidade: o **diálogo operacional**, a **agenda presencial** e o **engajamento**. Os processos de engajamento estariam destinados às comunidades de alta prioridade, à agenda presencial das comunidades de média e baixa prioridade e ao diálogo operacional que perpassaria as três classificações.

As estratégias utilizadas para a execução dos projetos de engajamento seriam “[...] a mobilização, articulação, formação e capacitação dos atores sociais, o financiamento e o desenvolvimento de projetos com parcerias locais.” (ARACRUZ CELULOSE, 2008). Desta forma, as comunidades consideradas de alta prioridade serão contempladas por projetos educacionais e de geração de renda, os chamados investimentos sociais. Naquelas comunidades classificadas de média ou baixa prioridade seriam realizadas ações sociais, notadamente doações. A agenda presencial, destinada a estas comunidades, consistiria na visita de um representante da empresa a fim de vivenciar a realidade local através da aproximação e presença constante nas comunidades. No Relatório de Sustentabilidade de 2008 a empresa enumera as seguintes ações e projetos em andamento com as chamadas **comunidades negras**. As ações seriam duas, a doação de pontas e galhos através da Associação de Pequenos Produtores e Lenhadores de Conceição da Barra (APAL-CB), no norte do Espírito Santo e a reforma da casa de farinha da comunidade de Linharinho (ARACRUZ CELULOSE, 2008). A Associação de Produtores e Lenhadores de Conceição da Barra, (APAL-CB), foi criada em meados dos anos 2000 e sua fundação foi estimulada pela Aracruz. Esta associação é composta, em sua maioria, por membros de comunidades quilombolas da região; todavia, respondendo a critérios estabelecidos pela própria empresa, ela não evidencia qualquer vínculo com a identidade quilombola. A aproximação da Aracruz ora encontra consentimentos, ora resistências por parte das comunidades quilombolas. Segundo uma liderança da comissão quilombola, a APAL-CB estaria inibindo a resistência das comunidades ao realizarem acordos com a empresa:

Bom, uma parte dos negros vai lá pegar aquele facho, vão lá pegar aquelas folhas e galhos. E realmente essa participação da comunidade com outra associação que não se identifica com os quilombolas está nos atrapalhando. Por quê? Porque alguns quilombolas são manipulados pela Aracruz, com migalha, sem conhecer a questão da legislação do direito quilombola deles, entendeu? Porque a Aracruz

quer insistir uma ajuda à APAL-CB, porque a APAL-CB ela não trata no estatuto dela da questão quilombola, e sai manipulando, estão atrapalhando a gente (Liderança da comissão quilombola. Conceição da Barra, ES⁹).

A empresa desenvolve estratégias de aproximação também das comunidades quilombolas da Bahia. A fala de uma líder da comunidade quilombola de Helvécia, BA, transcrita a seguir, ilustra essa estratégia:

Eu fui a Brasília; a minha denúncia foi a questão que nós, hoje, estamos asfixiados pela monocultura de eucalipto. Então, depois disso, uns quinze dias depois, eu sei que vieram umas pessoas fazer entrevista por que que a comunidade estava insatisfeita, o que as empresas poderiam fazer. E aí, passados mais ou menos quatro ou cinco meses após nossa ida a Brasília, aí começou a empresa se identificando, mandando pessoas entrevistar líderes da comunidade, pessoas da Associação, escola, instituições, de modo geral. (MALERBA, SCHOTTZ, 2006, paginação irregular).

Em pesquisa de campo realizada no ano de 2009, verificamos que esta comunidade possuía alguns convênios com a empresa, parcerias que colaboraram para a montagem de um laboratório de informática, a reforma da escola e o projeto de uma unidade de produção de mudas. Estes projetos, segundo a empresa, visam oferecer oportunidades educacionais e econômicas aos jovens de Helvécia. Conforme avalia uma moradora da comunidade:

A empresa passa mel na boca da gente de outra forma. Estávamos em uma briga com a empresa para reaver essas terras. E aí a empresa veio conversar. Aí perguntaram o que eles queriam e eles falaram que queriam emprego. E aí ela propôs o viveiro de mudas. Sempre que pedimos alguma coisa eles atendem. O cemitério de Helvécia estava cercado por eucalipto. A gente queria aquela área de volta, aí eles cederam uma pequena parte, uns 200 metros. A empresa tem um projeto de agricultura familiar aqui, fizeram um cadastro com as pessoas que queriam plantar, aí eles vão ajudar nas sementes (Liderança quilombola de Helvécia, BA¹⁰).

É interessante notar que a comunidade de Helvécia ainda não teve suas terras demarcadas enquanto territórios quilombolas e muitas de suas áreas estão cobertas por eucalipto. A comunidade interrompeu, em 2006, a mobilização para exigir suas

⁹ Entrevista realizada pela autora em 10 de março de 2009, em Conceição da Barra – ES.

¹⁰ Entrevista realizada pela autora em 12 de março de 2009, em Helvécia – BA.

terras. Segundo a mesma quilombola entrevistada: “[...] recuamos na questão da territorialidade e estamos trabalhando mais a questão cultural. [...] acho que vai dar problema quando formos discutir a questão da territorialidade.”¹¹. Podemos observar que na comunidade em questão houve um arrefecimento da luta pela retomada do território decorrente da aproximação da empresa através de seus projetos de relações comunitárias.

Todavia, em alguns casos, a crítica social dos atores sociais mobilizados coexiste com as iniciativas do campo da RSE. Como nos mostra uma quilombola da comunidade de Linharinho, Conceição da Barra:

A negociação do nosso direito nós não aceitamos. Toda firma pode fazer trabalho social, mas acordo nós não aceitamos. Nosso foco é a luta pela terra, nosso território [...] Podem fazer o que eles querem, reforma da casa de farinha, mas do nosso direito nós não abrimos mão (Quilombola de Linharinho, Conceição da Barra, ES)¹².

Este depoimento mostra-nos a trama complexa que integra as relações entre as comunidades e a empresa, não permitindo associações imediatas entre aceitação de programas sociais e o consentimento e a destituição da capacidade crítica das populações.

Reflexões Finais: os programas de **Responsabilidade Social** e as tentativas de desarme da crítica social

Conforme a análise de Boltanski e Chiapello (2009), o espírito do capitalismo é historicamente forjado no processo de assimilação de parte das críticas anticapitalistas. Essa dinâmica garante a sua sobrevivência, assim como a sua força. Para garantir sua manutenção, o capitalismo necessita ao mesmo tempo incentivar e frear a insaciabilidade da acumulação de capital. O espírito do capitalismo é o meio através do qual esse movimento contraditório pode ser realizado. Ele fomenta a insaciabilidade, que incentiva a acumulação, mas a vincula também às exigências morais que o irão limitar e impor obrigações referentes ao bem comum. Assim, ao garantir uma justificação moral ao capitalismo, este espírito lhe proporciona, concomitantemente, um **ponto de apoio crítico** que denuncia a distância entre as formas de acumulação e os critérios de justiça social e constringe o capitalismo a justificar suas práticas. Mas a qualidade destas justificações deve acompanhar o

¹¹ Entrevista realizada pela autora em 12 de março de 2009, em Helvécia – BA.

¹² Entrevista realizada pela autora em 26 de fevereiro de 2009, em Conceição da Barra – ES.

alcance social, o poder de persuasão e a credibilidade da crítica e para serem eficazes devem estar assentadas em dispositivos que garantam um progresso real em termos do bem comum (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Desta forma, o capitalismo atende parcialmente a crítica, diluindo e oferecendo-lhe um novo sentido associado à exigência da acumulação do capital (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009). Outra forma de o capitalismo lidar com a crítica sem necessariamente incorporá-la por meio dos deslocamentos; quando ele se desloca não satisfaz determinadas demandas da crítica, ao contrário, tenta evitá-la procurando novas formas de manter seu lucro. Perante esses rearranjos, a crítica – em seu aspecto de retórica argumentativa articulada – permanece, ainda que temporariamente, desarmada, pois não consegue dizer se esse novo estado de coisas lhe foi efetivamente favorável (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Estas reflexões nos ajudam a interpretar as inúmeras estratégias empresariais denominadas **responsabilidade social** ou **relacionamento com comunidades** enquanto possíveis tentativas de desarme da crítica pela então Aracruz Celulose. Sob esta perspectiva entendemos que a legitimidade da empresa foi ameaçada pelo alcance da crítica dos movimentos sociais e, para se justificar, ela promove determinadas modificações em algumas de suas práticas frente às comunidades, argumentando que as atitudes de outrora eram equivocadas, respondendo assim a algumas críticas e se deslocando frente outras. Iniciativas como: **Diálogo com as partes interessadas, Parceria e envolvimento, Aproximação com as comunidades**, possibilitariam uma maior aceitação da empresa no território onde está inserida, frente aos agentes financiadores e também frente aos seus consumidores nos países europeus. Se a crítica social afirma que empresa utilizou mecanismos autoritários e violentos na apropriação do território, hoje ela promove diálogos e projetos participativos e horizontais de engajamento com as comunidades. Desta forma, nos parece que as práticas que qualificam a gestão empresarial do risco social integram os deslocamentos contemporâneos dos capitais ante seus críticos (GIFFONI PINTO, 2010).

Concordamos que as empresas modificam suas estratégias ante as críticas dos movimentos sociais, visto que não é imune às pressões da sociedade e, portanto, participa das transformações políticas e culturais das diferentes épocas. Contudo, estivemos interessados em analisar por quais processos e em qual direção tais modificações se concretizam e não dar como certo e inevitável o processo de responsabilização das empresas. O processo de contratação de consultorias especializadas em gerenciamento de riscos sociais e a consequente realização de investimentos sociais pelas empresas, sob estes princípios, trazem-nos uma dimensão de controle da empresa sobre as comunidades do entorno. Desta forma, o processo de licenciamento social não parece ser, embora divulgado como tal, uma

democratização dos processos decisórios junto às comunidades do entorno, mas uma tentativa de obtenção do consentimento pelo investimento de partes dos lucros da empresa.

A literatura gerencial consultada sustenta que os programas de responsabilidade social “[...] afetam o estoque de capital reputacional e, conseqüentemente, o valor dos ativos intangíveis da organização.” (GOMES et. al, 2006, p.952) e o estabelecimento de relações positivas com a comunidade local é considerado pelas empresas “como um ativo na forma de acumulação de capital social” (GOMES et. al, 2006, p.952) e é este capital que vai garantir a esperada licença para operar. A acumulação primitiva do capital, processo pelo qual o capitalismo foi gerado, afirmando-se historicamente, baseou-se numa reorganização das relações de produção, na separação dos camponeses de seus meios de produção e em sua constituição como mão de obra assalariável nas cidades. A menção à acumulação do capital social apoia-se, analogamente, embora no plano das subjetividades coletivas, na separação entre as comunidades locais e sua força crítica. A tentativa de antecipação e de neutralização desta força crítica por estudos de “risco social” estão constituindo um dos mecanismos de acumulação deste capital “social” em benefício das empresas (ACSELRAD; GIFFONI PINTO, 2009).

Se é importante identificar e analisar os mecanismos por meio dos quais a crítica social é constantemente apropriada e diluída, é igualmente necessário evitarmos uma espécie de determinismo sociológico que, tal como uma retórica conservadora da perversidade (HIRSCHMAN, 1992), poderia interpretar o esforço da crítica não só como inútil mas prejudicial, pois concederia forças ao inimigo que pretende combater. Atentos a isso Boltanski e Chiappello (1999, p.298) buscam a figura mitológica de Sísifo e seu suplício para mostrar-nos o caráter incompleto da crítica. Dizem-nos que a crítica: “no puede verdaderamente cantar jamás victoria”, pois o sentimento de satisfação ofusca os limites dos novos dispositivos criados para atendê-la. Se a crítica perde seu ponto de contato com as modificações que ocorrem no mundo social, e com as atualizações do capitalismo, ela se desatualiza, perde sua força e volta-se contra si mesma. É desta forma que a crítica, assim como Sísifo, deve estar sempre determinada a recomeçar.

***THE CRITICISM POWER: A STUDY ON THE COMPANY
AND SOCIAL MOVEMENT RELATION WITHIN AN
ENVIRONMENTAL CONFLICT CONTEXT***

ABSTRACT: *The re-democratization process in Brazil was a decisive factor for the expansion of the organization of the civil society that started demanding*

the companies to assume their social functions and acted with transparency and responsibility in their productive processes. In view of the emergence of the criticism and demands from the social and environmental movements, the publications on corporate social responsibility sustain ongoing management changes in large companies in Brazil towards a major social environmental responsibility of their practices. However in this article we intend to analyze how these changes are provided. As the study object, we investigated the repercussions of the social criticism in the expansion corporate strategies and the control of territories from a large Brazilian pulp and paper company, prioritizing the analysis of the social responsibility policies.

KEYWORDS: *Corporate social responsibility. Social risk. Environmental conflict.*

Referências

ACSELRAD, H.; GIFFONI PINTO, R. A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.51-64, jul./dez. 2009.

ANDRADE, J. C. A dimensão político-institucional das estratégias sócio-ambientais: o caso da gestão sustentável das plantações de eucalipto na Aracruz Celulose S.A. In: CONGRESSO ANUAL DE CELULOSE E PAPEL, 34., 2001, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABTCP, 2001. Disponível em: <<http://www.celso-foelkel.com.br/artigos/outros/Aracruz%20-%20pratica%20da%20sustentabilidade%20florestal.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

ARACRUZ CELULOSE. **Relatório de sustentabilidade 2008**. Disponível em: <http://www.aracruz.com.br/minisites/ra2008/section/home/aracruz_ra_2008.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

_____. **Engajar ou morrer na praia**. São Paulo, dez. 2007. Comunicação empresarial. Disponível em: <www.aracruz.com.br>. Acesso em: 10 maio 2009.

BARCELLOS, G. **Desterritorialização e r-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose**. 2008. 373f. Tese (Doutorado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Akal, 1999.

_____. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAGA, R. **Análise de decisões de investimento em condição de risco: um estudo na Veracel Celulose S/A**. 2006. 179f. Dissertação (Mestrado em Administração)–Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do ato das disposições constitucionais transitórias. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 19 ago. 2013.

CRUZ, T. Ameaça ao investimento de U\$\$ 1,2 bilhão. **Jornal Zero Hora**, Porto Alegre, 09 mar. 2006.

FASE. **H2O para a celulose X água para todas as línguas**: o conflito ambiental no entorno da Aracruz Celulose S/A. Espírito Santo, 2006.

FERNANDEZ, C. O Estado é o responsável pela eclosão do custo indígena. **Revista Custo Brasil**, Rio de Janeiro, paginação irregular, 2009. Disponível em: <<http://www.revistacustobrasil.com.br/pdf/06/Rep%2003.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2010.

FERREIRA, S. **Da fartura à escassez**: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo Norte do Espírito Santo. 2002. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FIBRIA CELULOSE S.A. **Relatório de sustentabilidade 2010**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2010/shared/Fibria_Relatorio_de_Sustentabilidade_2010.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2013.

GERCHMANN, L. Prejuízo da Aracruz pode ser de milhões de dólares, diz empresa. **Folha de S. Paulo**, Porto Alegre, 09 mar. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u76420.shtml>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

GIFFONI PINTO, R. **O poder da crítica**: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais. 2010. 154f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOMES; A. et. al. Sustentabilidade de empresas de base florestal: o papel dos projetos sociais na inclusão das comunidades locais. **Revista Árvore**, Viçosa, v.30, n.6, p.951-960, 2006.

HIRSCHMAN, A. O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLME, R.; WATTS, P. **Responsabilidade social empresarial: bom senso aliado a bons negócios**. Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. Disponível em: <http://www.cebds.org.br/media/uploads/pdf-capas-publicacoes-cebds/responsabilidade-corporativa/bom-senso-aliado-aos-bons-negocios_traduzido-por-wbcsd.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA [IBGC]. **Guia de sustentabilidade para as empresas**. São Paulo, 2007.

KELLY, C. **Social risks... being prepared for inclement weather**. Discurso feito por Chris Kelly, vice presidente da Booz Allen, em 27 de abril de 2005. Washington, 2005. Disponível em: <<http://www.boozallen.com/insights/insight-detail/658370>>. Acesso em: 05 out. 2009.

KYTLE, B.; RUGGIE, J. **Corporate social responsibility as risk management: a model for multinacionais**. Corporate social responsibility initiative, Cambridge: Harvard University, 2005. (Working paper, n.10).

LINS, C. **A questão dos riscos intangíveis na valoração das empresas**. Rio de Janeiro: FBDS, 2005. Disponível em: <<http://fbds.org.br/Apresentacoes/FBDS-ComiteRiscoIBGC.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

MALERBA, J. SCHOTTZ, V. **O movimento de resistência à monocultura do eucalipto no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia**. Relatório de Pesquisa de Campo. Rio de Janeiro, set. 2006. paginação irregular.

NUNES, P M. S. Estratégias de relacionamento com Stakeholders e seus impactos sobre os custos de transação: um estudo de caso da Aracruz Celulose. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/Estudo%20de%20Caso%20da%20Aracruz%20Celulose.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2013.

SALOMÃO, J. **O outro lado do desenvolvimento: o bairro São Benedito (Vitória/ES) e os impactos urbanos da agroindústria de celulose**. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SORIMA NETO, J.; NUNES, W. Alguém vai encarar? **Revista Época**, São Paulo, n.409, 16 mar. 2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG73468-6012,00-ALGUEM+VAI+ENCARAR.html>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

SOUZA, I.; OVERBEEK, W. **Violações socioambientais promovidas pela Veracel Celulose, propriedade da Aracruz Celulose e Stora Enso: uma história de ilegalidades, descaso e ganância**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VINHA, V. O Estado e as empresas ecologicamente comprometidas sob a ótica do neocorporativismo e do State-Society Synergy approach: o caso do setor de papel e celulose. **Arche Interdisciplinar**, Rio de Janeiro, v.8, n.25, p.13-46, 1999.

Recebido em 11/12/2012.

Aprovado em 29/05/2013.

COMUNIDADE TRADICIONAL DOS AREAIS DA RIBANCEIRA, IMBITUBA (SC): DESENVOLVIMENTO, TERRITORIALIDADE E CONSTRUÇÃO DE DIREITOS

*Raquel MOMBELLI**

RESUMO: O artigo analisa a trajetória de busca pelo reconhecimento cultural e regularização fundiária das terras de uso comum, utilizadas há mais de um século, pelo grupo social autoidentificado como “Comunidade tradicional dos Arais da Ribanceira”, em Imbituba (SC), num contexto de aceleração dos denominados grandes projetos de desenvolvimento. Demonstra que, apesar dos direitos das **Comunidades Tradicionais** estarem assegurados pela Constituição de 1988 e dispositivos legais internacionais, esses são sistematicamente ignorados diante do **mito do progresso**. Esse grupo social é visto como **entrave** aos projetos e alvo de políticas de restrição de direitos pelo Estado Brasileiro. Evidencia como a privatização de terras de uso comum levou a desterritorialização da Comunidade e como esse fato ameaça a reprodução de conhecimentos tradicionais acumulados, o livre acesso aos recursos naturais e a ação ambiental desses sujeitos coletivos, que permitiu a preservação de um importante sistema de restinga da região.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade tradicional. Uso comum. Territorialidade. Direito.

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Pós-graduação em Antropologia Social. Florianópolis – SC – Brasil. 88010-970 – raquelmombelli@yahoo.com.br

Introdução

Querendo nos afastar; Das terras que nos pertence; Do
direito de plantar; Humildade é nossa arma; Por isto vamos
lutar; Não sou contra o progresso; Nem daquele que o
faz; Que a sua cidade cresça; Mas que não seja capaz;
De pisar no mais pequeno; Em destruir a sua paz.

D. Valdira da Rocha Farias.¹

As linhas poéticas destacadas acima são de dona Valdira da Rocha Farias, agricultora da comunidade dos Areais da Ribanceira, localizada em Imbituba, no litoral sul de Santa Catarina, e foram escritas para retratar o difícil contexto que ela e sua família enfrentam desde que se tornaram alvo de uma ação de despejo que provocou a fragmentação das áreas de terras que utilizavam em comum com outras famílias e a imediata disponibilização dessas para a instalação de empresas, em julho de 2010. Nas linhas da poesia, a constatação dos efeitos das forças e das mudanças que chegam em nome do progresso, tiram as terras que lhes pertence e os afastam do direito de plantar, humilhando-os e destruindo a sua paz.

O fragmento poético é o fio inspirador para a reflexão proposta neste artigo²: a colisão de interesses emergentes nos contextos de mobilização e afirmação de identidades culturais e reconhecimento de direitos territoriais por determinados grupos sociais que se autoidentificam como povos e comunidades tradicionais e a implementação dos chamados grandes projetos de desenvolvimento ou dos novos empreendimentos econômicos. Apesar dos direitos culturais e territoriais dos grupos indígenas, quilombolas e povos tradicionais estarem ancorados na Constituição de 1988 e em outros dispositivos jurídicos internacionais do qual o Brasil é signatário³, esses direitos parecem apresentar menor relevância para o Estado brasileiro diante dos projetos apresentados como imprescindíveis ao desenvolvimento econômico de toda a sociedade, fundamentados no “mito do progresso” (DUPAS, 2006). Nesses contextos, as denominadas **comunidades e povos tradicionais** são, muitas vezes, percebidas meramente como entraves aos projetos de desenvolvimento.

¹ Poesia “Sonho”, de D. Valdira da Rocha Farias, agricultora dos Areais da Ribanceira, Imbituba, SC, 03 jul. 2010.

² Outra versão desse texto foi apresentado no GT03 – Conflitos ambientais, terra e território: estratégias de resistência e construção de direitos, realizado no 35º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (MG), 2011.

³ Destaca-se os artigos 215, 216, 231 da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007) e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011).

Nesse quadro indaga-se sobre o que representa a chegada e a instalação de grandes empresas para estes povos tradicionais? A poesia nos revela a contradição do contexto, quer nas formas e nos usos dos recursos locais, bem como os embates em torno da natureza do desenvolvimento e as escolhas pelas quais se pretende almejá-lo.

No caso em análise, o progresso chega restringindo o direito de um grupo social formado por agricultores e pescadores artesanais, que se reconhecem como integrantes da Comunidade dos Areais da Ribanceira, e que desde os anos de 1970 encontram-se mobilizados para garantir o direito ao livre acesso aos recursos naturais locais e a posse de áreas de terras identificadas como de uso comum. Todavia, os relatos sobre a origem dessa Comunidade estão associados ao reconhecimento da existência de laços de parentesco entre famílias descendentes de imigrantes açorianos e de indígenas, cujas lembranças indicam um processo histórico de uso e ocupação de uma região situada em uma faixa litorânea no sul de Santa Catarina desde o século XIX. Essas famílias, em sucessivas gerações, desenvolveram práticas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais, orientadas fundamentalmente a partir de um sistema de referência compartilhado pela coletividade, pautado em regras e valores morais de uso e ocupação da terra e nas formas de lidar com os recursos naturais disponíveis. Essas práticas possibilitaram acumular formas elaboradas de manejo da biodiversidade local e a preservação de um importante sistema de restinga da região.

Os saberes e conhecimentos acumulados por esse grupo social, assim como as práticas de manejo que até o presente momento contribuíram efetivamente para a proteção ambiental daquela região, não parecem importar à ideologia que impera na implantação dos ditos projetos de desenvolvimento econômico. Vários já impactam diretamente o modo de vida e ferem os direitos coletivos da Comunidade dos Areais da Ribanceira, entre eles a ampliação do Porto de Imbituba, a instalação da empresa Votorantim Cimentos, da empresa Santos Brasil⁴ e a Ferrovia Litorânea Sul⁵.

A implantação dos projetos de desenvolvimento vincula-se às políticas neoliberais que têm produzido efeitos concretos no mercado de terras mundial, afetando diretamente os modos de vida e as formas de acesso aos recursos naturais pelas comunidades tradicionais. Estas políticas, segundo Boaventura Santos (2010), produzem um discurso que projeta a idéia de uma crise do Estado de Bem Estar Social, cuja principal consequência é a produção de ruptura com conceitos legais constitucionais e o recrudescimento de ações políticas com objetivo de criminalizar

⁴ O terminal Tecon de Imbituba foi incorporada a Santos Brasil em 2008 e é considerado pela empresa como um dos terminais de contêineres mais importante do Sul do Brasil.

⁵ Trata-se de projeto de construção de estrada de ferro ligando a cidade catarinense de São Francisco do Sul a Imbituba, e foi incluído no Plano Nacional de Viação em 2008.

grupos sociais ou indivíduos e a supressão de garantias e direitos já conquistados. Nesta perspectiva, qualquer conflito com o setor privado é visto, muitas vezes, como uma ameaça à segurança do Estado. Segundo este mesmo autor, os contextos neoliberais caracterizariam o que está sendo identificado como um Estado de Exceção.

No caso em questão, a desapropriação de mais de 100 famílias das terras da Comunidade dos Areais da Ribanceira, ocorre por mecanismos jurídicos que possibilitaram a privatização de terras de uso comum e, posteriormente, a viabilidade de instalação de alguns empreendimentos econômicos no município de Imbituba, como será apresentado no decorrer deste artigo.

Terras tradicionalmente ocupadas, uso comum da terra e modos de vida

Como dito, desde a década de 1970 esta comunidade luta pelo direito de acesso aos recursos naturais, reconhecimento de suas formas de ocupação daquelas áreas de terra e o direito de viver de acordo com os seus próprios sistemas de valores, tradições e crenças, como rege a Constituição Brasileira de 1988. Com esse intuito, em defesa do seu modo de vida, das práticas de manejo específicas e do uso comum das terras, desde o ano 2000 os integrantes da Comunidade dos Areais da Ribanceira estão organizados e representados por meio da Associação Comunitária Rural de Imbituba (ACORDI). Em diferentes momentos, esta associação buscou junto a várias instituições públicas, mecanismos de regularização e proteção ambiental das áreas de terra daquela região, através da criação de uma unidade de conservação, no formato RESEX (Reserva Extrativista), RDS (Reserva de Desenvolvimento Sustentável) ou Assentamento rural, pelo INCRA. No entanto, todos os processos que levariam a criação de uma dessas modalidades encontram-se paralisados.

A partir de 2010, com a realização do projeto Nova Cartografia⁶ na comunidade, potencializaram-se os processos de mobilização do grupo e sua luta pelos mecanismos legais para assegurar o reconhecimento do seu território tradicionalmente ocupado. No caso dos Areais da Ribanceira, os registros de diferentes relatos evidenciaram experiências históricas continuadas de expropriação de terras utilizadas em comum há mais de um século, por um grupo social que

⁶ Na comunidade, o projeto Nova Cartografia iniciou em março de 2010, por meio do NUER – Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnica, do Departamento de Antropologia da UFSC e do Laboratório de Estudos do Espaço Rural do Departamento de Geociências da UFSC.

compartilha um forte sentimento de pertencimento a essa comunidade. Em sua trajetória de embate com os projetos de desenvolvimento, esse grupo desenvolveu, ao longo de sucessivas gerações, estratégias particulares para a preservação de um uso específico da terra e de diversas práticas informais de gestão do território (NOVA Cartografia..., 2011).

As formas de uso e ocupação das terras de uso comum da Comunidade dos Areais da Ribanceira estão diretamente vinculadas a noções de pertencimento local, as formas de plantar e lidar com a natureza, constituída pelas relações específicas com o lugar e, portanto, estão coadunadas com a categoria legal de terra tradicionalmente ocupada⁷. O trabalho familiar combinado com a prática itinerante do cultivo da mandioca e aipim⁸, plantas medicinais, pesca artesanal com a prática extrativista da palmeira butiá, não podem ser interpretadas como simples atividades produtivas. Nesse caso, estão associadas a um sistema de uso comum das terras⁹. Tal sistema não pode ser interpretado como uma simples modalidade de apropriação de terra, mas antes como expressão de um princípio-valor fundante dessa comunidade, uma referência orientadora da organização social desses sujeitos e na sua forma de se ver, estar e se pensar no mundo. Pois, trata-se de sujeitos coletivos, articulados em redes de parentescos, com laços de compadrios e solidariedade, que realizam trocas de serviço e de produtos, promovendo constantes reelaborações na sua organização territorial. A relação com a terra, portanto, segue predominantemente orientada por práticas informais de gestão do território, por meio daquilo que tem se identificado como o costume local, ou seja, quando o registro de determinadas práticas não dependem do registro exato de normas, mas da renovação constante das tradições orais (THOMPSON, 1998). Estas formas de resistências silenciosas, expressas localmente na gestão dos territórios, são marcadas também pela ação coletiva de caráter político que se manifesta na organização e na luta das chamadas unidades de mobilização (ALMEIDA, 2008).

⁷ Trata-se do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

⁸ A diferença entre mandioca e aipim depende do saber local com relação as partes da planta, cor e forma de rama, folha, raiz, espalhamento, etc. Sobre isso ver cartilha Campos Pinto (2012).

⁹ Segundo Campos (2011, p.34), o sistema de uso comum possui características associadas a uma terra do povo – uma terra que é de todos – mas não necessariamente numa terra pertencente ao povo, no sentido de haver a propriedade coletiva de um grupo, uma comunidade ou várias comunidades em conjunto. As terras de uso comum se diferenciam das chamadas terras de uso coletivo uma vez que o uso coletivo pode estar relacionado a noção de propriedade (apropriação coletiva) enquanto as terras de uso comum não, ou pelo menos não obrigatoriamente. A terra de uso comum está associada, desta maneira, ao “uso comum de determinados espaços por inúmeros proprietários individuais independentes, servindo-lhes como um suplemento, sendo, do mesmo modo, utilizados por pessoas ou grupos de não-proprietários.” No caso dos não-proprietários, a noção de suplemento desaparece, pois aquela terra passa a ser a única que encontram com condições de usufruir.

A emergência de novos movimentos sociais que incorporam à sua pauta fatores étnicos, ecológicos e de autodefinição coletiva está intimamente relacionada a estes processos de territorialidade que visam proteger as terras tradicionalmente ocupadas, geridas por modelos particulares de uso comum historicamente mantidos sob o signo da invisibilidade social (ALMEIDA, 2007)¹⁰. No Brasil, há variadas formas de modalidade de uso comum das terras e este tem sido, segundo o mesmo autor, um fato frequentemente ignorado na estrutura agrária brasileira. As terras de uso comum são parte de um sistema em que o controle de seus usos e ocupações “[...] se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social.” (ALMEIDA, 2008, p.133). Muitas terras de uso comum no Brasil apresentam configurações específicas que são integrantes do território tradicional, porque parte da história e da identidade construída pelos grupos sociais produzidos e reproduzidos na relação estabelecida com o lugar. Desde a Constituição de 1988, a categoria jurídica terras tradicionalmente ocupadas tem ampliado seus significados coadunando-se com os aspectos situacionais que hoje caracterizam o advento de identidades coletivas, como também se tornou um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidades específicas construídas segundo preceitos étnicos (ALMEIDA, 2012).

Saberes, manejos e conhecimentos tradicionais: território e conservação da biodiversidade local

Segundo pesquisas realizadas por Natalia Hanazaki e Nivaldo Peroni do Departamento de Ecologia Humana¹¹ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 2008 a 2010 demonstraram a existência de diversas práticas de manejo dos recursos naturais que sinalizam para a existência de um importante sistema de conservação dos recursos genéticos e biodiversidade da região dos Areais da Ribanceira e proximidades. Esses estudos¹² apontaram a existência de 30 variedades de mandioca, 15 de aipim, 218 identificações de nomes populares

¹⁰ A noção teórica de povo ou comunidade tradicional recebe definições diferentes para autores como Antonio Carlos Diegues (1998), Mauro W. B. de Almeida e M. C. da Cunha (2009), Henyo Barreto Filho (2006). Não é propósito aqui apontar as diferenças conceituais entre essas definições.

¹¹ As pesquisas estão vinculadas ao Laboratório de Ecologia Humana Etnobotânica da UFSC, através do projeto Etnoecologia e Etnobotânica no litoral centro-sul de Santa Catarina (2010-2012).

¹² Trata-se das pesquisas realizadas pelos integrantes das pesquisas realizadas pelo Laboratório de Etnobotânica: Marina F. Campos Pinto (2011), Sofia Zank (2012), Leandro Kumagai Antunes Sampaio (2011).

de plantas conhecidas pela população local como medicinais, sendo 197 parte de 70 famílias botânicas. A coleta do Butiá e da palha do butiazeiro representam uma das mais importantes práticas extrativistas que ocorrem na área. Segundo as pesquisas de Campos Pinto (2010) e Cavechia (2011) sobre o manejo da mandioca apontam que a conservação deste recurso depende exclusivamente da continuidade das práticas tradicionalmente reproduzidas por esse grupo social do plantio das variedades de ramas, obtidas logo após a colheita das raízes da mandioca e do aipim e estocadas no máximo até seis meses, aguardando a época do novo replantio. Caso as ramas não sejam propagadas dentro deste tempo elas secam e o recurso é perdido. Ou seja, a grande diversidade de recursos fitogenéticos encontrados no território tradicional dos Areais da Ribanceira está diretamente relacionada às práticas específicas locais, de circulação de conhecimentos e do sábio manejo executado por esse grupo, além disso, essa biodiversidade das ramas confere maior resistência às pragas nas plantações, como às mudanças climáticas.

Por meio do sistema de uso comum das terras, o cultivo de mandioca tem garantido historicamente a autodeterminação econômica e a segurança alimentar das gerações familiares anteriores e de aproximadamente 100 famílias na atualidade. Os estudos descrevem ainda práticas de manejo específicas utilizadas em áreas de uso comum que configura a existência de um sistema de plantio itinerante das roças de mandioca. Tal sistema é determinado pelo manejo intercalado das terras, por meio da rotatividade de áreas cultivadas e outras em “pousio” (descanso). Tal prática vem garantindo a recomposição da fertilidade do solo. Nas áreas de pousio ocorre a regeneração natural da vegetação de restinga nativa, formando as capoeiras de diferentes idades e tamanhos de acordo com o período de descanso, que pode ficar até cinco anos nessa situação. O sistema garante a produção de mandioca de qualidade em áreas menores. O sistema de roças se reproduz historicamente porque está assentado em regras e os princípios formulados e compactuados através de uma moral camponesa em que a palavra equivale à validade do papel, do documento oficial. A partir das novas articulações comunitárias, como a criação da ACORDI, acordos sobre os usos da área de roça são decididos neste fórum. Do cultivo é produzida também a farinha de mandioca, uma das principais fontes de renda do grupo e um dos principais produtos nas relações econômicas com outros grupos circunvizinhos, localizados nas cidades de Garopaba, Penha, Encantadas, Prainha e Campo Duna.

Em 2010, diante dos conflitos, das ameaças e da restrição ao uso do território, a produção de farinha foi drasticamente reduzida, chegando a cerca de 10,5 toneladas. Em anos anteriores, a capacidade de produção de farinha da ACORDI era de 100 toneladas em alguns anos. Estima-se que mais de 60,5

toneladas de mandioca *in natura* deixaram de ser processadas no engenho comunitário com a ação de reintegração de posse em favor da empresa Engessul. Para além de comprometer a segurança alimentar da comunidade, outros prejuízos podem ser contabilizados nesse processo, pois a redução das áreas de roça tende a intensificação de uso de determinadas áreas, comprometendo a recomposição dos nutrientes do solo e esgotando a capacidade de produção local¹³.

Além disso, a privatização das terras restringe a livre circulação e o acesso aos recursos naturais afetando diretamente as práticas de manejo da biodiversidade que asseguram a existência de uma rica diversidade fitogenética local. O manejo do butiá (*Butia Catarinensis*) e o acesso às plantas e ervas medicinais passam também a ser limitada no novo contexto. Na pesquisa produzida por Sampaio (2011), é notória a relação do conhecimento local sobre os butiazeiros e o butiá não apenas como recurso alimentar, mas também pelo valor lúdico e cultural. Os butiás são encontrados em grande parte da paisagem local, mas muitas plantas estão localizadas entre os limites das roças de mandioca e aipim, sinalizando o seu manejo consoante com as roças de mandioca. Do seu fruto é elaborada a cachaça de butiá, bebida apreciada por muitos moradores da região. Com relação ao manejo de plantas medicinais, as pesquisas realizadas por Zank (2011) ao registrar a existência de inúmeras plantas medicinais demonstra que 60% delas são cultivadas próximas às roças e quintas das casas e 36,5% é considerada silvestre e extraída próxima às duras e as matas.

Estas pesquisas respaldam os conhecimentos e práticas tradicionalmente desenvolvidas por este grupo e expressam a existência de um patrimônio genético e cultural inestimável para toda a sociedade brasileira. Eles representam o produto de uma ação baseada na relação que se estabeleceu com aquele ambiente e a natureza e asseguram a manutenção da agrobiodiversidade local, contribuindo efetivamente para a conservação de um importante ecossistema litorâneo de restinga. Não se trata de uma relação objetiva entre coletividades e determinados ambientes biofísicos, mas deve-se a relação política que se encontra na base da articulação entre identidade e território que é vivenciada pela Comunidade dos Areais da Ribanceira. A continuidade dessa relação depende da preservação do território. No entanto, até o presente momento, nenhuma política foi acionada para a proteção desses conhecimentos tradicionais por parte do Estado brasileiro.

¹³ Dados disponibilizados pela ACORDI.

O mito do progresso e privatização das terras de uso comum

Era uma miséria, mas é que ali o pessoal, todo mundo... pensando em desenvolvimento de Imbituba, que ia sair indústria, que iam fazer uma indústria, que ia dar muito emprego. Aí o pessoal achava que mesmo que vendesse por pouquinho dinheiro o terreno, mas que ia ser compensado com o emprego, aí no final da história é que nem o terreno e nem emprego, né. Ficou tudo parado, poluíram a Imbituba. Aí acabou com a Imbituba porque poluiu, né ...e os empregos que vinham era para os caras de fora. Seu Luis Farias, agricultor dos Areais da Ribanceira. (NOVA CARTOGRAFIA..., 2011, p.07).

Como dito anteriormente, os processos de desterritorialização da comunidade dos Areais da Ribanceira foram acirrados com os projetos de desenvolvimento estabelecido pelo Estado, calcada principalmente em interesses industriais, portuários e imobiliários. A pesquisa realizada por Barbosa (2011) descreve como esse processo é desencadeado a partir dos anos de 1970. Segundo a autora, o governo do Estado de Santa Catarina naquele período determinou a implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PPDDI), como parte de um projeto de ampliação do complexo carbonífero de Santa Catarina, que por meio da instalação de indústrias se propunha a aproveitar os resíduos provenientes do beneficiamento do carvão. A cidade de Imbituba foi escolhida pela existência do Porto Henrique Lage e de uma malha ferroviária (Dona Tereza Cristina) que interliga a cidade à região carbonífera. Para sua implementação era necessário disponibilizar áreas para a instalação de indústrias para o aproveitamento de resíduos provenientes do beneficiamento do carvão. A Companhia do Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina (CODISC) ficou encarregada de coordenar o plano de implementação do complexo carbonífero e, também, pela desapropriação de áreas para a instalação das indústrias. Naquele mesmo ano, ocorreram as primeiras desapropriações na região próxima ao Porto de Imbituba – lugar onde muitos pescadores artesanais residiam, possuíam ranchos de pesca e tinham as roças de mandioca na região denominada como Areais da Ribanceira (distante 10 km do Porto). Nas lembranças dos mais velhos sobre esse período as relações desiguais de poder conduziram as ações de desapropriação e iniciaram o primeiro processo de desterritorialização desse grupo social.

[...] porque a CODISC ela obrigou assim ó: – se vocês não indenizar, a máquina vem aterra tudo e pronto, vocês perdem tudo, entendeu? Tinha morador daqui que saíram chorando, que não queria sair, ia pra fora, ia morrer fora e aqui ia aguentar mais uns tempos. Quantos coitadinhos dos velhinhos com setenta, oitenta anos, os filhos ficaram tudo contente porque ia pegar uns trocadinho, vadios! Não queriam trabalhar, pegaram um trocadinho, saíram. Hoje tão na Brasília, com uma casinha pequeninha, sem ter um pé de mandioca, sem ter um pé de milho, sem ter uma galinha, sem ter nada e o dinheirinho acabou-se. Quando quiser comer tem que comprar de tudo, não produz nada, tão naquela e os velhos, coitado, choraram muito, mas foram obrigados a sair porque a CODISC disse que indenizava ...aí sabe como é que é, analfabeto, coitado, como eles eram, não sabiam nada, não sabiam ler, achavam que chegavam assim metiam o pé aí saíram, indenizaram e tal [...] mas nós ficamos plantando sempre em cima desse terreno, toda vida. A CODISC fez isso, o pessoal saiu, todo mundo ficou plantando, quem já era dono e quem não era que veio pra Imbituba que gostava de plantar como na Divinéia tem um monte, continuaram plantando sempre, há vinte anos, há trinta anos, há setenta anos, tem gente aí que desde quando foram indenizado da CODISC tão plantando em cima e outro que os avôs criaram o pai deles, e eles já se criaram no terreno e já criaram os filhos e hoje tão velhos e tudo em cima desse terreno. **Seu Antero Cardoso.** (NOVA CARTOGRAFIA..., 2011, p.08).

Sem documentos das áreas que ocupavam, muitas famílias foram forçadas a deixar as terras que cultivavam para sua subsistência. O resultado dessa violência também foi pífio do ponto de vista do **desenvolvimento**. Das indústrias previstas para Imbituba pelo plano de desenvolvimento somente uma delas foi instalada, a estatal Indústria Carbonífera Catarinense (ICC)¹⁴ no ano de 1979, nas proximidades do Porto e que funcionou apenas por 13 anos. Nesse tempo produziu impactos negativos para a vida dos moradores da proximidade e vários prejuízos ao meio ambiente. Os estudos realizados por Souza (2007) registram que na área de instalação dessa indústria residiam cerca de 2.000 famílias que ali viviam da atividade pesqueira e do cultivo da mandioca na região na área denominada atualmente de Areais da Ribanceira. Ainda segundo a autora, a indústria ficou conhecida como “maldição da fumaça vermelha”, por cobrir diariamente a cidade por uma fuligem grossa de pó vermelho, consequência da primeira etapa do beneficiamento da pirita carbonosa, gerando como resíduo o óxido de ferro, que em dias de vento nordeste, espalhava-se por toda a região central de Imbituba.

¹⁴ A ICC foi criada no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento, durante a presidência de Ernesto Geisel, e tinha a função de produzir insumos para a indústria química e de fertilizantes, sobretudo os compostos de enxofre, a partir de rejeitos de carvão.

Grande parte desse resíduo, toneladas de dióxido de ferro e de fosfogesso, resíduos gerados pelos rejeitos do carvão de baixa qualidade (a pirita) eram depositados na localidade dos Areais da Ribanceira. Parte dos resíduos de gesso, também gerados por esse processo, era depositado ao lado da sede da empresa, material que permanece até o presente momento naquele lugar.

Ainda segundo pesquisas realizadas por Barbosa (2011), em 1990 a ICC foi incluída no Plano Nacional de Desestatização (PND) e, em 1992, a indústria foi declarada como antieconômica, e em dois anos, liquidada. Documentos de 1998 já registram o interesse na aquisição dos bens da ICC pela da Empresa Cimento Rio Branco Votorantim, pertencente ao Grupo Votorantim, que acabou posteriormente renunciando a compra. Em 2000, para tentar liquidar a dívida milionária da ICC, a empresa repassou todos seus bens à Petrobras Gás S/A (Gaspetro) por valor simbólico. Imediatamente e **sem que essa negociação passasse por nenhuma licitação pública**, a Gaspetro repassou os bens da ICC para uma empresa privada denominada Engessul Indústria e Comércio Ltda. Dessa forma, através de uma transação comercial duvidosa, as áreas de terras que foram tiradas da comunidade por uma ação estatal (por meio da Codisc, ICC e Gaspetro) passaram ao domínio privado quando da venda dos bens da ICC à Engessul. **Ou seja, estamos diante de um processo perverso que transforma terras de uso comum em terras estatais e, posteriormente, em terras privadas.** Esse último fato – a venda à Engessul – dá início a uma nova configuração das relações de forças historicamente desiguais estabelecidas entre dois grupos sociais com interesses distintos: de um lado os chamados posseiros, agricultores lutando pelo seu direito ao uso das terras comunais e, de outro a chamada proprietária, a empresa articulada com os interesses de grupos econômicos e do poder público local, com grandes desdobramentos para os primeiros.

Nesse processo, várias ações foram produzidas pela Engessul para tentar levar a cabo a efetivação do processo de privatização da totalidade das terras dos Areais da Ribanceira. Uma ação foi física: cercar várias áreas da região e contratar vigilantes para controlar e restringir o livre acesso aos recursos naturais e as roças existentes nesses lugares. Outra foi no campo jurídico, por meio de uma Ação de Reintegração de Posse impetrada na Vara Cível de Imbituba, para garantir juridicamente as áreas de terras de uso comum para legalizar e garantir a ocupação das áreas de terras adquiridas pela empresa. Assim, diante da restrição ao acesso às roças e aos recursos existentes e as ameaças judiciais, muitos agricultores foram persuadidos pela empresa a estabelecerem regimes de comodato para poder continuar cultivando em suas terras. Em termos práticos, a Ação de Reintegração de Posse representou para empresa um mecanismo jurídico legítimo para justificar a tomada de posse daquelas áreas.

Diante desta situação, a comunidade organizou-se e mobilizou-se na tentativa de defender os seus direitos à terra, inclusive contando com o apoio de vários segmentos sociais, pesquisadores, sindicatos e movimentos sociais, que reconheciam a legitimidade das reivindicações. Esse esforço mobilizatório do grupo foi alvo de inúmeras ações visando sua intimidação e desmantelamento. Uma dessas ações ocorreu em 2002, à noite, quando uma das famílias que residia na área pretendida pela Engessul foi surpreendida pela presença de homens que os retiraram à força da própria casa e a demoliram com o uso de um trator¹⁵. É importante destacar que, embora o Ministério Público Federal tenha produzido duas Ações Cíveis Públicas, a primeira em 2005 e a segunda em 2010, nenhuma delas conseguiu frear o processo de privatização das terras e a instalação de empresas na região dos Areais. A primeira ACP questiona a legalidade das vendas dos bens da ICC à empresa Engessul, sem licitação pública e a segunda ACP foi movida em agosto de 2010, após a ação de despejo, contra a Engessul e a Sulfacal¹⁶, e embora tenha incluído no seu texto os novos direitos referentes ao grupo – a autoidentificação como Comunidade tradicional e a existência de território tradicional – não gerou efeitos positivos para o grupo.

Nesse contexto de disputa, o ápice da coação e violência contra a comunidade ocorreu no início de 2010 com a prisão da presidente da associação comunitária¹⁷, sob a alegação de que seria uma ação preventiva para evitar que possíveis crimes contra a ordem pública e ao direito a propriedade, sem, no entanto, haver qualquer tipo de prova concreta. Entre as acusações que constam no processo contra os supostos réus (lideranças e agricultores) lista-se **esbulho possessório** (tomada violenta de um bem), **formação de quadrilha e incitação à violência**. As prisões foram realizadas em meio a notícias de que o Estado de Santa Catarina instalaria um quarentenário para confinamento de gado destinado à exportação na área e de que uma grande empresa estava com planos de se instalar na região. Nesse mesmo ano o processo de reintegração de posse, após tramitar em diferentes instâncias, foi concluído com decisão desfavorável ao grupo. O despacho judicial ordenou que os réus e demais ocupantes **irregulares** do imóvel desocupassem a área em 30 dias sob pena de despejo com intervenção, se necessário, da Polícia Federal.

A ACORDI tentou reverter juridicamente à decisão judicial através uma ação rescisória com pedido de tutela antecipada para sustação do cumprimento

¹⁵ Esse fato ocorreu em 18 de fevereiro de 2005 e foi registrado no Jornal Popular Catarinense de Imbituba (SC).

¹⁶ A Sulfacal tem a mesma razão social que a Engessul e comprou terras na região.

¹⁷ Trata-se de lideranças da comunidade e do Movimento dos Sem Terras. As prisões ocorreram no dia 28 de janeiro de 2010.

da sentença, no Tribunal Regional Federal contra a Engessul. O INCRA, que na época já havia aberto o processo de regularização das terras dos Areais e conhecia a situação por antigas demandas, recorreu com um pedido de Suspensão de Liminar de Sentença (SLS), mas ambos os processos jurídicos não foram suficientes para evitar a execução de Reintegração de Posse impetrada pela Engessul e o despejo dos agricultores das terras. Na madrugada do dia 28 de julho de 2010, iniciou-se o cumprimento da sentença com o auxílio de aproximadamente 50 policiais, somados a cavalaria e a polícia de Patrulhamento Tático (PPT) da Polícia Militar de Santa Catarina. Apesar da resistência do grupo, com o apoio de alguns movimentos sociais, a ação de despejo não pode ser impedida e iniciou-se com a destruição das casas e benfeitorias de quatro famílias¹⁸, com o uso de tratores. Na sequência, partes das roças de mandioca foram destruídas. Em algumas roças foi permitido que os agricultores retirassem a mandioca.

Importante registrar que antes da reintegração de posse a área já havia sido vendida pela Engessul à Sulfacal, empresas sediadas no mesmo endereço e que possuem o mesmo sócio administrador, que por sua vez a revendeu em 2009 para o Grupo Votorantim, o mesmo que em 1998, após manifestar seu interesse pelas terras, havia desistido do negócio. Aliada a esse processo, a Comunidade ainda enfrenta a recategorização da área dos Areais da Ribanceira como uma área urbana desde 2005, com a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Imbituba. O novo plano regulador¹⁹ do uso do espaço e do solo passa a determinar que toda a área do seu município, inclusive a área dos Areais da Ribanceira, passe a ser vista como área urbana e em expansão da cidade de Imbituba.

A ação de reintegração de posse ocorreu em uma área de 250 hectares de terras dos Areais da Ribanceira que passaram ao domínio da empresa Votorantim. Uma parte reduzida desta área, em torno de 24 hectares, onde está instalada a ACORDI e o engenho de farinha coletivo ficaram assegurados para a comunidade, devido ao fato de que se conseguiu provar que a área não era objeto da ação. No entanto, ela **encurralou** a sede do grupo, que ficou totalmente cercada e com acesso necessariamente por estradas sob controle da empresa. A ação também alterou e obstruiu caminhos históricos e nativos existentes no local, como o Caminho dos Martins, utilizado pelos jesuítas que passaram pela região.

¹⁸ Antero Cardoso (62 anos); José João Farias (72 anos), Antonio Valentim (78 anos) e Anilton de S. Sabino (62 anos).

¹⁹ Segundo o texto do PDDSI “Para todos os fins, a Área Urbana do município abrange todo seu território”, (IMBITUBA, 2005).

A construção do direito: caminhos para a regularização e proteção do território

Em 2005 a ACORDI buscou auxílio junto ao Ministério de Meio Ambiente (MMA) para solicitar a elaboração de estudos para criação de uma Unidade de Conservação (UC), como uma forma ou recurso que pudesse garantir o direito ao usufruto comum das terras e o sistema itinerante de cultivo da mandioca e o livre acesso aos recursos naturais na área. Um processo²⁰ foi aberto em junho de 2006 no MMA/IBAMA, com o intuito de garantir a conservação da biodiversidade local e a continuidade das práticas desenvolvidas pelo grupo social e regularização fundiária. Entre os anos de 2006 e 2008, estudos parciais, vistorias técnicas, atividades e reuniões para a discussão da criação de UC começaram a ser desenvolvidos com a participação ampla dos diretamente interessados em algum mecanismo capaz de garantir seus direitos. Com as mudanças institucionais no IBAMA, desde 2008 os projetos de criação de Unidades de Conservação passaram a ser responsabilidade do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Devido a essa transição de atribuições e da própria consolidação do novo órgão, houve uma paralisação dos projetos de criação da RDS²¹.

No âmbito do INCRA/SC existem três processos administrativos em andamento referentes à questão agrária que envolve o reconhecimento do uso e da ocupação das terras dos Areais da Ribanceira. O primeiro processo²² foi aberto em 2008 por solicitação da ACORDI, em decorrência do conflito agrário que se instaurava nos Areais da Ribanceira, com o propósito central de identificação de imóvel rural para fins de reforma agrária. A peça deixa clara a demanda por identificação de imóvel rural para fins de reforma agrária e condiz com a existência de população tradicional na área e a necessidade de regularização de acordo com o PNRA de 2003. O segundo processo²³ foi aberto em 2009, com o propósito de desapropriação de imóvel rural para criação de projeto de assentamento. Nesse caso, é preciso identificar imóveis passíveis de vistoria e avaliação com fins de desapropriação para o programa de reforma agrária, o que é feito a partir da elaboração de um Laudo Agrônomo de Fiscalização (LAF), com peças técnicas como plantas e memoriais descritivos da área²⁴. O LAF é uma peça fundamental

²⁰ Processo nº02001.002582/2006-88.

²¹ Atualmente o processo de criação da RDS dos Areais da Ribanceira encontra-se na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação – CCUC/Direp e segue os ritos definidos para a criação de UCs. Dentre eles está a necessidade de complementação do relatório técnico socioeconômico e fundiário finalizado em 2007 e do relatório socioeconômico finalizado em 2008.

²² Processo n. 54210.001457/2008-51.

²³ Processo n. 54210.001190/2009-82.

²⁴ O imóvel em questão correspondia a uma área de 240, 68 hectares, na região dos Areais da Ribanceira e apresentava-se omissa no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNRC).

para o registro dessa área no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNRC) e sua inclusão ao cumprimento da função social do imóvel em questão. No entanto, surpreendentemente, o LAF realizado pelos engenheiros agrônomos emitiu parecer desfavorável, a partir de análises produzidas por observações de campo, referências bibliográficas e estudos técnicos que atestaram as limitações ao uso agrícola desse imóvel, afirmando “tratar-se de solo com baixa fertilidade natural, extremamente arenoso e com propriedades físicas adversas ao uso agrícola”²⁵ inviabilizando-o a área para fins de reforma agrária. No laudo agrônômico, os pescadores e agricultores dos Areais da Ribanceira são tratados na qualidade de “posseiros” e “comodatários”, sem considerar o registro no processo anterior, existente dentro do próprio órgão, no qual já se registrava esse mesmo grupo social pelo termo “população tradicional”. Ao mesmo tempo, o texto do laudo nem sequer menciona a existência da diversidade de variedades manejadas pela comunidade ou de suas atividades extrativistas, o que demonstra que a peça foi produzida sem nenhum contato com os agricultores do local.

Em consonância com o LAF há outras manifestações de órgãos públicos com relação a essa medida do INCRA. Um deles é o documento emitido pela prefeitura municipal de Imbituba para o INCRA, manifestando a sua contrariedade com a inclusão do imóvel junto ao SNCR, pois tal medida seria um contrassenso às “inequívocas vocações turísticas, portuárias e industrial de Imbituba”²⁶. Um outro documento, um parecer técnico da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), afirma que a área é um importante ambiente de restinga que deve ser protegido e ao mesmo tempo em que menciona a existência de depósitos de resíduos industriais que comprometem e oferecem riscos a saúde humana e afirmam a impossibilidade de práticas agrícolas no entorno. No entanto, essa mesma instituição liberou vários projetos de ocupação de áreas de restinga para a Indústria Votorantim Cimentos.

O terceiro processo é de 2010. Trata-se de um procedimento administrativo aberto pelo INCRA em resposta à requisição feita pelo Ministério Público Federal solicitando a instauração de processo administrativo para o reconhecimento e regularização fundiária do território da Comunidade Tradicional dos Agricultores e Pescadores Artesanais dos Areais da Ribanceira. Um termo de cooperação técnica foi firmado entre a UFSC e o INCRA para fins de elaboração desse relatório antropológico que visa identificar e delimitar o território dos areais da Ribanceira. Embora seja um processo inédito no Sul do Brasil e estar orientado dentro dos procedimentos utilizados no reconhecimento de terras quilombolas e indígenas, não há nenhuma garantia que a peça – o relatório antropológico – possa consolidar o

²⁵ Processo n. 54210.001190/2009-82/2009, documento LAS, folhas 123 e 124.

²⁶ Processo n.54210.001190/2009-82./2009, documento LAS, folha 267.

reconhecimento do direito tradicionalmente ocupado e o livre acesso aos recursos naturais pleiteados por esse grupo.

A possibilidade de criação de uma RDS e/ou de um Assentamento são as duas principais alternativas encontradas pela ACORDI para garantir não apenas a regularização fundiária, mas também a continuidade de reproduzir um modo de vida específico de plantar, produzir e de se relacionar com as terras e o meio ambiente. Entretanto, cada uma dessas propostas apresenta mapas com desenhos de fronteiras diferentes. Assim, observam-se delimitações diferenciadas decorrentes das soluções institucionais para o caso não necessariamente projetam a totalidade do território tradicionalmente ocupado necessário para a reprodução do modo de vida desse grupo.

Considerações finais: progresso sem territorialidade?

O território da Comunidade dos Areais da Ribanceira encontra-se sob a ameaça de desterritorialização em função dos processos de **desenvolvimento econômico**, voltados à inclusão internacional da nação brasileira ao mercado global, sobretudo a instalação de empresas que se colocam como hegemônicas e inquestionáveis. Neste processo o território local é visto somente pelo aspecto utilitarista e patrimonialista, produzindo ações estrategicamente pautadas na frequente desqualificação das populações tradicionais, reduzindo sua complexidade e apagando as diferenças culturais e as divergências em relação aos propostos projetos.

Embora exista um conjunto de leis nacionais e internacionais que assegurem o direitos dos grupos sociais autodenominados “povos e comunidades tradicionais”²⁷, esses dispositivos são ainda, na maioria dos casos, desconhecidos ou sistematicamente ignorados, quer pelo campo jurídico quer pelo campo administrativo (cita-se os casos de concessão de licenças ambientais). A sobreposição do direito ambiental ou da propriedade da terra tem se colocado nestes processos como categorias hegemônicas de forma a obscurecer as relações de poder que de fato existem e provocam um deslocamento do debate sobre o direito dessas comunidades tradicionais, do âmbito da política para o da economia e dos direitos para o âmbito do debate dos interesses. A categoria **comunidade tradicional** entra em cena e demarca a alteridade de determinados grupos sociais e tradições no interior do Estado-nação. Mas este processo frequentemente traz consigo situações de extrema adversidade e conflitos reconfigurados pelo mercado, que tem representado quase

²⁷ Cita-se entre essas os artigos 215 e 216 da Constituição brasileira (BRASIL, 1988), Decreto 6.040/2007 (BRASIL, 2007), OIT 169 (OIT, 2011), entre outros dispositivos jurídicos.

sempre a redução, expulsão ou a degradação de territórios tradicionalmente ocupados pelas comunidades tradicionais. Ao se constituírem como novos sujeitos políticos as comunidades tradicionais marcam e demarcam fronteira e diferenças culturais. A relação diferenciada que estabelecem com a natureza, os conhecimentos tradicionais que detém sobre o manejo da biodiversidade local funcionam como atributos de distintividade cultural e de legitimidade política para o engajamento na defesa dos seus direitos ao território tradicionalmente ocupado. Apesar dos esforços de mobilização e da legislação pertinente à defesa dos direitos das comunidades tradicionais, como a abertura de procedimento administrativo por parte do INCRA para reconhecimento e regularização fundiária das terras, observa-se que a falta de definições oficiais com relação às atribuições e competências institucionais com relação aos procedimentos de reconhecimento legal dos Povos e Comunidades Tradicionais compromete o acesso ao direito ao reconhecimento legal pleiteado por essa comunidade.

Diante do quadro inevitavelmente estabelecido, a partir da instalação da empresa Votorantim no território da Comunidade dos Areais da Ribanceira – a fábrica de cimento já está em operação – as possibilidades de algumas destas propostas se efetivarem num curto prazo de tempo, parecem distantes de se realizar. Para além dessa questão, a implantação da fábrica tem gerado uma sinergia industrial na região, atraindo o interesse de outras indústrias pelo local. A instalação de um quarentenário para confinamento de gado para exportação já está confirmada e outros investimentos são cogitados. Nesse novo **pacote de desenvolvimento**, a construção de uma estrada de ferro, a Ferrovia Litorânea Sul, ao longo de todo litoral catarinense está prevista e seu traçado irá atravessar parte das terras tradicionais da comunidade. Em uma arena estruturada e movida exclusivamente por interesses econômicos, mas que de fato se articulam com os interesses políticos (dos partidos e do Estado), a Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira tem sido pouco ou nada considerada.

Organizações que representam o poder público como o INCRA e o MPF têm colocado uma grande expectativa na elaboração do laudo antropológico, por acreditar que esse será uma peça fundamental para embasar os procedimentos jurídicos de defesa dos direitos da comunidade. No entanto, não se tem nenhuma garantia que o documento poderá efetivar o reconhecimento dos direitos pleiteados pela comunidade. Embora a categoria **comunidade tradicional** seja similar à aplicada nos casos de comunidades de quilombolas e indígenas, observa-se que a falta de definições oficiais quanto às atribuições e competências institucionais com relação aos procedimentos de reconhecimento legal dos povos e comunidades tradicionais compromete de fato o acesso ao direito ao reconhecimento legal pleiteado por comunidades nessa condição.

Do outro lado, pode-se dizer que esses movimentos de mobilização de comunidades tradicionais tem provocado a organização de novas políticas públicas e abrindo um campo de sensibilidade jurídica que procuram por ações jurídicas que vinculem direitos culturais e territoriais. A resistência dos Areais da Ribanceira é um grão de areia que tem revelado outros areais que cada vez mais questionam projetos de desenvolvimento que tentam naturalizar uma forma de crescimento econômico que ignora e apaga a relação entre as pessoas e o território. Na celebração da Feira da Mandioca de 2011, na missa organizada pela comunidade, o desenho do mapa da territorialidade tradicional²⁸ da Comunidade foi levado ao altar durante a cerimônia religiosa para que fosse abençoado. O ato realizado sinaliza e confirma o sentido simbólico do território, o sentimento de pertencimento e identidade e de sua relação estabelecida com o lugar. Confirma a existência de um projeto, de um sonho de que o progresso não destrua a sua paz e nem ignore o direito das pessoas à terra.

**COMUNIDADE TRADICIONAL DOS “AREAIS DA RIBANCEIRA”,
IMBITUBA (STATE OF SANTA CATARINA): DEVELOPMENT,
TERRITORIALITY AND CONSTRUCTION OF RIGHTS**

ABSTRACT: *The article analyses the trajectory of the search for the cultural recognition and rural land regularization of common use properties, exploited for more than one century, by the social group self-entitled as “Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira”, in the city of Imbituba, within a context of acceleration of the denominated large development projects. It shows that, despite the rights of the “Comunidades Tradicionais” assured by the Federal Constitution of 1988 and international legal dispositives, those communities are systemically ignored upon the “myth of the progress”. This social group is seen as a hindrance to the projects and target for the right restriction policies by the Brazilian State. It evidences how the privatization of lands in common use led to the de-territorialization of the community and how this fact threatens the reproduction of accumulated traditional acknowledges, the free access to natural resources and the environmental action of these collective subjects, which allowed the preservation of an important regional system of sandbar.*

KEYWORDS: *Traditional community. Common use. Territoriality. Right.*

²⁸ O mapa foi produzido nas oficinas de cartografia social, e integra o Fascículo *Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil* (2011).

Referências

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas. In: LIMA, A. C. de S. (Org.). **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p.375-390.

_____. **Terras de quilombos, terras indígenas, babaçuais livre, castanhais do povo, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: Ed. da UFAM, 2008.

_____. Apresentação. In: SHIRAIISHI NETO, J. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: Ed. da UEA, 2007. p.9-17. (Documento de Bolso, 1).

ALMEIDA, M. W. B. de; CUNHA, M. C. da. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CUNHA, M. C. da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p.277-301.

BARBOSA, A. M. **Comunidade tradicional dos areais da ribanceira de Imbituba: uso da terra e conflito fundiário**. 2011. 148f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia)-Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BARRETO FILHO, H. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedade caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo : Annablume, 2006. p.109-143.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=316&data=08/02/2007>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2013.

CAMPOS, N. J. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CAMPOS PINTO, M. F. et al. **Areias da Ribanceira: dunas de três mares: biodiversidade e conhecimentos tradicionais: agricultura, plantas medicinais e extrativismo de butiá**.

Florianópolis: Laboratório de Ecologia Humana e Etnobotânica da UFSC, 2012. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/00081062427e20914bde1>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. **Manejo local de agrobiodiversidade:** conservação e geração de diversidade de mandioca (*Manihotesculenta*Crantz.) por agricultores tradicionais dos Areais da Ribanceira, Imbituba-SC. 2010. 102f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CAVECHIA, L. A. **Manejo da paisagem por populações litorâneas e conservação da agrobiodiversidade.** 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Ecologia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

DUPAS, G. **O mito do progresso.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2006.

IMBITUBA. Câmara Municipal de Imbituba. Lei complementar n. 2.623/2005, de 19 de março de 2005. Institui o plano diretor de desenvolvimento sustentável de Imbituba. **Inteligência Ambiental**, Santos, 2005. Disponível em: <<http://www.inteligenciaambiental.com.br/sila/pdf/mleicompmi2623-05.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

NOVA Cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC). Manaus: Ed. da UFAM, 2011. (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, n. 20).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT.** 5.ed. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/292>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SAMPAIO, L. **Etnobotânica e estrutura populacional Butiacatarinensis Noblick & Lorenzi (Areaceae) na comunidade dos Areais da Ribanceira de Imbituba/SC.** 2011. 133f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Etnobiologia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, B. S. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. p.31-83.

SOUZA, M. L. de. A indústria carbonífera catarinense de Imbituba: uma história encoberta pela fumaça vermelha. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v.1, n.1, p.99-107, 2007.

*Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC):
desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos*

THOMPSON, E. P. Costume, leis e direito comum. In: _____. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.86-149.

ZANK, S. **O conhecimento sobre plantas medicinais em unidades de conservação de uso sustentável no litoral de SC:** da etnobotânica ao empoderamento de comunidades rurais. 2011. 158f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Humana e Etnobiologia)-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Recebido em 20/12/2012.

Aprovado em 29/05/2013.

O CONFLITO ESTÁ NO AR: POVOS DA FLORESTA E ESPOLIAÇÃO SOB O CAPITALISMO VERDE

*Elder Andrade de PAULA**
*Maria de Jesus MORAIS***

RESUMO: O ano de 2011 foi marcado por dois eventos que traduzem com razoável clareza os conflitos em torno da apropriação dos bens naturais sob a insígnia do capitalismo verde. O primeiro foi marcado pela designação, por parte da ONU, de **ano internacional das florestas** e, a publicação de dois documentos de autoria da FAO e ITTO que apresentam de forma mais acabada as diretrizes para a exploração sustentável das florestas. Além da extração de madeiras e produtos da biodiversidade, institui o Pagamento por Serviços Ambientais-PSA. O segundo foi a reação dos **povos da floresta** em varias regiões do Planeta contra essa nova forma de espoliação. O presente artigo tem como objetivo analisar esses conflitos, tomando com referência a fronteira tri-nacional Brasil/Bolívia/Peru. A análise está apoiada nas pesquisas que desenvolvemos e as conclusões mostram que longe de assegurar direitos territoriais conquistados pelos **povos da floresta** esses direitos estão sendo usurpados.

PALAVRAS-CHAVE: Povos da floresta. Amazônia. Conflitos socioambientais. Capitalismo Verde.

Introdução

Após a realização de mais uma Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, com ênfase na crise climática, a **Rio +20**, a palavra que mais se viu e ouviu no aparato midiático foi a de que se tratou de um

* UFAC – Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco – Acre – Brasil. 69.920-900 – elderpaula@uol.com.br

** UFAC – Universidade Federal do Acre. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Branco – Acre – Brasil. 69.920-900 – mjmorais@hotmail.com

fracasso. Em linhas gerais, esse apressado diagnóstico apontou como evidências desse fracasso o conteúdo evasivo do texto aprovado no final da Conferência, bem como, no relativo desprezo dispensado por chefes de governo e de Estados (especialmente dos EUA e países da Europa ocidental) expresso na ausência dos mesmos no referido evento.

Um exame mais cuidadoso do **Documento Final da Conferência** nos sugere exatamente o oposto. Isto é, a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável foi exitosa nos seus propósitos essenciais: ocultar a crise econômica global¹ e reiterar o esverdeamento do capitalismo como solução para os problemas de ordem econômica, social e ambiental. O modo como articulou a ideologia do desenvolvimento sustentável com a sua tradução material, a “economia verde”, logrou efetivamente dirimir as dúvidas sobre eventuais antagonismos entre ambos, como mostra a formulação a seguir,

La economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza. Afirmamos que cada país dispone de diferentes enfoques, visiones, modelos y instrumentos, en función de sus circunstancias y prioridades nacionales, para lograr el desarrollo sostenible en sus tres dimensiones, que es nuestro objetivo general. A este respecto, consideramos que la economía verde en el contexto del desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza es uno de los instrumentos más importantes disponibles para lograr el desarrollo sostenible y que podría ofrecer alternativas en cuanto a formulación de políticas, pero no debería consistir en un conjunto de normas rígidas. Ponemos de relieve que la economía verde debería contribuir a la erradicación de la pobreza y el crecimiento económico sostenible, aumentando la inclusión social, mejorando el bienestar humano y creando oportunidades de empleo y trabajo decente para todos, manteniendo al mismo tiempo el funcionamiento saludable de los ecosistemas de la Tierra. (NACIONES UNIDAS, 2012, p.10).

O parágrafo supra expressa a concretização do que Silvia Ribeiro (2011) denominou como “novo acordo verde global” proposto em 2008 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente-PNUMA. Em linhas gerais, continua a referida autora, esse “acordo verde” planeja enfrentar a crise financeira e climática redirigindo as inversões para o “capital natural”, ofertando estímulos fiscais para empresas voltadas para a produção de “energias limpas” e também

¹ Conforme lembrou Alejandro Nadal (2012), o Documento Final da Conferência “[...] no menciona ni una sola vez la crisis económica y financiera global. Poco importa que la crisis ya se ha convertido en la Segunda Gran Depresión [...]”

para ampliar os mercados de carbono (RIBEIRO, 2011). Em suma, queremos chamar atenção para o fato de que o **Documento Final da Conferência** não deve ser interpretado como conjunto de formulações evasivas a respeito do futuro, mas sim, como tentativa de legitimação daquilo que já se faz em termos de esverdeamento do capitalismo.

Neste artigo², tratamos de refletir sobre as repercussões desse fazer nos territórios e na vida dos povos indígenas e populações camponesas que tem a floresta como sua morada no mundo. Valemo-nos para tanto, da análise da reterritorialização capitalista em curso na Amazônia Sul Ocidental, mais precisamente, a tríplice fronteira formada pelos departamentos de Madre de Dios/Peru, Pando/Bolívia e o estado do Acre/Brasil. Essa reterritorialização ocorre em um momento marcado, por um lado, pela intensificação das disputas de ordem geopolítica em torno do controle dos bens naturais estratégicos para a continuidade do processo de acumulação capitalista em escala global, por outro, pelo crescimento das pressões contra a destruição ambiental geradas nesse processo. Neste cenário, procura-se apresentar como única alternativa para a humanidade a adoção de mecanismos capazes de compatibilizar lucratividade do capital com a conservação da natureza.

Desse modo, logrou-se a construção de um “consenso ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978), em torno do “capitalismo verde”, denominado recentemente pela ONU como “economia verde”. De acordo com o Relatório publicado pela ONU em 2011 *Towards a green economy: pathways to sustainable development and poverty eradication*, a “economia verde” se caracterizaria por possuir, entre outros traços, o reconhecimento do valor do capital natural e investimento nele, a promoção e utilização mais eficiente de recursos e energia; conservar e recuperar o capital natural e contribuir para a redução da pobreza. A aplicação desses princípios em termos de políticas públicas como aquelas voltadas para o incentivo da exploração madeireira via “Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS” e Pagamentos por Serviços Ambientais-PSA, tem gerado enormes conflitos com os povos da floresta. Esses conflitos começam a desvendar os enigmas da espoliação³ adaptada ao capitalismo verde.

² A base de dados provém do acúmulo de pesquisas que temos realizado e mais especificamente, de uma pesquisa recente, denominada “Causas diretas e indiretas dos desmatamentos nas florestas tropicais na América Latina e Caribe” apoiada pelo Movimento Mundial pelas Florestas – WRM (sigla em inglês).

³ Valemo-nos em nossa análise da formulação de Harvey (2004) segundo a qual a acumulação via espoliação se caracterizaria de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da “acumulação primitiva”, materializada, sobretudo, na precarização das relações de trabalho.

As florestas como objeto de desejo

Nas últimas quatro décadas, as florestas amazônicas e os povos que nelas vivem experimentaram os dissabores de duas ordens distintas de agressões. A primeira se deu no curso da expansão capitalista capitaneada pela ditadura militar no pós 1964, momento em que as florestas foram consideradas um obstáculo à modernização. O conjunto de políticas e estratégias de desenvolvimento instituídas no âmbito do Estado preconizavam a substituição das florestas e da economia extrativista subjacente por uma agricultura pautada nos cânones da revolução verde. O rastro de destruição ambiental, expropriação e crimes contra os povos indígenas e comunidades camponesas são bastante conhecidos e constituíram-se em inúmeros estudos no âmbito das Ciências Sociais⁴ por isso não nos ateremos a eles aqui.

A segunda onda de agressão às florestas e aos povos que nelas vivem teve seu início marcante na **Rio 92**, isto é, na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável realizada em 1992 no Rio de Janeiro. Esta nos parece mais perversa e perigosa do que a primeira, porque não aparece com a sua face real de um modelo de produção destrutiva, mas sim, ocultada sob símbolos da **conservação ambiental** veja-se aquela amável carinha do ursinho Panda usada pelo WWF como seu logotipo. Neste caso, todavia, diferentemente do que ocorreu no período anterior, a produção no âmbito das Ciências Sociais na maioria dos estudos de casos, tem evitado as críticas mais relevantes.

Com essa assertiva, sugerimos explicitamente que a eficácia da ocultação da produção destrutiva deve-se tanto aos méritos da ideologia do desenvolvimento sustentável, mobilizada para esverdear o capitalismo, quanto à cumplicidade da comunidade científica com esse esverdeamento. Para compreendermos essas interseções faz-se necessário situá-las no contexto de ascensão do ambientalismo à agenda política internacional.

As preocupações com a poluição e outras formas de destruição e contaminação ambiental se traduziram em protestos e mobilizações crescentes a partir do final dos anos de 1960. As críticas aos efeitos do capitalismo e seu modelo de produção e consumo iniciadas no hemisfério Norte, em pouco mais de uma década, contagiam o hemisfério Sul. Neste último, a incorporação das questões relacionadas com as florestas tropicais e a sua progressiva e acelerada devastação, como as registradas na Amazônia brasileira, acabava por fechar o cerco. Isto é, mostrava que a produção destrutiva se processava tanto na ponta considerada mais desenvolvida quanto na menos desenvolvida do desenvolvimento capitalista.

⁴ Para aprofundar no assunto sugerimos as seguintes referências: Albert e Ramos (2002); Cardoso e Muller (1978); Leal (1991); Martins (1984); Oliveira (1989); Picoli (2006); Torres (2005); Velho (1979).

O chamado Relatório *Brundtland*, aprovado em 1987 no âmbito da ONU aparecia como a **luz no fim do túnel**. Ou seja, apresentava-se finalmente um conjunto de proposições consideradas adequadas para compatibilizar o desenvolvimento capitalista com a conservação ambiental. Surgiu assim o denominado “desenvolvimento sustentável”, definido genericamente no referido Relatório como aquele capaz de “assegurar as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras”. Esse enunciado impreciso e ambíguo, ao contrário de expressar uma fragilidade como assinalou Sachs (2000), constituiu-se a nosso ver em um dos seus trunfos. Sob essas ambiguidades, os acordos e convenções internacionais firmados até o presente (2012) tornaram-se tão flexíveis que abrangeram sem cerimônias a financeirização da natureza via economia verde.

Assim, nas duas últimas décadas adotou-se um conjunto de políticas e estratégias ditas conservacionistas para fins de readaptação da exploração da **cesta de bens naturais** contidas nos territórios florestais. Graças a uma forte articulação sinérgica entre grandes corporações transnacionais, organizações e agências multilaterais, governos e um vasto complexo de organizações no âmbito da sociedade civil, capitaneados por grandes ONGs internacionais, essas readaptações logram a obtenção de um formidável “consentimento ativo”, nos termos propostos por Gramsci (1978). Isto é, a nova fase da produção destrutiva capitalista passa a ser vista e aceita pelo senso comum como inovações voltadas para assegurar a proteção dos ecossistemas ameaçados.

Desse modo, o aprofundamento da mercantilização dos bens naturais assume a aparência de desenvolvimento sustentável. Para tanto, vale-se tanto do ocultamento das imposições emanadas do *hegemon* imperial – no sentido de instituir um marco regulatório padronizado nos Estados periféricos e semiperiféricos para o **uso sustentável** das florestas – quanto do aval da **ciência florestal**. Conta ainda com a colaboração e cumplicidade de grandes organizações conservacionistas internacionais. Especialmente na massificação da ideia de que a utilização dos recursos naturais devem sujeitar-se aos mecanismos de mercado, cabendo ao Estado tão somente a institucionalização do novo marco regulatório e cumprimento das funções de controle nele estabelecidos.

Em termos práticos essas reorientações normativas traduziram-se inicialmente duas iniciativas conjugadas: 1) Institucionalizar, regulamentar e intensificar o Manejo Florestal Sustentável–MFS⁵ com vistas a imprimir uma nova racionalidade na extração e exploração madeireira; 2) Promover um reordenamento territorial, incentivando entre outros, a criação de unidades de conservação para fins de uso

⁵ A OIMT caracteriza o MFS como processo de gerenciamento permanente de áreas florestais para atingir um ou mais objetivos claramente especificados de manejo, visando a produção de um fluxo contínuo de produtos e de serviços florestais desejáveis (ITTO, 1990).

sustentável na forma de propriedade pública estatal. Nessas unidades de conservação, o domínio formal pode ser de caráter comunal, comunitário e ou governamental. Todavia, em todas essas modalidades, as regulamentações de uso estão fortemente subordinadas aos interesses dos capitais privados, seja na forma de concessões florestais nas unidades de conservação de domínio governamental ou na adoção do MFS nas áreas de domínio comunitário e comunal.

Leis específicas com essa finalidade como aquelas que foram implantadas na Bolívia (1996), Peru (2000), Brasil (2006) e em diversos outros países latino americanos, garantem essa apropriação privada dos bens naturais. De acordo com a OIMT,

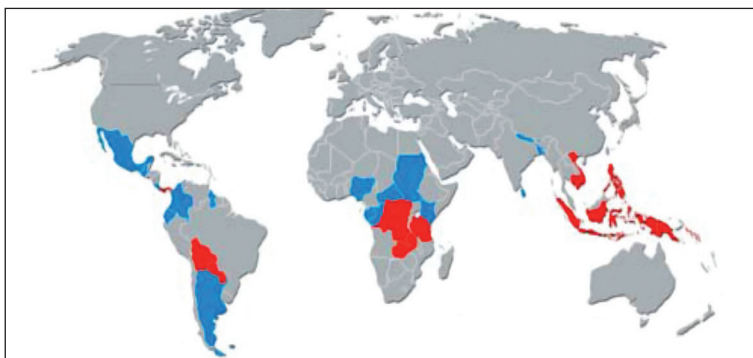
En América Latina y el Caribe, los pueblos indígenas y otras comunidades locales poseen extensas áreas de bosque. Brasil, por ejemplo, ha adjudicado 106 millones de hectáreas de la Cuenca Amazónica a comunidades indígenas y la mayor parte de estas tierras se han regularizado (lo que significa que se han asegurado todos los derechos correspondientes). Por otra parte, más del 50 por ciento de los bosques del Ecuador se encuentran bajo propiedad comunal o indígena, y existen también extensas superficies bajo control local en Bolivia, Colombia, Guatemala y México. (OIMT, 2011, p.19).

De acordo ainda com a OIMT (2011, p.15), aproximadamente 60% da produção de madeiras da OIMT nas florestas tropicais da América Latina e Caribe provém dessas unidades de conservação de domínio público e comunal. Esse dado mostra o avanço da apropriação privada dos bens naturais, neste caso a madeira, também naqueles territórios conquistados nas lutas de resistências de movimentos camponeses e indígenas nas duas últimas décadas. Nesse sentido, para mais além da apropriação do discurso crítico está em curso uma expropriação encapuzada pelo MFS em particular e a ideologia do desenvolvimento sustentável em geral.

Também no ano de 2011, designado como **Ano Internacional das Florestas** pela ONU, foi publicado outro documento de referência mundial sobre florestas. Trata-se de um Informe de edição bienal SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO (2011), de autoria da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação-FAO. Ao exemplo do que ocorreu nas oito edições anteriores, o referido Informe elegeu como tema chave “*Cambiar las vías de acción y, así, las vidas: los bosques como múltiples vías hacia el desarrollo sostenible.*” Tal como o documento supracitado da OIMT, esse Informe da FAO, intensifica as recomendações voltadas para a financeirização dos bens naturais – em fina sintonia com as orientações do Relatório do PNUMA (2010) – e reitera a interpretação das

atividades florestais como parte crucial do programa internacional sobre mudanças climáticas (SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO, 2011, p.XIV). Na figura 1 aparecem ilustradas as iniciativas voltadas para experimentação e implementação de Programas de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação–REDD (sigla em inglês).

Figura 1 – Programa ONU-REDD y países observadores



___: Países piloto de ONU-REDD, ___; Países associados de ONU-REDD

Fonte: SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO (2011, p.70).

Apesar do Brasil não aparecer identificado nesse mapa como integrante desses dois grupos⁶, está em andamento um conjunto de iniciativas voltadas para esta finalidade, como as que ver-se-á no caso do estado do Acre, mais adiante. A figura 1 ilustra com bastante nitidez a sujeição dos países periféricos e semiperiféricos as políticas de “colonização do clima”, tal como sintetizado por Martínéz e Acosta (2012, p.10-11),

Cuando parecían agotarse los espacios físicos colonizables, la naturaleza y sus funciones se están convirtiendo en objeto de exóticos mecanismos de prosperidad del capital, reproduciendo nuevas formas de acumulación [...]. El capitalismo, demostrando su asombroso y perverso ingenio para buscar y encontrar nuevos espacios de explotación, está colonizando el clima.

⁶ Informe da FAO (SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO, 2011, p.74), “Brasil no tiene una ley que aborde específicamente la titularidad legal de los derechos del carbono. Sin embargo, se espera que la implementación de su Política de cambio climático, que fomenta el desarrollo de un mercado organizado de carbono y que es supervisada por la Comisión Nacional del Mercado de Valores de Brasil, contribuirá a clarificar los derechos del carbono.”

Esses mecanismos voltados para aprofundar a mercantilização da natureza na forma de financeirização de bens naturais fazem parte de um conjunto de iniciativas que Lhoman (2012) denominou como “neoliberalização do clima”. Segundo ele,

Durante la última década, el comercio de emisiones se ha revelado como la pieza clave de las iniciativas mundiales para luchar contra el cambio climático [...] una serie de grandes empresas, organismos financieros, centros académicos, gobiernos, agencias de las Naciones Unidas e incluso grupos ecologistas comenzaron a promover un enfoque neoliberal y mercantilista frente al cambio climático, una corriente que surge principalmente de los Estados Unidos [...] El comercio de emisiones establece un marco para lidiar con los gases de efecto invernadero que garantiza los derechos de propiedad de los grandes consumidores de combustibles fósiles del Norte por encima de la capacidad de absorción de gases del planeta y a la vez genera nuevas o oportunidades de negocio y beneficio para las grandes empresas. (LHOMANN, 2012, p.20).

Em suma, com o exposto supra, queremos chamar atenção para o fato de que as recomendações e diretrizes apontadas pela OIMT e FAO voltadas para a exploração sustentável das florestas, para mais além da extração de madeiras, destinam-se a materializar essa neoliberalização e colonização do clima. Nesse sentido, a primeira grande batalha foi a de instituir marcos regulatórios e criar consenso em torno da virtuosidade da exploração madeireira, via MFS, para fins de **conservação dos ecossistemas florestais**. A segunda está em curso nas diversas iniciativas destinadas a impor o pacote completo do comércio de emissões via REDD e Pagamentos por Serviços Ambientais–PSA⁷, conforme mostra a seguinte matéria publicada no *Valor online* (CARBONO..., 2012).

Em função dos baixos preços da madeira no mercado, em parte consequência do grande volume de produto ilegal comercializado no país, empresas de exploração florestal tendem a buscar ganhos no mercado voluntário de crédito de carbono para compensar os custos das práticas sustentáveis [...] Após dois anos de trabalho em parceria com o grupo holandês 33 Forest Capital, a empresa concluiu em julho o registro e validação de um projeto de REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) para o lançamento de 3 milhões de créditos de carbono já disponíveis no mercado. A iniciativa resulta da estratégica de não criar gado em 27 mil hectares, correspondentes a uma parte dos 20% da propriedade

⁷ Uma elucidativa análise da natureza do PSA e seu significado no âmbito da “economia verde” está disponível em na publicação *World Rainforest Movement Monthly Bulletin* (2012).

fora da reserva legal, onde o Código Florestal permite desmatar para produzir. As emissões evitadas em dez anos produzindo madeira mediante manejo certificado, somam 9,4 milhões de toneladas de carbono [...]

A tríplice fronteira Brasil/Bolívia/Peru como laboratório da **economia verde**

Como sabemos, os atuais departamentos⁸ de Pando e Madre de Dios e estado do Acre, situados respectivamente na Bolívia, Peru e Brasil, tiveram suas delimitações fronteiriças entre esses três países no alvorecer do século XX⁹. O processo que impulsionou e definiu a delimitação desses territórios entre esses três países foi fortemente influenciado pela geopolítica do controle dos recursos naturais na virada do século XIX para o XX. A crescente demanda das indústrias nucleadas na Europa ocidental e EUA por borracha natural desencadeou uma corrida de capitais monumental em busca dessa nova matéria-prima. Dado que os territórios portadores de alta densidade da árvore produtora de látex (*Hevea brasiliensis*) estavam concentrados na Amazônia, a disputa pelo controle dos mesmos passou a ser essencial. “A entrada em cena do *Bolivian Syndicate* e a conflagração do conflito armado entre Brasil e Bolívia expressou bem a intensidade das disputas que envolviam o controle territorial naquele período.” (PAULA, 2011, p.42).

O *Anglo-Bolivian Syndicate* de Nova York foi a denominação de um cartel formado pela *United States Rubber Company* e grupos de capitais ingleses que tinha como objetivo assumir o controle do território do Acre mediante contrato firmado com o governo boliviano. Esse contrato assegurava ao *Bolivian Syndicate* a compra de toda a produção da borracha e, fatalmente, abriria as portas para intervenção dos EUA no Acre. Esse cartel reproduziria na Amazônia um “cancro colonial” no estilo daquele que marcou a dominação imperialista no continente africano. A rebelião acreana comandada pelo seringalista Plácido de Castro, somada à diplomacia liderada pelo Barão de Rio Branco, anexaria de vez o território acreano ao Brasil, o que inviabilizou as pretensões do *Bolivian Syndicate* (PAULA, 2011).

A formação da empresa extrativista nesses territórios foi marcada pela expropriação, genocídio e ou escravização dos povos indígenas, bem como pela migração dirigida de força de trabalho de outras regiões para Amazônia. O domínio privado de grandes latifúndios formados por extensos territórios

⁸ Departamento no Peru e Bolívia é o termo correspondente aos estados no Brasil.

⁹ Com o Tratado de Petrópolis de 1903, solucionou-se o conflito armado entre Brasil e Bolívia via anexação de uma parcela do território amazônico boliviano ao Brasil. Em 1909 seria assinado Tratado similar com o Peru. O atual estado do Acre é resultado da incorporação desses territórios (PAULA, 2011).

florestais inseridos nas relações mercantis definiu o tipo de exploração que assegurou a produção e o fluxo de borracha natural da Amazônia para os centros industriais. Com o advento da domesticação da borracha e dos monocultivos em larga escala no sudeste asiático – resultado do mais emblemático caso de biopirataria praticado pelos ingleses na Amazônia ainda no século XIX – e da descoberta da borracha sintética, a empresa extrativista entrou em crise irreversível.

Após algumas tentativas de revitalização do monoextrativismo da borracha natural entre as décadas de 1940-60, sob a ditadura militar (1964-84), o governo brasileiro tratou de liquidá-la em prol da **modernização** da Amazônia. Procurou-se assim tanto promover uma **integração nacional** quanto uma readaptação à nova divisão internacional do trabalho e a dinâmica de acumulação capitalista em escala planetária. A intensidade da destruição e dos conflitos produzidos sob essa nova investida de exploração capitalista na Amazônia torna-se mais visível nas lutas protagonizadas pelos movimentos camponeses e indígenas. No encontro dessas lutas com organizações e movimentos ambientalistas internacionais procurou-se bloquear aquele estilo de produção destrutiva do capital na Amazônia (PAULA, 2005).

É sob esse impasse que as grandes corporações transnacionais, governos, instituições multilaterais e organizações da sociedade civil constroem as bases para a readaptação ou esverdeamento do capitalismo. A Geopolítica do controle dos bens naturais passa a orientar a reterritorialização do capital ancorada nos novos e velhos interesses, valendo-se, sobretudo, da instrumentalização do discurso ambientalista. Em se tratando de América Latina e Caribe, a iniciativa de maior envergadura no sentido de promover essa readaptação, foi a que se efetivou na Amazônia brasileira sob os auspícios do Banco Mundial. Através da implementação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais–PPG7, logrou-se exitosos resultados. Com financiamento do **Grupo dos 7**, União Europeia e Países Baixos, esse Programa foi gerenciado pelo Banco Mundial, por meio de um fundo criado para essa finalidade o “*Rain Forest Trust Fund*”. Foi instituído pelo governo brasileiro em junho de 1992 e começou a ser implantado em 1995. Foram investidos um total de US\$ 519 milhões, sendo US\$ 463 milhões dos doadores externos e US\$ 53 milhões provenientes do governo brasileiro (PAULA, 2011).

O Acre é considerado o estado que mais avançou na adoção desse reordenamento territorial, difusão do MFS bem como, nas adaptações no seu aparato jurídico político institucional. Por esta razão tem sido apresentado pelos defensores da economia verde como o modelo a ser replicado em outras partes do mundo, como mostra Schmidlehner (2012, p.16),

Enquanto a lucrativa extração física de madeira ainda tem grande importância, hoje, o Governo do Acre está fortemente promovendo as novas formas mais abstratas e virtuais de valoração econômica de recursos naturais. O Estado tem uma posição de destaque nas discussões internacionais, sendo considerado pioneiro na implementação de REDD e serviços ambientais [...]. Existe uma rede de atores que promovem as ideias da economia verde, com a qual o Governo do Acre está bem articulado ou mantém parcerias, entre eles: os grandes bancos como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco BNDES, a Cooperação Técnica do Governo da Alemanha (GIZ), diversas instituições do governo federal do Brasil, ONGs ambientalistas como World Wildlife Fund (WWF), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazonia (IPAM), Forest Trends, Woods Hole Research Center e empresas como, por exemplo, a Biofilica Investimentos Ambientais [...] Após a Avaliação Ecológica do Milênio pela ONU, que impulsionou a discussão dos serviços ambientais a partir de 2005, e após a inclusão de florestas no MDL no acordo climático, que incentivou os programas REDD, o governo acreano avançou rapidamente na implementação de REDD e serviços ambientais, elaborando com apoio dos seus parceiros a Lei 2.308, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Esta lei prepara a base legal para a comercialização dos serviços.

Quando comparado este caso do estado do Acre com os departamentos de Madre de Dios e Pando, salta aos olhos a impressionante sintonia de estratégias nas iniciativas voltadas para o esverdeamento do capitalismo. A criação das denominadas **áreas protegidas** sob diversas denominações regionais e a disciplinarização das formas de exploração nelas mostra uma tentativa de compatibilizar formas visíveis com aquelas invisíveis de destruição (PAULA, 2012). Chama ainda a nossa atenção o rápido avanço na implementação de projetos de REDD em Madre de Dios, que está mais avançado do que no Acre, como indica o Quadro 1.

Quadro 01 – Projectos REDD Identificados en Madre De Dios

<i>Proyecto</i>	<i>Ejecutor /Implementador</i>	<i>Etapas</i>
<i>Concesión de Conservación “Los Amigos”</i>	<i>ACCA, Winrock International, Carbon Decisions</i>	<i>En diseño</i>
<i>The Castaña Corridor REDD Project</i>	<i>ACCA</i>	<i>En diseño</i>
<i>Proyecto REDD en el Parque Nacional Bahuaja Sonene y La Reserva Nacional Tambopata</i>	<i>AIDER, Carbon Decisions</i>	<i>Validación</i>

Proyecto	Ejecutor /Implementador	Etapa
<i>Proyecto REDD en Concesiones de Castaña en Madre de Dios</i>	<i>BAM</i>	<i>En diseño</i>
<i>Proyecto REDD en la Comunidad Nativa Infierno</i>	<i>AIDER</i>	<i>En diseño</i>
<i>Proyecto REDD en Concesiones de Reforestación en Madre de Dios</i>	<i>BAM</i>	<i>En diseño</i>
<i>Amarakaeri REDD Project</i>	<i>BIOFOREST</i>	<i>Propuesta</i>
<i>The Belgica Native Community REDD Project</i>	<i>ASESORANDES – Consorcio Comunidad Bélgica/Carbon Decisions</i>	<i>En diseño</i>
<i>Piramide REDD Project</i>	<i>CREES</i>	<i>En diseño</i>
<i>Gestión sostenible para La conservación de dos reservas de biósfera en la Cuenca Amazónica (Perú y Ecuador) mediante La Reducción de Emisiones de CO2 por Deforestación y Degradación de Bosques (REDD)</i>	<i>Cesvi-Perú/DRIS</i>	<i>En diseño</i>
<i>Madre de Dios Amazon REDD Project</i>	<i>GREENOXX/AIDER</i>	<i>Operacional</i>
<i>REDD en el Proyecto Ecoturístico de Concesión “Inkaterra” y lãs concesiones de conservación de “Bioconservación Amaru Mayo” y “Inkaterra – Tambopata”</i>	<i>INKATERRA</i>	<i>En diseño</i>
<i>Programa de Créditos Ambientales Manu-Amarakaeri</i>	<i>SEP</i>	<i>En diseño</i>
<i>Desarrollo de experiencias piloto REDD con comunidades nativas de tres regiones de la Amazonía Andina peruana</i>	<i>WWF PERU</i>	<i>En diseño</i>
<i>Evaluación de bosques a gran escala en la región de Madre de Dios</i>	<i>MINAM</i>	
<i>Construyendo capacidades a nivel nacional y subnacional para REDD en el Perú</i>	<i>WWF</i>	
<i>Proyecto REDD Madre de Dios</i>	<i>Maderacre, Maderyja/AIDER, Greenoxx (Uruguay)</i>	

Fonte: Tito (2012).

A diversidade dos agentes envolvidos com REDD mostradas no Quadro 1 (de madeireiras a ONGs) indica a complexidade dos conflitos em torno da disputa

territorial na Amazônia. Um rápido exame do conjunto das lutas travadas atualmente pelos movimentos indígenas e camponeses revela que, para mais além da terra, tem-se lutado para garantir o controle dos demais bens naturais – inclusive do ar que se respira – naqueles territórios conquistados nas lutas de resistências nas três últimas décadas.

Sob esse contexto, os chamados conflitos socioambientais envolvendo terra/território têm se multiplicado, chegando a praticamente 50% no caso peruano (informação verbal)¹⁰. Na Amazônia boliviana, o massacre de mais de duas dezenas de camponeses em *El Porvenir* (setembro de 2008) expressa o acirramento das disputas por terra/território (PAULA; MORAIS, 2010). No caso do Acre, o governo da frente popular não consegue mais conter ou ocultar como antes os conflitos sociais no campo. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra-CPT (2012, p.22), a empresa Laminados Triunfo – detentora de selo verde FSC e da maioria dos PMFS no Acre – foi responsável por mais de um terço do total de famílias envolvidas em conflitos em 2011, isto é, 1.200 de um total de 3.254. Tão grande é a gravidade do problema que no momento em que elaborávamos este artigo recebíamos da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR de Xapuri, Dercy Teles, cópia de uma Petição a ser encaminhada ao Ministério Público Federal solicitando a proibição da exploração madeireira na Resex Chico Mendes,

O meu nome é DERCY TELES DE CARVALHO CUNHA, sou Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, e desde 2006, quando assumimos a presidência do Sindicato, estamos em luta contra o projeto do governo do Estado do Acre e as Empresas Madeireiras, que sob a batuta do desenvolvimento sustentável planejaram a exploração madeireira na RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES para exportação. Como compreendemos que na lógica do capital não existe sustentabilidade, resolvemos pedir apoio a conceituada comunidade da avaz para que nos ajude nessa batalha de salvar a RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES DA SANHA DO CAPITALISMO VESTIDO DE CAPITALISMO VERDE. Agradecemos antecipadamente o apoio. (CUNHA, 2011).

Tanto a exploração madeireira, agora considerada uma atividade sustentável via MFS quanto os contratos de REDD e outras formas de PSA, resultam na liquidação da relativa autonomia dos camponeses e povos indígenas em seus territórios, como diz a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Dercy Teles,

¹⁰ De acordo com os dados apresentados por Giselle Salazar (CooperAcción), no IV Fórum Social Pan-Amazonia, Santarém, novembro de 2010.

[...] essas políticas só vêm a amordaçar a vida dessas pessoas. Elas ficam sem vez, sem voz. Sem voz porque assinam um contrato que é no mínimo de trinta anos. Disponibiliza a área de moradia delas por trinta anos para que o governo e as multinacionais pesquem e usufruam de todo o conhecimento da área por uma mixaria que é insignificante. E o mais grave ainda é que elas não podem mais mexer na área, elas não podem mais pescar, elas não podem mais tirar madeira para seu uso, elas não podem mais caçar, elas não podem mais nada. Eu tenho acompanhado o desenvolvimento dessas políticas, inclusive no Pará, que tem situações aonde um morador foi preso por abater uma árvore pra fazer uma canoa pra pescar. Então, na minha opinião, essas políticas nada mais é do que o confinamento dessas populações dentro do seu próprio território, fazendo com que futuramente elas desistam, porque não faz sentido você viver no meio de uma floresta sem poder usufruir dos bens que ela te oferece. A vida não faz sentido. E essas bolsas que estão sendo disponibilizadas nem que fosse de um milhão de reais, mas ninguém vive parado num canto porque a vida perde a razão, né, você vai se sentir inútil, não tem como a pessoa viver parada só comendo e olhando pra mata sem poder fazer tudo aquilo que ele cresceu fazendo, pescando, caçando, andando, fazendo sua roça, etc. (SOUZA, 2012, p.39).

Essa perda de autonomia relatada por Dercy no caso dos territórios florestais ocupados pelos seringueiros, não difere do que ocorre nas Terras Indígenas. Entre tantos exemplos que vieram à tona no período recente, pode-se destacar a denúncia sobre o caso do Povo Munduruku no estado do Pará na reportagem “A terra é dos índios. E o carbono, é de quem?” (VIANA et al., 2012).

Dada à gravidade de magnitude similar no estado do Acre, o Conselho Indigenista Missionário–CIMI (Regional Amazônia Ocidental) protocolou uma ação no Ministério Público Federal–MPF, solicitando a suspensão imediata das ações voltadas para implementação de programas de REDD em terras Indígenas. Esta decisão seguiu o posicionamento adotado pela sua Coordenação Nacional, segundo o qual, com o PSA

[...] a relação com a natureza passa a ser mercantilista, ou seja, os princípios de respeito do ser humano para com a natureza passam a ter valor de mercado e medidos nas bolsas de valores [...]. O povo perde a autonomia na gestão de seu território, em troca de ter os recursos naturais integrados ao mercado internacional. (A NATUREZA..., 2012).

Também por essas razões, no **Abril Indígena** realizado no estado do Acre em 2012, os nove povos que se fizeram representar nas ocupações da FUNAI e outras

manifestações públicas estamparam sua rejeição ao REDD. Dessa maneira somam suas vozes a de outros movimentos mundiais como a *Alianza Global de Pueblos Indígenas y Comunidades Locales sobre Cambio Climático y Contra REDD*, que se opõem ao REDD por considerá-lo uma “[...] *amenaza la supervivencia de los Pueblos indígenas y comunidades que dependen de los bosques y podría resultar el despojo de tierras más grande de todos los tiempos.*” (HIDALGO, 2012, p.5).

Em suma, o conjunto da obra no caso analisado nos permite problematizar com maior profundidade as implicações para os povos e comunidades que vivem das e nas florestas, dessa espoliação capitalista tingida de verde. Trata-se, portanto, de uma entre inúmeras outras iniciativas nessa direção, como mostra o conjunto de artigos publicados recentemente no Compendio Especial *Economia Verde el asalto final a los bienes comunes* na *Revista Biodiversidad Sustento y Culturas*, editada por *Alianza Biodiversidad & Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe & WRM* (ECONOMIA..., 2012).

Considerações finais

No decorrer deste artigo procuramos colocar em evidência a ideia de que, longe de representar uma possibilidade de harmonizar a exploração capitalista e conservação ambiental, o capitalismo verde expressa o contrário. Isto é as adaptações em curso no processo de reterritorialização do capital se caracterizam pelo avanço da espoliação sob novas formas de mercantilização e financeirização da natureza. No caso dos territórios ocupados pelos camponeses e povos indígenas esse processo repercute imediatamente na produção de novos conflitos sociais, como aqueles gerados pela exploração madeireira e programas de REDD. No que diz respeito ao REDD, pode-se dizer que o principal logro do capitalismo verde tem sido o de levar os conflitos para o ar, literalmente.

Desse modo, a expansão do capitalismo verde ao contrário de sinalizar para algum tipo de respeito aos direitos conquistados pelos **Povos da Floresta** em seus territórios, os tem usurpado, seguindo assim a trajetória de transgressões intrínsecas a este modo de produção. Esta usurpação de direitos se processa legalmente por meio das desregulamentações destinadas a promover as adaptações jurídicas às novas formas de mercantilização e financeirização dos bens naturais. Em que pese a necessidade de aprofundamento das investigações sobre esse processo, pode-se sugerir que as possibilidades de harmonização entre lucratividade do capital, conservação ambiental e resolução dos conflitos sociais parecem mesmo concretizáveis somente nas cartilhas dos defensores do capitalismo verde. Neste sentido, parece-nos que as iniciativas de uma parcela crescente de movimentos

indígenas e camponeses de combaterem MFS, PSA e REDD para assegurarem a defesa de seus territórios, tendem a por em cheque os novos consensos em torno da espoliação esverdeada.

***THE CONFLICT IS IN THE AIR: THE PEOPLE FROM THE FOREST
AND THE SPOILIATION UNDER THE GREEN CAPITALISM***

ABSTRACT: *The year 2011 was highlighted by two events that translate reasonably the conflicts around the natural resources spoliation under the green capitalism insignia. The first was noticed by the designation, according to UN, as the “International Year of Forest” and the publication of two files issued by FAO and ITTO, which present in a more accomplished view the directives for the “sustainable” exploration of the forests. Besides the wood extraction and biodiversity products, it institutes the payment for environmental services – PES. The second event was the reaction of the “People from the Forest” in several regions of the Planet against this new way of spoliation. The present article aims at analyze these conflicts, taking as reference the tri-national boundary Brazil/Bolivia/Peru. The analysis is supported by developed researches and the conclusions have shown that, instead of granting the territorial rights conquered by the “People from the Forest”, these rights have been despoiled.*

KEYWORDS: *People from the forest. Amazon. Socio-environmental conflicts. Green capitalism.*

Referências

ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (Org.). **Pacificando o branco cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: UNESP, 2002.

CARBONO financia manejo florestal. **Valor Online**, São Paulo, 24 out. 2012. Disponível em: <<http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/index.php?r=noticias/view&id=249620>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

CARDOSO, F.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo. Brasiliense, 1978.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA [CPT]. **Conflitos no campo**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012.

CUNHA, D. T. C. Assine a petição: que seja proibida a exploração de madeira dentro da Reserva Chico Mendes. **AVAAZ. ORG Petições da comunidade**, 2011. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Que_seja_proibida_a_Exploracao_de_Madeira_dentro_da_Reserva_Chico_Mendes/sign/>. Acesso em: 20 set. 2012.

ECONOMIA verde el asalto final a los bienes comunes. **Revista Biodiversidad: Sustento y Culturas**. México, e.d es., p.01-120, 2012.

GRAMSCI, A. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HIDALGO, H. Nace la alianza global de pueblos indígenas y comunidades locales sobre cambio climático y contra REDD. **Cobertura Forestal: Boletim de la Coalición Mundial por los Bosques sobre Política Forestal Internacional**, [S.l.], n.40, p.01-16, abr. 2012. Disponível em: <<http://censat.org/ir-a-biblioteca-virtual/file/70-cobertura-forestal-no-40>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ITTO. **Guidelines for the sustainable management of natural tropical forests**. Yokihma: ITTO, 1990.

LEAL, A. L. **Sinopse histórica da Amazônia: uma visão política**. São Paulo: EDUSP, 1991. (Cadernos do Centro de Estudos do Terceiro Mundo).

LHOMANN, L. **Mercados de carbono: la neoliberalización del clima**. Quito: Abya-Yala, 2012.

MARTINEZ, E.; ACOSTA, A. A modo de prólogo entre las formas de vida contactadas con la naturaleza y aquellas contactadas con el capital. In: LHOMANN, L. **Mercados de carbono: la neoliberalización del clima**. Quito: Abya-Yala, 2012. p. 01-06.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

NACIONES UNIDAS. Documento final de la conferencia: el futuro que queremos. In: Rio+20 – CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 2012, Rio de Janeiro. **[Documentos]** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/content/documents/778futurewewant_spanish.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2013.

NADAL, A. R. Río+20: sumisión al poder financiero. **Sinpermiso**, [S.l.], 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/textos/index.php?id=5106>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

A NATUREZA não tem preço: capitalismo verde é neocolonialismo. Diga NÃO ao REDD! Brasília: CIMI, 2012. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6089&action=read&page=2>. Acesso em: 03 mar. 2013.

OIMT. **Actualidad Forestal Tropical**. Boletín de la Organización Internacional de las Maderas Tropicales para fomentar la conservación y el desarrollo sostenible de los bosques tropicales. Yokohama: OIMT, v.18, n.3, 2011.

OLIVEIRA, A. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. São Paulo: Papiрус, 1989.

PAULA, E. A. de. La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en America latina y el Caribe: las revelaciones de la ‘economía verde’ en Acre. **Revista Biodiversidad: Biodiversidad Sustentando y Culturas**. México, ed.esp., p.13-29, 2012.

_____. **Transgredindo fronteiras**: Amazônia no espelho de Caliban. México: UNAM, 2011.

_____. **(Des) envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental**: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PAULA, E. A.; MORAIS, M. de J. M. Nos labirintos das fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, N.; PAULA, E. A. de; WITKOSKI, A. C. **Processos de territorialização e identidades sociais**. São Carlos: Rima, 2010. p.01-20. v. I.

PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIBEIRO, S. Los verdaderos colores de la economía verde. **Eco Portal.net**, 06 dez. 2011. Disponível em: <http://www.ecoportaldotnet.com/Temas_Especiales/Economia/Los_verdaderos_colores_de_la_economia_verde>. Acesso em: 06 jun. 2012.

SCHMIDLEHNER, M. F. A função estratégica do Acre na produção do discurso da economia verde. In: **DOSSIÊ Acre**: documento especial para a cúpula dos povos: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Rio de Janeiro: Conselho Indigenista Missionário, 2012. p.13-20. Disponível em: <http://www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

SITUACIÓN DE LOS BOSQUES DEL MUNDO. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación, 2011. Edición bienal. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2000s/i2000s00.htm>>. Acesso em: 20 set. 2012.

SOUZA, I. P. D. de. Entrevista com Dercy Teles de Carvalho Cunha. In: **DOSSIÊ Acre**: documento especial para a cúpula dos povos: o Acre que os mercadores da natureza escondem. Rio de Janeiro: Conselho Indigenista Missionário, 2012. p.37-39. Disponível em: <http://www.agb.org.br/documentos/dossie_acre.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

TITO, M. R. **Promoviendo REDD+ para el desarrollo sostenible de Madre de Dios**. Lima: WWF Forest & Climate Initiative, 2012.

TORRES, M. (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR 163**. Brasília: CNPq, 2005.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VIANA, N. et al. A terra é dos índios. E o carbono, é de quem? **Rede Brasil Atual**, 10 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2012/03/a-terra-e-dos-indios.-e-o-carbono-e-de-quem>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

WORLD RAINFOREST MOVEMENT MONTHLY BULLETIN. Montevideo: WRM, **Boletim** n.175, fev. 2012. Disponível em: <<http://wrm.org.uy/bulletins/issue-175/>>. Acesso em: 05 mar. 2012.

Recebido em 13/12/2013.

Aprovado em 29/05/2013.

RELATORIA DO DIREITO HUMANO AO MEIO AMBIENTE DA PLATAFORMA DHESCA: UM NOVO CAMPO DE POSSÍVEIS

*Cecilia Campello do Amaral MELLO**

*Marijane Vieira LISBOA***

RESUMO: O *Projeto Relatorias Nacionais em Direitos Humanos* da Plataforma DHESCA Brasil, articulação de ONGs e movimentos sociais, apesar das possibilidades limitadas de intervenção direta nas numerosas situações de violações de direitos no país, vem funcionando como um dispositivo de evidenciação do quadro de injustiça ambiental no Brasil. No presente artigo, a partir de contribuições da filosofia política contemporânea, propomos um exercício de reflexão sobre as atividades da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, na qual atuamos de forma conjunta entre os anos de 2009 e 2011. Num primeiro momento, propomos uma discussão sobre o tema das **alternativas infernais** como dispositivos limitadores da **política**, tomada como prática emancipatória de compartilhamento de um mundo comum; em seguida, analisamos a importância do dissenso enquanto pressuposto dos sistemas democráticos; subsequentemente, discutimos como se constrói a legitimidade da ação do relator e, por fim, analisamos alguns efeitos da ação das Relatorias, a partir de experiências concretas a que tivemos acesso em nosso mandato.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça ambiental. Direitos humanos. Plataforma DhESCA Brasil.

* UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 21941-596 – ceciliamellobr@gmail.com

** PUC – Pontifícia Universidade Católica. Faculdade de Ciências Sociais – Departamento de Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05014-901 – marijane.lisboa@terra.com.br

Introdução

O quadro político-econômico do Brasil e dos países do continente sul americano atualmente aponta para um processo de reprimarização ou remercantilização de suas economias, que se voltam, direta e indiretamente, cada vez mais, para a exportação de matérias primas e insumos de baixo valor agregado e intensivos em recursos naturais (BRANDÃO, 2010; NOVOA GARZON, 2012). Territórios de povos e populações tradicionais são objeto de valorização mercantil e vem sofrendo com o processo de expansão territorial predatória por parte dos setores econômicos ligados à produção e exportação de *commodities*, mineração, siderurgia, indústria do alumínio, papel e celulose, agronegócio, petróleo e petroquímica, que se faz acompanhada da implementação de redes de infraestrutura, tais como portos, rodovias e grandes obras hidrelétricas.

Observa-se que o avanço da fronteira econômica sobre territórios não totalmente incorporados à lógica de acumulação capitalista tem ampliado os assim chamados conflitos ambientais (ACSELRAD, 2004) e reforçado processos históricos de discriminação social e despossessão econômica. Nessa dinâmica, em que povos e populações tradicionais são entendidos por parte dos atores governamentais enquanto **entraves ao desenvolvimento**, observa-se um quadro de enormes dificuldades para que suas demandas sejam ouvidas e consideradas durante os processos legais relativos à avaliação da viabilidade social e ambiental dos empreendimentos que os atingem.

Neste contexto, o Projeto Relatorias Nacionais em Direitos Humanos da Plataforma Dhesca Brasil, articulação de ONGs e movimentos sociais identificados com a questão da exigibilidade dos Direitos Humanos, apesar das possibilidades limitadas de intervenção direta nas numerosas situações de violações de direitos que lhes são trazidas, funciona como um dispositivo de visibilização do quadro vigente de injustiça ambiental no Brasil. No presente artigo, propomos um exercício de reflexão sobre as atividades da Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, na qual atuamos de forma conjunta entre os anos de 2009 e 2011. Não pretendemos de forma alguma realizar um balanço ou avaliação de nosso mandato, tarefa certamente desejável, mas que não caberia a nós desenvolver. O texto que se segue propõe uma reflexão a partir de um ponto de vista específico: o de quem participou dos processos analisados por dentro deles próprios. Entendemos esta **marca de nascença** como algo que demarca uma especificidade e ao mesmo tempo traz nuances ao exercício reflexivo ora proposto. O fato de sermos parte integrante dos processos aqui descritos implica um não-distanciamento que, a nosso ver, foi a condição para que pudéssemos ser afetadas pelas situações que experimentamos e para que daí nascesse uma

reflexão que não se quer externa, neutra ou absoluta, e que só faz sentido a partir deste lugar. Este artigo se beneficia das contribuições da filosofia política contemporânea de Jacques Rancière (1998), Phillipe Pignarre e Isabelle Stengers (2005), cuja produção conceitual original nos serviu de inspiração e instrumental para a análise ora proposta.

As Relatorias Nacionais em Direitos Humanos são divididas em diferentes áreas: Direito Humano à Saúde, à Educação, à Terra e Território, à Cidade e ao Meio Ambiente. Os relatores e relatoras são pessoas com reconhecido conhecimento em sua respectiva área de atuação e eleitos a partir de uma rede de referência da sociedade civil, como por exemplo, no caso do Direito Humano ao Meio Ambiente, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. As Relatorias recebem denúncias de violações de Direitos Humanos e realizam as assim chamadas **missões**, isto é, visitas às localidades onde ocorrem violações com o intuito de investigar as denúncias, averiguar os fatos *in loco* e escutar os diferentes atores locais envolvidos em dinâmicas conflitivas, tais como governos estaduais e municipais, judiciário, Ministério Público, comunidades tradicionais, movimentos sociais, empresas etc. Após as visitas, são produzidos relatórios sobre o caso analisado com foco na situação dos Direitos Humanos dos grupos sociais envolvidos. Esses relatórios são levados à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para que sejam tomadas por parte do Estado brasileiro as medidas cabíveis para salvaguardar os direitos dos grupos sociais afetados. Em alguns casos, quando as instâncias nacionais de proteção não funcionam ou se esgotam, os relatórios podem servir como subsídios para ações junto a Cortes Internacionais de Direitos Humanos, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Num primeiro momento, propomos uma discussão sobre a questão das “alternativas infernais” (PIGNARRE, STENGERS, 2005) como dispositivos limitadores da política tomada prática emancipatória de compartilhamento de um mundo comum; em seguida, analisamos a perspectiva do filósofo francês Jacques Rancière (1998) sobre o dissenso enquanto pressuposto dos sistemas que se pretendem democráticos. Subsequentemente, discutimos como se constrói a legitimidade da ação do relator e, por fim, analisamos alguns efeitos da ação das Relatorias, a partir de experiências concretas a que tivemos acesso em nosso mandato.

Construindo linhas de fuga às alternativas infernais

Em um dos capítulos-chave do livro seminal *La Sorcellerie Capitaliste: pratiques de désenvoûtement* [A Feitiçaria Capitalista: práticas de desenfeitiçamento],

Pignarre e Stengers (2005, p.38) apresentam o discurso corrente hegemônico sobre as lutas contra a exploração do trabalho:

Vocês querem um aumento dos salários? Vocês querem reforçar a legislação que protege os assalariados contra as demissões? Mas assim vocês irão provocar o fechamento de mais fábricas, a aceleração da deslocalização e o aumento do desemprego!

No Brasil, a mesma lógica da impossibilidade política se apresenta nos discursos governamentais em relação à proteção ao meio ambiente e às populações tradicionais. São exemplares nesse sentido as declarações do Ministro Edison Lobão à imprensa: “Os ecologistas podiam dar uma trégua ao governo e ao país no que se refere às hidrelétricas, senão teremos de recorrer às térmicas, essas sim poluidoras.” (GOY, 2008).

Pignarre e Stengers (2005, p.40) denominam como “alternativas infernais” situações que se caracterizam pela apresentação pública de uma série de opções ou alternativas, todas elas invariavelmente ruins; pelo mecanismo circular em que as tentativas de se buscar soluções inovadoras apenas agravam o problema e pelo efeito de poder que esse tipo de enunciado produz sobre as pessoas, que sentem-se incapazes de agir e, como resultado, submetem-se, resignam-se, deprimem-se ou simplesmente produzem denúncias que ecoam no vazio, incapazes de reverter o mecanismo que as paralisa. Isso porque, segundo os autores, estas denúncias não oferecem o que os autores chamam de “*prise*”, isto é, a liga, o ponto de apoio, ou a possibilidade de ação, uma vez que, para os autores das denúncias, qualquer mudança só se processaria quando “todo o sistema for destruído”, o que também se apresenta como uma alternativa impraticável.

Em outras palavras, as alternativas infernais criam situações em que nunca se pode ganhar. A hipótese dos autores é que as alternativas infernais são máquinas de aniquilar a política – aqui tomada no sentido de prática emancipatória de compartilhamento de um mundo comum (RANCIÈRE, 1998) – uma vez que atuam reorganizando em permanência o funcionamento do capitalismo “[...] de modo a reduzir a nada todos os poderes que poderiam encontrar uma referência fora do seu sistema e de sua lógica.” (PIGNARRE; STENGERS, 2005, p.43).

O Estado desempenharia um papel central neste processo, produzindo intervenções minuciosas através de um enorme aparato de dispositivos (regras, leis, instituições) que são falhos apenas numa primeira mirada. Não há erro ou falta por parte daqueles que os aplicam; pelo contrário, são altamente eficientes quando medidos em termos de sua capacidade de potencialização da lógica das alternativas infernais.

A atuação do Estado brasileiro sob os dois governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) e o atual governo Dilma, no sentido da flexibilização da legislação ambiental, visando a desmontagem do aparato de proteção ambiental consolidado pela Constituição de 1988, é um exemplo pungente da profusão da lógica das alternativas infernais a partir do Estado. O Ministério do Meio Ambiente exprime-se publicamente concordando com empreendimentos e obras com evidente impacto ambiental negativo em nome de uma escolha de um suposto **mal menor**, como hidroelétricas para se evitar usinas nucleares ou termelétrica a carvão. Interesses nacionais superiores são evocados para legitimar a suposta necessidade irrevogável de se multiplicar as fontes de geração de energia para sustentar o crescimento econômico, obrigando o órgão regulador, o IBAMA, a desconsiderar dados e aspectos que depõem contra este tipo de empreendimento e a acelerar os processos de concessão de licenças prévias, bem como de licenças de instalação e operação sem que medidas condicionantes tenham sido atendidas. Ao mesmo tempo, o Ministério do Meio Ambiente dissemina um discurso no qual a política ambiental assumiria um papel proeminente, valorizando-se políticas sem maiores custos políticos e econômicos (como é o caso do fechamento do lixão de Gramacho às vésperas da Rio + 20) e inserções espetaculares-midiáticas para conter, por exemplo, o desmatamento na Amazônia. Poderíamos qualificar este tipo de postura como uma espécie de **duplo-vínculo** administrativo, em que o público se vê diante de mensagens simultâneas e contraditórias sendo emitidas pelo mesmo emissor.

Gregory Bateson (1972) definiu o *double-bind* (ou duplo vínculo) como uma situação em que uma pessoa se vê diante de mensagens simultâneas de aceitação e rejeição ou de estímulo e repressão sendo emitidas pelo mesmo sujeito¹. Segundo o autor, em casos extremos, a exposição recorrente a situações de duplo vínculo na infância está relacionada ao desenvolvimento da esquizofrenia em adultos, uma vez que a recepção de mensagens opostas partindo da mesma pessoa gera um quadro de confusão mental na criança que, dependendo do caso, pode engendrar quadros patológicos.

Recorremos ao conceito de *double-bind* ou duplo vínculo por entendermos que ele guarda semelhanças interessantes com a lógica, já não mais psicológica, mas política, das alternativas infernais descritas previamente. Tanto o duplo-vínculo quanto as alternativas infernais são mecanismos que enunciam e engendram concretamente uma situação em que a vítima/ receptor da mensagem sempre irá perder, obrigando-o a conviver e a submeter-se a uma ambiguidade externa

¹ Exemplo de situações *double bind* são os *koan*, ditos enigmáticos da tradição Zen: “Se você disser que esta varinha que tenho na mão é real eu lhe baterei com ela; se você disser o contrário eu também lhe baterei; se você não disser nada eu lhe baterei da mesma forma.” (BATESON, 1972, p.212).

flagrante². No campo da psicologia, a condição de não permitir alternativas à pessoa é indispensável para que o *double bind* conduza a situações patológicas. As possibilidades de saída se caracterizariam por uma atuação dos receptores/vítimas do *double bind* no sentido de não aceitarem os termos do debate e de serem capazes de pôr em xeque o próprio enunciado, produzindo um comentário ou questionamento sobre as mensagens dúbias recebidas, isto é, intervindo sobre elas. É o que Bateson (1972) denominou de **metacomunicação**.

Num mundo regido pela lógica das alternativas infernais, como se poderia recolocar em termos políticos o que hoje vem se apresentando nos termos de uma via de mão única incontornável? Eis a indagação de Pignarre e Stengers (2005) que inspirou nosso trabalho na Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, em busca de práticas capazes de construir linhas de fuga a essa lógica da resignação que vemos disseminadas na sociedade. Como se vê, há muitas semelhanças entre a lógica das alternativas infernais e a lógica do duplo-vínculo, o que nos leva a propor seguir a pista lançada por Bateson e apostar na possibilidade de se construir uma posição que se coloque justamente **fora** das alternativas infernais, mas que intervenha em sua formulação e a questione de modo integral.

Seguindo a análise de Pignarre e Stengers (2005) e de Bateson (1972), entendemos que a possibilidade de construção de uma saída política para os impasses gerados pela lógica de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), que organiza o modelo neodesenvolvimentista assumido pelo Estado brasileiro atualmente, reside no questionamento da lógica em si, isto é, na tomada de posição crítica sobre os enunciados e práticas emitidos e exercidos pelos centros tomadores de decisão. Nesse sentido, o trabalho de investigação e combate às violações de direitos ambientais promovido pela Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente funcionaria como um exercício de produção do que Bateson (1972) denominou de **metacomunicação**. Em outras palavras, o trabalho da Relatoria só tem sentido se ela se posiciona de modo a recusar a lógica do fato consumado e no sentido da busca incessantemente pela abertura de um novo campo de possíveis. Este campo é engendrado por ações concretas localizadas e parciais que, nas palavras de Pignarre e Stengers (2005, p.47), “fazem liga”, isto é, permitem que se aprenda com elas, recolocando em termos políticos o que parecia inexorável e recriando a política de um modo novo.

Assim, no caso da missão que analisou o processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a Relatoria partiu do princípio explícito na legislação de que as licenças podem ou não ser deferidas, o que a posicionou contra a concepção

² Na sabedoria popular, a lógica do *double-bind* aparece em ditos como “se correr o bicho pega, se ficar o bicho come” e “morde e assopra”.

governamental atualmente hegemônica de que o licenciamento é uma linha de produção da aceitação pública dos empreendimentos (LEROY et al., 2011), isto é, um processo técnico-burocrático que apenas referendaria uma decisão política já tomada. Ao partir do princípio de que uma licença pode ser aprovada ou não, o trabalho da Relatoria fez-se no sentido de verificar *in loco* e através de análise documental se os pré-requisitos para a comprovação da viabilidade social e ambiental da Usina Hidrelétrica estariam ou não sendo cumpridos. Abriu-se, então, um novo campo de possíveis representado por um denso universo de pesquisas, documentos, depoimentos e relatórios técnicos até então pouco explorados que demonstravam de forma muito clara e contundente a inviabilidade social, ambiental e até mesmo econômica da obra (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009; SEVÁ FILHO, 2005).

Diferentes perspectivas foram incluídas no Relatório da missão, inclusive o RIMA do consórcio interessado na construção da Usina, o parecer dos especialistas do campo acadêmico, os depoimentos das populações atingidas, do Ministério Público e documentos do próprio IBAMA, cujo corpo técnico, dois dias antes da liberação da licença prévia, divulgou documento atestando a inviabilidade social e ambiental de Belo Monte (BRASIL, 2010). Deste modo, a Relatoria funcionou como uma espécie de caixa de ressonância que reverberou no espaço público o dissenso que atravessa há décadas esta polêmica obra, na ausência de um Estado garantidor de direitos capaz de suportar o debate democrático em seu sentido mais amplo. Abriu-se, portanto, um espaço democrático – por certo momentâneo, precário e limitado – onde o projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte pôde ser discutido de maneira ampliada, o que possibilitou novas apropriações deste debate por atores e setores da sociedade que até então não haviam se implicado nesta discussão e que passaram então a se mobilizar. Tornou-se evidente publicamente que Belo Monte está sendo construída à revelia não só dos povos indígenas e populações tradicionais que vivem ao longo do Rio Xingu, mas também de uma grande parcela da sociedade brasileira que se posiciona contrariamente às obras.

O dissenso como pressuposto dos sistemas democráticos

Jacques Rancière, no capítulo *Les Usages de la Démocratie* [Os Usos da Democracia] do seu *Aux bords du politique* [Nas bordas da política] (1998) destaca que a reflexão moderna sobre a democracia tende, de maneira geral, a representá-la como distante de si mesma, “separada de sua verdade” (RANCIÈRE, 1998, p.75). Por um lado, a tradição liberal a celebra como um consenso sobre a ordem desigualitária, o mais capaz de fornecer aos menos favorecidos uma parcela suficiente de poder e bem-estar. Por outro lado, a tradição socialista a denuncia como uma

ficção que recobriria a realidade concreta “dos egoísmos e da exploração de classe”. Rancière (1998) afirma que, em todos esses casos, a democracia é representada como perda de uma unidade originária, ideia que partiria do pressuposto de que “o *demos*” deveria ser constituído como sujeito presente a si mesmo em toda a superfície do corpo social (RANCIÈRE, 1998, p.74-75), ignorando-se o antagonismo constitutivo do próprio conceito de *demos* (RANCIÈRE, 1998), bem como a questão da intermitência na prática política. Em suas palavras, “O homem da cidade democrática não é um soldado permanente da democracia” (RANCIÈRE, 1998, p.78).

Rancière resgata – e leva às últimas consequências – a concepção que Platão, um inimigo da democracia, criou para definir este regime político: a democracia seria um “bazar de constituições” ou, em suas palavras, “um regime de acomodação do múltiplo” (RANCIÈRE, 1998, p.79). Aristóteles, que entendia a democracia como o menos pior dos maus regimes, chama a atenção para os perigos da ideia de um regime “puro”, “sem mistura”:

[...] um regime que quer tornar todas suas leis, todas suas instituições semelhantes ao seu princípio se condena à guerra civil ou à ruína, devido à própria unilateralidade desse princípio. Para se aproximar da perfeição, cada regime deve se corrigir, dedicar-se a acolher o princípio contrário, a tornar-se dessemelhante de si mesmo. Não há nunca um bom regime, somente regimes desviantes envolvidos em um trabalho perpétuo de autocorreção. (RANCIÈRE, 1998, p.80).

O pensamento da crítica social teria se contaminado por essa problemática nascida do pensamento teocrático contrarrevolucionário, ou seja, a concepção da emergência democrática como perda de unidade e esgarçamento do laço social; as divisões próprias ao regime democrático são representadas negativamente e o trabalho do cientista social crítico seria o de desconfiar e desmistificar a democracia, demonstrando que ela não é o que pretende ser, que ela não faz o que promete: “[...] a igualdade afirmada é uma aparência que só está lá para mascarar a realidade da desigualdade.” (RANCIÈRE, 1998, p.87). Mas a democracia, enquanto pressuposto da política, não se identifica com um princípio de unidade e ubiquidade: trata-se da arte ou do artifício da vida em comum. Afirma Rancière (1998, p.92), “[...] a democracia é a comunidade da partilha, no sentido duplo do termo: um pertencimento a um mesmo mundo que só pode se realizar na polêmica, uma associação que só se pode fazer no combate.”

Uma apropriação fácil e corrente do discurso dos Direitos Humanos é aquela que lê a Carta da Declaração e aponta como na realidade aqueles princípios não estão sendo respeitados. Uma conclusão possível e também comum que nasce

deste exercício de comparação do texto com as desigualdades da vida social é a de que o discurso dos direitos humanos é vazio, ou repleto de boas intenções inexecutáveis. Esta perspectiva, a nosso ver, coloca-se, a partir da **esquerda**, no campo das alternativas infernais. Entendemos a Carta da Declaração de 1948 e os Pactos que se seguiram em 1966 – Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) – e em 1976 – Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)- como pontos de referência para ações no sentido da exigibilidade de direitos. O trabalho da Relatoria tem um efeito demonstrativo: e se levarmos a sério os princípios contidos nas Declarações de Direitos Humanos e cobrarmos sua realização na prática? Deste modo, o trabalho das Relatorias contribui para a evidenciação das dinâmicas conflitivas da sociedade, não enquanto problemas a ser enfrentados ou dirimidos, mas como práticas fundamentais para o fortalecimento das **comunidades da partilha** que se criam no dissenso e no desentendimento, aqui entendidos como motores do fazer democrático. Ao se debater os problemas, abre-se o dissenso em espaços onde isso seria impensável, a saber, onde a lógica das alternativas infernais impera. Exemplar disso é o caso das comunidades vizinhas à mina de urânio das Indústrias Nucleares do Brasil, visitadas durante a missão a Caetité (BA), que puderam evidenciar publicamente uma situação grave que até então era completamente invisível. Essa tarefa de evidenciação dos conflitos a que se propõem as relatorias DHESCA tem como efeito, por um lado, o estímulo às dinâmicas de organização da sociedade no combate às desigualdades sociais e ambientais e, por outro, o tensionamento de órgãos estatais e/ou governamentais no sentido de garantir igual proteção ambiental para todos.

Como se constrói a legitimidade da ação do relator

No processo de democratização política brasileira, a Constituição de 1988 demarca um momento da criação de direitos referentes à questão ambiental³. Após 21 anos de regime militar, grande parte dos esforços das associações da sociedade civil se fizeram no sentido de garantir os direitos civis, políticos e sociais que haviam sido suprimidos durante a ditadura. No entanto, após uma primeira onda de ações vibrantes da sociedade civil nos anos 80 e 90 em torno do processo da Constituinte/ criação de direitos, observa-se uma relativa estagnação em seu ímpeto, talvez em parte devida ao pressuposto compartilhado por grande parte das organizações e movimentos de que a fase da criação de direitos teria se encerrado

³ “O capítulo sobre meio ambiente incorporado à nova Constituição foi, por fim, saudado amplamente como inovador e representativo de um novo estágio na incorporação da questão ambiental pelas instituições.” (ACSELRAD, 2008, p.9).

com a promulgação da carta de 1988. Hoje estaríamos vivendo uma segunda fase do processo de democratização da sociedade brasileira: o processo da promoção, efetivação ou regulamentação dos direitos conquistados. A experiência de trabalho da Relatoria do DHMA nos faz colocar uma indagação: o que significa a separação dos domínios da criação de direitos e sua real implementação?

De acordo com a perspectiva aqui apresentada, o processo de criação de direitos não pode ser entendido como uma fase já realizada, uma vez que, para serem efetivos e não apenas boas intenções vazias, os direitos devem ser constantemente e a um só tempo criados-e-implementados. Direitos que existem em potencial, como uma faculdade, não existem realmente na prática. O filósofo político Giorgio Agamben (1999) analisa a sutileza do problema original da **potencialidade**: segundo ele, “possuir uma faculdade” significa de fato sofrer uma privação. A potencialidade é o modo de existência desta privação. Agamben aponta em Aristóteles a distinção de dois tipos de potencialidade: a **potencialidade genérica** (uma criança tem potencial para saber) e a **potencialidade existente** – que pertence a alguém que, por exemplo, tem um conhecimento ou uma habilidade – o poeta tem o potencial de escrever poemas. Quem possui um conhecimento não é obrigado a sofrer uma alteração; ele tem um potencial graças a uma *hexis*, um “ter”, na base do qual ele pode também não trazer seu conhecimento à atualidade ao não fazer um trabalho, por exemplo (AGAMBEM, 1999, p.179). A questão central da potencialidade é que ela não é simplesmente o potencial para fazer isso ou aquilo, mas o potencial para não fazer, potencial para não se passar à atualidade. Agamben conclui daí que “toda potencialidade é impotencialidade”: “O potencial é aquilo que é capaz de não ser atual. O que é **potencial pode tanto ser como não ser**, pois é a mesma coisa o potencial de ser e de não ser.” (AGAMBEM, 1999, p.182, grifo nosso).

Por esse motivo, a compreensão de parte das organizações da sociedade civil de que a criação e a implementação de direitos sejam duas fases temporais distintas perde de vista o fato de que criar direitos e não assegurar sua real efetivação é o mesmo que relegar os direitos ao domínio da potencialidade, o que significa que eles podem nunca ser efetivados. E aí reside a chave do trabalho da Relatoria: a luta exigibilidade dos direitos humanos, isto é, a reivindicação do cumprimento imediato destes direitos. Deste modo, a criação e a implementação de direitos são tomadas como uma só ação, uma vez que os direitos não existem **de fato** enquanto não são propriamente implementados. Posto de outra forma, é no processo de sua implementação que os direitos humanos são efetivamente criados. Uma das técnicas de atuação das Relatorias neste sentido é colocar-se em pé de igualdade com as esferas responsáveis pelo cumprimento das leis e direitos. Deste modo o(a) Relator(a) obriga essas esferas a reconhecerem os grupos sociais atingidos/vítimas de violações enquanto sujeitos de direitos. Nas palavras de Rancière (1998, p.92):

Hannah Arendt coloca como primeiro direito o direito a se ter direitos. Podemos acrescentar que possui direitos aquele que coloca ao outro a obrigação racional de reconhecê-los. Que o outro fuja disso com frequência não muda nada no fundo. [...] Aquele que faz como se o outro pudesse sempre escutar seu discurso aumenta sua própria potência e não simplesmente no plano do discurso. [...] A igualdade só se faz ouvir traçando as linhas do seu próprio espaço.

O trabalho de monitoramento do cumprimento das leis e direitos realizado pelas relatorias é um exemplo deste artifício de “fazer **como se** o outro pudesse escutar”. O relator não possui nenhum poder intrínseco ou específico, seu poder não emana de qualquer tipo de representação. Embora ele/ela seja alguém com reconhecido conhecimento sobre a temática na qual intervirá e seja escolhido(a) por entidades e movimentos da sociedade civil, ele/ela em princípio não representa nada e não é porta-voz de ninguém. Seu poder é puramente situacional: ele nasce do exercício de se apresentar publicamente em pé de igualdade com os poderes instituídos. Evidentemente, esta técnica por vezes funciona, por vezes não⁴. A tática de se fazer **como se** o relator tivesse algum poder é justamente o que faz com que ele/ela tenha de fato algum poder: este poder nasce (e morre, poderíamos dizer, já que é algo evanescente, emerge e desaparece a cada situação e evento) da situação propriamente política criada pela ação do Relator nas localidades onde realiza suas missões ou nas esferas do poder público onde apresenta seus relatórios.

Como afirma Rancière (1998, p.93), “[...] a igualdade e a liberdade são potências que se engendram e se fortalecem pelo seu próprio ato.” Segundo ele, a igualdade deve ser pressuposta, verificada e demonstrada em cada caso. Ao serem recebidos por prefeitos, secretários, ministros, deputados e demais integrantes da máquina do Estado e cobrarem a efetiva implementação de direitos ou o efetivo cumprimento de seu mandato, os relatores não fazem nada além de um exercício de ampliação da esfera democrática. Nesse sentido, pode-se definir as Relatorias de Direitos Humanos como dispositivos voltados para a radicalização da democracia, na medida em que promovem o fortalecimento daquilo que Rancière (1998) denomina “a política”, isto é, processos de emancipação que se fazem através de mecanismos de verificação da igualdade. Entendemos, portanto, que a luta pelo reconhecimento dos DHESCA está indissociavelmente ligada à luta pela democratização da política e ao combate às tendências autocráticas inerentes ao poder do Estado.

⁴ Por exemplo, as Indústrias Nucleares do Brasil sempre se recusaram a receber a Relatoria, ou seja, nunca a reconheceram como uma instância legítima a quem se reportar. Apesar disso, o trabalho da Relatoria teve efeitos políticos concretos que as afetou, como foi o caso da ação do MPT interditando a mineração de urânio em Caetité e multando a INB por expor seus trabalhadores à contaminação radioativa.

Considerações finais: alguns efeitos da ação das Relatorias

A Relatoria de Direito ao Meio Ambiente do Programa de Relatorias DHESCA funciona como uma instância de controle social e de acolhimento de denúncias relativas ao autoritarismo do Estado, como instância crítica da interferência dos interesses econômicos na consecução das políticas ambientais e como espaço de questionamento da neutralidade de um conhecimento tecnocientífico posto a serviço da vontade de Estado e dos interesses econômicos.

As experiências das Relatorias de Direito ao Meio Ambiente têm contribuído para abrir o debate sobre temas considerados como **fatos consumados**, como foi o caso da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e para trazer para uma agenda de debates temas que eram laboriosamente mantidos à margem do debate público, como é o caso da exploração de urânio em Caetité e do programa nuclear brasileiro (LISBOA; ZAGALLO; MELLO, 2010, 2011). Ao fazê-lo, a Relatoria evidencia aquilo que vários autores já apontaram como uma característica importante da violação do direito ao meio ambiente: o Estado como violador de direitos (BULLARD, 2004; ALLIER, 2007), seja como empreendedor direto de obras que ameaçam modos de vida de grupos sociais não totalmente integrados à lógica do mercado, seja autorizando e garantindo a viabilidade empreendimentos privados que impactam esses mesmos grupos.

Grandes obras, tecnologias e empreendimentos levados a cabo pelo Estado ou por empresas privadas com o patrocínio do Estado são decididas com base no argumento da “Razão de Estado”, que justifica o uso da força ou de meios de exceção por parte de governantes em contravenção às próprias normas do Estado, em função de uma situação definida como excepcional ou emergencial (BOBBIO, 2002). O Estado se reivindica o poder legítimo suficiente para assumir decisões sobre grandes obras, tecnologias e empreendimentos apresentando-se como representante dos interesses majoritários de uma nação, que confluiriam no sentido da aprovação do crescimento econômico a qualquer custo. Ao promover o debate sobre decisões políticas tidas como inelutáveis, as Relatorias questionam uma certa concepção de Estado enquanto instância última de representação de interesses majoritários, revelando como o processo de tomada de decisão política está permeado de maneira estreita pela atuação de grupos econômicos regidos pela lógica da acumulação capitalista, da qual não faz parte a salvaguarda dos direitos humanos da população.

Ao mesmo tempo, as Relatorias, ao promoverem o debate público sobre, por exemplo, grandes obras, revelam que as instâncias públicas destinadas para tal, como as audiências públicas previstas no processo de licenciamento ambiental, vêm sendo

esvaziadas enquanto dispositivos de uma democracia participativa em que os grupos sociais potencialmente prejudicados possam interferir no processo decisório estatal.

De par com essa desconstrução da noção de Estado como entidade consensual e representativa dos interesses majoritários da nação, instaura-se também a desconfiança e a crítica em relação à natureza dos estudos técnico-científicos requeridos nos processos públicos decisórios de obras, empreendimentos e tecnologias. Supressão ou omissão de determinados aspectos e fatos que poderiam levar à decisão de não realizar a obra, conclusões baseadas em evidências insuficientes, metodologias desenhadas para que não se alcance resultados negativos, enfim uma multiplicidade de métodos que permitem a manipulação da pesquisa científica e a obtenção de pareceres técnicos inócuos passa a ser alvo da investigação e da denúncia públicas. Assim, a Ciência torna-se objeto de debate público, evidenciando-se não apenas a construção social dos pareceres técnicos que se apresentam como **neutros**, bem como os compromissos a eles associados. Frente ao argumento técnico que busca se impor enquanto argumento de autoridade, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente propõe levar a sério o Princípio da Precaução (FERMENT, 2008) enquanto dispositivo fomentador da adoção de medidas efetivas no sentido de se impedir a degradação ambiental em situações nas quais há um quadro de incerteza científica. De fato, não há nada no conjunto dos dados e previsões sobre impactos ambientais que autorize um determinado grupo de técnicos ou cientistas a decidirem no lugar da sociedade que esta deva assumir riscos ou mesmo danos determinados em nome de outros benefícios.

Já que benefícios e danos de obras, empreendimentos e tecnologias atingirão grupos sociais distintos e de forma distinta, observa-se um quadro de perpetuação das injustiças ambientais, que longe de poderem ser resolvidos pela tecnociência, deveriam ser por ela evidenciados para que fossem objeto de um processo decisório democrático. Mas o recurso à Ciência justamente pretende evitar a instauração de tal debate público e por isso os órgãos públicos envolvidos nos processos de licenciamento como o IBAMA, mas também a FUNAI, o INCRA, eventualmente Secretarias de Saúde e outros são sistematicamente pressionados, seus funcionários realocados, seu texto feito e refeito de modo a torná-lo ambíguo o suficiente para gerar o desejado **nada obsta**. Na crítica à Ciência feita sob medida para a política já decidida pelos governos, as populações afetadas começam a valorizar e a contrapor o seu próprio conhecimento do meio ambiente àquele conhecimento técnico que lhe é apresentado, apontando suas falhas e exigindo a revisão e complementação destes estudos. A crítica social invade o ambiente tecnocientífico burocrático, técnicos se rebelam contra as pressões, documentos internos vazam e dirigentes precisam ser removidos, como o processo de licenciamento de Belo Monte permitiu entrever.

A atuação da Relatoria, por sua natureza extralocal e independente permite estabelecer diálogos com instâncias legislativas e judiciais, abrindo espaços para que os movimentos e entidades locais desenvolvam suas estratégias de luta, que podem incluir a judicialização de conflitos. Em particular, setores do Ministério Público Federal e Estadual, bem como o Ministério Público do Trabalho têm se aberto para acolher e analisar as denúncias trazidas pela Relatoria⁵. A partir dos avanços do Direito Humano Internacional em relação aos povos indígenas e às populações tradicionais, a Relatoria de Direito ao Meio Ambiente demonstrou as graves violações em que incorre o Estado brasileiro na medida em que não respeita compromissos jurídicos assumidos internacionalmente, como é o caso da obtenção do consentimento prévio por parte de populações indígenas para obras e empreendimentos que venham a afetar seus territórios, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

É preciso assinalar, além disso, que a crescente judicialização dos conflitos traz consigo, também, uma maior politização do próprio ambiente jurídico, revelando-se aí também como seus diversos órgãos, como a Advocacia Geral da União, os juízes de primeira e segunda instância e o próprio STF, veem-se divididos em torno das diferentes concepções de sociedade e economia presentes na sociedade brasileira. Decisões descabidas como considerar que licenças ambientais prévias possam ser concedidas mesmo que os Estudos de Impacto Ambiental estejam incompletos e contenham um número não desprezível de omissões e falhas revelam que as leis precisam ser interpretadas e a interpretação frequentemente ocorre com base numa certa concepção de mundo que entende como imperativa a necessidade de crescimento econômico e defende a primazia da economia sobre a proteção ao meio ambiente e das populações indígenas e tradicionais. A politização dos conflitos ambientais, para a qual a Relatoria contribui, permite também a crítica do exercício da justiça de Estado, como mecanismo igualmente fechado ao controle social, mas não às pressões políticas e interesses econômicos.

Assim, na apuração de violações ao direito ao meio ambiente de populações política e economicamente desfavorecidas, bem como na apresentação dos seus resultados por meio de seus relatórios, a Relatoria de Meio Ambiente tem contribuído para uma compreensão do Estado, da Ciência, do Direito e do Judiciário como instituições porosas, por um lado, aos interesses econômicos e políticos hegemônicos, mas também sujeitas e, em alguma medida, permeáveis aos processos e lutas sociais que se organizam em torno à reivindicações de direitos.

⁵ Caso paradigmático foi a Medida Cautelar da Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o governo brasileiro por desrespeito ao direito de consulta prévia dos povos indígenas no processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, processo que contou com a contribuição do trabalho da Relatoria. Confira: OEA (2011).

Um dos resultados mais relevantes do trabalho das Relatorias é, para todos os envolvidos – populações atingidas, governantes, técnicos – o de permitir o descolamento da noção de justiça daquilo que constitui o direito positivo, ou seja, exibir as diferenças fundamentais entre a legalidade e a justiça, de modo a perceber o direito positivo como o resultado de certa história necessariamente conflitiva. Um sinal revelador desta natureza do Direito como uma guerra surda em que as pazes seladas nunca são definitivas são as recentes iniciativas do executivo, do judiciário e do legislativo de reformar o direito ambiental e das populações tradicionais no Brasil de modo a retirar-lhes direitos conquistados. O Projeto de Emenda Constitucional 215, que pretende transferir do Executivo para o Congresso Nacional a atribuição para demarcar terras indígenas, áreas de preservação e territórios de remanescentes de quilombos; a tentativa de legislar e restringir direitos indígenas durante o julgamento da ação dos arroseiros pela demarcação em ilhas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol por meio de **condicionantes** a serem adotadas em outros casos semelhantes e a incorporação destes condicionantes na portaria da AGU de nº 303, bem como a iniciativa do governo brasileiro, equatoriano, venezuelano e nicaraguense para reformar as atribuições da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, reduzindo-lhe os poderes, incomodados com manifestações dessa Comissão em prol dos direitos humanos na região, no caso de Belo Monte, ilustram à perfeição esta luta surda, mas sem tréguas, por uma justiça que promova de fato os direitos dos segmentos vulnerabilizados da/pela sociedade brasileira.

Se o acesso à justiça é um elemento essencial da justiça real, a posição de escuta independente das Relatorias em suas visitas às comunidades atingidas e a criação de um espaço para a apresentação de testemunhos fora da esfera do Estado ou do judiciário permite que ali se instaure, de modo limitado e transitório, é certo, um exercício do que poderia ser uma democracia de fato. As atividades da Relatoria, através de uma agenda composta de visitas, entrevistas, audiências, coletivas de imprensa constituem, enfim, experiência e oportunidade para o alargamento por parte dos diversos atores do conhecimento a respeito dos direitos de que são sujeitos, dos direitos humanos em geral e do direito humano a um meio ambiente de vida e de trabalho digno e saudável.

***REPORTING OF THE HUMAN RIGHTS TO THE ENVIRONMENT
OF DHESCA PLATFORM: A NEW FIELD OF POSSIBILITIES***

ABSTRACT: *The national reporting project in human rights of the DhESCA Platform, articulated by NGOs and social movements, despite the limited*

possibilities of direct intervention in the numerous situations of right violation in the country, has been working as an evidence trigger of the environmental injustice ambiance in Brazil. In the current article, as from contemporary political philosophy contributions, we propose an exercise of reflecting the activities of the environmental human rights reporting, to which we acted jointly between 2009 and 2011. At a first step, we proposed a discussion on the subject of the “evil alternatives” and limiting trigger of the policy, taken as emancipatory practice for a common world sharing; then we analyzed the importance of the disagreement stated as a democratic system assumption; subsequently, we discussed how it is built the reporter legitimacy action, and eventually we analyzed some effects of the Reporting, from concrete experiences to which we had access during our term.

KEYWORDS: *Environmental justice. Human rights. DhESCA platform Brazil.*

Referências

ACSELRAD, H. A constitucionalização do meio ambiente e a ambientalização truncada do Estado Brasileiro. In: OLIVEN, et al. (Org.). **A constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

_____. As práticas especiais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.07-12.

AGAMBEN, G. **Potentialities**. Stanford: Stanford University Press, 1999. (Collected Essays in Philosophy).

ALLIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

BATESON, G. **Steps to an ecology of mind**. Northvale: Jason Aronson, 1972.

BOBBIO, N. **Elogio da serenidade e outros escritos morais**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p.39-69.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Nota Técnica nº 04/2010**. Brasília, 29 jan. 2010. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Nota-T%C3%A9cnica_IBAMA-n.04_2010_Belo-Monte.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

*Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente da
plataforma DHESCA: um novo campo de possíveis*

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; SANTOS, S, H, dos; PADUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.41-66.

FERMENT, G. **Biossegurança e princípio da precaução**: o caso da França e da União Européia. Brasília: MDA, 2008.

GOY, L. Aneel: Jirau dificilmente entrará em operação em 2012. **Globo.com**, 27 nov. 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL881043-9356,00-ANEEL+JIRAU+DIFICILMENTE+ENTRARA+EM+OPERACAO+EM.html>. Acesso em: 20 nov. 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEROY, J. P. et al. (Coord.). **Projeto avaliação de equidade ambiental**: como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: FASE; ETTERN; IPPUR, 2011. Relatório síntese. Disponível em: <<http://issuu.com/ongfase/docs/rs-equidade>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

LISBOA, M. V.; ZAGALLO, J. G. C.; MELLO, C. C. A. **Relatório da missão Caetité**: violações de direitos humanos no ciclo do nuclear. Plataforma Dhesca Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.dhesca.org.br/attachments/499_Dhesca%20Brasil%20-%20Missao%20Caetite%20-%20Meio%20Ambiente%20-%202011.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **Relatório da missão Xingu**: violações de direitos humanos no licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte. Plataforma Dhesca Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Relatorio-da-Plataforma-DHESCA-sobre-viola%C3%A7%C3%B5es-dos-direitos-humanos-do-projeto-Belo-Monte.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MAGALHÃES, S. M. S. B.; HERNANDEZ, F. (Org.). **Painel de especialistas**: análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Belém: [s.n.], 29 set. 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2012

NOVOA GARZON, L. Brasil em transe. **Revista Contra Corrente**, Brasília, n.4, jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS [OEA]. **Comissão interamericana de direitos humanos**: medidas cautelares outorgadas pela CIDH no ano 2011. [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

PIGNARRE, P.; STENGERS, I. **La sorcellerie capitaliste**: pratiques de désenvoûtement. Paris: La Découverte, 2005.

RANCIÈRE, J. **Aux bords du politique**. Paris: Gallimard, 1998.

SEVÁ FILHO, O. **Tenotã-mõ**: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005. v.1. Disponível em: <<http://internationalrivers.org/files/Tenotã-Mõ.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

Recebido em 17/01/2013.

Aprovado em 29/05/2013.

Artigos/Articles

ENTRE DISCURSOS E PRÁTICAS: ANÁLISE DO DISCURSO DO GOVERNO LULA (2003-2010) NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA USINA BELO MONTE

*Janiffer ZARPELON**
*Márcia GRISOTTI***

RESUMO: O artigo analisa o debate sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte ao longo do mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), focando nas possíveis convergências e divergências entre o discurso oficial e as ações encaminhadas pelas principais autoridades e instituições políticas governamentais. Foram utilizadas as contribuições de Michel Foucault sobre análise do discurso e poder em suas fases arqueológica e genealógica, e de Pierre Bourdieu sobre a linguagem e o poder simbólico. Apesar do discurso político, no primeiro mandato do governo Lula, incorporar a preocupação ambiental e os interesses dos povos atingidos, as ações governamentais mostraram-se contrárias ao que era declarado. Já no segundo mandato, o discurso político muda, tendo como base simbólica e material a lógica mercantil.

PALAVRAS-CHAVE: Belo Monte. Discurso. Poder. Linguagem.

Introdução

O Brasil, por apresentar grande disponibilidade de reserva hídrica, tem focado na potencialidade do setor hidrelétrico como sua principal fonte de energia elétrica, e atualmente está entre as nações do mundo que mais constroem barragens.

* Doutoranda em Sociologia Política. UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-970 – jeni2808@hotmail.com

** UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia e Ciência Política. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-970 – grisotti@fastlane.com.br

De acordo com Moretto et al. (2012), o planejamento espacial de usinas hidrelétricas no Brasil é dividido em quatro grandes períodos. O primeiro ocorre entre 1950 a 1979, caracterizado por uma orientação diversificada de regiões hidrográficas brasileiras e, apesar de o Brasil ter alguns instrumentos de política ambiental, como, por exemplo, o Código das Águas e o Código das Florestas, a implantação das usinas hidrelétricas foram realizadas sem uma exigência e rigor sobre o uso e ocupação do meio ambiente; o segundo ocorreu entre 1980 a 1999, sendo caracterizado por uma baixa expansão dos projetos hidrelétricos devido à crise financeira internacional, que atingiu o país, como também o aumento do rigor quanto aos aspectos ambientais, especialmente devido à regulamentação da Política Nacional de Meio Ambiente em 1981; o terceiro ocorreu entre 2000 a 2010, no qual, devido à crise no setor energético brasileiro nos anos 1990, esse período foi caracterizado pela retomada da capacidade política, institucional e técnica de planejamento hidrelétrico tendo como base uma reorientação geográfica para a região Amazônica; e, por último, o período de 2011 a 2020 corresponde à continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), elaborado durante a década de 2000, que vê a intensificação da exploração do potencial hidrelétrico na região Amazônica como a melhor possibilidade energética para a manutenção do desenvolvimento socioeconômico do país.

Na região amazônica os projetos para a construção de grandes usinas hidrelétricas ocorreram nos afluentes da margem direita do Rio Amazonas, como na sub-bacia do Rio Xingu. Para as finalidades desse artigo, focaremos nossa análise no projeto Belo Monte, complexo hidrelétrico em construção (alternada por paralisações), localizado na Volta Grande do Rio Xingu, no sudoeste do Estado do Pará, região Norte do Brasil, onde ocupará as regiões dos municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, abrangendo no total uma área de 516 km². O presente artigo tem como objetivo analisar o debate sobre a construção da Usina de Belo Monte ao longo do mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), focando nas possíveis convergências e divergências entre o discurso oficial e as ações encaminhadas pelas principais autoridades e instituições políticas governamentais.

Do longo processo envolvido desde a concepção do projeto até o início das obras da Usina Belo Monte emergiu uma série de interesses e discursos emitidos por diversos atores sociais, entre eles, os povos indígenas, a mídia, os engenheiros, os construtores, o governo, os ambientalistas. Todos inseridos em diferentes campos, que na acepção de Bourdieu (2003) são constituídos por propriedades incorporadas (capitais simbólicos como convenções, comportamentos, formas sociais específicas, formas de linguagem, etc.), e

competem internamente dentro de cada campo para manter sua posição social (BOURDIEU, 1996).

Para as finalidades desse artigo, escolhemos a análise do discurso político governamental devido ao descompasso do discurso e das intenções com as ações implementadas pelo governo como também pelo seu caráter dinâmico, mediante as condições de produção e sua relação com as influências ideológicas. Apesar da oratória política estar baseada em expressões ou discursos direcionados para a população em geral e estar impregnada de arguições que tentam transmitir uma preocupação com os problemas sociais (a fim de garantir ao político a credibilidade enquanto representante do poder), ela permite compreender esse descompasso por estar carregada de poder simbólico.

Com base nas contribuições de Michel Foucault sobre as análises do discurso e poder em suas fases arqueológica e genealógica, e de Pierre Bourdieu sobre a linguagem e o poder simbólico, o artigo analisa o discurso político governamental sobre o longo processo de construção da Usina de Belo Monte, englobando desde a concepção do projeto até início das obras. Os discursos foram extraídos de documentos oficiais, de programas de governo, de entrevistas na mídia, bem como de comícios e palestras proferidas no ambiente nacional e internacional, os quais são referenciados no texto do artigo e nas referências bibliográficas. Entendendo o discurso como **prática social**, ou seja, orientado para a ação, reforçamos que ele não ocorre em um vácuo social, ao contrário, ele depende do **contexto interpretativo** no qual os atores sociais se situam e constroem os discursos para se ajustarem a esse contexto (GILL, 2004). Por essa razão, a análise dos discursos aqui apresentados está inserida nos contextos sociais e históricos nos quais eles emergiram.

O discurso político, a linguagem e o poder simbólico: perspectivas teóricas

O discurso é um objeto relevante para compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens. Em *A arqueologia do saber*, obra publicada originalmente em 1969, Foucault (2010) retrata que o discurso é uma prática que se constitui de um jogo estratégico entre dizeres e fazeres que formam saberes regidos por determinadas regras discursivas.

Nesta obra, Foucault procurou averiguar os meios que possibilitam o aparecimento de certos enunciados e a proibição de outros. Assim, pode-se dizer que, em um momento histórico, há alguns atos de fala que devem ser enunciados e outros que precisam ser calados. Esse contexto de silenciamento e exposição são estratégias, que segundo o autor, controlam os sentidos e as verdades dos discursos

de determinada época. Assim se estabelecem as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história.

Segundo Foucault, o pesquisador não deveria se ater aos atos de fala cotidianos, mas somente às séries. Em sua fase arqueológica, o contexto discursivo aparece como um sistema autônomo. Conforme Dreyfus e Rabinow (2010, p.66), “[...] mais do que explicar um horizonte de inteligibilidade, Foucault simplesmente descreve um espaço lógico aberto no qual um certo discurso decorre.”

Em *A ordem do discurso*, palestra realizada na conferência inaugural no *Collège de France* em 1970, e depois publicado em 1971, Foucault introduz um novo método para verificar as formações discursivas: a genealogia. O autor se interessa em determinar quais são os diferentes dispositivos de poder que se exercem em vários setores da sociedade através dos saberes. Assim, a relação de poder e saber nas sociedades modernas promove uma contínua luta pelo estabelecimento de verdades que, sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanente reconfiguração.

Foucault (1986), na fase genealógica, retoma aspectos antes negligenciados. Assinala “[...] a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos.” Assim, “a genealogia exige, portanto, a minúcia do saber.” (FOUCAULT, 1986, p.15). Esse método torna possível verificar a relevância dos saberes das pessoas, das memórias locais, que antes eram desqualificados. Esse conhecimento histórico transfigura a crítica desses saberes aos saberes dominantes. Assim, tanto “[...] no saber da erudição como naquele desqualificado, nestas duas formas de saber sepultado ou dominado, se tratava na realidade do saber histórico da luta.” (FOUCAULT, 1986, p.170).

Nesse contexto, genealogia para Foucault (1986, p.172) seria a possibilidade de “[...] libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico.” Assim, “[...] enquanto a arqueologia é o método próprio de análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade.”

O autor insere no discurso a questão do poder, percebendo que os efeitos do poder não são apenas de dominação, mas uma batalha de saberes. Assim, como os sujeitos são sociais e os sentidos são históricos, os discursos se afrontam, envolvem-se em batalhas, expressando as lutas em torno de dispositivos identitários. Foucault (1986) identifica nesses movimentos uma microfísica do poder, ou seja, contínuo combate pelo estabelecimento de verdades onde os micropoderes sintetizam e

põem em circulação as vontades de verdade de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história.

A mídia nas sociedades contemporâneas tem sido um instrumento relevante para o contexto discursivo. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente. No entanto, Foucault (1986) identifica que a mídia é formada e transmitida pelo domínio de aparelhos políticos ou econômicos. Retrata que os reformadores desconheciam as condições reais de opinião e a mídia: “[...] uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.” (FOUCAULT, 1986, p.224).

E que estes *media* seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos. Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar. (FOUCAULT, 1986, p. 224).

Já Pierre Bourdieu (1998), sociólogo francês, em *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*, publicado originalmente em 1982, procura desvendar o poder da língua, da linguagem e da linguística no campo de análise das Ciências Sociais. O autor também ressalta a forma como a análise linguística enfocada na singularidade da própria língua apresenta explicações para as diferentes colocações de emittentes e receptores num dado momento da fala.

No artigo “*A economia das trocas linguísticas*”, originalmente publicado na revista *Langue Française*, em 1977, Bourdieu verifica que, para não fugir da verificação das forças de dominação que a linguística e seus conceitos desempenham sobre as ciências sociais, é necessário verificar a linguística como objeto de uma genealogia para desvendar os preceitos teóricos que contribuíram na formação desta ciência e as condições sociais de produção e circulação de seus conceitos principais.

Bourdieu (1998) considera que o discurso é um produto suscetível às interações e à dinâmica do campo social. Assim, o que se move no contexto linguístico não é a língua, mas discursos gerados na interação entre a estrutura social no qual foi gerado com a estrutura social de quem recebem. Nesse contexto, Bourdieu (1998) identifica que a fala é legitimada por sistemas de reconhecimentos (que depende de cada sociedade) através da competência creditada de quem o locuciona. Assim, o poder da fala varia dependendo da autoridade de quem realiza a fala. Isto está relacionado com a noção de poder simbólico e de violência simbólica. O poder simbólico é um poder invisível que se manifesta através da autoridade de

um discurso, previamente estruturado pelas classes dominantes e também capaz de estruturar todas as classes, a fim validar aos dominantes a se perpetuarem como tais e aos dominados a permanecerem dominados, reconhecendo a ordem social como legítima.

As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que,... podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica). (BOURDIEU, 2003, p.11).

Bourdieu (1998, p.81) confere “[...] à linguagem e, de modo mais geral, às representações, uma eficácia propriamente simbólica de construção da realidade.” O ator que fala é aquele dotado de poder – no qual fora instituído pelo grupo – que representa e assim nomeia a realidade. Nomeando¹ a realidade, um determinado ator ou agente tem a autoridade de fiscalizar seus interlocutores para que atuem em conformidade com aquelas categorias que o próprio agente projeta sobre o grupo e, mais especificamente, sobre os indivíduos.

Bourdieu (1998) ao analisar a força da representação, apresenta sua tese de que a realidade é produzida na luta entre discursos que buscam ser os mais legítimos e com maior poder para descrever a realidade no qual eles representam. A representação constitui-se nas relações de poder que ocorrem entre os indivíduos. As representações do discurso dominante são tão poderosas que fazem com que as pessoas acreditem na realidade a partir daquilo que ele professa. O autor verifica que há uma crença na representação dominante, que não ocorre de forma consciente, mas é condição prévia para que o discurso tenha eficácia.

Assim, para Bourdieu (1998) as palavras não são neutras e seus sentidos são passíveis de serem modificados por meio da luta social que busca o estabelecimento do consenso sobre o sentido, ou seja, pelo estabelecimento de uma visão do mundo social. Para o autor, o poder simbólico se legitima através da linguagem, não pelo que há nas palavras em si mesmas, mas pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam e reconhecem a voz autorizada. Nesse contexto,

¹ Nomeação pode ser entendida como “[...] a instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma, é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social.” (BOURDIEU, 1998, p.100).

o que passa a ser mais relevante para o autor não é o conteúdo da fala, mas quem o faz e como o fazem.

Usina de Belo Monte: a construção de um problema

A história do projeto Belo Monte começou ainda na década de 1970 com o governo militar impulsionado pela política desenvolvimentista que pregava o crescimento da industrialização no país. Em 1975, é criada a Eletronorte, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás na Amazônia Legal, no qual inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. O Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Corrêa, ficara responsável por mapear os rios, afluentes e os locais mais favoráveis para a construção de barramentos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

Com a emissão do Relatório Final dos Estudos pela Eletronorte, em janeiro de 1980, a mesma inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira², que reunia as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW), sendo esta considerada a melhor opção para iniciar o projeto. A partir desses estudos fora desenvolvido o Plano 2010 – Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010, tendo como base a construção de 165 Usinas Hidrelétricas até 2010, sendo 40 delas na Amazônia Legal.

Cabe ressaltar, conforme Faria (2004, p.284),

[...] que desde 1975 a movimentação de técnicos na região já despertava muita curiosidade na população local, dando razões para o surgimento de boatos e especulações a respeito do projeto, sem, contudo, ensejar qualquer processo de comunicação ordenado e contínuo por parte da Eletronorte, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE ou Eletrobrás.

Indignados com a situação, os índios da região do rio Xingu passam a se mobilizar contra o projeto Kararaô, que inundaria cerca de 7 milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Em 1989, é realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que contou com a participação de autoridades locais e nacionais, de grupos ambientalistas nacionais e internacionais, da mídia nacional e internacional, como também de personalidades como o cantor inglês Sting. Este encontro fora marcado por um episódio que repercutiu em toda a mídia nacional:

² Esse complexo hidrelétrico buscava o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, sendo previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW) (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

a índia Tuíra, enquanto o engenheiro José Antonio Muniz Lopes expunha suas opiniões, levanta da platéia e coloca um facão no rosto dele. Tal fato representou no primeiro embate entre os povos indígenas e o setor elétrico na Amazônia.

A fim de tornar a proposta da construção da Usina Belo Monte, antiga Kararaô³, mais acessível, o projeto é modificado. O novo projeto, apresentado ao DNAEE e à Eletrobrás em 1994, reduzira o reservatório da usina de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da área Indígena Paquiçamba. No entanto, por falta de recursos devido à crise financeira do setor elétrico no início da década de 1990, os estudos de campo para a viabilidade do projeto Belo Monte acabaram sendo interrompidos, não se realizando mais nada sobre o mesmo até o final de 1999. Somente em 2000, quando o país já se recupera da crise, retomam-se os estudos através de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Eletrobrás e a Eletronorte. Neste mesmo período, o projeto Belo Monte fora inserido no Plano Plurianual⁴ de 2000-2003, instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), chamado *Avança Brasil*, considerado obra estratégica para elevar a oferta de energia do país.

Foram muitas as críticas em relação à adoção desses programas no governo FHC, conforme aponta Théry (2005, p.41):

O setor ambiental do governo encontrou-se então no meio de uma tempestade, recebendo de um lado apoios, dentro e fora do país, e, de outro, fortes críticas. Circulavam nas redes mundiais informações sobre os progressos e retrocessos dessa política, e pressões permanentes eram exercidas sobre as ações governamentais. Esperando que aparecessem elementos mais sólidos aos serviços das políticas de conservação, essas pressões serviam para travar a implantação das infra-estruturas e para reduzir os impactos. Contribuíam a este fim as ações do Ministério Público federal ou dos estados, baseadas em leis que permitiam respaldar a ação popular, e algumas obras de grande porte, como a hidrovía Araguaia-Tocantins, foram embargadas.

Assim, os protestos contra o projeto se reiniciam. Em 2001, por meio de uma ação civil pública, os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte acabam sendo suspensos por não haver licitação para a realização dos mesmos. Os povos indígenas realizam novo encontro em 2002, a fim de reafirmar posição

³ As autoridades mudam o nome do projeto por significar uma agressão cultural aos índios, já que Kararaô significa grito de guerra em Kaiapó (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

⁴ Os Planos Plurianuais (PPA's) são documentos com formulações genéricas que, em grande medida, nem sempre guiam as ações e projetos dos governos, mas, adquirem significativa importância para o registro de intenções e orientações de governo, bem como um ponto de partida para a análise dessas ações e projetos.

contrária à construção de Belo Monte. No mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso afirma que a briga dos ambientalistas tem prejudicado o crescimento econômico do país: “[...] além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, [2012]).

A fim de fazer oposição ao então presidente da república, em junho de 2002, em plena campanha presidencial, Lula da Silva apresenta a *Carta ao Povo Brasileiro*. Trata-se de um documento que apresenta as diretrizes que seriam tomadas em seu governo caso houvesse uma vitória petista. No texto, Lula sinaliza a necessidade de mudança e renovação para o país: “O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.” (SILVA, 2002).

Em setembro do mesmo ano, Lula da Silva lança um caderno temático de seu programa de governo, intitulado *O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil*. O documento menciona que dois projetos vinham sendo objeto de grandes debates na região Amazônica, respectivamente a UHE de Belo Monte e o de Gás de Urucu, e afirma que as obras de represamento de rios têm afetado a Bacia Amazônica, além de criticar as ações da Eletronorte.

A matriz energética brasileira, que se apóia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. A crise do setor energético de 2001 resultou da ausência de investimento no setor e também da falta de proteção dos mananciais e da má gestão da água. [...] Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte. (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.14-15).

No mesmo mês, o Partido dos Trabalhadores (PT) lança outro caderno temático, denominado *Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil*. O documento, elaborado com a participação de diversas lideranças indígenas, expôs a gestão da política indigenista do governo anterior qualificando-a como lamentável. A crítica recai, entre outras, às dificuldades do processo de demarcação de terras indígenas, a lentidão para a criação de um novo *Estatuto das Sociedades Indígenas*, e às precárias condições de funcionamento da Funai. Além disso, o documento

finaliza com a proposta de criar “Novas diretrizes e pontos programáticos para uma política democrática em relação aos povos indígenas no Brasil.” (FONTES, 2003).

Nesse contexto, quando o Presidente Lula foi eleito em novembro de 2002, e do ponto de vista simbólico, grande parte do discurso de seu governo tem enfatizado a necessidade de mudança com relação à administração de Fernando Henrique Cardoso. Conforme discurso de posse do cargo de presidente da República:

‘Mudança’; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. Diante do esgotamento de um modelo que, ao invés de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades; diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País a sociedade escolheu mudar e começou ela mesma a promover a mudança necessária. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim [...] Eu estou aqui neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores [...] para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou [...] (SILVA, 2003, p.13).

Desse modo, quando Lula assume o poder em 2003, muitas ONGs ambientalistas, ativistas e acadêmicos acreditaram que o presidente iria dar importância merecida para as questões relacionadas ao meio ambiente, sobretudo aquelas relacionadas à Amazônia e aos direitos dos povos indígenas. A expectativa depositada no novo presidente era de que o Brasil passaria por mudanças necessárias, “[...] com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros. Sua eleição foi a da esperança de que um novo Brasil é possível.” (BRASIL, 2004, p.3).

No entanto, a partir de 2003, o projeto para a construção da Usina de Belo continua a ser uma proposta do governo federal para ampliar seu complexo energético, inserido posteriormente no PAC⁵ – Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em 28 de janeiro de 2007. Assim sendo, pode-se dizer que a construção de hidrelétricas no Rio Xingu fez parte de uma herança que foi herdada

⁵ Programa do Governo Federal Brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil.

pelo Governo Lula, que este prosseguiu ao dar encaminhamento de um projeto que, do ponto de vista ambiental e social, em nada diferia do governo anterior.

Já no mês de Abril do mesmo ano, em reunião com seu Conselho Político, o presidente Lula, não escondendo sua irritação com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) pela demora na concessão de licença ambiental para construção de usinas hidrelétricas no Rio Madeira, faz um comentário que ganha grande repercussão na imprensa: “Agora não pode por causa do bagre, jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso? Tem que ter uma solução.” (LEAL, 2007). O presidente se referia a um dos argumentos usados pelo instituto para barrar o licenciamento das obras já que a construção das usinas iria bloquear a migração desses peixes.

Os protestos dos ambientalistas contra o projeto continuaram a marcar a discussão sobre Belo Monte, como o *Encontro Xingu Vivo para Sempre*, realizado em 2008, em que reuniu diversos representantes da sociedade civil e especialistas com os responsáveis pelos Estudos de Impacto Ambiental (EIA). O encontro é marcado por novo confronto entre os técnicos e os povos indígenas, ficando ferido no braço Paulo Fernando Rezende, responsável pela realização do EIA.

Representantes dos movimentos sociais do Xingu se encontram com Lula em 2009 a fim de salientar sobre os riscos da usina e os reais custos socioambientais da obra e de pedir a reavaliação do projeto. Após encontro, Lula declara que Belo Monte não pode ser construída sem uma ampla discussão sobre sua viabilidade. Apesar disso, o leilão para concessão da hidrelétrica acaba sendo anunciado para o mesmo ano, sendo que os estudos de viabilidade do projeto não tenham sido sequer concluídos (MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, 2010).

No final de 2009, Lula visita a Ucrânia com o propósito de aprofundar o diálogo e a cooperação bilateral entre os dois países. Na ocasião, o presidente destaca a importância da necessidade de se construir uma matriz energética limpa e sustentável, tomando como base a usina Belo Monte. Em seu discurso, Lula explana:

Nós não temos apenas o projeto de Belo Monte, que vai começar no ano que vem. Nós temos muitas hidrelétricas que nós pretendemos começar nos próximos anos, porque a hidrelétrica produz uma energia elétrica renovável, limpa. E, portanto, para atender a diminuição do aquecimento global, nós precisamos fazer as nossas inovações, também tecnológicas, na questão da matriz energética, e o Brasil tem 85% da sua matriz energética, na área de energia elétrica, limpa, e tem 47% de toda a sua matriz totalmente limpa. (SILVA, 2009).

Na tentativa de ganhar repercussão internacional, o caso Belo Monte é levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, Estados Unidos, e também à Organização das Nações Unidas (ONU). É enviada uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, devido ao processo unilateral do licenciamento e sem consulta prévia do governo brasileiro sobre a Usina Belo Monte.⁶

Em fevereiro de 2010, é anunciada pelo Ministério do Meio Ambiente a liberação de Belo Monte mesmo sem conhecer os impactos da obra sobre o meio ambiente e aos povos indígenas e ribeirinhos que vivem nas regiões a serem afetadas. Em junho do mesmo ano, o Presidente Lula participou do *Ato por Belo Monte e pelo desenvolvimento da região do Xingu*. Em relação aos jovens que protestavam no local do evento contra a construção da usina, o presidente recomendou paciência:

Se tivessem paciência de ouvir, aprenderiam o que eu já aprendi. Quando eu tinha a idade deles, eu ia para o Paraná participar de manifestações contra a construção de Itaipu. Naquele tempo diziam que Itaipu inundaria a Argentina, que chegou a ameaçar o Brasil com a construção de uma bomba atômica. Por falta de informação diziam que o lago de Itaipu iria provocar terremoto e mudar o clima da região. É por essas fantasias construídas que a gente não pode ter medo de debater. (SILVA, 2010a).

O presidente afirmou ainda sobre a relevância econômica de Belo Monte: “Vou anunciar o começo da terraplanagem da primeira siderúrgica no estado do Pará, para utilizar a energia produzida em Belo Monte. E em vez de exportar minério de ferro e comprar chips, a gente vai exportar produto com valor agregado.” (SILVA, 2010a).

Em abril, ao participar do 21º Congresso do Aço, em São Paulo, o presidente fez novas declarações em defesa da construção de Belo Monte, e afirmou que o projeto inicial fora modificado para atender às exigências ambientais.

Obviamente o projeto que foi feito foi modificado. O lago [da hidrelétrica] é um terço daquilo que estava previsto anteriormente exatamente para que a gente possa dar todas as garantias ambientais e dizer a qualquer habitante do planeta Terra que ninguém tem mais preocupação de cuidar da Amazônia e de nossos índios do que nós. (SILVA, 2010b).

⁶ Informações no site da BBC Brasil (OEA..., 2011).

Considerações finais

De acordo com Foucault, os discursos são construções linguísticas, socialmente produzidas, que refletem visões de mundo vinculadas aos agentes e à sociedade. Na direção desse ponto de vista, os discursos e as práticas políticas da década de 1970, quando fora anunciado o início do projeto Belo Monte, estavam relacionadas a uma visão de mundo impregnada pela lógica desenvolvimentista, onde a busca pela preservação ambiental e os interesses dos povos indígenas não eram considerados relevantes na sociedade brasileira.

Conforme Viola (2002, 2004), o modelo de crescimento econômico vigente na década de 1970 era baseado, principalmente, na exploração dos recursos naturais (considerados infinitos) e na construção de indústrias, nacionais e multinacionais, desinteressadas pela produção de poluentes no seu processo produtivo.

Ao longo das décadas de 1990 e 2000, apesar do discurso político apresentar algumas alterações favoráveis às idéias de desenvolvimento sustentável e aos interesses dos povos indígenas, o crescimento econômico a qualquer preço ainda continuava a predominar. Podemos observar essa ideologia quando Fernando Henrique Cardoso reitera que: “[...] além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego.” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL [2012]); ou com Lula: “[...] vou anunciar o começo da terraplanagem da primeira siderúrgica no estado do Pará, para utilizar a energia produzida em Belo Monte. E em vez de exportar minério de ferro e comprar chips, a gente vai exportar produto com valor agregado.” (SILVA, 2010a).

No contexto internacional, o discurso brasileiro passa a dar maior destaque aos problemas ambientais desde a realização da UNCED-92 no país, como também assinando vários acordos como a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC) e o respectivo Protocolo de Quioto, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o respectivo Protocolo de Cartagena, a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e o respectivo Protocolo de Montreal, o Protocolo de Annapolis⁷, entre outros.

Desde a redemocratização no país, o Brasil tem defendido alguns importantes princípios na política externa brasileira, como os direitos humanos, a solução pacífica de controvérsias e o respeito ao direito internacional, dentre outros. Nesse contexto, vários são os acordos assinados como: a Convenção das Nações Unidas contra a Tortura em 1989, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1992,

⁷ Publicado em 1999 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma série de documentos para a Proteção do Meio Ambiente do Homem – Água, Saneamento e Saúde.

a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres em 2002, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, a Declaração das Nações Unidas sobre direitos dos povos Indígenas em 2007, entre outros.

No entanto, percebe-se que o discurso político e suas ações internacionais não têm coincidido com suas ações governamentais no ambiente doméstico. Verifica-se que o país não tem agido conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), no qual assinara. Tanto que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 2011, pede a paralisação do processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu (PA). Em resposta a recomendação da OEA, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, argumenta: “O Brasil está dando um exemplo nessas áreas, tanto ambiental como a de respeito aos direitos indígenas, é injustificável e precipitadas as afirmações da OEA de que os povos indígenas estariam supostamente ameaçados pela construção de Belo Monte.” E ainda ressaltou:

O governo brasileiro, sem minimizar a relevância do papel que desempenham os sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, recorda que o caráter de tais sistemas é subsidiário ou complementar, razão pela qual sua atuação somente se legitima na hipótese de falha dos recursos de jurisdição interna. (BONIN, 2011).

Ao verificar o discurso político sobre a Usina Belo Monte, percebe-se que o sentido do discurso não é dado a priori, pois a unidade é construída pela interação verbal, que é histórica e que mantém relação com uma ideologia. Conforme Foucault (2010), somente nesse espaço o discurso consegue esconder sua polissemia. Não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria.

Assim, para Foucault (2010, p.171), o discurso é o caminho de uma contradição a outra; se dá lugar às que vemos, é que obedecem à que oculta. Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições, é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência. Nesse contexto, o discurso político é um campo onde vários discursos análogos se instalam. No entanto, quando um discurso é proferido, ele já nasce filiado a um conjunto de outros discursos com semelhantes escolhas e exclusões.

Para Bourdieu (2003) as palavras não são neutras, elas são caracterizadas pelo poder simbólico, ou seja, o poder das palavras não se confere pelo que há nas palavras em si mesmas, mas pela legitimidade que elas conferem aos que falam frente aos que escutam e reconhecem a voz autorizada. Assim, no contexto político, o discurso passa a ter maior legitimidade quando é proferido pelo Presidente da República e por seus ministros e diplomatas.

A partir de certos enunciados, como por exemplo, o do presidente Lula em relação às manifestações contrárias à construção da usina: “é por essas fantasias construídas que a gente não pode ter medo de debater”, constata-se que estão a serviço de um conjunto de proposições mais profundas, uma verdadeira *doxa* segundo Bourdieu (1998, 2003). Estas se articulam em torno de uma política populista e com contextos anti-democráticos, promovendo as diferenças culturais e étnica. Isso se verifica no caso dos povos indígenas que têm sido excluídos perante a sociedade e seus direitos negados.

A partir da exposição sobre o descompasso entre o discurso político do governo Lula (2003-2010) e as ações tanto do governo como das entidades que representam o mesmo foi possível verificar que o discurso político no primeiro mandato do governo Lula teve uma maior incorporação sobre a preocupação ambiental como dos interesses dos povos atingidos. No entanto, as ações governamentais mostraram-se contrárias ao que era declarado. Já no segundo mandato, o discurso político muda para uma lógica mercantil tendo como defesa a necessidade do crescimento econômico do país. Essa visão procurou tornar-se a mais legítima, buscando sua reprodução material e simbólica.

AMONGST SPEECHES AND PRACTICES: THE SPEECH ANALYSIS OF LULA GOVERNMENT (2003 – 2010) IN THE CONTEXT OF BELO MONTE HYDROELECTRIC POWER STATION CONSTRUCTION

ABSTRACT: *The article analyses the debate on the construction of the hydroelectric power station of Belo Monte along the government terms of Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), focusing on possible convergences and divergences between the official speech and actions delivered by the main governmental authorities and political institutions. It has been used some contribution from Michel Foucault on the analysis of speech and power from his archaeological and genealogical phases, and from Pierre Bourdieu on language and symbolic power. Although the political speech during Lula's government first term assimilates the environment concernment and inflicted peoples' interest,*

the governmental actions showed contraries to what was declared. However along the second term, the political speech alters to the merchant logic having as background a symbolic and material basis.

KEYWORD: *Belo Monte. Speech. Power. Language.*

Referências

BONIN, R. Patriota critica pedidos da OEA sobre usina de Belo Monte: organização pediu fim da obra da usina hidrelétrica de Belo Monte: ministro disse que atitude da OEA desestimula políticas para os índios. **Globo.com**, 06 abr. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/04/patriota-critica-pedidos-da-oea-sobre-usina-de-belo-monte.html>> Acesso em: 13 fev. 2012.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. 2.ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

_____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. L'économie des échanges linguistiques. **Langue Française**, Paris, v.34, não paginado, maio 1977.

BRASIL. **Plano plurianual 2004-2007**: orientação estratégica de governo um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp>. Acesso em 21 fev. 2012.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Programa de governo 2002**: um Brasil para todos. São Paulo, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.lula.org.br/obrasil/documentos.asp>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FARIA, I. D. **O descompasso e o pirosópio**: uma análise dos conflitos socioambientais do projeto da usina hidrelétrica Belo Monte. 2004. 420f. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

FONTES, C. O compromisso do PT com os povos indígenas. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/mesdoindio/politica.shtm>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

_____. **L'Ordre du discours, leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970**. Paris: Gallimard, 1971.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.; GUARESCHI, P. A. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p.244-270.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Especial Belo Monte: cronologia histórica: cronologia do projeto. **Manchetes Socioambientais**, São Paulo, [2012]. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

LEAL, L. N. Lula acusa Ibama de atrasar PAC e diz que fará cobrança dura a Marina: presidente exige soluções para entraves ambientais e dá sinais de que quer mudanças no comando do instituto. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 2007. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/17_070420_lula_acusa_ibama_atrasar_pac.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MORETTO, E. M. et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.15, n.3, p.141- 164, set./dez. 2012.

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE. **Histórico**. 14 out. 2010. Disponível em: <<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

OEA pede que Brasil suspenda Belo Monte, e governo se diz 'perplexo'. **BBC BRASIL**, Brasília, 05 abr. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/04/110405_belomonte_oea_pai.shtml>. Acesso em: 13 fev. 2012.

SILVA, L. I. L. da. **Discurso do presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, no ato por Belo Monte e pelo desenvolvimento da região do Xingu**. Altamira, 22 jun. 2010a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/22-06-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-ato-por-belo-monte-e-pelo-desenvolvimento-da-regiao-do-xingu/view>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

_____. **Discurso do presidente Lula durante abertura do 21º Congresso Brasileiro do Aço.** São Paulo, 14 abr. 2010b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2010/1o-semester/14-04-2010-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-cerimonia-de-abertura-do-21o-congresso-brasileiro-do-aco/view>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

_____. Declaração seguida de entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em conjunto com o presidente da Ucrânia, Viktor Yushchenko, Kiev, Ucrânia. **Mundorama: Divulgação Científica em Relações Internacionais**, Brasília, 02 dez. 2009. Disponível em: <<http://mundorama.net/2009/12/02/declaracao-seguida-de-entrevista-coletiva-concedida-pelo-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-em-conjunto-com-o-presidente-da-ucrania-viktor-yushchenko-kiev-ucrania-02122009/>>. Acesso em: 13 fev. 2012.

_____. Discurso do senhor presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no congresso nacional, em Brasília. In: AMORIM, S. P. C.; GUIMARÃES E SILVA, L. I. L. da. (Org.). **A política externa do Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. p.25-46.

_____. **Carta ao povo brasileiro.** São Paulo, 22 jun. 2002. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p.37-49, 2005.

VIOLA, E. Brazil in the context of global governance politics and climate change, 1989-2003. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v.7, n.1, p.27-46, 2004.

_____. O regime internacional de mudança climática e o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.50, p.25-46, 2002.

Recebido em 11/12/2012.

Aprovado em 15/05/2013.

UM TERRITÓRIO LIVRE PARA OS TRANSGÊNICOS: UMA ANÁLISE DO CONFLITO ENVOLVENDO A LIBERAÇÃO DA SOJA RR NO SUL DO BRASIL

*Cristiano Luis LENZI**

RESUMO: O trabalho busca examinar o conflito que se desenvolveu no Sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, após a liberação comercial da soja Roundup Ready (RR) ao final da década de 90. Para isso, o trabalho toma para análise os confrontos ocorridos entre fazendeiros, pequenos agricultores e os distintos níveis de governo (estadual e federal). Busca-se mostrar que, mais do que questões envolvendo a segurança ambiental, o conflito transgênico ocorrido nesse período esteve diretamente associado com questões ligadas à reforma agrária na região. O texto se utiliza de trabalhos acadêmicos e declarações feitas pelos atores políticos para examinar o conflito.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito ambiental. Transgênicos. Soja RR. Reforma agrária.

Introdução

Ao final da década de 90 surgiu no Rio Grande do Sul (RS) um conflito envolvendo ONGs ambientais, entidades ligadas aos pequenos agricultores, fazendeiros e os distintos níveis de governo (estadual e federal). O conflito teve como eixo de disputa a liberação da soja *Roundup Ready* (RR) e, em linhas mais gerais, o uso comercial dos transgênicos (Tgs)² no sistema agrícola. De um lado do conflito estavam os agricultores favoráveis ao uso e comercialização da soja RR e,

* USP – Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. São Paulo – SP – Brasil. 03828-000 – clenzi@usp.br

² No presente texto, usaremos as abreviações *Tg* para transgênico e *Tgs* para o plural da palavra.

de outro, organizações, partidos e o próprio governo do Estado que buscavam barrar seu plantio e comercialização. Após a resistência patrocinada pelo governo do RS, movimentos parecidos também ocorreram em outras partes do país. O que fez com que, em 2001, surgissem restrições para as lavouras de Tgs na Paraíba, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

O ápice do conflito ocorreu em 1999, quando o governo de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), lançou uma campanha cujo principal objetivo era transformar o Estado do RS num **território livre de transgênicos**. O objetivo da campanha era proibir a comercialização de Tgs em todo o território do Estado. Julgando a campanha por seu objetivo declarado, pode-se dizer que redundou num grande fracasso. De um território livre **de** Tgs, o Estado acabou se transformando numa região livre **para** os mesmos. Atualmente, o RS encontra-se como um dos maiores produtores de soja Tg do país. Julgando a campanha por um prisma político, pode-se, por outro lado, apontar efeitos importantes da mesma. Com ela, o Estado transformou-se num símbolo de resistência aos organismos geneticamente modificados (OGMs) e ajudou a ampliar o debate sobre os impactos sociais desses produtos em escala nacional e internacional.

Neste trabalho, buscamos mostrar que, mais do que questões envolvendo riscos e a segurança ambiental da soja RR, o conflito ocorrido no RS esteve associado, em grande parte, às questões distributivas envolvendo a reforma agrária. O conflito expressa várias características que permitem sustentar este argumento. No período, os Tgs foram interpretados como uma ameaça para a reforma agrária que havia se constituído na bandeira política de Olívio Dutra (PT) em sua campanha eleitoral para o governo do Estado. Será por este motivo que este conflito não nos remete a uma questão meramente de segurança ambiental dos OGMs, mas sugere a radicalização de conflitos agrícolas existentes na região que antecedem a própria questão da liberação comercial da soja RR. A forma como estes conflitos agrícolas pré-existent passaram a se entrelaçar com a questão dos Tgs é o que será examinado no trabalho.

Os impactos dos transgênicos na agricultura

Questões distributivas geralmente são vistas como um ponto importante envolvendo a liberação dos OGMs na agricultura. Isso ocorre porque sua liberação pode envolver vários efeitos distributivos no sistema agrícola, desencadeando efeitos sociais e ambientais subsequentes para pequenos produtores, consumidores e governos. Thompson (1997) sugere a existência de dois eixos principais envolvendo esse impacto no sistema agrícola:

- (a) impacto da biotecnologia sobre a pequena agricultura familiar;
- (b) impacto sobre os países do terceiro mundo.

Os efeitos da biotecnologia em países mais pobres são discutidos geralmente a partir de três dimensões. Acredita-se que ela poderá colocar em perigo os agricultores mais pobres do campo por meio de:

- (a) *concentração da propriedade* (“*fewer and larger mechanism*”);
- (b) *comércio global*: aumentando a desigualdade social e econômica entre a agricultura industrial e agricultura dos produtores mais pobres;
- (c) *propriedade intelectual*: criando desigualdades por meio do mecanismo da propriedade intelectual.

A preocupação com os impactos da biotecnologia sobre os pequenos agricultores liga-se a um debate mais antigo, envolvendo a mudança estrutural propiciada pela inovação tecnológica na agricultura. Uma mudança que é capturada pela ideia de *treadmill* tecnológico³. Na língua inglesa, esse processo é designado pela expressão *fewer and larger mechanism*. A expressão faz referência à redução do número de propriedades agrícolas (*fewer*) e para o aumento de seu tamanho (*larger*). A tese sugere que o fluxo de inovação tecnológica que ocorre na agricultura, especialmente em sociedades capitalistas, conduz a uma mudança estrutural na agricultura que tende a favorecer a grande propriedade, levando, subsequentemente, a uma diminuição da autonomia dos pequenos agricultores⁴.

Trabalhos sobre os impactos socioambientais dos Tgs apontam diferentes formas pelas quais esses produtos podem alterar a distribuição de custos e benefícios no sistema agrícola⁵. Caso a introdução das sementes nas lavouras incorra no aumento de custos para o plantio, ou em novos encargos contratuais para os pequenos agricultores, estes últimos poderiam encontrar dificuldades para obter recursos financeiros de modo a financiar suas plantações. Tem sido afirmado que as patentes vinculadas com as sementes GM podem alterar substancialmente as relações comerciais tradicionais, induzindo os pequenos agricultores a comprarem, por exemplo, novas sementes a cada estação, impedindo que os mesmos possam estocá-las para plantios futuros. Ao mesmo tempo, caso as sementes GM proporcionem o

³ A tese do *treadmill* tecnológico na agricultura foi primeiramente anunciada por Willard Cochrane e, em seguida, se projetou em trabalhos de inspiração marxista. Sobre estas questões, ver Thompson (1997).

⁴ Como indica Thompson (1997), a mudança tecnológica pode ser vista como afetando a estrutura agrícola familiar quando induz ao desenvolvimento de relações econômicas formais e burocráticas ou quando passa a representar uma ameaça para as práticas dos pequenos agricultores.

⁵ Para um exame mais detalhado dos pontos descritos a seguir, ver Gonzales (2008).

aumento de produtividade que seus defensores geralmente vislumbram, isso poderia gerar uma perda de competitividade dos pequenos agricultores. Estes últimos também poderiam sofrer perdas econômicas, caso a introdução das sementes GM impliquem uma redução do trabalho manual agrícola. Além disso, ao contaminarem plantios não GM, as sementes GMs poderiam infligir também perdas aos pequenos agricultores caso os compradores de produtos “não Tgs” restrinjam suas compras em razão da ausência de qualquer controle que permita segregar os plantios GM dos plantios tradicionais. Pequenos agricultores também poderiam sofrer perdas por razões que se vinculam com questões mais propriamente ambientais. Algumas das características vinculadas com as sementes GM podem gerar limitações para adaptar as plantações aos contextos locais de determinadas regiões. A dependência econômica e técnica associada às sementes GM também poderia provocar, nesse contexto, uma perda das tradições culturais vinculadas com as práticas agrícolas familiares. Nesse quadro, as preocupações se dirigem menos ao valor existencial da agricultura familiar e mais ao potencial da biotecnologia de gerar mudanças significativas na vida social dos pequenos agricultores envolvendo seus direitos. Não tem sido incomum, como indica Thompson (1997), ver a própria estrutura agrícola familiar expressando um sistema de direitos em si mesma.

Ao final da década de 90, estas preocupações estiveram ausentes entre os defensores da liberação da soja Tg no Brasil. Para esse grupo, os receios se dirigiram antes para o comprometimento da modernização e produtividade agrícola do país na impossibilidade de se promover a liberação econômica desse tipo de inovação agrícola. No período da liberação da soja RR não houve, portanto, qualquer preocupação por parte do Ministério de Ciência e Tecnologia (MC&T), e muito menos da própria CTNBio, de examinar as consequências econômicas que a liberação da soja poderia ter para os setores mais frágeis da agricultura brasileira. Uma despreocupação que prevalece na política dos Tgs até o presente. A CTNBio não produziu qualquer avaliação deste tipo em razão dos fatores que influenciaram sua própria criação. De acordo com vários presidentes que passaram pela entidade, sua principal responsabilidade seria realizar uma avaliação da segurança ambiental das sementes GM. Assim, a análise de risco ambiental que pautou a liberação da soja RR, por exemplo, não incluiu qualquer consideração sobre suas consequências econômicas na estrutura agrícola brasileira e, muito menos, sobre os setores que mais poderiam perder com ela⁶.

Essa postura dos defensores dos Tgs no país é distinta daquela que pode ser encontrada em países como a Áustria, e até mesmo na Europa, onde o

⁶ No Brasil, questões distributivas envolvendo a liberação dos Tgs têm sido um foco de atenção da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA, 2011a, 2011b). A entidade reconhece nos pequenos agricultores um grupo que, entre muitos outros, é vitimizado pelo processo de modernização agrícola.

impacto econômico sobre a pequena agricultura familiar se transformou num tópico importante do processo regulativo dos OGMs. A Áustria, por exemplo, tem como premissa em seu processo de regulação dos OGMs, o princípio de *Sozialverträglichkeit* (sustentabilidade social) que pressupõe que nenhuma inovação na agricultura deva incorrer num ônus desproporcionalmente desproporcional sobre os diferentes grupos da sociedade. Esse princípio informa que as decisões sobre as inovações tecnológicas na agricultura devem considerar, seja por questões sociais, morais ou econômicas, o ônus desproporcional que estas mesmas decisões podem trazer aos diferentes grupos ou setores da sociedade (SEIFERT; TORSERSEN, 1997). No Brasil, desde a liberação da soja TG, foi inexistente qualquer decisão governamental que pudesse se aproximar minimamente desse princípio. A visão que prevaleceu foi a da existência de um jogo de soma positiva, onde todos os jogadores do sistema agrícola, inclusive os pequenos agricultores, tenderiam a ganhar com a sua introdução na agricultura.

A soja transgênica e o retorno da revolução verde

Olívio Dutra foi eleito, representando a **Frente Popular**: uma rede de organizações e partidos que apoiavam a sua candidatura. O MST (2006b) e também outras organizações como Contag, AS-PTA e Via Campesina foram entidades que deram sustentação à sua eleição. Vários membros do MST no período encontravam-se filiados ao partido do governador (PT) e o próprio governo demonstrava um alinhamento ideológico e programático com o discurso destas organizações, especialmente o MST. Esse alinhamento era tão estreito que as assessorias parlamentares e as posições-chave do governo foram preenchidas por pessoas ligadas diretamente com o movimento de fortalecimento da agricultura familiar e de defesa de propostas técnicas **alternativas** envolvendo a agroecologia⁷.

Dutra assumiu o governo no segundo semestre de 1998 e não iniciou nenhuma ação de confronto mais direto contra os Tgs até março de 1999. Contudo, suas primeiras medidas para criar um polo produtor de grãos tradicionais (não Tgs) no Estado foram acompanhadas de ações que buscavam justamente fortalecer a fiscalização sobre as lavouras de Tgs que tinham uma finalidade científica⁸. Embora não tenha tomado nenhuma decisão para coibir o plantio de Tgs até esse período, evidenciava-se a preocupação do governo Dutra em fortalecer a fiscalização sobre as

⁷ Essa sintonia redundou na ocupação de cargos estratégicos do governo por integrantes destes movimentos. Sobre este ponto, ver Ros (2006, p.238).

⁸ Em março de 1999, o Departamento de Produção Vegetal (DPV) do governo passou a notificar as áreas com pesquisas (de 59 a 80 áreas de experimento). Sobre este ponto, ver Heberliê (2005, p.231).

lavouras de Tgs. O que fez com que o governo assumisse uma postura de denúncia frente aos casos envolvendo as lavouras ilegais na fase inicial do conflito⁹.

Em março de 1999, o governador assinara um decreto que determinava que as áreas que realizassem pesquisas com Tgs notificassem o poder público. Exigia também a realização de EIA-RIMA para o cultivo das sementes do Estado. Com isso, o governo Dutra se utilizou dos mesmos argumentos usados por organizações da sociedade civil (Greenpeace e IDEC) para tentar paralisar o comércio de Tgs no período. Ao mesmo tempo, Dutra adotou rapidamente uma postura de maior resistência aos Tgs. Foi nesse período que o governo deu início a sua campanha para transformar o RS num **Território Livre de Transgênicos**. É preciso notar que a política agrícola de Dutra apresentava vários componentes que contribuíram para fomentar o conflito. Sua plataforma política para a agricultura era caracterizada por um compromisso com a agroecologia e agricultura familiar. No período da campanha eleitoral, Dutra declararia que:

O governo da **Frente Popular** incentivará a agricultura ecológica, estimulando a organização de grupos de agricultores ecológicos garantindo crédito, assistência técnica e aperfeiçoamento desses agricultores com cursos de formação. (Olívio Dutra apud HERBELÉ, 2005).

É preciso notar que foi justamente no RS que organizações associadas à agricultura familiar se desenvolveram nas últimas décadas, como movimentos de defesa da autonomia do pequeno agricultor. Já na segunda metade da década de 70, diversas organizações e grupos da região buscaram resgatar a ideia do “agricultor familiar” com o objetivo de “[...] reorientar os sistemas produtivos e as tecnologias empregadas na direção de um reforço na capacidade econômica e de autonomia dessa categoria” (ALMEIDA, 1999, p.58). A ideia de **autonomia** se tornará numa das principais ideias do conjunto de concepções e práticas da **agricultura alternativa (agroecologia)** em organizações ambientais e agrícolas no RS. Assim, para o MST, a valorização da agricultura familiar geralmente está associada a uma imagem de “[...] retorno de condições de vida idealizadas a um passado bom, de autonomia, anterior à subordinação do agricultor às indústrias multinacionais.” (VERAS, 2005, p.39). A crítica e resistência aos Tgs são indissociáveis a este imaginário que estas organizações desenvolveram a partir das ideias e práticas envolvendo a agricultura familiar. Como resultado desse processo, foram promovidos ao longo das últimas décadas vários eventos no Estado, congregando diferentes organizações vinculadas

⁹ Como indicará Heberlê (2006, p.232), nesse período a “[...] estratégia estadual foi a de denunciar a existência de lavouras cultivadas com transgênicos e solicitar uma posição federal [...], a quem cabia a fiscalização.”

ao campo, que tinham como foco a crítica à crescente dependência gerada pelos insumos agrícolas produzidos pelas grandes corporações. Neles já se mostrava a preocupação com a compra e venda de sementes agrícolas e o reconhecimento de seu papel estratégico para o fortalecimento dos modelos agrícolas alternativos¹⁰.

Assim, embora o tema dos Tgs se mostrasse estranho ao debate político que levou Dutra ao governo, os mesmos foram rapidamente associados como uma ameaça à reforma agrária, defendida por Olívio Dutra (PT) em sua campanha eleitoral. O que permeava a ligação estreita entre governo Dutra, MST e outras organizações ligadas aos pequenos agricultores foi a visão compartilhada para a criação de uma política agrícola diferenciada no Estado. Ao se examinar o conflito, fica evidente que os Tgs foram percebidos como uma inovação trazida pelos mesmos processos modernizadores que moldaram a revolução verde no passado. Isso ocorre pelas características dos projetos agrícolas agroecológicos que se constituíram na bandeira política da **Frente Popular**. A agroecologia, em razão de seus princípios, tendia a se colocar em direta oposição aos Tgs e à própria agricultura moderna.

A liberação dos Tgs ocorreu, portanto, no momento em que os movimentos em prol de uma agricultura alternativa ganharam força no Estado com a eleição de Olívio Dutra. Desse modo, a posição contra o plantio de Tgs passou a se encaixar com a tentativa do governo Dutra de sinalizar a independência de seu governo em relação às empresas multinacionais. Essa resistência se ajustava, como nota Heberlé (2005), “[...] à expectativa de valorização da agricultura familiar e agroecologia, que se transformaram nas bandeiras de luta da Secretaria da Agricultura.” José H. Hoffmann, então secretário da agricultura do governo, indica na passagem a seguir como a resistência aos Tgs tinha como razão, então, a afirmação de um paradigma agrícola distinto:

A nossa proposta de Governo, amplamente debatida durante a campanha eleitoral, prioriza a agricultura familiar. Desta forma, não podemos compactuar com uma tecnologia que exclui exatamente os pequenos agricultores familiares. Esta é uma razão fortíssima para sermos contrários à produção e à comercialização de transgênicos. (HOFFMANN, 1999, p.170, grifo nosso).

Um dos fatores que induziram o surgimento dessa percepção dos Tgs enquanto tecnologia que exclui foi o vínculo que se estabeleceu entre eles e a revolução verde, transformando-os num produto tardio da última. Para Hoffmann, a liberação da

¹⁰ No início da década de 90, o movimento seria fortemente influenciado pelas teses apresentadas pela FAO/INCRA que apontava a agricultura familiar como um impulso para um modelo econômico mais equitativo (VERAS, 2005).

soja RR indicava uma situação de injustiça para os pequenos agricultores cujas consequências remontavam à revolução verde. Para ele:

[...] estamos sofrendo as consequências da revolução verde. Nós não concordamos com esse paradigma tecnológico, com essa agricultura baseada na revolução verde. Ao contrário, o governo Democrático e Popular soma-se à massa crítica para difundir rapidamente um novo paradigma tecnológico, que tem por base a agroecologia, que respeita a natureza, a saúde do trabalhador do campo. Não aceitamos que se dê um passo adiante, um passo muito mais arriscado do que o da revolução verde, cujas consequências nefastas conhecemos. (HOFFMANN, 1999, p.170, grifo nosso).

Um traço geralmente associado à revolução verde foi a sua tendência de promover uma crescente desigualdade entre o grande negócio e os pequenos agricultores. Do mesmo modo, a principal crítica endereçada à soja Tg no conflito no RS direcionou-se para a ameaça, por ela representada, à autonomia e direitos dos pequenos agricultores. No período, Hoffmann fez afirmações que refletiam justamente este ponto de vista. Afirmou ele que uma das razões para resistir aos Tgs encontrava-se no: “[...] respeito à cultura histórica do agricultor familiar. Não podemos concordar que ele tenha que comprar a semente todo ano, perdendo autonomia e independência.” (HOFFMANN, 1999, p.169). A soja Tg foi vista, assim, como uma ameaça para a agricultura familiar do Estado, favorecendo os interesses das grandes corporações em detrimento dos interesses dos pequenos agricultores:

[...] com o patenteamento da semente, ele [o pequeno agricultor] vai ser obrigado a, todos os anos, comprar sementes novas. As multinacionais vêm aprimorando este processo de dominação do agricultor. Primeiro obrigam o agricultor a assinar um contrato pelo qual se compromete a só usar parte de sua produção como semente. (HOFFMANN, 1999, p.169).

Embora Hoffman não se utilize do termo **direitos**, seu discurso tende a sugerirlos e associá-los à tradição, autonomia e independência econômica dos trabalhadores do campo. Essa visão reflete várias preocupações que envolvem o impacto social dos Tgs na agricultura familiar que vimos anteriormente. Num certo sentido, a soja RR seria representativa do *treadmill* tecnológico capitalista que mencionamos, induzindo a uma mudança que tenderia a fortalecer as grandes propriedades, em detrimento da autonomia e independência econômica dos pequenos agricultores. Com a nova soja RR, estes últimos teriam que assumir novas relações comerciais,

vendo-se obrigados a comprar novas sementes a cada estação. A visão de Hoffmann também presume o surgimento de novos encargos contratuais para esses pequenos agricultores, uma vez que os mesmos não poderiam se valer mais de uma prática agrícola tradicional (estocagem de sementes) para diminuir sensivelmente os custos de seu trabalho. A dependência econômica e técnica, associadas à soja RR, poderiam implicar na perda de uma tradição cultural que poderia ser vista como constitutiva da própria agricultura familiar. Tradição agrícola essa que, por sua vez, constituía-se num elemento de base do próprio programa de reforma agrária que Olívio Dutra estava buscando implementar em seu Estado.

Os Tgs também representavam, nesse contexto, uma ameaça para a criação de um mercado agrícola distinto que, ao que tudo indica, o governo Dutra estava mirando. Para Hoffmann (1999, p.172): “Muitos dizem que a posição assumida não passa de uma questão ideológica. Entretanto, a existência de um mercado diferenciado é uma questão técnica e não ideológica.” Assim, poderíamos dizer que favorecer o comércio dos Tgs seria o mesmo que anular as condições que dariam as vantagens competitivas para produtos agrícolas tradicionais que sustentariam a produção de uma agricultura familiar de base agroecológica que o governo Dutra buscava fomentar. Devemos incluir aqui, talvez, o receio de que a impossibilidade de estabelecer qualquer controle sobre a segregação dos plantios (Tg e não Tg) em seu Estado redundasse numa perda de demanda para o mercado interno de produtos não Tgs. Um problema que exigia que fosse imposta uma escolha, como seu governo tentou fazer, a todo o sistema agrícola do Estado, impedindo que os agricultores que desejassem incorporar os Tgs em suas lavouras pudessem fazê-lo. Um ponto importante a ser observado sobre a resistência lançada pelo governo Dutra aos Tgs é, assim, a sua rejeição incondicional a estes produtos. Em sua política agrícola, não havia a possibilidade de conciliar um modelo (familiar/agroecologia) com outro (Tg). Ambos os modelos foram vistos como incompatíveis entre si, justificando a necessidade de se criar um território livre de transgênicos.

Muito do que dissemos nessa primeira parte do trabalho sugere que o conflito sobre os Tgs no sul do país não foi apenas um conflito sobre Tgs. Parte dos elementos que moldaram esse conflito devem ser buscados no contexto envolvendo o debate sobre a reforma agrária no RS. Por isso, Pelaez e Schmidt (2000), ao examinarem o caso, afirmam que o mesmo representou “uma continuidade de um processo, iniciado no final dos anos 70, de questionamento do modelo agrícola adotado no país e de combate às regulamentações que são favoráveis às indústrias internacionais fornecedoras de insumos, máquinas e equipamentos”. As tensões envolvendo a liberação da soja Tg poderiam ser vistas, assim, como representando a reedição dos conflitos ligados à reforma agrária no RS. Para compreender a forma como essa dimensão se expressou de modo mais claro e intenso na região, retornaremos

para uma análise de alguns pontos que marcaram os conflitos agrários no Estado antes da liberação da soja RR. Como tentaremos mostrar, esses fatos e eventos se constituem em elementos essenciais para se compreender o contexto político que influenciou as tensões entre governo Dutra e grandes fazendeiros no período de liberação da soja Tg.

TRANSGÊNICO: um amigo da reforma agrária?

Na segunda metade da década de 90, os setores agrícolas do Estado do RS passavam por sérias dificuldades econômicas em razão da crise que atingia a agricultura no Brasil¹¹. A crise, ao induzir a uma diminuição da produtividade agrícola das fazendas do Estado, transformou muitas delas em alvos frágeis para a política de reforma agrária. Os fazendeiros da região passaram a pleitear, então, uma reavaliação dos critérios dos índices de produtividade que balizavam o processo de desapropriação. Esse contexto fez com que o Estado do RS presenciasse em 1998 um conflito envolvendo as vistorias do Incra no Estado. As vistorias faziam parte da política de reforma agrária que estava sendo gradualmente abandonada pelo governo FHC, mas que ainda era promovida em várias partes do país em razão da ausência de um modelo alternativo existente.

As vistorias tiveram sua origem em 1973 e haviam sido criadas para comprovar o cumprimento da função social das propriedades fundiárias. Elas permitiam auferir os índices de produtividade agrícola transformando-se no principal instrumento de desapropriação de terras pelo governo federal. Por outro lado, embora as vistorias ainda fossem realizadas com essa finalidade, o governo federal já dava sinais de querer incorporar instrumentos de mercado como leilões e a compra de terras no processo de reforma agrária. Nessa nova política, as vistorias ainda teriam um papel importante para fomentar uma melhor distribuição de terras no país, contudo sua função seria distinta daquela que era exercida até então¹². Se o MST ainda pressionava o governo federal para manter uma política agrária fundada nas desapropriações, os grandes proprietários rurais se mostravam cada vez mais insatisfeitos com ela. Para os fazendeiros, as vistorias eram percebidas como **viciadas**. Essa percepção sugeria, em primeiro lugar, o alinhamento de funcionários e representantes dos órgãos de governo, especialmente do Incra, com as causas

¹¹ Salvo considerações adicionais, a descrição dos fatos e eventos apresentados a seguir foi desenvolvida a partir do trabalho de Ros (2006).

¹² Para o caso do Estado do RS, sugere-se que o “[...] avanço das vistorias está diretamente relacionado à necessidade do Incra em responder as pressões políticas desencadeadas pelo MST.” (ROS, 2006, p.227).

dos movimentos sociais do campo. Em segundo lugar, esse viés também era visto como associado, como observa Ros (2009, p.251), à desatualização da base de cálculo utilizada para a medição da produtividade agrícola das fazendas do Estado. A insatisfação dos produtores agrícolas também era alimentada pela permanente e crescente pressão exercida pelo MST que intensificava suas ações em prol da desapropriação de terras.

Apesar desse contexto, a superintendência do Incra no RS buscou reiniciar em 1998 o recadastramento de imóveis rurais no município de Bagé. Como resposta, os grandes proprietários passaram a realizar uma série de ações dando forma ao que ficou conhecido como movimento **Vistoria Zero**. As ações incluíam a paralisação das vistorias e a obstrução de estradas com a finalidade de impedir a entrada de fiscais nas propriedades. Essas ações tinham o objetivo de impossibilitar a aferição dos índices de produtividade, impedindo, assim, o processo subsequente de desapropriação de terras¹³. O argumento apresentado pela Farsul e pelos grandes produtores era a necessidade de rever os índices de produtividade que orientavam as vistorias. O sucesso da ação serviu de referência para situações similares e foi a partir deste momento, que o governo FHC buscou estimular ainda mais o uso de instrumentos alternativos para fomentar a reforma agrária no RS¹⁴.

Com o movimento **Vistoria Zero**, as vistorias foram paralisadas até o final de 1998. Contudo, com a eleição de Olívio Dutra, o governo federal celebrou a criação de um Convênio de Cooperação Técnica com o governo estadual para retomá-las. Embora o governo Dutra e o próprio MST se mostrassem críticos da política agrária do governo FHC, ambos acolheram o convênio com grande entusiasmo. Um elemento essencial que devemos ter em vista ao analisar a realização deste convênio, foram as distintas filosofias que moldavam a política de reforma agrária do governo federal (FHC) e estadual (Olívio Dutra). Ambos os governos celebraram o convênio tendo como bases diretrizes bastante diferentes, senão contraditórias, para a reforma agrária. Para o governo federal, a retomada das vistorias seria feita, como já indicado, por meio de um novo modelo de política agrária. Nele, as vistorias não estariam mais ligadas a uma desapropriação legal sem qualquer compensação financeira aos proprietários, mas por meio de leilões ou pela compra das propriedades via Banco da Terra. O governo Dutra celebrou o convênio expressando uma visão distinta desta. O mesmo decidiu pela exclusão de uma série de pontos que estavam presentes no convênio. Entre elas a criação do Banco da Terra que serviria justamente para

¹³ Gedeão Pereira Silveira (apud ROS, 2006, p.26, grifo nosso), então, representante da Farsul, afirmaria no período que “[...] a reforma agrária praticamente não mais vingou no estado do RS, **através da desapropriação de imóveis rurais.**”

¹⁴ Segundo Ros (2006, p.229), o movimento Vistoria Zero “[...] permitiu a criação de um expediente político que seria acionado todas as vezes que as ocupações e as ações do Incra, extrapolassem os limites passíveis de serem aceitos pelo patronato rural.”

financiar a aquisição de terras pelo governo. No período Hoffmann declararia que: “Nós fizemos um convênio que somava onde nós tínhamos interesse em somar que no caso era **acelerar as desapropriações.**” (HOFFMANN apud ROS, 2006, p.241 grifo nosso). Também afirmou: “No que depender de nós, cem por cento dos assentamentos serão feitos por meio de **desapropriações, muito mais econômicas que as compras.**” (HOFFMANN apud ROS, 2006, p.242, grifo nosso)¹⁵.

Como seria de esperar, o convênio foi recebido com grande desconfiança pelos grandes produtores agrícolas do Estado. Isso porque, ao que tudo indica, não estavam sendo dadas garantias de uma atualização dos índices de produtividade agrícola. Além disso, e o que era talvez até mais preocupante para eles, as vistorias seriam conduzidas agora por um governo de esquerda alinhado a um movimento social como o MST que, a partir da eleição de Dutra, integrava a própria estrutura administrativa do governo na área agrícola. A própria declaração de José Hoffmann, afirmando que o convênio permitiria “acelerar as desapropriações”, por serem elas “muito mais econômicas”, oferecia uma base fatural e realista para os receios dos fazendeiros.

Consideremos que estas tensões surgiram ao final do ano de 1998, quando a CTNBio decidiu liberar a soja RR e quando várias notícias envolvendo o plantio irregular de soja Tg começaram a aparecer na mídia regional. Portanto, o conflito envolvendo as vistorias reapareceu no mesmo momento que a soja RR estava sendo liberada pelo governo federal. De que forma esses dois episódios acabaram, então, se entrelaçando?

Ao examinar o conflito, Menache (2002) sugere a existência de um processo de transvalorização, onde as circunstâncias particulares do conflito ocultariam causas e interesses mais amplos. As circunstâncias particulares envolveriam as várias disputas sobre os Tgs, ao passo que a causa mais ampla estaria associada ao processo de reforma agrária na região. Assim, segundo esta autora, a fiscalização das lavouras Tgs pelo governo Dutra foi percebida pelos grandes produtores, como a “aplicação da ameaça de desapropriação de terras para a Reforma Agrária.” (MENASCHE, 2002, p.234). Em outras palavras, as ações que o governo Dutra alegou que tinham como finalidade a fiscalização do plantio de Tgs, foram interpretadas, na verdade, como tendo o objetivo de permitir a desapropriação das terras pelos fazendeiros.

A percepção que passou a predominar nos agricultores pró-Tgs foi justamente a visão de que estes últimos teriam se transformado num obstáculo para a política agrária do governo. O que fez com que a ação fiscalizadora das lavouras clandestinas

¹⁵ Sobre esse convênio, devemos considerar que o próprio governo Dutra colocaria a responsabilidade do governo estadual na realização das vistorias como uma condição inegociável do acordo entre o governo do Estado e o governo Federal. Sobre este ponto, ver Ros (2006).

de Tgs pelo governo Dutra fosse interpretada como uma estratégia para redirecionar o processo de desapropriação de terras. Esta visão torna-se perceptível quando um representante desses produtores sugere que a questão dos Tgs estaria sendo usada pelo governo Dutra de fachada para que as propriedades dos grandes agricultores se tornassem “passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, para o MST [...]” (Dirigente do Clube Amigos da Terra apud MENASCHE, 2002). Outro dirigente, na mesma linha, argumentou que o governo Dutra “não estava se atendo à questão dos transgênicos, **mas a outras questões.**” Estas questões estariam associadas, segundo ele, ao fato do governo Dutra não aceitar “a agricultura que não seja a familiar” (Dirigente sindical apud MENASCHE, 2002, grifo nosso).

Estas ligações demonstram os fatores que passaram a alimentar a desconfiança dos agricultores pró-Tgs no conflito. Uma desconfiança que foi estimulada pelo próprio discurso do MST na disputa. A organização, cujas lideranças integravam o próprio governo, chegou a afirmar que as áreas de lavouras de soja Tg deveriam ser destinadas à reforma agrária, solicitando, ao mesmo tempo, que o Ministério Público realizasse uma “investigação rigorosa sobre o estímulo e a indução ao plantio de soja transgênica no estado.” (Zero Hora apud PELAEZ; SCHMIDT, 2000). As “terras cultivadas com transgênicos têm que ser enquadradas”, declarou um dirigente do MST na época, “na mesma lei que reprime as plantações de psicotrópicos” (PELAEZ; SCHMIDT, 2000). Esses fatos indicam que, mais do que um inimigo, os Tgs foram percebidos como um aliado para se promover a reforma agrária na região, uma vez que os mesmos poderiam oferecer uma justificativa legal para promover a desapropriação de terras.

A lei de psicotrópicos estabelece que, em caso de existência de plantios irregulares, as propriedades sejam objeto de desapropriação. O que chama a atenção nas palavras do líder do MST acima não é a equivalência que ele fez entre as plantações de psicotrópicos e Tgs, mas a sua proposta de, a partir desse tipo de enquadramento legal, abrir a possibilidade de desapropriar as terras onde se encontravam as lavouras de Tgs. Uma sugestão clara de que as lavouras de Tgs poderiam ser o foco da política de reforma agrária, como os grandes produtores agrícolas desconfiavam. E tal declaração foi feita por uma entidade que integrava o núcleo duro do governo na área agrícola. O receio de desapropriação pelos agricultores pró-Tgs teve, portanto, um respaldo nas próprias palavras de dirigentes do MST que, até aquele momento, eram vistos também como porta-vozes do governo. Logo, o discurso do MST, vinculando possíveis desapropriações de terras com a fiscalização de plantios de Tgs, foi interpretado justamente como uma estratégia para viabilizar a reforma agrária no Estado. Ao que parece, os grandes produtores não viam garantias de que as vistorias de lavouras de Tgs não fossem usadas para promover a desapropriação de terras. Para eles, essas aproximações

fizeram que a posição do MST e do governo fosse vista como indissociável, mesmo porque, alguns membros do movimento integravam o próprio governo¹⁶.

Considerações finais

No conflito envolvendo os Tgs no RS, a agricultura familiar e a agroecologia foram vistas como representando uma estrutura intrinsecamente virtuosa em termos ambientais (sustentabilidade) e sociais (justiça). Quando as inovações tecnológicas (biotecnologia) são vistas como obstáculos para a concretização desses fins (sustentabilidade/justiça), elas são percebidas como inimigas para este tipo de visão ética associada ao modelo agrícola. Isso indica que, no caso do RS, as sementes GM foram vistas como a extensão de um processo de racionalização (revolução verde) que ameaçava as práticas virtuosas vinculadas a um modelo agrícola baseado na agricultura familiar e agroecologia. Ao impedir a promoção dessa nova estrutura social agrícola, os Tgs foram percebidos como um obstáculo para a realização de uma agenda de reforma agrária alternativa. Desse modo, a resposta para compreender o conflito ocorrido no RS reside na agenda política do governo Dutra para a reforma agrária e no modo como essa mesma agenda se integrou aos conflitos agrários que estavam se desenvolvendo na região naquele período. O conflito Tg não apenas refletiu essas tensões como também induziu a sua radicalização, dando a elas, de certa forma, uma nova feição.

A FREE TERRITORY FOR TRANSGENICS: AN ANALYSIS OF THE CONFLICT INVOLVING THE SOYBEAN RR PERMISSION IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT: *The article looks to examine the conflict happened Southern Brazil, in the State of Rio Grande do Sul, after the soybean Roundup Ready (RR) was commercially authorized in the end of the 90s. For this, the article grounds for analysis the conflicts befallen among farmers, small-sized cultivators and government staff from different distinct levels (from the State and Federal). We look to show that, further than environmental security questioning, the conflict on transgenics along this period was directly associated to questions related to the agrarian reform in the region. The text makes use of academic pieces and declaration done by the political actors to examine the conflict.*

KEYWORDS: *Environment conflict. Transgenic. Soybean RR. Agrarian reform.*

¹⁶ Devemos lembrar que não era responsabilidade do governo estadual realizar vistorias nas lavouras Tgs. Tal responsabilidade cabia ao governo federal que, como vimos, foi reconhecida pelo governo Dutra no início do conflito, ao assumir o papel de denunciante.

Referências

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

GONZALES, C. G. Genetically modified organisms and justice: the international environmental justice implications of biotechnology. **Georgetown International Environmental Law Review**, [S.l.], v.19, p.583-642, 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=986864>. Acesso em: 26 ago. 2008.

HEBERLÊ, A. L. O. **Significações dos transgênicos na mídia do Rio Grande do Sul**. 2005. 301f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

HOFFMAN, J. Fundamentos técnicos e jurídicos para a instituição de áreas livres de transgênicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE BIODIVERSIDADE E TRANSGÊNICOS, 1., 1999, Brasília. **Anais...** Brasília: Senado Federal, 1999. p.167-177.

MENASCHE, R. Legalidade, legitimidade e lavouras clandestinas. In: ECOLOGIA política: natureza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p.217-247. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/411.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. **Apesar dos protestos, cresce cultivo de transgênicos no Brasil**. 2006a. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/269/transg%C3%AAnicos>>. Acesso em: 10 set. 2010.

_____. Transgênicos: a serviço de quem? **Jornal Sem Terra**, [S.l.], 2006b. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/jornal/269/transg%C3%AAnicos>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

PELAEZ, V.; SCHMIDT, W. A difusão dos OGM no Brasil: imposição e resistências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.14, p.05-31, abr. 2000.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL [RBJA]. **Princípios da justiça ambiental**. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/_justicaambiental/pagina.php?id=229>. Acesso em: 16 mar. 2011.

_____. **Declaração de lançamento da rede brasileira de justiça ambiental**. Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://www.fase.org.br/download/redejustamb.doc>>. Acesso em: 15 maio 2011.

ROS, C. A. da. O movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n.22, p. 232-278, jul./dez. 2009.

_____. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 435f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura) – Universidade federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2006.

SEIFERT, F.; TORSERSEN, H. How to keep out what we don't want: an assessment of 'Sozialverträglichkeit' under the Austrian genetic engineering act. **Public Understanding of Science**, Bristol, v.6, p.301-327, 1997.

THOMPSON, P. B. **Food biotechnology in ethical perspective**. London: Champman & Hall, 1997.

VERAS, M. M. **Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática**. 2005. 121f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Recebido em 12/12/2012.

Aprovado em 15/05/2013.

SUSTENTABILIDADE, ENTRE ECOLOGIA E SOCIOLOGIA

*Roberto Donato da SILVA JUNIOR**
*Leila da Costa FERREIRA***

RESUMO: O objetivo é oferecer uma análise da produção científica sobre sustentabilidade em ecologia e sociologia, no intervalo entre Rio92 e Rio+20. Pretende-se observar as transformações conceituais do termo nas ciências que alimentam o debate sobre meio ambiente e sociedade. O foco está na tensão entre disciplinaridade e interdisciplinaridade no contexto de estabelecimento da relação entre artefato científico e propositividade política. Assim, foram analisados quinze dentre os vinte e cinco artigos mais citados no sítio *web of science* em cada ciência, sobre os temas *sustainability* e *sustainable*, entre 1990 e 2010. A análise fundamentou-se na teoria da modernização reflexiva e nos estudos sociais da ciência.

PALAVRAS-CHAVE: Ecologia. Sociologia. Estudos sociais das ciências. Sustentabilidade. Teoria social.

Introdução

Não é novidade certo entendimento de que as ciências sociais, de forma geral, têm um papel secundário na formulação e atualização da agenda ambiental contemporânea, se comparada às ciências naturais e, principalmente, à ecologia (DRUMMOND, 2006). Cientistas naturais não ignoram, contudo, que os

* Doutorando em Ambiente e Sociedade. UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais. Campinas – SP – Brasil. 13083-896 – robertodnt@yahoo.com.br

** UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia. Campinas – SP – Brasil. 13081-970 – leilacf@unicamp.br

dilemas ambientais se apresentam como híbridos socioecológicos (BERKES et al., 2003). São delimitáveis as fronteiras entre o social e o natural em eventos como mudanças ambientais globais e transgenia? Colocado dessa forma, o enfrentamento da questão leva ao reconhecimento, por parte desses cientistas, da necessidade de esquemas interdisciplinares que incorporem “explicitamente os seres humanos em ecossistemas” (PALMER, 2004). Por outro lado, o sociológico, a construção de propostas de enfrentamento dos dilemas ambientais tem sido concebida a partir da redefinição das relações entre ciência e política (BECK, 2010; LATOUR, 1994, 2005), na medida em que a condição ambivalente da produção tecnocientífica – como um campo de possibilidades onde produção e solução de riscos são indissociáveis (BECK, 2010) – lhe credencia como elemento indispensável na formulação de políticas, ao mesmo tempo em que essa politização confisca o caráter axiomático de seus enunciados (BECK, 2010; YAERLEY, 2005).

Levando essas perspectivas em consideração, quais seriam as contribuições específicas que Ecologia e Sociologia – tomadas aqui como pólos antagônicos das diversas dimensões que compõem o interesse científico sobre a problemática ambiental – para a formulação de propostas de sustentabilidade? Enquanto especialidades científicas, como elas enfrentam a mesma temática híbrida e quais são suas aberturas à interdisciplinaridade? Para tentar responder esses questionamentos, este artigo apresenta uma análise sobre as estratégias de sustentabilidade presentes em um recorte da produção científica em Ecologia e Sociologia. A questão fundamental é captar as interações entre disciplinaridade e interdisciplinaridade nas duas científicas em questão, gerando as condições de perceber se há interação entre elas e, se houver, quais são os nexos possíveis.

Para tanto, o artigo se estrutura da seguinte forma: primeiro apresenta-se o recorte analítico proposto – os artigos científicos mais citados na área de Ecologia e Sociologia segundo o sítio *Web of Science*, entre os anos de 1990 e 2010. Segundo, apresentam-se as condições teórico-metodológicas para uma Sociologia da produção científica sobre sustentabilidade. Terceiro, analisam-se os artigos selecionados, para captar uma imagem possível sobre o debate sobre sustentabilidade no interior das duas ciências. Num quarto momento, demonstra-se a existência ou não de trânsito interdisciplinar entre elas. E, finalmente, discutem-se os limites e potencialidades da relação entre disciplinaridade e interdisciplinaridade no contexto da problemática ambiental e de sustentabilidade na contemporaneidade expressa nesses artigos.

O recorte analítico

A análise foi realizada com base em quinze dos vinte e cinco artigos mais citados no sítio *Web of Science* no período entre 1990 e 2010 de cada cientificidade escolhida. Os critérios de pesquisa foram: (1) título: *sustainab** (de forma a abranger **sustentabilidade** e **sustentável**); (2) categoria: *ecology* e *sociology*; (3) tipo de documento: *article*, com extensão de pesquisa nas bases de dados *Science Citation Index Expanded* (SCI Expanded), *Social Sciences Citation Index* (SSCI) e *Arts e Humanities Citation Index* (AeHCI). Além desses critérios, algumas diretrizes foram priorizadas para a definição dos artigos.

A perspectiva temporal busca oferecer um ponto de vista do processo histórico de formulação das propostas de sustentabilidade, num momento que cobre grande parte do intervalo entre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92) e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada no ano de 2012. A intenção é captar o tratamento científico do tema no momento em que os dilemas ambientais incorporam-se nos debates mais importantes da dinâmica sociopolítica da contemporaneidade. A decorrência metodológica foi buscar os artigos mais citados a cada ano do período de abrangência. Assim evitou-se o perigo de uma pesquisa geral 1990-2010 privilegiar os textos mais antigos em detrimento daqueles publicados em anos mais recentes, notadamente, entre 2005 e 2010, o que não possibilitaria ter um entendimento, ainda que provisório, das tendências recentes sobre o tema. Esse garantia, contudo, não foi possível com os anos 2011 e 2012, não sendo, portanto, contemplados na pesquisa. Os artigos publicados nesses anos não apresentaram um número significativo de citações que permitisse qualificá-los – a partir do critério adotado – como relevantes.

Além disso, a opção de escolher quinze textos entre os vinte e cinco mais citados de cada ciência busca priorizar artigos que demonstrem a preocupação em interferir no debate sobre a problemática ambiental e de sustentabilidade, em detrimento de narrativas mais **técnicas** em cada campo a que se dedica. Por fim, como a proposta é construir uma interpretação sobre o *mainstream* da produção científica, a partir de um vetor que vai da disciplinaridade à interdisciplinaridade, houve um desprezo deliberado por áreas não tradicionalmente disciplinares, como as **Ciências Ambientais**. A deficiência, aceita e assumida, é que artigos de grande impacto no interior da Ecologia e da Sociologia não foram considerados na presente pesquisa. No entanto, a opção aqui realizada possibilita um olhar **do endógeno ao exógeno**, ou seja, da estruturação interna das propostas nos seus próprios nichos acadêmicos à suas aberturas à interdisciplinaridade e à intervenção política. Assim, acredita-se, será possível identificar as peculiaridades de cada

cientificidade abordada sobre o tema sem desperdiçar a condição simétrica de comparação entre esses campos.

Esboço de uma sociologia dos discursos científicos de sustentabilidade

A partir de uma fundamentação teórico-metodológica apresentada em Silva Junior (2011), parte-se do princípio que os diferentes discursos científicos sobre sustentabilidade se constituem, explícita ou implicitamente, por uma tríade conceitual: a concepção de interação entre elementos humanos e não humanos; a definição de riscos, ameaças ou vulnerabilidades; e, por fim, as propostas de solução aos dilemas socioambientais apresentados. Espera-se, com essa perspectiva de análise, apreender o sentido do caráter polissêmico do termo sustentabilidade e promover uma abordagem comparativa das apropriações científicas díspares sobre o mesmo termo.

A ideia de que as propostas de sustentabilidade pressupõem concepções de interações entre elementos “sociais” e “naturais” vem da afirmação de Yearley (2008), para quem a principal contribuição dos *science studies* para a questão ambiental é compreender como se estruturam as formas de se conhecer a natureza. O autor, obviamente, não compreende o termo **natureza** de forma ingênua – como instância autônoma aos eventos humanos – mas como *constructo* socioecológico e, por isso mesmo, passível de análise sociológica, na medida em que a natureza só pode ser concebida no contexto de interações humanas e não humanas e constituindo-se, dessa maneira, como fundo ontológico onde as práticas sociais se inscrevem.

Os outros dois momentos de análise das sustentabilidades, a definição das ameaças e a formulação propostas de solução, forma construída a partir da concepção de que os riscos – seus modos de identificação/ocultamento, formulação e condução política – têm grande centralidade na sociabilidade reflexiva contemporânea (BECK, 2010). Nesta concepção, o caráter ambivalente da produção tecnocientífica se configura como um campo concomitante de produção e resolução potencial dos riscos. Essa ambivalência contribui para a politização da ciência, não só como atualização da interferência científica na política contemporânea, mas também, pela radicalização da crítica interna (intra ou interdisciplinar) e externa (opinião pública) aos artefatos científicos. Disso, resulta o questionamento do caráter axiomático dos seus enunciados, acompanhados pela intensificação da dependência desses mesmos enunciados para o entendimento e intervenção na problemática ambiental contemporânea.

Ou seja, é de suma importância, para esta abordagem, a análise da relação entre produção e estratégias de solução dos riscos no âmbito científico, já que esta seara oferece um ponto de vista privilegiado para o entendimento da própria dinâmica da contemporaneidade.

O que permite, no entanto, aplicar o mesmo crivo analítico – a triade interações, riscos e soluções – a duas perspectivas científicas tão distintas como Ecologia e Sociologia? Em primeiro lugar, a concepção de que não somente a produção científica está impregnada por processos socioculturais e políticos, mas, também, que as ciências, sejam elas oriundas das Ciências Sociais ou Naturais, configuram-se como espaços privilegiados da dinâmica de produção de artefatos socioculturais (LATOURE, 1994; KNORR-CETINA, 1999; COLLINS, 1985; YEARLEY, 2005; PICKERING, 1992), ou seja, como “culturas epistêmicas” (KNORR-CETINA, 1999). O conceito de **cultura** é compreendido, nesse artigo, como “[...] um conjunto de estruturas potenciais da experiência, capaz de suportar conteúdos tradicionais variados e de absorver novos [...]” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p.209). Com base nessa conceituação, disciplinaridade pode ser concebida como conjunto, os arranjos estruturados para a produção de concepções, técnicas, experiências e sociabilidades, paradoxalmente singularizadas pelos processos de interdisciplinaridade, ou seja, pelo jogo interacional que torna permeável a fronteira entre endógeno e o exógeno nos processos de produção de artefatos científicos. Nesse sentido torna-se relevante o entendimento da tensão entre disciplinaridade e interdisciplinaridade como dois elementos indissociáveis e mutuamente estruturantes, fundamentais para o processo de atualização das diferentes perspectivas científicas. Sob esse prisma, ao tentar compreender as relações entre disciplinaridade e interdisciplinaridade em artigos da **Ecologia** e da **Sociologia**, não se busca aqui a apreensão de artefatos inseridos em campos socioepistêmicos institucionalizados e claramente delimitados, mas, antes, em pontos de partidas ou em perspectivas socioepistêmicas de concepção e ação, abertas a apreensão de aspectos exógenos à sua própria dinâmica.

Em segundo lugar, ao concebê-las como culturas epistêmicas, torna-se possível analisá-las a partir do princípio da simetria. A perspectiva aqui adotada busca um meio termo entre os dois polos extremos no qual o debate sobre simetria se insere (BLOOR, 1999; LATOURE, 1994). Para além e aquém do debate entre uma pretensa simetria “generalizada” (LATOURE, 1994) e uma simetria “restrita” (BLOOR, 2009) interessa, às necessidades deste estudo, uma diretriz que possibilite a análise de diferentes perspectivas científicas a partir de uma condição valorativa equânime entre configurações científicas tratadas tradicionalmente como incompatíveis ou qualitativamente excludentes, como é

o caso das relações entre as ciências da natureza e ciências da sociedade. Assim, sugere-se uma simetria epistêmica, que possibilite a compreensão das diferentes científicas como obviamente distintas em seus processos de construção dos artefatos científicos, mas, simétricas na condição de postulados de compreensão dos fenômenos a que se dedicam, já que adotamos aqui a perspectiva de que as diferentes ciências são produtos e produtoras da dinâmica sociocultural da era da reflexividade.

Portanto, o caminho metodológico aqui elaborado é uma tentativa de captar – de forma equivalente – essas diferentes perspectivas de entendimento da problemática da sustentabilidade. Esta posição teórica explica a opção por observar as relações entre disciplinaridade e interdisciplinaridade em artigos que expressam os campos **Ecologia** e **Sociologia** e, não as ciências de **interface**, tais como Ecologia Humana, Ecologia Política, Economia Ecológica, dentre outras. Estas, na postura teórica aqui construída, são compreendidas como tentativas de institucionalização da interface entre eventos humanos e não humanos como temática específica. Ao realizarem essa institucionalização, no entanto, elas não se dissociam totalmente das perspectivas científicas de origem. Elas se configuram, pela perspectiva teórica aqui adotada, em um aspecto da dinâmica interacional produzida pelas ciências das quais elas tentam se desprender. A opção analítica desta pesquisa é tentar apreender o processo interacional mais amplo, não seus aspectos institucionalizados.

Finalmente, com base nestas referências, o tratamento dado à relação entre artefato e implicações políticas em artigos ecológicos e sociológicos se submete à tutela daquilo que Collins e Evans (2010) denominam de “problema da extensão”, ou seja, o questionamento das relações entre o artefato já produzido e a maneira como este se apresenta ao debate sobre as estratégias de enfrentamento dos problemas ao lado das esferas mais amplas da dinâmica social contemporânea. Desta forma, não há neste estudo a pretensão de se analisar os artigos sob a perspectiva do “problema da legitimidade” (COLLINS; EVANS, 2010) que, por sua vez, busca evidenciar o trabalho social subjacente aos artefatos científicos como forma de se desvendar a dinâmica sociopolítica de se sua produção. Trabalho, aliás, já grandiosamente realizado por toda uma geração de pesquisadores dedicados aos estudos sociais das ciências. Portanto, busca-se, neste artigo, observar a dinâmica social e potencialidade política expressa nos próprios artigos, ou seja, **o agenciamento potencial dos próprios enunciados científicos presentes nesses conjuntos bibliográficos**. Longe de se desprezar a perspectiva da legitimidade, a intenção é utilizá-la como ponto de partida seguro para a inserção sobre a questão da extensão.

Sustentabilidade em Ecologia

Dos quinze textos escolhidos em Ecologia, existem dois tipos de produção: um de caráter normativo e outro, propositivo. O primeiro se refere aos discursos orientados para diretrizes de pesquisa e práticas de manejo. Geralmente, são “petições de princípios” de associações de pesquisadores, como é caso de Lubchenco et al. (1991) ou de órgãos governamentais (KESSLER et al., 1992). Por propositivos compreendem-se os artigos constituídos por formulações teórico-metodológicas resultantes diretas ou indiretas de experiências de pesquisa (HOLLING, 1993; BROWN; UGLIATI, 1997; UGLIATI; BROWN, 1998; NESS et al., 2007; VAN DEN BERGH; VERBRUGGEN, 1999) ou mesmo genuínos programas de pesquisa (COSTANZA; DALY, 1992; MITCHELL et al., 1995; GOODLAND; DALY, 1996; LINDENMAYER et al., 2000; RICHTER et al. 2003; CHOI et al., 2008; TERMORSHUIZEN; OPDAM, 2009). Vale destacar uma grande preocupação em definir o termo “sustentabilidade” e também estabelecer índices e indicadores como forma de torná-la um instrumento de operacionalização de pesquisas e políticas (BROWN; UGLIATI, 1997; UGLIATI; BROWN, 1998; LINDENMAYER et al., 2000; NESS et al., 2007).

Foi possível observar que as concepções de interação entre humanos e não humanos apresentam três grandes características fundamentais: (1) entre 1990 e 2000 existe uma marcada divisão ontológica entre “sistemas naturais” e “sistemas sociais”, ou mesmo entre “ecossistemas não perturbados” e “ecossistemas manejados”, (LUBCHENCO et al., 1991; KESSLER et al., 1992; BROWN; UGLIATI, 1997; UGLIATI; BROWN, 1998; LINDENMAYER et al., 2000); (2) entre os anos 2000 e 2010 proliferam-se tentativas de extensão dos adjetivos “complexidade”, “diversidade” e “integridade” dos eventos naturais aos eventos sociais, tornando, assim a distinção ontológica menos evidente, (RICHTER et al., 2003; DE GROOT, 2006; CHOI et al., 2008; TERMORSHUIZEN; OPDAM, 2009); e (3) o recorrente uso do conceito de “ecossistema” nos anos noventa (LUBCHENCO et al., 1991; KESSLER et al., 1992; HOLLING, 1993; MITCHELL et al., 1995; BROWN; UGLIATI, 1997; UGLIATI; BROWN, 1998;) cede espaço ao conceito de “comunidade” (CHOI et al., 2008) e de “paisagem” (DE GROOT, 2006; TERMORSHUIZEN; OPDAM, 2009). Estes três aspectos não estão isolados. Entre os artigos que fundamentam suas propostas de sustentabilidade no conceito de ecossistema, existe uma maior propensão à distinção entre aspectos **naturais** e **sociais**, tanto nos textos mais puramente ecológicos, quanto naqueles mais propensos a uma abordagem econômico-ecológica. Nestes últimos, inclusive, a estreita relação entre **ecossistema** e **capital natural** deixa evidente a tendência de se interrelacionar eventos humanos e ecológicos pela via econômica. A partir do momento em que

o conceito de paisagem torna-se preponderante, a distinção natureza-sociedade tende a ser amenizada. Nesse sentido, a preponderância do conceito de paisagem está intimamente relacionada à tentativa de incorporação da dimensão **social** ao predomínio do discurso econômico-ecológico.

Com relação aos riscos e ameaças, as principais características são: (1) enquanto elementos importantes de interação entre campos ontológicos distintos, os riscos ambientais podem ser compreendidos como desarticuladores de uma regularidade pregressa que, via sustentabilidade, deve ser, se não resgatada, de alguma forma reproduzida. Nesta perspectiva, o crescimento populacional humano é, quase sempre, a instância motivadora fundamental das ameaças aos ecossistemas (LUBCHENCO et al., 1991; KESSLER et al., 1992); (2) o conceito de capacidade de suporte é comumente utilizado para expressar os limites nos quais riscos e problemas tornam-se os portadores da tragédia potencial ou manifestada, podendo ser compreendido como **fixo** ou **variável**, referindo-se o primeiro a uma perspectiva global e o último à perspectiva local ou à oscilação dos próprios ecossistemas (VAN DEN BERGH; VERBRUGGEN, 1999; COSTANZA; DALY, 1992; MITCHELL et al. 1995; GOODLAND; DALY, 1996); (3) de forma tangencial, o próprio conhecimento científico pode ser considerado promotor de riscos (NESS et al. 2007; VAN DEN BERGH; VERBRUGGEN, 1999; LINDENMAYER et al., 2000); (4) a situações de risco podem ser traduzidas como processos de “competição” entre humanos e ecossistemas por recursos fundamentais tais como água e biodiversidade (LINDENMAYER et al., 2000; RICHTER et al., 2003); e, por fim, (5) o contexto das mudanças ambientais globais se apresenta como um campo de possibilidades no qual o próprio “risco” reconfigura o entendimento sobre as interações humanos/não humanos (CHOI et al., 2008). Há, portanto, uma tendência de entendimento mais complexificado de risco e ameaça, principalmente entre os anos 2003 e 2009, em detrimento de uma perspectiva unilateral de causalidade da problemática ambiental (como por exemplo, o crescimento populacional) nos primeiros anos da pesquisa.

Por fim, as propostas de solução apresentadas nos artigos podem ser tipificadas do seguinte modo: (1) conservação ou restauração dos ecossistemas deve ser guiada por práticas de manejo adaptativo (LUBCHENCO et al., 1991; KESSLER et al., 1992); (2) informadas por pesquisa interdisciplinar e transescalar (HOLLING, 1993); (3) Manutenção da produtividade/renda dos ecossistemas em conjugação aos processos econômicos (BROWN; UGLIATI, 1997; UGLIATI; BROWN, 1998); (4) Processos de compatibilização das necessidades humanas e ecossistêmicas (MITCHELL et al. 1995; LINDENMAYER et al., 2000; RICHTER et al. 2003); (5) Extensão das análises de custo/benefício aos ecossistemas e paisagens, assim como

a extensão do manejo adaptativo às relações econômicas (COSTANZA; DALY, 1992; GOODLAND; DALY, 1996); (6) Manutenção dos “serviços da paisagem” a partir da amálgama de aspectos ecológicos, econômicos, sociais e culturais (DE GROOT, 2006; TERMORSHUIZEN; OPDAM, 2009); e, por fim, (7) manutenção das funções ecológicas num contexto de mudanças ambientais globais antrópicas (CHOI et al., 2008). De maneira geral, a tríade “ciência para complexidade, análise econômico-ecológica e manejo adaptativo” perpassa quase todas as propostas encontradas nos artigos analisados. No entanto pode-se perceber que, nos anos mais recentes (2003-2009), há uma incipiente tentativa de incorporação de aspectos sociológicos e antropológicos e forte tendência de se encarar sustentabilidade através de procedimentos técnicos combinada com análises econômicas.

Sustentabilidade em Sociologia

Os quinze artigos escolhidos em Sociologia apresentam um caráter fortemente analítico. Dentro deste escopo, existem três grandes tendências: os artigos compiladores, os empíricos e os propositivos. Os primeiros esquadriham a produção de temas direta ou indiretamente ligados à sustentabilidade, como forma de apresentar uma visão panorâmica ou garantir contribuições ao mesmo debate (GALÉ; CORDRAY, 1994; HUNTER, 1997; BRIASSOULIS, 2002; SNEDDON et al., 2002). Os empíricos apresentam resultados de pesquisa e, a partir destes, formulam diretrizes que possam contribuir com o tema a que se dedicam (SALTIEL; BAUDER; PALAKOVICH, 1994; HASSANEIN; KLOPPENBURG, 1995; OLSON, 1995; MEARES, 1997; MCKENZIE-MOHR, 2000; PETER et al., 2000; MOL, 2007). E, por fim, por propositivos compreende-se aqui aqueles artigos que, elaborados por pesquisadores com grande legitimidade acadêmica, apresentam diretrizes teórico-metodológicas e políticas que contribuam com o (re)direcionamento dos caminhos de pesquisa no interior da dimensão social da sustentabilidade. Com os três tipos de artigos presentes em todo o período analisado (1990/2009) e no percurso utilizado para observação dos artigos encontramos algumas tendências interessantes.

Os padrões de regularidade encontrados nos artigos podem ser expressos da seguinte forma: (1) dinâmicas de relações problemáticas entre “sociedade” e “recursos naturais” como um dado de pouca relevância analítica, no qual o interesse recai sobre como identificar os modos e condições sociais que propiciam a adoção ou o fortalecimento político das práticas de sustentabilidade (aqui, o uso frequente do termo “recursos naturais” revela uma forte preponderância sociocêntrica das respectivas perspectivas de análise) (GALE; CORDRAY, 1994;

SALTIEL; BAUDER; PALAKOVICH, 1994); (2) ênfase no contexto rural como locus privilegiado para discussão de sustentabilidade (GALE; CORDRAY, 1994; SALTIEL; BAUDER; PALAKOVICH, 1994; HASSANEIN; KLOPPENBURG, 1995); (3) a utilização de uma abordagem neomalthusiana, a partir de uso da fórmula $I = PAT$ (I = impacto, P = população, A = produção material e T = tecnologia), como base para as interações entre relações sociais e ecológicas imersas num contexto articulado em torno da teoria dos sistemas (OLSON, 1995); (6) uma perspectiva adaptacionista das relações e atividades sociais em relação aos ecossistemas (HUNTER, 1997); (7) uma concepção pautada por certa “impossibilidade integrativa” entre aspectos ecológicos, econômicos e sociais (MICHALOS, 1997); a ênfase nos aspectos de “qualidade de vida” implícitos nas questões de sustentabilidade (MEARES, 1997), ou de uma perspectiva mais psicológica, nos aspectos “comportamentais” (MCKENZIE-MOHR, 2000); (8) a relação entre elementos socialmente construídos, fundamentalmente gênero, e questões ambientais (PETER et al., 2000); (9) uma perspectiva integrativa a partir do conceito de “rede híbridas” (PLUGLIESE, 2001); (10) definição das relações entre turismo e sustentabilidade a partir de uma perspectiva neomalthusiana de uso dos recursos comuns (BRIASSOULIS, 2002); (11) fundamentação analítica pautada numa perspectiva ecossistêmica por meio do conceito de “sistema socioecológico” (SNEDDON et al, 2002); (12) a análise da relação entre consumo e sustentabilidade a partir das interações entre “ator” e “estrutura” intermediada por “práticas sociais” (SPAARGAREN, 2003); (13) o estabelecimento de relações entre “natureza” e “sociedade” através de “preferências psicológicas” (VAN DEN BERG et al., 2007); e, por fim, (14) o uso de uma concepção de dinâmicas de “redes e fluxos” para análise das relações entre vulnerabilidade e sustentabilidade na problemática dos biocombustíveis (MOL, 2007).

Destas perspectivas, algumas diretrizes podem ser evidenciadas. Num primeiro momento (1990/1996), os artigos se apresentam distantes de uma fundamentação das relações entre elementos humanos e não humanos que compõem a problemática ambiental propriamente dita. Num segundo momento (1997/2003), os artigos já apresentam uma preocupação com a constituição de arcabouços definidores dessas relações, mas a partir de um campo teórico exógeno à Sociologia e próxima a perspectivas econômico-ecológicas fundamentadas no neomalthusianismo ou na teoria dos sistemas. Num terceiro momento (2004/2010) é possível observar o surgimento de um arcabouço propriamente sociológico, a partir de perspectivas como redes e fluxos, redes sociotécnicas ou teoria da estruturação. Junte-se a isso, certo embate entre uma perspectiva mais psicológica comportamentalista, de um lado, e uma interpretação mais sociológica, de outro.

Por sua vez riscos e ameaças podem ser classificados da seguinte maneira: (1) insustentabilidade é relativa, referente à perspectiva de sustentabilidade adotada (GALE; CORDRAY, 1994); (2) práticas agroindustriais, fundamentadas em certo sentido de investigação tecnocientífica, são fonte de ameaça aos agroecossistemas (SALTIER et al., 1994; HASSANEIN; KLOPPENBURG, 1995); (3) o “impacto ambiental” é resultante da relação entre aumento da população, consumo e afluência (OLSON, 1995); (4) crescimento econômico ou demográfico como risco e ameaça relacionadas à situações geograficamente específicas (HUNTER, 1997); (5) como paradoxos do desenvolvimento que colocam em xeque o “bem estar humano” (MICHALOS, 1997); (6) como limitações à busca de “bem estar” derivadas das assimetrias de gênero (MEARES, 1997); (7) entraves de informação que inviabilizam a promoção de “comportamentos individuais sustentáveis” (MCKENZIE-MOHR, 2000); (8) processos tecnocientíficos inerentes à “modernização da agricultura” como promotores de rompimento da resiliência dos “sistemas socioecológicos” (PLUGLIESE, 2001); (9) apropriação privada dos “recursos comuns” como ameaça à integridade social e ecológica (BRIASSOULIS, 2002); (10) situações de conflito entre usos díspares dos recursos (SNEDDON et al., 2002); (11) ênfase na responsabilidade individual dos agentes no processo de estruturação das mudanças ambientais (SPAARGAREN, 2003); (12) urbanização desordenada como entrave para a promoção dos aspectos psicológicos necessários à sustentabilidade (VAN DEN BERG et al., 2007); e, finalmente, (13) vulnerabilidade como condição determinada por variantes sociogeográficas em relação a atividade econômicas pretensamente sustentáveis (MOL, 2007).

Destas perspectivas evidenciam-se a diversidade e especificidade de concepções de risco e ameaça – todas elas intimamente relacionadas aos temas de pesquisa trabalhados nos artigos. Isso nos leva a concluir que as concepções definidoras da problemática ambiental sejam decorrentes mais das orientações de pesquisa do que de um olhar especificamente orientado para a ela. Segundo, com exceção dos artigos de inspiração neomalthusiana, não foram encontradas assertivas generalizantes de risco e ameaça do tipo **o ser humano destrói a natureza**, muito comum em discursos ecológicos e econômicos. E, terceiro, esse relativo desprezo pelas análises das situações de risco leva os autores à análise dos **comportamentos** e **práticas** concernentes e orientadas para sustentabilidade.

Quanto às propostas de solução: (1) tipificação sociológica sobre as diferentes sustentabilidades podem orientar cientistas sociais e promotores de políticas ambientais na aplicação de cada modelo às condições sociais e ecológicas específicas (GALE; CORDRAY, 1994); (2) escrutínio das condições de adoção de práticas agrícolas sustentáveis pode contribuir para processos de difusão da sustentabilidade (SALTIER; BAUDER; PALAKOVICH, 1994); (3) integração entre práticas/saberes

sobre agroecossistemas e movimento social para o desenvolvimento rural sustentável não apenas fortalecem esses esquemas de saberes/práticas como contribui para a disseminação de propostas de sustentabilidade (HASSANEIN; KLOPPENBURG, 1995); (4) construção de cenários de sustentabilidade contribui para as mudanças de comportamento no presente (OLSON, 1995); (5) turismo sustentável deve adotar um “paradigma adaptativo” para contribuir com diferentes situações de manutenção dos recursos naturais (HUNTER, 1997); (6) diante da impossibilidade de integração sistêmica entre aspectos ecológicos, econômicos e sociológicos, deve-se construir uma “lista de indicadores” de sustentabilidade como forma de abranger essas diferentes dimensões (MICHALOS, 1997); (7) ao conceber os aspectos sociais da agricultura sustentável como “qualidade de vida”, deve-se incorporar as diferentes concepções de gênero sobre o conceito (MEARES, 1997); (8) a difusão de estudos sobre comportamento “sustentável” pode contribuir para processos de planejamento sustentável (MCKENZIE-MOHR, 2000); (9) debate sobre os possíveis padrões de masculinidade (“monológica” ou “dialógica”) podem ser fundamentais para a promoção de uma agricultura sustentável (PETER et al., 2000); (10) como técnica, agricultura orgânica pode contribuir para a sustentabilidade se atrelada aos princípios do desenvolvimento rural sustentável (inovação, conservação, participação e integração) (PUGLIESE, 2001); (11) as atividades de turismo sustentável podem contribuir com a sustentabilidade se orientadas para o manejo adaptativo (BRIASSOULIS, 2002); (12) sustentabilidade em torno dos recursos hídricos deve ser alcançada por meio de “relações de cooperação” entre atores que potencialmente entrem em conflito por esses recursos (SNEDDON et al., 2002); (13) “consumo sustentável” devem ser alcançado através (a) de “heurísticas ambientais” adequadas às práticas cotidianas, (b) de “rotas de inovação” que possibilitem que amparem consumidor sustentável e (c) de modelos teórico-metodológicos para análise e identificação de estilos de vida sustentáveis (SPAARGAREN, 2003); (14) a urbanização sustentável deve abranger não somente demandas ecológicas, mas também a **aproximação à natureza**, entendida como uma preferência ou necessidade psicológica das pessoas para o **restaur**o das condições de *stress* imposto pela dinâmica urbana; e, por fim, (15) a promoção de uma rede globalizada de biocombustíveis pode contribuir para mitigar as mudanças ambientais, mas é necessário atentar às vulnerabilidades referentes a atores locais envolvidos no processo (MOL, 2007).

Aqui, observa-se que, primeiro, há uma ênfase na difusão dos resultados de pesquisa como capazes de influenciar a tomada de decisões no planejamento para a sustentabilidade. Segundo, que a propositividade expressa tende a sublinhar contribuições em temas específicos, como agricultura e relações de gênero, turismo sustentável, práticas agrícolas e articulação sociopolítica para sustentabilidade,

conflitos sociais por disputa de recursos, etc. E, terceiro, há uma grande ênfase na responsabilidade individual diante dos processos políticos para a emergência da sustentabilidade, seja de uma perspectiva psicológica ou sociológica.

Conclusões

Como vimos, para entre os artigos de Ecologia uma articulação entre ciência para complexidade ecológica, análise econômico-ecológica e manejo adaptativo. Essa tríade se apresenta nos artigos fundamentados pelo conceito de **ecossistema** e amparada em uma forte distinção ontológica entre **natureza** e **sociedade**. Nos últimos anos, no entanto, vem sendo alimentada uma demanda incipiente de incorporação das questões socioculturais nos processos de planejamento de sustentabilidade. Ela vem acompanhada pela valorização dos conceitos de **paisagem** e **comunidade**, assim como de uma perda de nitidez nas fronteiras entre **natureza** e **sociedade**. As políticas públicas aparecem como espaço de experimentação das estratégias de conservação/restauração ecológica, articuladas à pesquisa científica e valoração econômico-ecológica, através do muito utilizado conceito de **manejo adaptativo**. De forma geral, a prevalência do conceito de paisagem vem acompanhada de uma tentativa de abertura da Ecologia para temas sociais. Nesse sentido, a territorialização fornecida pelo conceito de paisagem possibilitaria a incorporação de temas humanos que transcendem à perspectiva oferecida pela Economia.

Nos artigos em Sociologia, há um nítido deslocamento da Sociologia Rural para uma Sociologia Ambiental que acompanha uma guinada da problemática agrária e de gênero para a temática urbana, tecnológica e sobre a responsabilidade individual. Apesar de os artigos expressarem um intenso debate entre as perspectivas sociológicas e psicológicas sobre as práticas ou comportamentos para a sustentabilidade, não existem exercícios de interdisciplinaridade entre elas, configurando-se, antes, como uma disputa pela apropriação da relação entre práticas individuais e sociais referentes à sustentabilidade. Além disso, os artigos partem de certo alheamento em relação ao núcleo da problemática ambiental, passando por um momento de flerte com abordagens econômico-ecológicas, até, nos artigos mais recentes, alcançarem um tratamento mais especificamente sociológico do tema.

Quanto às demandas de interdisciplinaridade, os artigos em Ecologia e Sociologia seguem caminhos notadamente distintos. Nos primeiros, a interlocução fundamental é com a Economia, tendo como arena de interação a teoria dos sistemas. Ela possibilita uma equalização dos eventos humanos e ecológicos por três vias fundamentais: a capitalização, a mensuração dos fluxos e a “adaptação”.

Como colocado em Silva Junior e Ferreira (2013), a intensa relação entre Ecologia e Economia parece apontar para a existência de uma **interdisciplinaridade disciplinar**, ou seja, a partir do compartilhamento de pressupostos epistemológicos semelhantes às duas perspectivas encontram as possibilidades de diálogo sem necessariamente mergulhar em processos de superação de estranhamentos discursivos, temáticos e teórico-metodológicos. Por fim, apesar da intenção de aproximação às questões sociais nos artigos ecológicos, elas não se configuram em questões sociológicas.

Nos artigos em Sociologia, a tendência a um discurso autônomo sobre a sustentabilidade é bastante acentuado. A grande variedade de temas percorridos pelos artigos sociológicos evidencia a ausência de um arcabouço teórico dominante, tal como é a perspectiva sistêmica para os artigos ecológicos. Suas aproximações com temas ou conceitos exógenos à sua própria tradição se fazem ao sabor do objeto analisado, mas não por um programa teórico onde esteja previsto um sentido de interdisciplinaridade, tal como na Ecologia. Com sua interlocutora mais próxima, a Psicologia, o compartilhamento temático entre elas gera mais uma disputa pela hegemonia discursiva e pela influência potencial junto às políticas ambientais do que um processo colaborativo de entendimento. Diante dessa diversidade temática, as visões adaptacionistas – com exceção da fase intermediária tratada acima – não são utilizadas no processo de construção do entendimento sociológico sobre sustentabilidade. Do alheamento dos anos iniciais à tentativa de um escopo propriamente sociológico dos últimos artigos, a referida autonomia sociológica escapa do ímpeto integrativo gerado pela Ecologia.

Portanto, levando-se em consideração estas diferenças qualitativas entre as discursividades ecológica e sociológica, um caminho comum entre elas apresenta grandes desafios. Como sugerem os artigos analisados, dinâmicas de interdisciplinaridade dificilmente se efetivam entre científicidades que apresentam grandes disparidades discursivas. Como, então, realizar interdisciplinaridade sem recorrer a processos **epistemofágicos** de uma disciplinaridade sobre outra? Como promover **diálogo** levando-se em consideração as disparidades e descontinuidades discursivas, para, assim, não desperdiçar o aprofundamento teórico-metodológico historicamente constituído por cada uma delas? Será possível uma interdisciplinaridade de **confronto e estranhamento** entre culturas epistêmicas diferenciadas?

Finalmente, quais são as possíveis contribuições da própria Sociologia no que se refere à construção de caminhos interdisciplinares que contemplem não somente afinidades eletivas (WEBER, 2009)? A partir desta, seria possível construir um caminho teórico de interdisciplinaridade que abarcasse, talvez, incompatibilidades eletivas? Talvez, uma contribuição sociológica ao debate seja a tentativa de

apreensão das lacunas interpretativas e discursivas entre distintos pontos de vista como forma de se edificar um caminho criativo de interdisciplinaridade. Seriam os processos de politização da ciência e cientificização da política o caminho para uma interdisciplinaridade não simplificadora?

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo apoio à pesquisa apresentada nesse artigo.

SUSTAINABILITY, BETWEEN ECOLOGY AND SOCIOLOGY

ABSTRACT: *The objective is to offer an analysis of the scientific production about sustainability in ecology and sociology, in the gap between Rio92 and Rio+20. We intend to observe the conceptual changes of the term in the sciences that nourish the debate on environment and society. The focus is on the tension between disciplinarity and interdisciplinarity in the context of relation establishment between scientific artifact and political propositivity. Then it has been analyzed fifteen out of twenty five articles largely mentioned in the site web of science in each of the sciences, on the subject sustainability and sustainable, between 1990 and 2010. The analysis has been based on the theory of reflexive modernization and on social studies of the science.*

KEYWORDS: *Ecology. Sociology. Social studies of the sciences. Sustainability. Social theory.*

Referências

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade.** São Paulo: 34, 2010.

BERKES, F. et al. **Navigating social–ecological systems: building resilience for complexity and change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BLOOR, D. **Conhecimento e imaginário social.** São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

_____. Anti-Latour. **Studies in History and Philosophy of Science**, [S.l.], v.30, n.1, p.81–112, 1999.

BRIASSOULIS, H. Sustainable tourism and the question of the commons. **Annals of Tourism Research**, New York, v.29, n.4, p.1065-1085, 2002.

BROWN, M. T.; ULGIATI, S. Emergy-based indices and ratios to evaluate sustainability: monitoring economies and technology toward environmentally sound innovation. **Ecological Engineering: The Journal of Ecotechnology**, Oxford, v.9, n.1-2, p.51-69, Sep. 1997.

CHOI, Y. D. et al. Ecological restoration for future sustainability in a changing environment. **Ecoscience**, Sainte-Foy, v.15, n.1, p.53-64, 2008.

COLLINS, H. M. **Changing order: replication and induction in scientific practice**. Beverley Hills: Sage, 1985.

COLLINS, H. M.; EVANS, R. **Repensando a expertise**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

COSTANZA, R.; DALY, H. E. Natural capital and sustainable development. **Conservation Biology**, Boston, v.6, n.1, p.37-46, Mar. 1992.

DE GROOT, R. Function-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, v.75, n.3-4, p.175-186, Mar. 2006.

DRUMMOND, J. A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.21, n.62, p.05-25, out. 2006.

GALE, R. P.; CORDRAY, S. M. Making sense of sustainability: 9 answers to what should be sustained. **Rural Sociology**, Knoxville, v.59, n.2, p.311-332, 1994.

GOODLAND, R.; DALY, H. Environmental sustainability: universal and non-negotiable. **Ecological Applications**, Tempe, v.6, n.4, p.1002-1017, Nov. 1996.

HASSANEIN, N.; KLOPPENBURG, J. R. Where the grass grows again: knowledge exchange in the sustainable agriculture movement. **Rural Sociology**, Knoxville, v.60, n.4, p.721-740, 1995.

HOLLING, C. S. Investing in research for sustainability. **Ecological Applications**, Tempe, v.3, n.4, p.552-555, Nov. 1993.

HUNTER, C. Sustainable tourism as an adaptive paradigm. **Annals of Tourism Research**, New York, v.24, n.4, p.850-867, 1997.

KESSLER, W. B. *et al.* New perspectives for sustainable natural-resources management. **Ecological Applications**, Tempe, v.2, n.3, p.221-225, Aug. 1992.

KNORR-CETINA, K. **Epistemic cultures: how the sciences make knowledge**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

LATOURE, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: 34, 1994.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

LINDENMAYER, D. B. et al. Indicators of biodiversity for ecologically sustainable forest management. **Conservation Biology**, Boston, v.14, n.4, p.941-950, Aug. 2000.

LUBCHENCO, J. et al. The sustainable biosphere initiative: an ecological research agenda. **Ecology**, [S.l.], v.72, n.2, p.371-412, 1991.

MCKENZIE-MOHR, D. Promoting sustainable behavior: an introduction to community-based social marketing. **Journal of Social Issues**, Malden, v.56, n.3, p.543-554, 2000.

MEARES, A.C. Making the transition from conventional to sustainable agriculture: gender, social movement participation, and quality of life on the family farm. **Rural Sociology**, Knoxville, v.62, n.1, p.21-47, 1997.

MICHALOS, A.C. Combining social, economic and environmental indicators to measure sustainable human well-being. **Social Indicators Research**, Dordrecht, v.40, n.1-2, p.221-258, 1997.

MITCHELL, G. et al. PICABUE: a methodological framework for the development of indicators of sustainable development. **International Journal of Sustainable Development and World Ecology**, Lancs, v.2, n.2, p.104-123, Jun. 1995.

MOL, A. P. J. Boundless biofuels? between environmental sustainability and vulnerability. **Sociologia Ruralis**, Assen, v.47, n.4, p.297-315, 2007.

NESS, B. et al. Categorising tools for sustainability assessment. **Ecological Economics**, Amsterdam, v.60, n.3, p.498-508, Jan. 2007.

OLSON, R. L. Sustainability as a social vision. **Journal of Social Issues**, Malden, v.51, n.4, p.15-35, 1995.

PALMER, M. et al. Ecology for a crowded planet. **Science**, [S.l.], v.304, p.1251-1252, May 2004.

PETER, G. et al. Coming back across the fence: masculinity and the transition to sustainable agriculture. **Rural Sociology**, Knoxville, v.65, n.2, p.215-233, 2000.

PICKERING, A. **Science as practice and culture**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

PUGLIESE, P. Organic farming and sustainable rural development: a multifaceted and promising convergence. **Sociologia Ruralis**, Assen, v.41, n.1, p.112-130, 2001.

RICHTER, B. D. et al. Ecologically sustainable water management: managing river flows for ecological integrity. **Ecological Applications**, Tempe, v.13, n.1, p.206-224, Feb. 2003.

SALTIEL, J.; BAUDER, J. W.; PALAKOVICH, S. Adoption of sustainable agricultural practices: diffusion, farm structure, and profitability. **Rural Sociology**, Knoxville, v.59, n.2, p.333-349, 1994.

SILVA JÚNIOR, R. D. A sustentabilidade como híbrido: uma proposta de análise sociológica. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 35., 2011, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2011. p.1-29.

SILVA JUNIOR, R. D.; FERREIRA, L. C. Sustentabilidade na era das conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento: um olhar para ecologia e economia. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v.16, n.1, p.01-18, abr. 2013.

SNEDDON, C. et al. Contested waters: conflict, scale, and sustainability in aquatic socioecological systems. **Society e Natural Resources**, [S.l.], v.15, n.8, p.663-675, 2002.

SPAARGAREN, G. Sustainable consumption: a theoretical and environmental policy perspective. **Society e Natural Resources**, [S.l.], v.16, n.8, p.687-701, 2003.

TERMORSHUIZEN, J. W.; OPDAM, P. Landscape services as a bridge between landscape ecology and sustainable development. **Landscape Ecology**, Dordrecht, v.24, n.8, p.1037-1052, Oct. 2009.

ULGIATI, S.; BROWN, M. T. Monitoring patterns of sustainability in natural and man-made ecosystems. **Ecological Modelling**, Amsterdam, v.108, n.1-3, p.23-36, May 1998.

VAN DEN BERG, A. E. et al. Preference for nature in urbanized societies: stress, restoration, and the pursuit of sustainability. **Journal of Social Issues**, Malden, v.63, n.1, p.79-96, 2007.

VAN DEN BERGH, J.; VERBRUGGEN, H. Spatial sustainability, trade and indicators: an evaluation of the 'ecological footprint'. **Ecological Economics**, Amsterdam, v.29, n.1, p.61-72, Apr 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. da UNB, 2009.

YEARLEY, S. **Making sense of science: understanding the social study of science**. London: Sage, 2005.

YEARLEY, S. Nature and the environment in science and technology studies. In: HACKETT, E. J. et al. (Ed.). **The handbook of science and technology studies**. Cambridge: MIT, 2008. p.921-948.

Recebido em 11/02/2013.

Aprovado em 10/06/2013.

O TOQUE DO OBOÉ: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO CAMPO DOS CONFLITOS AMBIENTAIS

*Anabelle Santos LAGES**

*Marcia Guerra CAPANEMA***

*Andréa ZHOURI****

RESUMO: Traz-se a metáfora do oboé para explicitar o que se espera da atuação do Ministério Público em litígios envolvendo conflitos ambientais. Por não existir concerto feito por um único instrumento, a experiência revela que mesmo sendo um ator importante no campo dos conflitos ambientais, o êxito da atuação do ente ministerial está imediatamente adstrito à qualidade das relações estabelecidas com os sujeitos do lugar para o qual está orientada a sua defesa. A análise das diferentes atuações do Ministério Público, frente aos avanços da mineração na Serra da Piedade e dos danos causados pelas atividades de reflorestamento de eucalipto nas Lagoas de Cordisburgo, ambos em Minas Gerais, mostra que a interação e a articulação estabelecida entre e pelos sujeitos interessados na causa são aspectos que não podem ser desprezados na luta por justiça ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Ministério Público. Justiça ambiental. Conflitos ambientais.

Introdução

A orquestra como parte da narrativa. O oboé lança a nota para o spalla, que imediatamente a envia para os primeiros violinos e este para os demais instrumentos.

* Doutorando em Sociologia. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – anabellelages@yahoo.com.br

** Mestrando em Sociologia. UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – guerra@hotmail.com

*** UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia e Antropologia. Belo Horizonte – MG – Brasil. 31270-901 – aszhouri@gmail.com

É o lá emitido pelo oboé a primeira nota que anima e guia todas as outras, saídas num arrebatado inebriantemente harmônico. Daí faz-se uma confusão de sustenidos, bemóis, sol maior; amálgama que por ironia da natureza é melodiosamente arranjada. Ápice de sua função, a evidência do instrumento no início do concerto decorre justamente da independência de sua afinação.

Incorporado à orquestra em meados do século XVII, o oboé é tradicional instrumento de sopro feito em madeira e encontra em sua execução o seu maior desafio. Isso porque, embora suas notas sejam densas e ricas; as mais agudas, rarefeitas e penetrantes, para que um acorde seja emitido faz-se necessário um volume de ar superior ao que é realmente utilizado para a sua produção. A extensão de suas notas é menor do que aquelas emitidas por seus companheiros de sopro. Contudo, a despeito dessa aparente limitação, a beleza do oboé reside em sua pluralidade, com uma ampla variedade de estilos, transita por melodias lentas, que tendem a soar melancólicas, da mesma forma em que é capaz de produzir canções mais festivas.

A singularidade do instrumento foi belamente captada pelo cinema sul-americano. O filme *O Toque do Oboé* (1998), lançado em 1990, retrata a monótona vida dos moradores de uma pequena cidade da América Latina. A inércia que permeia suas vidas é quebrada com a chegada de um oboísta que despreziosa e gradualmente participa do cotidiano das personagens. A ruptura daquele modo de vida ocorre em definitivo quando o músico começa a tocar nas sessões de cinema mudo, despertando nas pessoas sentimentos de melancolia, alegria, pavor, paixão, que logo se replicam por toda a cidade. A melodia do instrumento lhes despertara.

O papel do oboé no filme e a função do instrumento numa orquestra são tomados aqui como metáfora para explicitar o que se espera da atuação do Ministério Público em litígios envolvendo conflitos ambientais, tanto em razão das obrigações conferidas a este ente pela Constituição da República de 1988, como ainda pelo caráter de justiça plural que envolve e orienta os regramentos constitucionais. O dever de vigilância de promotores e procuradores do órgão ministerial deve ser redobrado, principalmente quando se considera a existência predominante de uma forma de pensar que vincula de maneira inexorável desenvolvimento e progresso econômico (ZHOURI, 2011). Esta equivalência valorativa pode ser observada em sentenças e outras decisões proferidas pelo Poder Judiciário, por exemplo. Como se o concerto tivesse começado sem o toque do oboé, sem se pautar pelas diretrizes propostas pela justiça ambiental, não é raro ver juizes e desembargadores tocando (des)afinadamente a crença de um desenvolvimento a qualquer preço, espécie de sinfonia do paradigma desenvolvimentista. Por isso, quando um conflito socioambiental foi ou está na eminência de ser judicializado, o Ministério Público tem a obrigação funcional de estar atento às diretrizes do pluralismo jurídico

sobre as quais está assentada a Constituição brasileira (WOLKMER, 2001). Tais diretrizes, aliás, também estão em consonância com os valores defendidos pela Justiça Ambiental (ACSELRAD, 2004).

De início, estas linhas se dedicarão ao resgate, ainda que breve, do processo de consolidação do Ministério Público como ente independente e aglutinador das demandas de uma sociedade que é plural, mas, desigual na consolidação dos direitos das populações mais vulneráveis. Depois, tal como não existe concerto feito por um único instrumento, a experiência revela que mesmo sendo um ator importante no campo dos conflitos ambientais, o êxito da atuação do ente ministerial está imediatamente adstrito à qualidade das relações estabelecidas com os sujeitos do lugar para o qual está orientada a sua defesa. Nesse sentido, o próximo momento desta comunicação deitará os olhos sobre dois casos de conflito ambiental no qual o Ministério Público foi chamado a participar. O primeiro deles, o de Lagoas de Cordiburgo, mostra os danos das atividades de reflorestamento de eucalipto causados pela siderúrgica Calsete S/A àquela região de Minas Gerais. Neste caso, tal qual o primeiro, o segundo caso, que trata do acirramento do conflito de mineração na Serra da Piedade, busca identificar as estratégias de ação, bem como as formas de interação com que cidadãos e entidades da sociedade civil procuraram o Ministério Público de Minas Gerais para a defesa dos seus direitos. A avaliação dos diferentes desdobramentos desses dois conflitos sustenta a afirmação de que, para além dos caracteres indisponíveis do sujeito, a existência de promotores e procuradores de gabinete e promotores e procuradores de fato (SILVA, 2001) se dá não só pela continuidade dessas articulações, mas, fundamentalmente, pela leitura que os sujeitos de direito têm sobre o papel desse ente e deles próprios na luta por seus direitos.

Sinfonia jurídica: ministério público como ente viabilizador da justiça ambiental no poder judiciário

A intervenção do Poder Judiciário brasileiro nas matérias ambientais é assunto recorrente entre aqueles que atuam ou mesmo que possuem alguma afinidade com a temática. Alguns acreditam que ela seja excessiva, posto que retiraria dos agentes públicos a competência para a implementação das políticas ambientais, tornando-os meros executores de decisões judiciais. Outros a entendem imprescindível, principalmente à luz do mandamento constitucional de proteção ao meio ambiente. Na discussão instaurada sobressaem argumentos que sustentam a **judicialização da política**, a ingerência do Ministério Público e o **entrancheamento ao desenvolvimento** provocado pela **questão ambiental**. Inseridas nesse campo de disputas, algumas

decisões judiciais acerca de projetos técnicos que causam danos ambientais e sociais têm contribuído para a consolidação de uma noção de meio ambiente que resulta no “apagamento dos processos espoliativos que ainda estão em curso nos lugares” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010, p.53). De fato, os riscos e danos ambientais oriundos de projetos econômicos e de desenvolvimento geralmente recaem sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade (MARTINEZ-ALIER, 1999; ACSELRAD; PÁDUA; HERCULANO, 2004), configurando uma situação de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2001). Nessa perspectiva, o Poder Judiciário parece apresentar-se como instrumento de capitalização da natureza (DUPUY, 1980). Legitima discursos que têm como pontos chave o desenvolvimento e o progresso do país, a redenção pela crença na eficiência e pela onipresença da técnica e da ciência, configurando o chamado paradigma da Modernização Ecológica (SPAARGAREN, 2000).

Concebendo o meio ambiente como feixe de significações, disputado por diferentes atores que pleiteiam seu uso para fins diversos (ASCELRAD, 2005, p.8) e que questionam o discurso do consenso entre diferentes modos de reprodução social, alguns autores (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005) situaram o Poder Judiciário no interior do chamado campo ambiental. Como esse campo é dominado pela técnica, a inclusão dos atores jurídicos no debate contribui para romper com o modelo linear de causa e efeito, constantemente revisitado quando os chamados problemas ambientais são abordados. Considera-se que a estrutura do campo é definida pela distribuição de capital a cada um dos atores sociais presentes (ORTIZ, 2003), constituído por uma dinâmica e por discursos (ou tradições) próprios.

A judicialização do conflito ambiental conforma o debate entre diferentes perspectivas, representações e discursos. Os autos do processo colocam em evidência o chamado campo ambiental (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005), no qual figuram o capital técnico, representado pelo conhecimento e pelo discurso técnico-científico; o capital político, expresso na facilidade de trânsito nas instâncias de decisão ou mesmo no potencial de conferir maior visibilidade aos interesses articulados; o capital econômico, que se traduz na capacidade de articular e mobilizar estratégias legítimas de convencimento a partir da posse de recursos financeiros (ZHOURI, 1998; CARNEIRO, 2003). O curso e a decisão do processo judicial ambiental estão expressos na junção desses capitais, isto é, na capacidade que cada parte tem de articular esses poderes e transpô-los para dentro do processo.

Quando um conflito ambiental é judicializado, as partes litigantes pretendem tornar legalmente legítimas suas diferentes perspectivas, representações e discursos para terem reconhecidas suas distintas formas de apropriação do território (ACSERALD, 2004). Via de regra, os atores jurídicos presentes no campo ambiental são os advogados das partes que estão em conflito direto, o ministério público e o juiz. O campo ambiental está delimitado por duas vertentes: a primeira (hegemônica)

Modernização Ecológica e a segunda, que pretende desconstruir a chamada *doxa* desenvolvimentista (CARNEIRO, 2003), a chamada Justiça Ambiental. Enquanto o paradigma da Modernização Ecológica postula a eficiência da técnica e a lógica de mercado como soluções para a degradação ambiental, a Justiça Ambiental se baseia em princípios capazes de assegurar “[...] que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos éticos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais.” (HERCULANO, 2008, p.2).

Ministério Público

A atual estrutura e competência do Ministério Público são eventos recentes no Brasil. De fato, a Constituição da República de 1988 é marco representativo de mudanças na sua estrutura, funções, princípios e atribuições (BRASIL, 1988). É marcadamente nas décadas de 1970 e 1980 que o Ministério Público começa a alcançar suas maiores conquistas e transformações. No entanto, suas funções de garantidor dos direitos difusos e metaindividuais começam já sob a vigência da Constituição de 1969, numa fase em que ainda crescia corporativamente à sombra do Poder Executivo, em pleno regime autoritário (ARANTES, 2002). Legislações esparsas vão, uma a uma, afastando o Ministério Público de seu posto de advogado dos interesses do Estado e fortalecendo sua nova competência, a de defensor da sociedade.

A adoção do discurso da hipossuficiência da sociedade reforça o que Santos (2004) chamou de **monocultura do saber**: exclui e minimiza a experiência daqueles que não detém o conhecimento técnico para o ingresso no campo judicial. Revela-se, portanto, “[...] a arrogância de não querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar.” (SANTOS, 2004, p.785). O discurso acerca da necessidade da existência de um tutor para uma sociedade frágil, incapaz de se mobilizar, tem sua origem, segundo Capanema (2009), no interesse do Ministério Público em ver valorizadas e reforçadas as funções conquistadas pela instituição ao longo de sua história.

Ainda que concordemos com o argumento de Santos (2004), que combate a visão de uma sociedade essencialmente desarticulada, incapaz de se organizar na reivindicação de seus interesses, a existência de setores profundamente oprimidos e explorados faz-nos aproximar as funções do Ministério Público com as constatações e consequentes reivindicações presentes nos argumentos do movimento por Justiça Ambiental. Isso porque, quando se constata que são as populações de baixa renda, os grupos raciais discriminados, os moradores dos bairros operários, de

favelas, ribeirinhos, etc... os destinatários da maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento, tornam-se imediatamente relevantes a emergência de um conjunto de práticas e princípios que lhes assegure dentro de um processo democrático o direito de dizer não a essas práticas.

De fato, as diretrizes funcionais do Ministério Público dialogam com o movimento por Justiça Ambiental no momento em que ambos postulam (e a presença do Ministério Público deve garantir) o amplo e irrestrito acesso às informações relevantes sobre o uso de recursos ambientais e à participação nos processos de definição de projetos e políticas de intervenção. Até porque, quanto mais violentas forem as ações contra os grupos vulneráveis, menor será sua capacidade organizacional. Quanto mais desprovidos de suporte técnico que lhes validem a entrada nos circuitos de participação ditos democráticos, mais invisíveis e desqualificadas serão suas reivindicações.

Contraditoriamente, o que se observa a partir da análise do caso das Lagoas de Cordisburgo, que será apresentado em seguida, é que os sujeitos sem articulação técnica e política, ou seja, os que representam de fato uma sociedade civil **incapacitada e hipossuficiente**, em conformidade com os termos discursivos utilizados pelo Ministério Público para sua assunção no papel de protetor da sociedade, são exatamente os que encontram menor esteio do ente ministerial legalmente habilitado a representá-los em suas demandas socioambientais. A diferença de intensidade da interação entre a sociedade civil e o Ministério Público pode ser verificada nos instrumentos utilizados pelos promotores e procuradores e na sua forma de atuação para solução do conflito ambiental denunciado ao ente ministerial. O promotor ou procurador que recebe uma representação pode optar por estimular a articulação e a mobilização da sociedade civil junto aos órgãos públicos ambientais, no intuito de agir como **articulador político** ou pode restringir sua ação aos trâmites legais, atuando de forma focada unicamente nos procedimentos judiciais. Essas diferentes formas de atuação dos promotores e procuradores indicam dois tipos ideais weberianos, definidos por Silva (2001, p.90) como promotores de gabinete e promotores de fato.

Considerando as variadas formas de atuação dos promotores e procuradores, Silva (2001) busca delinear-los por meio da ênfase de suas características mais marcantes. O princípio da Independência Funcional permite que promotores e procuradores atuem de maneira restrita às informações do processo e às disposições legais vigentes. A adoção literal desse princípio ampara o tipo de ação adotado por promotores e os procuradores de gabinete. Apegados, de forma contundente, à técnica jurídica e às medidas judiciais, estão adstritos ao que está escrito nos autos do processo e buscam a solução da lide somente no ordenamento jurídico vigente. Para esses, o papel do Ministério Público não abrange a luta pela implementação

de políticas públicas e a defesa dos direitos metaindividuais e não alcança a mobilização e a articulação dos atores do campo ambiental. Para o promotor de gabinete, a abrangência e a indefinição trazidas pela possibilidade de atuação “fora do processo”, os chamados procedimentos extrajudiciais, obnubilam a noção do promotor como autoridade judiciária encarregada prioritariamente de instaurar inquéritos, propor ações, cuidar dos processos de sua área e fiscalizar o cumprimento da lei (SILVA, 2001, p.94).

Nesse sentido, a estadia em gabinetes abre um fosso entre a sociedade e seus representantes, elevando-os ao patamar de autoridades judiciárias que dominam um saber diferenciado. Em contato com as informações constantes nas representações ou denúncias, enxergam normas e procedimentos, insuficientes para a completa compreensão do que significam as reivindicações dos sujeitos. Por outro lado, os promotores e procuradores de fato dão continuidade à luta instituída pelos membros da instituição nas décadas de 1970 e 1980, elevando a defesa dos direitos metaindividuais à nova “vocação” do Ministério Público (ARANTES, 2002).

Isso significa que, no âmbito socioambiental, o promotor de fato valoriza sua interação com as organizações locais, lideranças, organizações não-governamentais e ativistas ambientais, mantém comunicação intensa com órgãos governamentais ambientais, administradores públicos e empresariado. Se, de um turno, os promotores e procuradores de gabinete se colocam como autoridades judiciárias e, portanto, não responsáveis pela averiguação de implementação de políticas públicas, os promotores e procuradores de fato são articuladores políticos que defendem causas coletivas e pressionam as autoridades a fim de verificar a adoção de programas socioambientais (SILVA, 2001). Por essa razão a participação da comunidade envolta no conflito ambiental faz-se determinante, funcionando como catalisadores da atuação ministerial.

Como poderá ser verificado nas linhas abaixo, a notícia da pretensão de se ampliar a atividade minerária na Serra da Piedade conduziu os atores sociais locais a se unirem e estabelecerem estratégias políticas de ação. A mobilização de parceiros que denotam lealdade e reciprocidade (GOHN, 1997) com a preservação da Serra da Piedade ajudou a construir a identidade do grupo e a fortalecer sua capacidade ativa para luta. As conexões estabelecidas auxiliam no encontro da disponibilidade de capital social, técnico e político para subsidiar as ações dos atores locais. Com o acionamento do capital social e técnico, os referidos sujeitos sociais municiam os entes ministeriais e se aproximam da instituição, através de eficiente e eficaz **diálogo** com seus representantes. Exemplo de mobilização política do Movimento *SOS Serra da Piedade* foi a presença do alto clero, o então Cardeal de Belo Horizonte, Dom Serafim, que participou de reuniões realizadas para se garantir a preservação da Serra.

Como se verá, o caso das Lagoas de Cordisburgo nos mostra que o conflito ambiental pode se dar num campo ainda mais assimétrico (ZHOURI; ROTHMAN, 2008). A ausência de articulação estratégica por parte dos moradores ribeirinhos além de acentuar suas desigualdades técnicas, políticas, econômicas e sociais frente à empresa **reflorestadora** de eucalipto, a Calsete S/A e os órgãos estatais, contribuiu para reforçar o imaginário de que o Ministério Público é ente onipotente na defesa dos direitos e dos interesses metaindividuais. A ausência de articulação estratégica por parte da sociedade leva o ente ministerial a optar por não se expor fora das atribuições do processo, o que, num movimento dialético, também desencoraja a participação da comunidade envolta no conflito ambiental, impedindo o exercício de sua função de catalisadora da atuação ministerial.

Lagoas de Cordisburgo

O complexo de Lagoas de Cordisburgo é composto pelas Lagoas do Pau Preto, Grande e do Defunto. A região tem formação cárstica e está próxima à Gruta de Maquiné, importante ponto turístico. As lagoas, de grandes dimensões, proporcionavam uma rica biodiversidade ao local. A principal atividade da empresa Calsete no local é o reflorestamento de eucaliptos. Considerada de grande porte, o laudo de vistoria do IBAMA noticia que foram construídos nas lagoas drenos de 3,0 metros de largura por 3,0 metros de profundidade e 2,0 quilômetros de comprimento, acarretando a seca de aproximadamente 30 (trinta) hectares de água acumulada.

Buscando a recuperação desse complexo aquífero, moradores da região acionaram os Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual. Para apuração dos fatos narrados na representação, o Ministério Público Federal instaurou procedimento administrativo em outubro de 2000. O MPF oficiou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA). Também oficiado pelo órgão ministerial federal, o Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM) informou que os drenos foram colocados no local com o objetivo de secar as lagoas e, assim, aumentar a área para produção de eucalipto. A entidade informou que a seca das lagoas prejudicava a vazão do rio Maquiné e que a empresa Calsete não detinha o direito de uso da água na região.

O IGAM informou que não houve outorga de uso das águas à Calsete e que a instalação dos drenos pela empresa provocou não só a seca das lagoas, como também prejudicou a vazão do rio. Em documento elaborado, em conjunto, IEF, IGAM e FEAM afirmam que a intervenção ambiental dependeria de prévia aprovação do órgão ambiental e que a empresa “[...] obteve autorização do IEF para desmate e plantio de eucalipto e, da Ruralminas, para a obra de abertura dos drenos na Lagoa

Grande. Entretanto, [...], a empresa deveria ter apresentado EIA/RIMA para análise e aprovação do COPAM, antes de qualquer intervenção na lagoa.” (MINAS GERAIS, 2000, p.46-50).

Assim, embora existindo fartos elementos que possibilitariam um posicionamento do Ministério Público, seu representante opta por coletar novos dados. Já em setembro de 2003, observa-se uma nova requisição ministerial ao IBAMA para atualização das informações prestadas anteriormente, sobre o dano que ensejou a instauração do procedimento. Observou-se também que não houve uma atuação conjunta dos entes ministeriais, mas apenas uma intercomunicação com o intuito de se ter ciência dos últimos andamentos em cada um deles.

De fato, no decorrer do processo, por três vezes, o MPF contata o MPE, por meio de ofícios, sendo por este informado da instauração de inquérito no âmbito estadual para apurar o mesmo fato e, posteriormente, da celebração e assinatura pela empresa representada, de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e, mais adiante, sobre o seu cumprimento. Ao final do procedimento, em setembro de 2008, verifica-se a celebração de TAC entre o Ministério Público Federal e a empresa. Este termo assegura o fechamento de dreno em uma das lagoas e a reabilitação do seu entorno. Após apresentação de relatórios e laudos feitos por empresas e profissionais contratados pela Calsete, o MPE também celebrou Termo de Ajustamento de Conduta, que responsabiliza a empresa pela execução das recomendações indicadas no laudo técnico elaborado pela Geominas Pesquisa e Lavra Ltda.

Ainda que não tenha sido esta a intenção quando da formulação do instituto, o Termo de Ajustamento de Conduta tem se apresentado numa ferramenta autoritária de resolução de conflitos, na qual direitos indisponíveis acabam sendo transacionados ainda que por via indireta. O resultado é o estabelecimento artificial de consensos entre os atingidos pela degradação ambiental e seus algozes (ACSELRAD; CAMPELLO; BEZERRA, 2009). Diante dessas medidas adotadas pelo Ministério Público, um morador de Lagoas de Cordisburgo manifesta sua indignação, pontuando que o Ministério Público não conseguiu assimilar os danos vivenciados no local.

É imensamente lamentável ver que Vossa Excelência não entendeu o caso, sequer atentou para o tamanho dos danos causados por aquela empresa ao complexo de lagoas e região, ao fazer o Termo de Ajustamento de Conduta [...] Demonstra ainda, este douto Procurador, que se intitula Curador do meio ambiente, ser um homem que atina seu olhares pelos livros doutrinantes e não enxerga as entrelinhas e tampouco o horizonte a poucos metros dos seus olhos [...] Neste momento, Vossa Excelência possivelmente está sentado em um gabinete, ar condicionado, secretária, cercado de leis, atos normativos, códigos,

pedindo para serem aplicados e o complexo de lagos lá está, drenado e seco [...] (MINAS GERAIS, 2000, p.153).

O trecho acima retrata como os membros do Ministério Público, no caso em análise, articulam-se como promotores e procuradores de gabinete (SILVA, 2001), deixando de atuar fora do processo e, assim, não obtendo a real dimensão da questão enfrentada no inquérito. Quando entrevistado sobre o desfecho da causa em Lagoas de Cordisburgo, o representante dos atingidos afirmou que “a gente achou que eles [o Ministério Público] iriam resolver”¹, demonstrando o quão alta eram as expectativas em relação à atuação do órgão. Mesmo articulado e abrangente, o movimento **SOS Serra da Piedade** reconhece que no início a comunidade também acreditava que a ida ao Ministério Público bastava para a resolução do conflito, colocando-o como ente superior às forças aglutinadas da sociedade civil.

No início, a gente tem uma visão de que o Ministério Público é uma instância muito acima, uma situação que é um poder que a gente se sente menor, nós como cidadãos, pequininhos, e a gente está indo ao Ministério Público numa necessidade, contando com aquilo que é o único recurso para o problema. (Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Teca, entrevista realizada no dia 09/05/2009).

Esse sentimento compartilhado pelas comunidades de Lagoas de Cordisburgo e da Serra da Piedade em relação ao órgão ministerial alcança desdobramentos distintos ao longo dos dois processos. No caso de Cordisburgo, não houve por parte do movimento dos atingidos um consistente municiamento ou acompanhamento dos procedimentos instaurados pelos entes ministeriais. Embora haja informações e provas técnicas nos autos dos respectivos processos, a experiência mostra que as ininterruptas lutas e as redes de mobilização articuladas pelos atores sociais as posturas que contribuem para que promotores e procuradores se sintam pressionados a sair de seus gabinetes.

Luta, articulação e resistência na Serra da Piedade

A Serra da Piedade encontra-se nos municípios mineiros de Caeté e Sabará, região metropolitana de Belo Horizonte. Os primeiros apontamentos referentes à Serra remontam aos séculos XVII e XVIII, período de início da ocupação do

¹ Representante de Lagoas de Cordisburgo em entrevista realizada dia 04 de maio de 2009. Todas as entrevistas apresentadas no artigo foram realizadas pela autora Marcia Guerra Capanema.

território mineiro pelos bandeirantes. Sua referência religiosa e mística se expressa na lenda que diz que Nossa Senhora com o menino Jesus no colo apareceu para duas meninas, uma delas muda. Diz a crença que após a revelação a garota começa a falar e a contar a história do ocorrido.

Com a lenda da aparição inicia-se a construção de uma pequena capela no topo da Serra para homenagear Nossa Senhora da Serra da Piedade. Constantes peregrinações e romarias começam a se dirigir ao local do milagre, sendo revelado por devotos o acontecimento de vários outros. Com o aumento de número de visitantes e peregrinos no local, constrói-se uma Igreja com maior estrutura. Em tempos recentes o Santuário Serra da Piedade recebe grande aglomeração de fiéis em datas importantes do calendário da Igreja Católica.

Em meados de 2001, surpreendidos com a realização de audiência pública pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), alguns cidadãos residentes nos municípios de Caeté e Sabará tiveram conhecimento informal da tramitação do procedimento de licenciamento ambiental requerido pela BRUMAFER. A empresa, que já detinha licença para minerar em dois polígonos da região, havia solicitado licença para a ampliação de sua atividade. Por essa razão, requereu a concessão de licença ambiental para exercer a atividade em outros quatro polígonos. A ampliação provocaria a supressão de área significativa da Serra da Piedade. Surpresos e inconformados com a notícia de um possível desmantelamento da Serra, os moradores iniciam mobilização logo após a realização da audiência pública.

A gente foi na Audiência Pública para os cidadãos de Caeté. E aí, depois dessa Audiência Pública, quando nós percebemos o que isso significaria para Serra da Piedade e para nós aqui de Caeté, por causa que a Serra a gente a vê todo dia, de qualquer ângulo que a gente esteja, a gente se depara com uma de suas vertentes, né? Aí surgiu uma idéia, [...] as pessoas que coordenaram esse primeiro momento dizendo da importância de se coletar um abaixo-assinado para encaminhar ao Sistema Estadual de Meio Ambiente [...] (Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Teca, entrevista realizada no dia 09/05/2009).

Em meados de 2002, o Rev. Marcos assume a Paróquia e a Reitoria do Santuário Serra da Piedade. O novo pároco procura o então Bispo da Arquidiocese de Belo Horizonte, Cardeal Dom Serafim, para esclarecer qual seria o posicionamento da Igreja no caso. O Bispo posiciona-se favorável à proteção da Serra e contra qualquer atividade minerária no local. Nesse momento, já existem os inquéritos cíveis e procedimentos administrativos cíveis no Ministério Público. Dessa forma, o então Bispo e o Reitor do Santuário realizam reuniões com o representante do MPF, que já havia sido acionado pela comunidade local.

Então nós nos aproximamos do SOS, SOS Serra da Piedade, que já tinha essa luta e então somamos força, e foi com isso que nós procuramos, na época, [...] o Dom Serafim tinha procurado o Dr. José Adércio, que era o responsável pelo Ministério Público aqui em Belo Horizonte na época, então nós tivemos umas duas, três reuniões com ele junto com o Dom Serafim [...] e aí começamos essa proximidade, né?, pedindo ajuda ao Ministério Público. (Padre Marcos – entrevista realizada em 04/05/2009).

O grupo de proteção à Serra envolve o pároco do Santuário que, por sua vez, articula-se com a Arquidiocese de Belo Horizonte e o próprio Bispo manifesta sua conexão com a defesa do lugar. A mobilização do capital social desenvolve forças para superar as dificuldades (GOHN, 2005) para o levantamento de informações, por exemplo, situação recorrente em casos de conflito ambiental. Por sua vez, essas demandas se transformam em reivindicações (GOHN, 1997), algumas feitas diretamente aos órgãos licenciadores envolvidos, outras se materializando nos documentos e provas produzidas, nas manifestações públicas e nos recolhimentos de adesões aos abaixo-assinados em favor da conservação da Serra.

As estratégias mobilizadas pelo movimento se valem da publicidade e do peso da igreja para conquistarem novas adesões, aumentando ainda mais o número de atores-rede (ESCOBAR, 2004) na causa. Não existe um perfil único entre os defensores da Serra: fiéis, moradores, cientistas, ambientalistas, vão dando concretude ao processo reivindicatório e à identidade do movimento (GOHN, 2005, p.34).

[...] quer dizer, como não existe nenhum tipo de prévia para selecionar e aceitar adesões, é uma coisa de chegar junto, quando a gente vê, tem agora filósofo, então a gente vê que vai agregando as mais diversas áreas, com os mais diferentes olhares, mas todos com o mesmo foco. E isso tem sido fundamental no SOS Serra da Piedade. (Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Teca, entrevista realizada no dia 09/05/2009).

Da mesma forma, embora compreendessem a importância do Ministério Público, os integrantes do movimento perceberam que a reivindicação não poderia se limitar ao órgão, razão pela qual começaram a atuar nas mais diversas frentes de proteção da Serra. Assim, o movimento incrementa os procedimentos que tramitam junto aos Ministérios Públicos, com uma variedade de instituições contatadas e frentes de acionamentos.

Nós não ficávamos focados no Ministério Público, nos dois Ministérios Públicos, nós tentávamos, quando era manifestação de risco, nós envolvíamos todos os órgãos que tinham. Manifestávamos ao IPHAN, IEPHA, nós chegamos a ter contato com a Ouvidoria do Estado, Ouvidoria Ambiental [...]. Nós fizemos contato com DNPM, com outros órgãos, Assembléia, IPHAN, IEPHA, IGA, IGC. São muitas entidades [...] mas nós tentávamos fazer uma coisa bem abrangente, tudo que a gente visse que estaria de alguma forma, direta ou indiretamente, relacionada com a importância da Serra da Piedade, nós fazíamos contato e dependendo da situação do momento, ou mais focado ou mais abrangente. (Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Teca, entrevista realizada dia 09/05/2009).

A defesa dos valores que cultivam em relação à Serra da Piedade são assumidos “do grupo e pelo grupo” a partir dos seus enfrentamentos (GOHN, 2008, p.444). A identidade do Movimento vai sendo “construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados” (GOHN, 1997, p.251). Com o envolvimento na sua rede de interlocução, o movimento conquista significativos êxitos tirando o “Ministério Público” do gabinete, levando-o às arenas de luta. O ineditismo da ida de um promotor estadual à audiência pública na Assembleia Legislativa é resultado do alto nível de participação da rede que se formou.

No caso específico da Serra da Piedade, a mineradora chegou a alegar que o fechamento da empresa levaria à perda de, aproximadamente, 250 empregos. Em reunião com o Movimento **SOS Serra da Piedade**, o Ministério Público é alertado de que o número real de desemprego seria consideravelmente menor, tendo em vista a tecnologia utilizada pela empresa em sua atividade de mineração. A Procuradora da República envolvida no caso reconheceu que sendo a alegação de desemprego recorrente nesse tipo de caso, não fosse a informação trazida pela comunidade, a contraposição ministerial ficaria restrita ao argumento de que “[...] o fomento ao trabalho não pode servir como fundamento para degradação.”

Com o questionamento levantado pelo movimento, a Procuradora da República oficia a Delegacia Regional do Trabalho e obtém correta informação para refutar alegação da empresa e levar ao juízo o número real de que a mineradora gerava 54 empregos com sua atividade. A representante do órgão ministerial demonstra a importância do apoio da sociedade e de sua função fiscalizadora do local.

Sem a sociedade civil organizada me parece que esse pleito não tivesse chegado no ponto que chegou. De ter uma demanda judicial; de ter uma paralisação da atividade de mineração. E o importante lá é que eles servem como fiscalizadores. [...] Eles servem tanto como fiscalizadores como trazendo para gente informação.

[...] O Ministério Público não tem agentes em campo para fiscalizar o cumprimento liminar [...]

Chegou notícia de que os caminhões estavam tirando rejeito, o que em tese seria rejeito, e estéril de minério da localidade. [...] O que era antigamente considerado como **rejeito**, no plano de recuperação de área degradada (PRAD), é utilizar essa pilha de rejeito, porque ela hoje tem valor econômico no mercado. Se aquilo tivesse sido retirado e o MP não teria como visualizar isso. Seria uma perda considerada. (Dra Zani Cajueiro Tobias de Souza – entrevista realizada em 13/05/09).

Há outra perspectiva que merece realce: o olhar da sociedade civil em relação ao Ministério Público. O trabalho mostra que os mais variados atores sociais preconcebem o Ministério Público como uma instituição austera e de pulso firme, uma instância de poder superior, à qual creditam todas suas apostas, para a solução do conflito ambiental. Alguns atores sociais acionam o ente ministerial acreditando que apenas a denúncia dará visibilidade e solução a seu pleito.

Mais de oito anos após a instauração dos procedimentos pelos entes ministeriais, os integrantes do movimento **SOS Serra da Piedade** percebem a importância do Ministério Público, enxergando os ganhos decorrentes de sua atuação no caso, mas compreenderam a grande importância das outras ações, desenvolvidas concomitantemente àquelas propostas ao MP, contribuindo, inclusive, para fomentar o engajamento dos promotores e procuradores.

E, ao longo desses anos, a nossa relação, a gente tem percebido, que, conforme a gente foi tendo contato com esses dois Ministérios Públicos, na troca, fomos percebendo que, não importa se nós somos cidadãos, sociedade civil organizada, numa instância menor, com menos possibilidades de poder, de decisão, que não temos nenhum mesmo nesse caso. Mas nós fomos percebendo que é de igual para igual, no sentido, cada um com sua competência, cada um com o seu papel, e, assim, nós temos esse sentimento, essa relação nossa com as pessoas que nós tivemos contato do Ministério Público. É uma relação que nos traz muita gratificação nesse sentido de troca, de aprendizado, a gente se sentir bem. A gente leva e a gente percebe que nós estamos sendo recebidos, e as nossas demandas, com respeito e valorizando isso como uma contribuição importante para o processo. (Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, Teca, entrevista realizada dia 09/05/2009).

No caso da Serra da Piedade, após procedimento investigatório, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal e o IPHAN ajuízam ação contra a empresa BRUMAFER, o Estado de Minas Gerais e a FEAM. Ainda na fase prévia à propositura da ação, o movimento articulou-se, levando informações e influenciando atuações dos entes ministeriais. E, uma vez ajuizada a ação pelas mencionadas instituições, o segmento social acompanha e cobra permanentemente a tomada de decisões.

Considerações finais

O oboé foi trazido como metáfora destinada a simbolizar o papel ocupado pelo Ministério Público na promoção da justiça ambiental. Observa-se que a interação deste ente com os segmentos sociais resulta em desfechos mais democráticos quando o sujeito social – que **dialoga** com o Ministério Público no processo – mobiliza capital social, técnico e político. No caso da Serra da Piedade, a articulação de profissionais especializados possibilitou a elaboração de pareceres técnicos que contribuíram para munir o ente ministerial de informações importantes para o desfecho favorável do pleito.

O caso das Lagoas de Cordisburgo revela a existência de conflito ambiental num campo bastante desigual. Todavia, a ausência de articulação estratégica por parte da comunidade local mantém o desafio de movimentar os representantes do Ministério Público para além das atribuições processuais. Essa postura faz com que percam a chance de compreender o meio ambiente como feixe de significações, deixando de apresentar ao poder judiciário as distintas formas de apropriação e relação que os sujeitos de direito podem ter com o lugar. Os conflitos permanecem como fenômenos passíveis de serem solucionados sem que o **desenvolvimento** proposto pela empresa sequer seja questionado.

No caso da Serra da Piedade, as articulações empreendidas entre os interessados na preservação do local e o Ministério Público Federal e Estadual favoreceram a atuação de promotores e procuradores de fato (SILVA, 2001), forçando-os a saírem de seus gabinetes e a buscarem instrumentos jurídicos e políticos destinados à promoção da justiça ambiental. Se a interação do Ministério Público com os demais atores sociais resulta em desfechos mais democráticos, a ausência de articulação estratégica por parte da sociedade contribui para que o ente ministerial permaneça nos estreitos (e, às vezes, confortáveis) limites da atuação estritamente processual.

**THE OBOE SOUND: THE ROLE OF THE PUBLIC MINISTRY
UPON THE ENVIRONMENT CONFLICT FIELD**

ABSTRACT: *We have brought the metaphor of the oboe to explicit what it is expected from the Public Ministry action on the litigation involving environmental conflicts. As there is not a concert executed by only one instrument, the experience enounces that, even being an important actor in the environmental conflict field, the success of the ministerial action is immediately linked to the quality of the established relation with people from where it is oriented their defense. The analysis of the Public Ministry different actions, in view of the mining advancements in the Serra da Piedade and the damage caused by the eucalyptus reforestation activities in the Lagoas de Cordisburgo, both in the State of Minas Gerais, shows that the interaction and articulation established between and by the stakeholders are aspects that cannot be disregarded along the justice for the environment fight.*

KEYWORDS: *Public ministry. Environmental justice. Environmental conflicts.*

Referências

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A. L. M.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.07-09.

_____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. Externalidade ambiental e sociabilidade capitalista. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 2001. p.128-138.

ACSELRAD, H.; CAMPELLO, C.; BEZERRA, G. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACSELRAD, H.; PÁDUA, J. A.; HERCULANO, S. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ARANTES, R. B. **Ministério público e política no Brasil**. São Paulo: Sumaré, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CAPANEMA, M. G. **Ministério público e sociedade civil**: alcances e limites para a ação ambiental em Minas Gerais. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CARNEIRO, É. J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. 449f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DUPUY, J. P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ESCOBAR, A. Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nascências. In: SANTOS, B. de S. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004. p.639-666.

GOHN, M. da G. M. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v.21, n.54, p.439-455, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2009.

_____. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes societárias. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **Interfacehs**: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.3, n.1, p.01-20, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/89/114>>. Acesso em: 13 maio 2009.

MINAS GERAIS. Instituto Mineiro de Gestão das Águas [IGAM]. Instituto Estadual de Floretas [IEF]. Fundação Estadual do Meio Ambiente [FEAM]. **Inquérito administrativo público** [IAP] n. 017/2000. Belo Horizonte, 2000.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental (local e global) In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1999. p.215-231.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**: sociologia. 2.ed. São Paulo: Ática, 2003.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as Ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004. p.777-821.

SILVA, C. A. **Justiça em jogo**: novas facetas da atuação dos promotores de justiça. São Paulo: EDUSP, 2001.

SPAARGAREN, G. (Ed.). Ecological modernization theory and the changing and the changing discourse on environment and modernity. In: SPAARGAREN, G, MOL, A. P. J.; BUTTEL, F. H. **Environment and global modernity**. SAGE: London, 2000. p.187-208.

O TOQUE do Oboé. Produção de Marcelo Montes. Direção de Cláudio McDowell. [S.l.]: Imágica Produções Artísticas, 1998.

ZHOURI, A. L. M. **Trees and people**: an anthropology of British campaigners for the Amazon rainforest. 1998. 245f. Thesis (PhD in Sociology) – University of Essex, Essex, 1998.

ZHOURI, A.; ROTHMAN, F. A assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: potenciais, limites e dilemas. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). **Vidas alagadas**: desenvolvimento e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas. Viçosa: Ed. da UFV, 2008. p.122-168.

ZHOURI, A. L. M.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. (Org.). **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; 2011.

_____. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. L. M. et al. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: ZHOURI, A. L. M.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010. v.1, p.439-462.

WOLKMER, A. C. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 3.ed. rev. atual. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

Recebido em 27/12/2012.

Aprovado em 17/06/2013.

A INVENÇÃO DA FAVELA ECOLÓGICA: UM OLHAR SOBRE TURISMO E MEIO AMBIENTE NO MORRO BABILÔNIA

*Camila MORAES**

RESUMO: Este artigo trata da invenção do que denomino **favela ecológica**, processo ocorrido nas favelas Babilônia e Chapéu Mangueira no Morro da Babilônia, Leme, Zona Sul da cidade do Rio Janeiro, de 1989 até 2013, culminando com a criação do Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca. Analiso este processo em consonância com a ampliação do turismo em favelas cariocas e compreendo que a invenção da favela ecológica é a união de dois itens que passaram a ser atrativos turísticos: a **favela** e o **meio ambiente/ecologia**. O envolvimento dos moradores da favela no reflorestamento da área que deu origem ao recém-criado parque e contribui para a invenção da **favela ecológica**, através da redefinição da identidade destas favelas, que passam a ser atrelada à ideia preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Favela. Meio ambiente.

Introdução

Neste trabalho, abordarei o caso que chamo de invenção da favela ecológica – a união da **favela** e do **meio ambiente/ecologia** – na elaboração de uma identidade que também se configura como um atrativo turístico. Trato desta invenção criativa nos termos de Roy Wagner, em *Invenção da Cultura* (2010), compreendendo que o processo de invenção de uma cultura é similar ao processo de invenção de uma música, ou seja, a invenção é similar à composição, é um processo positivo e ativo

* UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22290-240. Doutoranda em História, Política e Bens Culturais. FGV – Faculdade Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro – RJ – Brasil. 22253-900 – camilaunirio@gmail.com

dos sujeitos sociais de elaboração de suas culturas. Neste sentido, percebo todo o processo de ambientalização da favela e de indigenização do turismo e das questões ambientais, como parte do processo maior de composição da identidade de favela ecológica pelas comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia.

Um exemplo de como esta identidade de favela ecológica é criada e revertida em atrativo turístico, pode ser percebido em iniciativas comunitárias como o projeto favela Orgânica, que tem como principal ação ensinar aos moradores o reaproveitamento de alimentos, evitando o desperdício, e a CoopBabilônia, que administra atividade de ecoturismo e reflorestamento na unidade de conservação local. Observam-se nestes casos concepções – como **ecoturismo** e **sustentabilidade** – caras ao processo que Lopes (2006) chama de **ambientalização** ao qual voltarei adiante. Assim, este artigo tem como objetivo analisar como se construiu essa identidade de favela ecológica, no Morro da Babilônia, parte do Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca, com especial interesse nos moradores das favelas que dão acesso ao Parque pelo Morro Babilônia, a saber, Chapéu Mangueira e Babilônia. Para esta pesquisa foram tomados como referência visitas às comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia, e conversas com um representante do Rio Sul e com o presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (ALMA).

O Morro Babilônia localiza-se entre os bairros de Botafogo, Urca e Leme, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro – Brasil. A partir do bairro do Leme é possível chegar às duas favelas, Chapéu Mangueira e Babilônia, subindo a Ladeira Ary Barroso, uma rua interna do bairro de classe média e de residência de militares em função da proximidade com o Forte Duque de Caxias, situado no Morro Babilônia. Na subida desta ladeira, há uma bifurcação; à direita, está a Favela Chapéu Mangueira, e à esquerda, a Favela Babilônia. O morro passou a ser ocupado, segundo seus moradores, na década de 30, e ainda residem ali algumas pessoas oriundas desse primeiro momento.

Tais comunidades¹ já atraíram a atenção de diretores de cinema; foram filmados nas localidades os filmes *Orfeu negro* (1959), de Marcel Camus e *Tropa de Elite* (2007), de José Padilha, além de dois documentários sobre as favelas: *Chapéu Mangueira e Babilônia – histórias do morro* (1999) de Consuelo Lins e *Babilônia 2000* (1999), de Eduardo Coutinho. Ambos os documentários foram gravados em 1999. Hoje estas favelas são também conhecidas como uma das portas de entrada para o recém-criado Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca que se estende da Ilha de Cotunduba até o Parque da Chacrinha em Copacabana.

¹ Neste artigo utilizarei os termos **comunidade**, **morro** e **favela** como sinônimos, da mesma forma que os moradores das localidades em tela utilizam, embora possam adquirir localmente e externamente significados variados conforme a situação em que são usados.

A Frente Pró-Cidadania Ambiental

Nos anos 70 e 80, segundo os moradores, as favelas se expandiram no morro e no final da década de 80, os incêndios provocados pela extensa cobertura de capim colônia no alto do morro tornaram-se um risco. Os incêndios, além de serem perigosos para os moradores das favelas, prejudicavam ainda o *shopping* Rio Sul e os moradores das ruas Lauro Muller e Ramon Castilha, representados pela Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (Alma), em Botafogo. Diante deste cenário, todos esses atores se uniram e segundo informações do site da Cooperativa de Reflorestadores da Babilônia (CoopBabilônia),² em 1989, teve início no Morro Babilônia a chamada **Luta pelo Reflorestamento**, quando o Governo do Estado destinou verba para iniciar o reflorestamento dos morros da região, mas não deu continuidade ao trabalho.

Em 1989, a associação de moradores Alma, e as associações de moradores da Babilônia e do Chapéu Mangueira se uniram ao shopping Rio Sul e à entidades ambientalistas, para formar a frente Pró-Cidadania Ambiental. Esta Frente pode ser contextualizada e analisada com enfoque do ambientalismo como movimento histórico, conforme indicado por Eduardo VIOLA (1992) no trabalho “*O movimento ambientalista do Brasil (1971-1991)*”. Para o autor há três tipos de abordagens teóricas para analisar o ambientalismo: o grupo de interesse, o movimento social e o movimento histórico. O enfoque do ambientalismo como movimento histórico, parte da concepção de que a civilização contemporânea é insustentável a médio e longo prazo devido ao crescimento populacional, redução dos recursos naturais, sistemas produtivos altamente poluentes, e sistema de valores de consumo material ilimitado (VIOLA, 1992). O enfoque do movimento histórico dá relevância às organizações não-governamentais e grupos comunitários ambientalistas, enfatiza estrutura de redes com outros movimentos, empresários e agências governamentais. Assume uma posição intermediária no sistema político, estimulando sua redefinição através da incorporação da proteção ambiental como parte fundamental do conteúdo normativo da democracia (VIOLA, 1992).

Para Viola (1992), no Brasil, o debate sobre as questões ambientais sempre foi atravessado por questões sociais, como a luta contra a pobreza e as desigualdades sociais; no entanto, no processo de criação da APA dos Morros Babilônia e São João, a população da favela apoia iniciativa, num primeiro momento por conta dos incêndios que eram um risco para os moradores da favela, mais do que para o Rio Sul ou os moradores da Lauro Muller, tendo em vista que a favela era mais próxima da área dos incêndios, e quando atingida tinha mais dificuldades para se recuperar.

² Disponível em: <<http://www.coopbabilonia.com.br>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Posteriormente, o reflorestamento da área passou a gerar renda para moradores empregando-os na atividade de reflorestamento.

Em *Risck society*, Ulrich Beck (1993) argumenta que a sociedade industrial, voltada à produção e distribuição de bens de consumo, deu lugar à sociedade de risco, na qual a distribuição de riqueza é sucedida pela distribuição do risco, podendo os riscos atingir a todos em diferentes graus e significados. O risco pode ainda promover uma solidariedade entre ocupantes de diferentes posições sociais decorrente da exposição a um perigo comum. (BECK, 1993). Entre os riscos sinalizados por Beck estão os riscos ecológicos, que gerariam “[...] uma nova forma de capitalismo, uma nova forma de economia, uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal.” (BECK, 1993, p.2). Em 1995, uma iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro com apoio do Rio Sul e da Alma, deu origem à criação da CoopBabilônia com atuação na APA dos morros Babilônia e São João.

Henry Acselrad (2010) no artigo *Ambientalização das lutas sociais*, aponta que na literatura há uma importante mudança no ambientalismo brasileiro nos anos 90, com um movimento de institucionalização, surgem organizações profissionalizadas e com capacidade de captar recursos financeiros, como a CoopBabilônia que conta com um Engenheiro Florestal responsável pelo reflorestamento. Para Acselrad este tipo de mudança abre um debate em torno da “redefinição identitária daqueles que se reivindicavam como parte do ‘movimento ambientalista’” (ACSELRAD, 2010, p.105). Para ele é fato que parte dessas entidades, como a CoopBabilônia, passam a atuar diretamente no domínio gestorário-administrativo, compondo o chamado “setor ambiental dos governos” e fornecendo serviços, no caso, o reflorestamento. Estas instituições voltam-se para o Estado, eventualmente ocupando espaço nas representações reservadas à sociedade civil, como os órgãos consultivos de política ambiental, ou para o mercado, fornecendo soluções discursivas, mediação e legitimação ao processo de **ambientalização** de empresas, como o Rio Sul mantenedor da CoopBabilônia.

Da criação da APA dos Morros Babilônia e São João ao Parque Municipal Natural da Paisagem Carioca

No ano de 1994, a prefeitura estruturou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Por meio de alguns engenheiros florestais e engenheiros agrônomos, foram feitas as primeiras diligências ao morro da Babilônia. Dois funcionários da Prefeitura, lotados na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, também participaram.

A partir disso, tais funcionários decidiram propor a criação da Área de Proteção Ambiental, não só do morro da Babilônia, mas estendendo até o morro de São João e o morro do Urubu. O morro do Urubu e o morro do Leme já eram APA do Leme, mas então se formaria uma APA contínua. Juntamente com o Parque da Chacrinha, que já era uma APA estadual.

Em 1996, ocorre a criação e regulamentação como Unidade de Conservação³ da APA do Morro da Babilônia através do Decreto Municipal 14.874, dando força ao reflorestamento e a propiciando uma maior vigilância sobre da ocupação do solo. Estudos realizados pela pesquisadora Bianca Freire-Medeiros no local apresentam que, com a criação da APA, passaram a ser realizados *tours* pela localidade organizados por agentes internos como uma forma de desenvolvimento sustentável para a comunidade, sem permitir a interferência de agentes externos (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Em 2007, as trilhas começam a ser sinalizadas, para implementação e desenvolvimento do que se propõe como *ecoturismo* na região e como a **sustentabilidade da comunidade**, e para apresentar aos visitantes o trabalho realizado no local.

O desenvolvimento do projeto de ecoturismo na APA do Morro Babilônia tem início oficialmente em 2008, em parceria com a Secretaria Especial de Turismo do estado do Rio de Janeiro e com o Ministério do Turismo. O projeto capacitou moradores das comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia para guiarem nas trilhas da APA. Em 2009, a Câmara Municipal através de um projeto de lei, aprovou a lei municipal 5019, que reuniu esse conjunto de APA's em uma APARU, Área de Proteção Ambiental Recuperação Urbana, Cotunduba – São João, que se estende da Ilha Cotunduba até o cemitério de São João Batista.

Nesse mesmo ano, é inaugurada no morro a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Após a instalação da UPP, o Governo do Estado inicia algumas remoções de moradores que invadiram parte da APA, e inicia a construção de moradias **verdes**, o que foi chamado de Morar Carioca Verde (2012), este último com repercussão internacional durante a Rio + 20, atraindo visitantes como o ator americano Harrison Ford e o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg.

Em 2013, esta APA é incorporada às áreas de preservação ambiental vizinhas, criando o Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca (RIO DE JANEIRO, 2013), parque este que será um dos extremos da Trilha Transcarioca⁴, que atravessará a cidade passando por cinco parques, até o parque da Pedra Branca na Zona Oeste.

³ No Brasil, a maneira legal de preservar e conservar áreas naturais é por meio das Unidades de Conservação (UCs), definidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído pela lei n.º 9985 de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000).

⁴ Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sea/exibeconteudo?article-id=1545993>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

Meio Ambiente e consumo

A definição do meio ambiente como questão pública, não restrita ao meio científico emerge em 1972, quando se realizou, em Estocolmo, a Primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento considerado o marco do reconhecimento, por órgãos internacionais, das consequências do crescimento econômico para o meio ambiente e a qualidade de vida dos seres humanos (RANDOLPH; BESSA, 1993 apud GONDIN, 2012, p.117).

Por meio dos relatos de representantes das associações de moradores, que o movimento iniciado pela Frente Pró-Cidadania Ambiental ganha força com a Eco 92, conferência na ONU realizada no Rio de Janeiro, quando os debates sobre estilo de vida, práticas de consumo e problemas ambientais passaram a ocupar as agendas nacionais e internacionais. Fátima Portilho, em seu artigo *Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo* identifica que os documentos produzidos durante a conferência como a Agenda 21, a Declaração do Rio e o Tratado das ONGs, apontam para a responsabilidade dos estilos de vida e consumo na crise ambiental. Esse debate coincide e pode ser explicado com base em uma tendência de mudança paradigmática do princípio que estrutura e organiza a sociedade, que passa da produção para o consumo (PORTILHO, 2005).

Portilho explica ainda que diversos autores mostram que vivíamos na chamada sociedade industrial, sociedade centrada no trabalho; e na sociedade pós-industrial, o consumo assume uma nova centralidade na sociedade, tornando-se fonte de identidade cultural e participação na vida coletiva, além de espaço privilegiado para a análise e compreensão das sociedades contemporâneas, como no caso que analiso neste trabalho de invenção da favela ecológica, uma identidade apropriada por grupos das favelas Chapéu Mangueira e Babilônia.

Para John Urry (2010) no artigo “*Consuming the planet to excess*” na fase neoliberal do capitalismo cidades inteiras são transformadas em centros de produção de desperdício e consumo, aumentando a escala do impacto drasticamente, especialmente na economia do desperdício. Para Urry, a sustentabilidade não é compatível com nosso modelo de sociedade, é necessária uma mudança estrutural na sociedade que implique em mudanças de hábitos de consumo. Diante disso, é importante analisar as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, com base em uma abordagem orientada por uma proposta de consumo verde e suas implicações no cotidiano destas favelas.

Para Portilho (2005) a questão do impacto ambiental do consumo foi definida inicialmente nos limites da noção de “consumo verde” ou “consumo sustentável”.

O surgimento da ideia de um consumo verde é possibilitado pela conjunção de três fatores inter-relacionados que encontramos no caso das favelas em tela. Primeiro, o advento do ambientalismo, que podemos encontrar na Frente Pró-Cidadania Ambiental; segundo, a **ambientalização** do setor empresarial como aparece no Rio Sul, e terceiro, a emergência, a partir da década de 1990, da preocupação com o impacto ambiental de estilos de vida e consumo das sociedades, que entram em voga a partir da Eco 92 e dão força para a regulamentação e criação da APA dos Morros Babilônia e São João.

A partir da combinação desses três fatores, especialistas, autoridades, políticos e organizações ambientalistas começaram a considerar o papel e a coresponsabilidade dos indivíduos comuns, em suas tarefas cotidianas, para a crise ambiental [...] Atividades simples e cotidianas como “ir às compras” – de bens considerados básicos ou de itens considerados luxuosos – começaram a ser vistas como comportamentos e escolhas que afetam a qualidade do meio ambiente. (PORTILHO, 2005, p.03).

A partir do momento em que a preocupação ambiental começa a afetar atividades simples do cotidiano, como as compras destacadas por Portilho, as práticas de turismo e lazer também passam a ser influenciadas. No caso do Morro Babilônia, este passa a ser comercializada como atrativo ecoturístico pela CoopBabilônia.

Segundo Costa, Oliveira y Gomes (2010), o turismo em áreas naturais com promoção ao desenvolvimento local e geração de empregos para a população do entorno são denominadas como ecoturismo, um segmento relativamente novo de turismo de natureza, caracterizado especialmente, por incluir na experiência do turista no local, práticas como a valorização das culturas locais, a promoção da conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável.

Para o Ministério do Turismo,

[...] ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2013, p.9).

Silveira e Barreto (2010) definem ecoturismo como uma atividade que propõe o respeito à relação homem-natureza e para alcançar estes objetivos pressupõe uma ação integrada de trocas e práticas sociais, que requerem a participação comunitária

A CoopBabilônia (2012) apresenta em seu site a sua proposta de roteiro de ecoturismo intitulada: *Ecoturismo, Reflorestamento, história e cidadania misturados em um belo tour no Turismo do Morro da Babilônia*:

Venha nos visitar e colocar este belo tour no seu menu de opções para roteiros na cidade do Rio de Janeiro.
Visita aos nossos projetos na área de meio ambiente e educação.
Tours ecológicos na APA da Babilônia
Visita à comunidade
Ruínas históricas
Tudo isso no coração do turismo da cidade do Rio, entre a Praia de Copacabana e o Pão de Açúcar. (COOPBABILÔNIA, 2012).

No caso da APA dos Morros Babilônia e São João, estas se tornam um espaço ainda de lazer para os moradores do Leme, Lauro Muller, Condomínio Morada do Sol, bem como dos moradores das favelas. No entanto, quando se trata do debate favela e preservação do meio ambiente, surgem algumas questões, como a preocupação com a preservação do meio ambiente face à crescente ocupação de morros e encostas. Algumas destas áreas de preservação ambiental têm gerado conflitos entre os direitos à moradia e ao meio ambiente saudável, mobilizando diferentes atores sociais, entre eles, moradores de baixa renda, movimentos sociais, organizações não governamentais e agentes do Estado (GONDIN, 2012, p.115).

A articulação entre a problemática ambiental e a questão urbana é tênue, na medida em que ainda prevalece uma concepção do meio ambiente como domínio da natureza e a de cidade como produto cultural (GONDIN, 2012, p.116).

Até os anos 1970, a temática ambiental não se fazia presente no debate sobre a questão habitacional no Brasil, que era marcado pela dicotomia urbanização *versus* remoção de favelas. Após a aprovação do Estatuto da Cidade, a regularização fundiária e urbanística dos assentamentos informais tornou-se o paradigma dominante nas políticas habitacionais, ainda que a remoção de favelas não tenha sido descartada. Vale salientar que essa mudança de paradigma encontra respaldo na atuação de instituições internacionais, como pode ser constatado na recomendação da UN-Habitat (2003, p.28), no sentido de que a urbanização de favelas (“*in-situ slum upgrading*”) seja a norma, e o reassentamento de seus moradores só ocorra em casos excepcionais (situações de risco, por exemplo) e seja realizado em área próxima. (GONDIN, 2012, p.121).

A ambientalização da favela: consumo e meio ambiente na favela

Segundo Sahlins (1997), nos anos 1950/60, acreditava-se que o capitalismo, também em nome da modernização, havia devastado instituições, valores e referências culturais dos diferentes povos, vistos como entraves ao desenvolvimento. No entanto, segundo ele, grupos sociais podem elaborar ações e processos de afirmação cultural diante das **imposições** ou da dominação que **sofram**, absorvendo-as segundo seu esquema cultural, incorporando “[...] o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema de mundo.” (SAHLINS, 1997, p. 12), e promovendo assim uma **indigenização** da modernidade. Esta afirmação intensifica, responde, interpreta e organiza novas possibilidades de vida através da própria cultura local. Em se tratando de meio ambiente, que também envolve ação humana, pode-se fazer uso deste raciocínio de Sahlins.

Assim, pode-se entender que os grupos humanos, ao se relacionarem com seu meio ambiente – no caso em questão, os moradores da favela, que reflorestam, utilizam para práticas de lazer e comercializam roteiros de Ecoturismo no local; a ALMA, que lida com o local como extensão do seu quintal também para práticas de lazer; e o Rio Sul, que vê no seu investimento sua atividade de **responsabilidade social** – estão se apropriando **a seu modo** das noções de turismo e meio ambiente relacionadas ao capitalismo vigente, mas resignificando-as numa correlação particular de turismo e meio ambiente no seu contexto, o que se traduz na **favela ecológica**.

Pode-se também considerar que a indigenização do meio ambiente e do turismo no caso em questão produz uma **comunidade imaginada**, no sentido de Anderson (2005), que define o modo como pessoas que não se conhecem presencialmente compartilham certos símbolos e sua relação com eles. Neste sentido a APA, e agora o Parque, são um símbolo que une os moradores do Chapéu Mangueira e Babilônia em uma comunidade, referida à **su**a unidade de conservação e à identidade de favela ecológica, que se coloca ainda como um produto turístico.

José Sérgio Lopes (2006) em seu artigo “*Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação*”, coloca que:

O termo “ambientalização” é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos vistos da perspectiva de um processo. Assim, os termos “industrialização” ou “proletarização” (este último, usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como se poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “subproletarização” desde o final do século XX. Ou ainda, num sentido mais estrito, os termos usados por

Norbert Elias (1990, 1993, 1995, 1997) para caracterizar processos históricos passados percebidos de forma nova como importantes, tais como “curialização” – designativo da formação das sociedades de corte européias entre os séculos XIV e XVIII – ou “esportificação” – que ganharam o mundo no século XX a partir da Inglaterra do século XIX (ELIAS, 1990, 1993, 1995, 1997; MARX, 1985 apud LOPES, 2006, p.34).

Lopes explica ainda que o sufixo comum a esses termos (-zação) indica um “[...] processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais.” (LOPES, 2006, p.34). Nesse sentido, remete a Norbert Elias (1994, p.214) no livro *O processo civilizador*, que tem como objeto central “[...] encontrar comprovações factuais da existência de mudanças de longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades.” Segundo Elias (1994), as mudanças nos costumes **evoluem** por algumas razões ou **sentidos** que levam a progressão e **refinamento**. É nessa linha que Lopes reconhece uma nova etiqueta relacionada a meio ambiente, e pode-se ver que a esta nova etiqueta **aderiram** o Rio Sul, os moradores das favelas e a ALMA.

“O campo empresarial passa a dividir-se entre o polo de acumulação primitiva ambiental e polo de apropriação da crítica da responsabilidade ambiental.” (LOPES, 2006, p.02). É o que vemos na atitude do Rio Sul, que passa a financiar a Cooperativa de Reflorestamento da Babilônia como ação de responsabilidade social/ambiental, na medida em que a cooperativa emprega os moradores da favela Babilônia no reflorestamento. “Tanto trabalhadores quanto partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações.” (LOPES, 2006, p.02). É o caso dos moradores do Chapéu Mangueira e da Babilônia que sofriam com os incêndios do capim colônio: a solução de reflorestar, proposta pela prefeitura, e a “consciência” ambiental surgem de uma percepção de risco com os incêndios, e entram no leque de interesses e reivindicações, que passam a ser manifestados através de uma linguagem ecológica.

Acselrad (2010, p.01) caracteriza a historicidade da questão ambiental na literatura sociológica, e na noção de “ambientalização” de Lopes, e entende que esta “[...] pode designar tanto o processo de adoção de um discurso ambiental genérico por parte dos diferentes grupos sociais, como a incorporação concreta de justificativas ambientais para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas etc.”

Acselrad lembra ainda que a noção de “movimento ambientalista” tem sido acionada, no Brasil, para designar um espaço social de circulação de

discursos e práticas associados à “proteção ambiental”, configurando uma nebulosa associativa formada por um conjunto diversificado de organizações com diferentes graus de estruturação formal, desde ONG e representações de entidades ambientalistas internacionais a seções “ambientais” de organizações não especificamente “ambientais” e grupos de base com existência associada a conjunturas específicas. (ACSERLAD, 2010, p.103).

A **preservação do meio ambiente** pelos moradores da favela aparece hoje em outras iniciativas na comunidade. Uma delas é o Projeto Favela Orgânica (FAVELA ORGÂNICA, 2012), que teve início em 2011, liderado por Regina, moradora da Babilônia que ensina os moradores da região a aproveitarem os alimentos em sua totalidade. Através das aulas, eles aprendem a aproveitar sobras de alimentos na cozinha ou como adubo para pequenas hortas.

Outra iniciativa é a Favela Verde (2011), uma associação civil sem fins lucrativos liderada por moradores do Chapéu Mangueira, que desenvolve um programa de educação ambiental e os projetos de práticas sustentáveis, que pretendem inspirar os moradores a repensar seus hábitos cotidianos e estimulá-los a adotar novos comportamentos que minimizem os impactos causados ao meio ambiente. O grupo do Favela Verde atuou junto ao *Albergue Favela Inn*, administrado pela Cristiane, que apresenta, conforme informações do seu site na internet, uma preocupação especial com as questões ambientais, utilizam telhas recicladas e a reutilização da água da chuva (FAVELA INNN HOSTEL, 2012).

Considerações finais

No caso em tela, observamos a junção da favela turística à comercialização de produtos ecológicos, como os roteiros ecoturísticos, algo que, no senso comum, pode ser contraditório, já que a favela é representada historicamente como um local desmatador e poluidor –, ou seja, “antiecológico” – por excelência, conforme dissertação de Simas (2007). Há de se lembrar ainda a proposta dos eco-limites (CASTRO, 2009), proposta de construção de muros ao redor das favelas, para impedir o crescimento destas em direção às áreas de preservação ambiental.

Deste modo, apresentei neste artigo a invenção da favela ecológica como um processo de elaboração criativa de uma identidade para as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, que pode ser acionada pelos moradores do Chapéu Mangueira e Babilônia, desde quando suas lideranças se envolveram na luta pelo reflorestamento, que culminou com a criação da APA dos Morros Babilônia e São João que hoje integram o recém-criado Parque Natural Municipal da Paisagem carioca.

A criação dessa APA, posteriormente incorporada ao Parque, implicando o envolvimento dos moradores da favela na luta pelo reflorestamento, contribui para a invenção da **favela ecológica** através da redefinição da identidade de uma favela, que passa a ser atrelada à ideia de preservação do meio ambiente. Podemos considerar o que aconteceu na Babilônia, por um lado, da perspectiva da *ambientalização* segundo Lopes (2006), – no que diz respeito aos componentes **ecológicos/ambientais** que marcam a peculiaridade do turismo no lugar; e por outro lado, da perspectiva na *indigenização* segundo Sahlins (1997) – no que diz respeito ao modo peculiar como os moradores conduziram ali o próprio processo de ambientalização e o turismo que passa a ocorrer conjuntamente.

Após a criação da APA e no contexto de alta procura pelo turismo na favela da Rocinha conforme estudos de Freire-Medeiros (2009) e após a criação da APA dos Morros Babilônia e São João, o grupo de moradores da CoopBabilônia, interessa-se por reelaborar o Morro da Babilônia voltando-o para o ecoturismo. Neste sentido, o Morro da Babilônia, como vimos, passou a ser elaborado e comercializado, pelo grupo de moradores atuantes na CoopBabilônia, como um lugar para a prática de ecoturismo, ou seja, como foi elaborado como um atrativo ecoturístico.

Mimi Sheller e John Urry (2004) no livro *Tourism mobilities: places to play, places in play*, abordam como os lugares, em especial os destinos turísticos, são construídos e reconstruídos, ou elaborados e reelaborados pelos turistas, trabalhadores, imagens e heranças disponíveis e em circulação na sociedade. Podemos notar que o Morro da Babilônia, onde estão as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, tem estado em constante movimento, sendo elaborado e reelaborado, seja pelo movimento ambientalista, seja por atores interessados em desenvolver o turismo no local, seja pelo Estado que instalou em 2009 uma Unidade de Polícia Pacificadora nas favelas em tela e lançou em 2011, o Projeto Morar Carioca (2011), parte de um projeto mais amplo a ser implementado no Rio de Janeiro até 2020, mas que nas favelas Chapéu Mangueira e Babilônia foi adjetivado de “verde”, tendo em vista a história contada neste artigo.

Retomando o raciocínio inicial deste trabalho, podemos concluir que as favelas Chapéu Mangueira e Babilônia, ao serem tratadas e conhecidas hoje por projetos como o favela Orgânica e a CoopBabilônia, se apresentam hoje como **favelas ecológicas** e vem atraindo a atenção de visitantes, em grande medida, em função de suas iniciativas ecológicas.

THE INVENTION OF THE ECOLOGICAL FAVELA: A LOOK AT TOURISM AND ENVIRONMENT IN THE MORRO BABILONIA

ABSTRACT: *This article refers to the invention of what has been denominated “ecological favela”, as for a process developed in the favelas Babilonia and Chapéu Mangeira, in the Morro Babilonia, Leme, Southern zone of the city of Rio de Janeiro, from 1989 until 2013, breaking out the formation of the Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca. I analyze this process in consonance to the increase of the tourism in the favelas, and I understand that the ecological favela is the joint of the two items that have become tourism attraction: the favela and the environment/ecology. The engagement of the favela dwellers to the area reforestation originated the newly park and contribute to the “ecological favela” invention, by redefining of these favelas identity, that have been related to the idea of environment preservation.*

KEYWORD: *Tourism. Favela. Environment.*

Referências

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, São Paulo, v.24, n.68, p.103-119, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Edições 70, 2005.

BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. London: Sage, 1993.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos conceituais**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2013.

_____. Lei n.º 9985, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 20 fev. 2012.

CASTRO, M. B. de. Os “eco-limites” dos muros das favelas. **Planeta Sustentável**, São Paulo, 08 maio 2009. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_469322.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COOPBABILÔNIA. **Ecoturismo, reflorestamento, história e cidadania misturados em um belo tour no turismo do Morro da Babilônia**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://coopbabilonia.blogspot.com.br/2009/04/reflorestamento.html>>. Acesso em: 20 set. 2012.

COSTA, C. C.; OLIVEIRA, I. S. S.; GOMES, J. L. Percepción ambiental como estrategia para el ecoturismo en unidades de conservación. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.19, n.6, p.1121–1135, nov. 2010. Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V19/v19n6a14.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. v.1.

FAVELA INN HOSTEL. **Quem somos**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.favelainn.com/Quem_somos.php>. Acesso em: 16 nov. 2012.

FAVELA ORGÂNICA. Alimentação sustentável. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://favelaorganica.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

FAVELA VERDE. **Integração, cidadania e meio ambiente**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://favela-verde.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

FREIRE-MEDEIROS, B. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

_____. **A construção da favela carioca como destino turístico**. 2006. Palestra proferida no: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4138/TurismoFavelaCarioca.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

GONDIM, L. M. de P. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n.64, p.115-130, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792012000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2012.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.25, p.31-64, jan./jun. 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MORAR Carioca. Inclusão social e reintegração urbana: um projeto que vai levar acessibilidade, saúde, educação, cultura e consciência ambiental a todas as comunidades do Rio. **Cidade Olímpica**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/morar-carioca/>>. Acesso em: 17 dez. 2011.

MORAR Carioca Verde. **Cidade Olímpica**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.cidadeolimpica.com.br/galeria/morar-carioca-verde-no-morro-da-babilonia/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

PORTILHO, F. Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v.III, n.3, p.1-12, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/viewFile/4930/3664>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 37.231, de 05 de junho de 2013. Cria o parque natural municipal paisagem carioca, e dá outras providências. **Leis Municipais**, Rio de Janeiro, 06 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2013/3723/37231/decreto-n-37231-2013-cria-o-parque-natural-municipal-paisagem-carioca-e-da-outras-providencias-2013-06-05.html>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.41-73, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

SHELLER, M.; URRY, J. **Tourism mobilities: places to play, places in play**. London: Routledge, 2004.

SILVEIRA, F. E. G.; BARRETO, M. Turismo de transformación: ecoturismo en reservas de la biosfera dentro del marco de la economía de la experiencia. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.19, n.2, p.315–329, mar. 2010.

SIMAS, E. N. B. **Tem meio ambiente na favela? ambientalismo na Serra da Misericórdia**. 2007. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

URRY, J. Consuming the planet to excess. **Theory, Culture & Society**, Los Angeles, v.27, n.2-3, p.191-210, Mar./May 2010.

VIOLA, E. O movimento ambientalista no Brasil (1971/1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBER, M. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.49-75.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. Rio de Janeiro: Cosac Naif, 2010.

Recebido em 14/12/2012.

Aprovado em 02/09/2013.

Varia

O BAIRRO GOUTTE D'OR, 30 DE JULHO DE 1955: UMA REVOLTA NO CENTRO DA MÉTROPOLÉ COLONIAL¹

*Emmanuel BLANCHARD**

RESUMO: Geralmente a **revolta urbana** é analisada em associação à história dos **bairros da periferia** e dos conjuntos habitacionais populares. Inserir-la em uma história da centralidade migratória em Paris permite revelar outras continuidades e gênese. Assim, o estudo da revolta que ocorreu dia 30 de julho de 1955, na *Goutte d'Or* (Paris XVIII°), bairro marcado por uma grande visibilidade dos **franceses muçulmanos da Argélia**, possibilita-nos romper com o viés de historicizar especialmente as violências urbanas. No cruzamento de várias tradições de mobilização (movimento operário, resistências populares às instâncias disciplinares, lutas anticolonialistas), atualizou-se um modo de ação durante as revoltas, cujos elementos podem, em grande parte, observar-se nos eventos sucedidos entre 1970 e hoje. Esta análise ressalta que, mais do que as divisões geográficas, são os discursos públicos e os dispositivos policiais que constroem os espaços onde a revolta aparece como uma resposta à dominação política e social.

PALAVRAS-CHAVE: Revolta. Guerra da Argélia. Polícia. Repertório de ação. Situação colonial.

* UVSQ – Université de Versailles Saint-Quentin-en-Yvelines. Versailles – França. Pesquisador. CESDIP – Centre de Recherches Sociologiques sur le Droit et les Institutions Pénales. Guyancourt – França. 78280 – blanchard@cesdip.fr. A Revista Estudos de Sociologia agradece ao autor a cessão dos direitos autorais para a publicação deste artigo.

¹ Tradução do artigo “*La Goutte d’Or, 30 juillet 1955: une émeute au coeur de la métropole coloniale*” publicado in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.195, 2012/5, p.98-111. Tradutora: Julie Scavone Brugier. Revisão Técnica da Tradução: Lucila Scavone.

Introdução

As revoltas ocorridas durante o outono de 2005 abriram um espaço midiático e editorial importante para sociólogos especialistas do desvio, da juventude ou dos bairros ditos difíceis. Essa proliferação de publicações e intervenções inscreveu-se parcialmente na forma que toma, desde alguns anos, o interesse midiático pelo **problema das periferias** na imprensa de maior divulgação (SEDEL, 2009; BERTHAUT, 2008; BONELLI, 2008). Este questionamento espacial e temporal leva os especialistas do tema a concordarem com uma cronologia relativamente curta, que começa no final dos anos 80 e se organiza nas grandes datas da história das periferias e dos projetos de renovação urbana (FOURCAUT; VADELORGE, 2008).

Como as revoltas de 2005 foram extremamente longas e intensas, pesquisadores que não eram especialistas destes problemas foram solicitados, favorecendo assim a introdução de novas temporalidades. O longo período das **revoltas primitivas**, com destaque para as insurreições populares dos séculos XVIII e XIX, foi frequentemente mencionado. Historiadores, especialistas da época revolucionária, avaliaram e analisaram o que foi às vezes apresentado como uma grande comoção popular (COHEN, 2008; NICOLAS, 2006). Estas análises permitem evitar tanto a tentação de uma avaliação que só consideraria o presente, como a ilusão de uma excepcionalidade dos eventos. É curioso, no entanto, que tenha sido necessário sistematicamente encontrar referências positivas num passado longínquo, com o qual os autores contemporâneos desses atos não têm nenhum vínculo direto ou mnemônico. Logo, estas análises e esta maneira de pular décadas e séculos não parecem também questionar a historicidade política geralmente associada às periferias. Portanto, inscrevem-se implicitamente numa visão das mesmas como espaços anômicos onde uma **raiva**, que se manifesta em intervalos regulares, teria aflorado após a desintegração das solidariedades própria às **periferias operárias**, que já não existem (DUBET, 1987; TISSOT, 2007).

Este artigo propõe, portanto, dois deslocamentos: trata-se de deslocar o foco geográfico para um bairro do centro da cidade, permitindo evitar uma espacialização que reduziria o **problema das periferias** a questões meramente locais. Do ponto de vista temporal, estender a cronologia até os anos 50 permite questionar eventuais continuidades, revelar heranças múltiplas e tecer novamente os fios de uma história complexa envolvendo indisciplinas populares, mobilizações operárias e uma rejeição da condição de **cidadãos de segunda ordem**² e da dominação colonial. A análise

² Para entender a origem desta expressão, utilizada principalmente por deputados do Partido Comunista Francês (PCF) a partir dos anos 30, em relação aos “franceses naturalizados” e reutilizada após a Segunda Guerra Mundial para qualificar os “franceses muçulmanos da Argélia”, ver Noiriel (2007) e Blanchard (2011).

desse acontecimento hoje esquecido, a revolta do bairro da Goutte d'Or³, no dia 30 de julho de 1955, propõe assim uma contribuição à sócio História das ações coletivas violentas qualificadas como revoltas⁴ assim como uma reavaliação da história dos “bairros centrais da imigração” (TOUBON; MESSAMAH, 1990).

Goutte d'Or, verão de 1955: um gueto sob alta tensão

A denominação comum e policial *Goutte d'Or* não designa o conjunto do bairro administrativo que leva esse nome, no 18º bairro parisiense, mas simplesmente algumas ruas, alguns conjuntos de imóveis – como ocorre frequentemente com áreas residenciais particularmente segregadas e decadentes. Tratava-se do extremo sul do bairro, um quadrilátero entre o bairro *Goutte d'Or* mesmo e o bairro *La Chapelle*: a rua da *Goutte d'Or* ao Norte, o bulevar de *La Chapelle* ao Sul, o bulevar *Barbès* ao Oeste e, por fim, a rua *Stephenson* ao Leste, delimitavam essa **Paris árabe**, cujo centro animadíssimo era o cruzamento da rua de *La Charbonnière* com a rua de *Chartres*. Ainda hoje, o enobrecimento urbano, conceito recorrente dos discursos sobre a *Goutte d'Or*, é mais um projeto do que uma evolução social homogênea: essa discrepância deve-se principalmente ao fato que “[...] a parte Sul do bairro, [continua sendo] considerada como um gueto, por causa do número de habitações sociais e de estrangeiros, visto como excessivo.” (BACQUÉ; FIJALKOW, 2006, p.77).

Não obstante, deve-se notar que desde a metade do século XIX, a *Goutte d'Or*, anexada à Paris em 1860, era percebida como o arquétipo da miséria urbana extrema e o epicentro da delinquência das “classes sociais perigosas”⁵. Emile Zola, que tinha longamente percorrido as ruas do bairro antes de começar a redação d'*A Taberna*, contribuiu fortemente para fazer da *Goutte d'Or* “[...] um bairro do tipo **bode-expiatório**, do qual toda cidade precisa para seu funcionamento social, para

³ O bairro assim denominado situa-se em Paris, no 18º bairro, ao norte da cidade e ao leste da colina de *Montmartre*.

⁴ Em sua tipologia das ações coletivas violentas, Charles Tilly deliberadamente não deixa espaço para a noção de “revolta popular”, considerando que esta etiqueta nunca é reivindicada pelos participantes às mobilizações assim denominadas (TILLY, 2003, p.19). O termo revolta é objeto de diversos conflitos taxonômicos, tanto no comentário político ou midiático de algumas formas de ação coletiva como na área acadêmica. Consideramos que a definição comum (que mistura o aspecto violento, relativamente espontâneo e potencialmente sedicioso das manifestações coletivas **tumultuosas**), ainda que seja utilizada por alguns dos protagonistas diretos ou indiretos, permite qualificar os eventos abordados neste texto e dar um valor heurístico à noção de revolta.

⁵ Os trabalhos de Louis Chevalier sobre a imigração argelina nos anos 40-50 influenciaram sua visão da Paris dos imigrantes da primeira metade do século XIX. A utilização da noção de raça em algumas das descrições dos migrantes internos situados no centro de sua “história biológica” em Chevalier (1958) transforma-se, aliás, em racismo evidente na suas descrições da criminalidade argelina no 18º bairro. Ver, por exemplo, Chevalier (1985).

dar um nome aos seus medos e circunscrevê-los num lugar específico.” [...] Assim, os argelinos não criaram “a imagem do bairro, a sua má fama, mas ao contrário, as teriam herdado.” (TOUBON; MESSAMAH, 1990, p.465).

Um bairro norte africano

Os **franceses muçulmanos da Argélia**, cidadãos comuns gozando por lei da igualdade política na metrópole, não eram sistematicamente contabilizados em grupos separados nos censos⁶. Todavia, o foram no censo de 1954; à época seriam cerca de 2000 vivendo na *Goutte d’Or*, mas as estimativas da polícia são duas vezes mais altas⁷. Todo o bairro da *Goutte d’Or* abrigava um total de 38.000 habitantes, dos quais só cerca de mil eram estrangeiros: neste bairro em via de empobrecimento, abandonado por uma parte dos comerciantes e dos pequenos funcionários que, até o período entre as duas guerras mundiais, haviam participado da sua heterogeneidade, a população estrangeira era quase que exclusivamente argelina (PROST, 1998, p.27). Segundo estudos da equipe de sociólogos que conduziu a pesquisa mais detalhada existente sobre a sócio história do bairro, os anos 1920-1960 conheceram a “formação de um enclave étnico magrebino” e “[...] a partir de 1954, nota-se [a constituição] de um território argelino no bairro da *Goutte d’Or* onde qualquer outras fixações estrangeiras, que não fossem argelinas, haviam sido progressivamente eliminadas.” (TOUBON, MESSAMAH, 1990, p.151).

Devido à **centralidade migratória** do bairro, com mais de 2000 **franceses muçulmanos da Argélia** residindo no quadrilátero sul, somavam-se, sobretudo aos finais de semana, os milhares de **correligionários** vindos de toda a grande Paris. Deslocavam-se até a *Goutte d’Or* para fazer compras, encontrar outros imigrantes oriundos dos mesmos vilarejos ou regiões e frequentar espaços de sociabilidade (cafés mouros, salões de hotéis que também eram locais de prostituição) que conferiam uma identidade específica a essas ruas, famosas até além do Mediterrâneo. Mesmo que, estatisticamente, os argelinos só representassem uma minoria de habitantes, a imprensa da época descrevia o bairro em termos étnicos, com um tom depreciativo: as expressões *medina*, *kasbah*, *Souk* ou *quartier arabe* são as mais

⁶ O Instituto Nacional da Estatística e das Pesquisas Econômicas (INSEE) introduz em 1954 a subcategoria **franceses muçulmanos originários da Argélia** distinta da categoria **franceses de nascimento**. O recenseamento desta população muito precária e vivendo frequentemente em moradias coletivas era extremamente difícil. Segundo o INSEE, os números disponíveis devem portanto ser considerados com muita precaução.

⁷ Em 1955, segundo uma contagem da prefeitura da polícia, cerca de 4000 **norte-africanos** residiam no bairro *Goutte d’Or*. Arquivos da Prefeitura de Polícia (APP) – Ha 65 – Reunião do dia 18 de setembro de 1959.

recorrentes nos artigos referentes à *Goutte d'Or* (POIROT-DELPECH, 1957). Eles eram às vezes publicados em seções internacionais dedicadas aos “eventos da África do Norte” e alguns jornais, numa referência transparente à situação colonial do *Magrebe*, evocavam a “minoría europeia do bairro” (LE FIGARO, 1955c). Todavia, esses órgãos de imprensa, fortemente influenciados pela linguagem da Prefeitura de Polícia, ressaltavam com frequência que o conjunto da população argelina da região parisiense (à época, cerca de 100.000 pessoas) não podia ser confundido com seus membros mais visíveis, os “desocupados e membros da corja” da *Goutte d'Or* (LE FIGARO, 1955b).

Estes discursos eram, evidentemente, humilhantes e racistas⁸, mas remetiam também às atividades e situação social de uma parte dos “trabalhadores periféricos”, à margem de uma “sociedade salarial” que se constituía (CASTEL, 1995): os hotéis e quartos mobiliados da *Goutte d'Or* eram refúgio para muitos argelinos desempregados⁹ que podiam se beneficiar ali de certas formas de solidariedade dos outros migrantes. Quando essa rede não era suficiente, e como a intermitência e precariedade do trabalho não garantiam renda suficiente para sobreviver, o mercado negro – que continuou após o fim do racionamento em 1949, com revenda de produtos como óleo e tabaco, cujos preços eram mais baixos ao Sul do que ao Norte do Mediterrâneo –, o tráfico de cigarros e roupas gerados pelas presenças de tropas e de estoques americanos (rua *Stephenson*) apareciam como oportunidades para realizar pequenos lucros. Esses recursos eram indispensáveis para uma população que não conhecia uma estabilidade residencial suficiente para candidatar-se às poucas ajudas das quais beneficiavam os desempregados¹⁰.

Uma parte dos moradores do bairro não se contentava com a renda miserável gerada pela economia informal e mergulhava na delinquência, especialmente os ataques noturnos (roubos de relógios e carteiras, mais frequentemente): atividades para as quais o bairro, pela sua densidade comunitária, servia como uma espécie de refúgio. Os estigmas associados ao bairro e aos seus habitantes por causa destas atividades delinquentes eram acentuados pelo fato que essas ruas eram também um

⁸ Como observavam os raros comentadores que simpatizavam com os argelinos de Paris (L'OBSERVATEUR, 1955).

⁹ Segundo pesquisas do Ministério do Trabalho e do Ministério do Interior, a taxa de desemprego dos argelinos, que deve ser associada ao contexto de precariedade e intermitência do emprego de uma população da qual uma parte escapava a qualquer recenseamento estatístico, oscilava em volta de 10%. Em 1953, o desemprego atinge mesmo 20% na região parisiense, contra 15% no resto da metrópole. APP – Circular n°310 do Ministério do Interior – “Enquete social sobre a situação dos muçulmanos originários da Argélia residindo na metrópole”. A partir da metade dos anos 50, o desemprego dos argelinos declina rapidamente.

¹⁰ Em 1953, nas cidades em que existia uma ajuda financeira, entre as condições de indenização encontrava-se a obrigação de residir há mais de um ano na cidade e ter trabalhado de maneira regular por pelo menos seis meses.

local de prostituição muito visível. O comércio sexual acontecia principalmente nos lugares que eram então chamados de **matadouros**, prostíbulos com um funcionamento taylorizado, cuja clientela era tão pobre quanto as pensionárias. Esses prostíbulos não foram fechados embora a lei *Marthe Richard*¹¹ tenha sido adotada em abril de 1946, em particular para facilitar a supervisão e a coleta de informações pela polícia (BLANCHARD, 2008). Logo, a *Goutte d'Or* aparentava-se aos **bairros reservados**¹² da África do Norte e, de fato, o bairro era submetido às mesmas regras de exceção em matéria de prostituição vigentes nas circunscrições¹³ argelinas (TARAUD, 2003).

Sem aprofundar os detalhes da controvérsia sociológica contemporânea sobre o caráter descritivo e analítico da noção de gueto quando relativa a certos bairros franceses (LAPEYRONNIE, 2008; WACQUANT, 2006; KOKOREFF, 2009), podemos notar que as características supracitadas remetem às que foram apresentadas na obra seminal de Louis Wirth sobre os guetos de imigrantes em Chicago¹⁴. Nesta época, o principal estudo sociológico dedicado aos **trabalhadores argelinos** não reutilizava o termo **gueto**, mas insistia sobre o fato que alguns dos que não eram sem-teto eram vítimas da “segregação das habitações argelinas” na região parisiense (MICHEL, 1956, p.125). Tamanha era a especificidade desta forma de separatismo social, marcada por um “isolamento total” (BLANC-CHALÉARD, 1998, p.35), que a socióloga Andrée Michel (1956) comparou-o até ao que existia nas grandes cidades da África do Norte. Nestas condições, não é surpreendente que a imprensa contemporânea, a despeito da forte presença policial na *Goutte d'Or*, não tenha hesitado em qualificar essas ruas como espécies de “zonas sem lei”, abandonadas pelas forças policiais: “todos os bairros de Paris tem igual direito à segurança”, podia-se ler na *Aurore* no 1º de agosto de 1955. No mesmo dia, *Le Figaro* (1955a) ressaltava: “[...] já faz tempo que algumas ruas, povoadas por uma ralé que parece circular livremente, formam, na cidade, quarteirões onde o cidadão honesto está seguro. É intolerável pensar que nestes **redutos**, a polícia possa sentir-se desarmada e impotente.”

¹¹ A lei *Marthe Richard* determina a abolição dos prostíbulos (NT).

¹² Os **bairros reservados** na África do Norte eram bairros de prostituição, que concentravam geralmente as prostitutas autóctones.

¹³ Em francês, o *département* corresponde a uma circunscrição administrativa que teria, no Brasil, como equivalente, os estados da federação (NT).

¹⁴ Louis Wirth insistia sobre o fato que os guetos de Chicago nos anos 20 eram “lugares de trânsito”, caracterizados por uma “intensa vida comunitária”, mas aparentavam-se também frequentemente a “bairros de vício”. Mais essencialmente, ele nota que o gueto “[...] representa pelo menos um exemplo, historicamente verificável das diversas maneiras possíveis de abordar o problema de uma minoria diferente no seio de uma população mais numerosa. Ele participa, ao mesmo tempo, de uma forma de tolerância a través da qual um *modus vivendi* estabelece-se entre grupos em conflito por questões fundamentais. Enfim, de um ponto de vista administrativo, o gueto serviu de instrumento de controle.” (WIRTH, 1980, p.19-20).

Afrontamentos frequentes com a polícia

De fato, se a presença da polícia era às vezes massiva, ela era também intermitente: organizava-se, sobretudo, como blitz, técnica de intervenção tradicionalmente utilizada contra diversas categorias da população **indesejável**, cuja presença no espaço público provocava descontentamento social e político, sem, no entanto, ser sujeita a incriminações penais (BLANCHARD, 2009). Similarmente ao que acontecia, na segunda metade do século XIX, nos bairros que resistiam ao processo de disciplinamento dos corpos e dos espaços operado pelos policiais (DELUERMOZ, 2009), esta presença, e, sobretudo, a repressão das ações ilegais populares (vendedores ambulantes, agrupamentos, ebriedade na via pública...), gerava oposições ou reações dos principais interessados. O estudo dos repertórios analíticos¹⁵ da delegacia da *Goutte d'Or* mostra que, não raro, vendedores ambulantes contestavam as interpelações da polícia e eram conduzidos à delegacia por **rebelião, ultraje ou violências contra agentes**¹⁶. Essas incriminações podem dificilmente ser interpretadas: de fato, elas dependem do poder discricionário dos agentes, e nos dão portanto, poucas informações sobre a atitude dos incriminados, podendo mesmo servir para ocultar violências cometidas pelos próprios policiais (JOBARD, 2005).

Todavia, elas sugerem que, logo após a guerra, a autoridade dos policiais nestes bairros populares estava longe de ser unanimemente aceita. Os policiais parecem até ter sido expostos a uma violência verbal e física relativamente forte. Os episódios de desobediência, acompanhados de violências (insultos, golpes, revoltas coletivas...) não eram exclusivos dos argelinos, apesar destes últimos serem muito visíveis em meio da população que se rebelava contra a ação policial. Estes comportamentos eram tão frequentes que, quando os autores apresentavam documentos que **garantiam a apresentação à delegacia** e quando não tinham conflitos em particular com a polícia parisiense, considerava-se que eles tinham simplesmente **perdido a calma** e não eram necessariamente punidos. Às vezes, a polícia contentava-se então em adverti-los. Os indivíduos que se rebelavam durante os controles policiais estavam frequentemente embriagados. Essa atitude também era uma reação à utilização da força pela polícia: de fato, os históricos da carreira dos guardas provam que eles frequentemente eram agredidos por indivíduos, geralmente **norte africanos** ou **sem-teto**, os quais se recusavam a ficar passivos frente à

¹⁵ Estes volumosos registros, do mesmo formato que os utilizados para os boletins de ocorrência, reúnem para cada dia o conjunto das interpelações efetuadas pelos funcionários da delegacia.

¹⁶ Recenseamos vários **casos** deste tipo todo mês. Por exemplo, de junho de 1945 a maio de 1946, cerca de trinta indivíduos (dois terços deles argelinos) foram interpelados por estas razões pelos policiais da delegacia da *Goutte d'Or*. Em janeiro de 1954, quatro interpelações por "violências contra policiais" foram efetuadas. APP – C^o 7144, 7145 e 7151.

violência empregada contra eles¹⁷. Os ferimentos causados nessas circunstâncias eram às vezes muito graves e são uma das provas observáveis do conflito existente entre algumas populações ditas **indesejáveis** e a polícia.

Comparadas a essas reações individuais violentas de oposição à polícia, as tentativas de rebelião dos argelinos foram específicas na medida em que se apoiaram em uma reação coletiva. Os episódios de desobediência eram recorrentes assim como as reações que buscavam intimidar os policiais: isso explica também o fato que, rapidamente, o *modus operandi* da blitz coletiva se impôs nas operações direcionadas especialmente contra os argelinos. Para que “a lei guardasse a prerrogativa da força”, era necessário que os policiais parisienses interviessem em grandes efetivos. Essas formas de oposição à polícia podem ser observadas desde 1945: neste ano, quando policiais procuraram prender vendedores ambulantes argelinos, aconteceram “trocas de socos” e “os argelinos em questão chamaram compatriotas para ajudá-los¹⁸”. Este exemplo está longe de ser único e amiúde os policiais reclamavam que um interpelado tenha “mobilizado outros argelinos contra os policiais¹⁹”.

No começo dos anos 1950, como resultado da intensificação da mobilização nacionalista que se somava à repressão policial, essas rebeliões tornaram-se cada vez mais frequentes. Em determinadas circunstâncias, elas se transformaram até em batalhas: “dia 4 de dezembro de 1950, para protestar contra a detenção de dois membros da comunidade, 30 norte africanos ataca[ram]²⁰ uma delegacia de polícia em *Belleville*²¹”; dia 4 de julho de 1952, três policiais foram levados ao hospital para tratar ferimentos causados durante uma briga com argelinos rua de *la Charbonnière*²². Seria inexato, portanto, analisar a **revolta**²³ da *Goutte d'Or*, do dia 30 de julho de 1955, antes de mais nada como uma consequência do começo da guerra da Argélia. Aliás, esta não era a interpretação dos observadores contemporâneos – jornalistas ou policiais – que tinham, de fato, tendência a despolitizar rapidamente os atos de revolta dos argelinos. Mas os nacionalistas não só não reivindicaram essa ação, como tentaram distanciar-se da mesma para não serem associados ao estigma da **criminalidade norte africana**. As mobilizações violentas do dia 30 de julho de

¹⁷ O policial Victor N. foi ferido deste modo três vezes, em junho de 1950, março e junho de 1955, por **norte-africanos** que recusavam a intimação. Ele foi assassinado em junho de 1959 por um argelino que ele tentava interpelar, após um homicídio. APP – Dossiê de Victor N.

¹⁸ Arquivos Nacionais – Centro de Visitantes e de Pesquisa dos Arquivos Nacionais (CARAN) – Fla 3347 Relatório da Brigada da via pública (PJ) ao prefeito da polícia, 5 de julho de 1945.

¹⁹ APP – C^B 7144 – 19 de agosto de 1945.

²⁰ Colchetes no original (NT).

²¹ Este ataque foi evocado por Maurice Rajfus que não remete à nenhuma fonte (RAJSFUS, 2003, p.10).

²² APP – HA 14.

²³ O termo **revolta** é utilizado por vários jornalistas e dirigentes da prefeitura da polícia: nesta época, o emprego deste termo permitia acima de tudo justificar a ação da polícia, no que ela tinha de violento e ilegal.

1955 podem ser compreendidas como uma extensão e uma radicalização de um repertório de ações coletivas²⁴ que se originou nos anos anteriores. Este último era uma mistura entre a delinquência comum, a revolta contra as humilhações policiais e as reivindicações políticas.

Na primeira metade dos anos 50, as alterações entre policiais e imigrantes argelinos eram tão comuns que os policiais tinham a impressão que os argelinos valiam-se de qualquer pretexto para “surrá-los”²⁵. Nessa década, de fato, as ocasiões de afrontamentos eram múltiplas. Além dos inúmeros controles de identidade e das interpelações policiais ligadas a delitos menores ou a gestão policial dos espaços públicos **abarroados**, as reuniões proibidas dos nacionalistas argelinos²⁶ e as tentativas para impedir a venda do Jornal Argélia Livre (órgão do PPA-MTLD²⁷) suscitavam várias disputas e brigas, as quais os argelinos nem sempre perdiam: o serviço de ordem do PPA-MTLD frequentemente foi muito impressionante e os vendedores que pertenciam à vertente *messaliste*²⁸ trabalhavam cercados por **grupos de proteção** experientes. A imprensa nacionalista não buscava esconder seu desejo de afrontamento e vangloriava-se das vitórias obtidas contra unidades da polícia que procuravam impedir os *messalistas* de participar de determinadas manifestações. Os redatores utilizavam então fórmulas similares às dos jornais comunistas que, no final dos anos 1930, popularizaram os apelos à “luta física contra as forças da polícia” (AUDOIN, 1983). O slogan “Olhos, por olho! Cara, por dente!” foi extremamente utilizado durante os anos 50, especialmente durante as semanas precedendo a manifestação do dia 28 de maio de 1952 contra a presença em Paris do General Ridgway, comandante geral das forças americanas na Coréia, nomeado diretor-geral da OTAN (ROBRIEUX, 1981, p.302). Nesse dia, **o ativismo comunista dos anos da Guerra Fria** atingiu seu auge: os **norte africanos** que eram, de fato, alvo frequente da repressão policial, representavam 12% dos manifestantes presos neste dia e a única vítima recenseada na noite do dia 28 de maio 1952 foi um argelino, morto a tiros por um cabo da polícia²⁹. Os afrontamentos violentos, no centro ou à margem de mobilizações políticas, pertenciam a uma lógica de circunstância e a um

²⁴ Em francês *répertoire d'action émeutier*. Trata-se de uma referência ao conceito de *contention repertoire*, repertório de ação coletiva, de Charles Tilly (NT).

²⁵ APP – He 2 – Relatório do delegado de divisão G, 24 de julho de 1953.

²⁶ Por exemplo, o guarda Paul D. foi ferido e parou de trabalhar três meses após levar golpes na cabeça, com uma cadeira, de um **norte-africano** durante a evacuação da sala Wagram dia 24 de abril de 1956. APP – Dossiê de Paul D.

²⁷ Movimento pelo triunfo das liberdades democráticas (MTLD), fachada legal do Partido popular argelino (PPA) cujo líder carismático, Messali Hadj, foi condenado a prisão domiciliar em Nior e depois em Belle-Île, de maio de 1952 a janeiro de 1959.

²⁸ Assim denominados os seguidores de Messali Hadj.

²⁹ Hocine Belaïd, operário comunal e militante comunista de Aubervilliers, foi atingido pelos tiros de um cabo na praça *Stalingrad*. Charles Guénard, ferido no joelho nas mesmas circunstâncias, morre em março de 1954 durante uma operação (PIGENET, 1992).

repertório de ação que não permitem por si sós restituir a genealogia dos motivos e das práticas manifestantes que, dia 30 de julho de 1955, levaram o bairro da *Goutte d'Or* a uma **revolta**. Neste dia, as relações degradadas entre os residentes do bairro e a polícia não foram apenas mais um elemento de contexto, mas sem dúvida um dos fatores que desencadeou a ação coletiva.

A revolta do dia 30 de julho de 1955

No dia 8 de maio de 1955, para deter um suspeito, um carro da polícia acelerara em direção a uma multidão de transeuntes agrupados no cruzamento da rua de *la Charbonnière* e da rua de *Chartres*: os policiais foram obrigados a bater em retirada após afrontamentos violentos. O incidente que desencadeou a revolta do dia 30 de julho de 1955 inscreve-se na continuidade dos acontecimentos do dia 8 de maio e de alterações quase cotidianas. Sem dúvida, influenciada pela situação política no *Magrebe* e as primeiras repercussões da guerra de independência argelina na metrópole, essa revolta tomou proporções que a tornaram uma etapa importante, e geralmente esquecida, das raras tentativas para historicizar o repertório de ações dos movimentos de revolta.

Resposta coletiva a uma intervenção policial

É particularmente difícil reconstituir a cronologia dos acontecimentos do dia 30 de julho de 1955, especialmente por causa das interpretações divergentes propostas pela imprensa³⁰. Além do mais, essas ações não foram reivindicadas por partidos nacionalistas, então divididos em conflitos internos e de influência, e elas foram quase esquecidas pela memória militante ou pelos testemunhos publicados posteriormente³¹: tanto a composição social do bairro, como o fato que as práticas de revolta não tenham sido integradas numa gesta nacionalista, glorificando as ações militares, permitem explicar que não tenha sido possível encontrar testemunhos diretos deste acontecimento. Os poucos arquivos policiais disponíveis para consulta

³⁰ Para tanto consultamos todas as edições dos diários nacionais do 15 de julho ao 30 de agosto de 1955, assim como diversos órgãos da imprensa militante (nacionalistas argelinos, libertários, comunistas, trotskistas...).

³¹ Linda Amiri et Nedjib Sidi Moussa, que estão concluindo seus doutorados sobre, respectivamente, a história da Federação Francesa do FLN (Frente de Liberação Nacional) e sobre os dirigentes do MNA (Partido Nacional Messalista que sucedeu ao MTLD depois de sua proibição em novembro de 1954), ambas confirmaram que o dia 30 de julho de 1955 quase não é mencionado nos arquivos por elas consultados. Quero agradecer-las por sua preciosa ajuda.

tratam, sobretudo, da batida organizada no bairro depois da revolta³². Apesar de serem muito lacunares, a comparação das raras fontes disponíveis permite esboçar a sequência de eventos e acontecimentos prováveis.

Sábado, 30 de julho, dia do *Aid-El-Kebir*; no começo da tarde, uma multidão muito densa, avaliada em cerca de mil pessoas, encontra-se no mercado da rua de *La Charbonnière* e nas ruas circunvizinhas. Alertada por um comerciante, uma patrulha da polícia intervém para questionar dois argelinos por roubo e encobrimento de furtos: a venda ambulante de produtos de origem duvidosa era habitual e constituía uma das características do mercado. No caso, essa denúncia parecia ter por objetivo principal livrar-se dos militantes políticos que tinham uma certa influência sobre os argelinos do bairro (JOURNAL L'OBSERVATEUR, 1955).³³ A interpelação ocorre de maneira muito agitada: um dos suspeitos foge, o outro chama transeuntes para que se oponham à sua detenção. Todavia, ele sobe em um dos carros da polícia, sobre o qual vários projéteis são arremessados (sobretudo cacos de vidro, pedras e melancias), dos quais alguns provêm dos andares dos prédios vizinhos. Para escapar da multidão ou para impressioná-la, o condutor do veículo manobra brutalmente: ele atinge dois argelinos (com as pernas machucadas, eles são levados ao hospital *Lariboisière* em outro carro da polícia), estraga a fachada de um armazém, mas consegue liberar-se do **agrupamento**. Então, um grupo violento, com várias centenas – provavelmente cerca de mil – de argelinos dirige-se para a delegacia de polícia da rua *Doudeauville* para liberar o suspeito e protestar contra a ação da polícia. Enquanto esperam reforços, os policiais bloqueiam as entradas da delegacia e atiram algumas vezes com metralhadoras que atingem e ferem várias pessoas. Nos momentos seguintes, uma dezena de carros da polícia chegam ao local para dispersar **energicamente** – como reza o eufemismo policial habitual – os manifestantes. O contato é breve, porém violento: os manifestantes dispersam-se nas ruas do bairro, quebram algumas vitrines e danificam vários carros estacionados. Um açougue é até incendiado, manifestamente para repreender o seu proprietário, suspeito de ser um informante da polícia (JOURNAL L'OBSERVATEUR, 1955).

A mobilização nasceu de um incidente local, porém, nas suas origens e no seu desenvolvimento, ela ultrapassa amplamente as fronteiras do bairro. O contexto nacional e internacional³⁴ aumenta a tensão inicial e contribui indubitavelmente à

³² O fundo dos Arquivos da Prefeitura de Polícia relativo à guerra da Argélia contem alguns elementos de contextos nos arquivos inventariados. APP – HA 24 e HA 26.

³³ Este artigo é notável na medida em que é o fruto de uma investigação detalhada e não se inscreve nos relatos habituais fundados nos comunicados da prefeitura de polícia ou na vulgarização comunista.

³⁴ Desde o dia 3 de abril de 1955, as circunscrições da Argélia haviam sido declaradas em **estado de emergência**, prolongado por um novo voto da Assembleia nacional dia 29 de julho 1955. Durante o mês de julho de 1955, o Marrocos foi o palco de uma agitação política e de violências policiais endêmicas.

efemeridade do apaziguamento após os primeiros afrontamentos e degradações. Estes incidentes sucessivos são comentados à luz das informações conhecidas sobre as ações da polícia no Marrocos e na Argélia e, manifestamente, são exagerados, quando não deformados (teriam circulado rumores acusando a polícia de torturar os suspeitos³⁵). Argelinos continuam a dirigir-se da região parisiense para o bairro da *Goutte d'Or*: contudo, não é possível determinar se se tratava de um movimento organizado, de uma reação aos rumores sobre os acontecimentos desse começo de tarde ou simplesmente de uma situação normal para um sábado (tradicionalmente, um dia de afluência no mercado da rua de *la Charbonnière*) correspondendo a uma das principais festas religiosas do calendário muçulmano. Em todo o caso, algumas das pessoas que convergiram para o 18º bairro estavam prontas para reagir e sobrepujar as forças policiais. No começo da noite, várias centenas de pessoas dirigem-se para a avenida de *La Chapelle* entoando *slogans*³⁶ e pegam materiais de construção, debaixo da linha aérea do metrô, para utilizá-los como projéteis. Alguns motoristas e transeuntes são agredidos, os “hóspedes europeus” (*Franc-Tireur*, 1º de agosto de 1955) de um hotel são expulsos, carros são apedrejados e os manifestantes teriam até disparado alguns tiros. Em torno da meia-noite, o lugar volta a apaziguar-se, após numerosa intervenção policial.

Se alguns pontos ainda não foram esclarecidos, é possível recensear as vítimas e os estragos desse dia de revolta: conta-se cerca de trinta carros e quarenta armazéns danificados (dos quais um foi incendiado), vinte transeuntes agredidos (um turista holandês gravemente ferido foi hospitalizado durante vários dias), quinze policiais oficialmente feridos (oito foram tratados antes de voltarem para casa, nenhum foi hospitalizado), quatorze argelinos hospitalizados, dos quais quatro haviam sido atingidos por balas. Vários outros manifestantes foram feridos (provavelmente cerca de cinquenta) mas os que tiveram os ferimentos menos graves não foram ao hospital para não serem interrogados ou detidos pela polícia. De fato, poucas pessoas haviam sido presas, além das prisões que haviam precedido a revolta e feito degenerar a situação³⁷. No dia seguinte, uma residente do bairro, **de origem francesa**, também foi presa e condenada imediatamente a oito dias de detenção e uma multa de 6 000 francos por ter injuriado policiais

³⁵ Nesta época, na metrópole, as **surras** eram frequentes, mas as técnicas de interrogatório vigentes nas delegacias do outro lado do Mediterrâneo não parecem tê-las utilizadas.

³⁶ A documentação atualmente disponível não permite saber quais foram os *slogans* gritados, nem mesmo saber em que língua eles foram pronunciados. Alguns jornais mencionam um “grupo gritante” (*FRANCE-SOIR*, 31 jul. 1955), um “grupo vociferando” ou uma “coluna berrando” (*LE PARISIEN LIBÉRÉ*, 1955.), manifestantes “berrantes”, “entoando alguns *slogans*” (*LE JOURNAL DU DIMANCHE*, 31 jul. 1955). De maneira sintomática, os participantes da revolta “são falantes”, ou calados, mas não atingem a dignidade de indivíduos reivindicando de modos audíveis para as autoridades legítimas (*BOURDIEU*, 1977, p.2-5).

³⁷ Dia 30 de julho de 1955, quatro pessoas foram levadas à delegacia, dentre as quais uma mulher.

que estavam fazendo a lista dos estragos causados pelos acontecimentos do dia anterior³⁸.

A partir da segunda-feira seguinte, o bairro foi cercado pela polícia que, durante duas semanas, tentou recensear todos os residentes e controlar seu acesso à área. Essas operações, que posteriormente foram descritas como uma “estratégia quase militar” (DUBOIS; SERGENT, 1974, p.106-107) pelo Chefe da Polícia, constituíam uma “caça a certos tipos físicos” (L'HUMANITÉ, 1955). Frente aos protestos dos representantes dos **franceses muçulmanos da Argélia** no parlamento, o Chefe da polícia, André-Louis Dubois, desmentiu as acusações e afirmou “[...] formalmente que instruções permanentes haviam sido dadas para que suas equipes não realizem nenhuma discriminação racial.” (LE MONDE, 1955). O **bloqueio** do bairro foi suspenso alguns dias depois: assim terminava a primeira operação militar e policial de grande porte no palco metropolitano da guerra de independência argelina. As amplas blitz operadas em começo de setembro em Paris e na maior parte das grandes cidades das outras regiões se inscrevem na continuidade e na intensificação dessa ação. Elas se traduziram por milhares e milhares de detenções e a **transferência** para a Argélia de 425 militantes nacionalistas, conhecidos há muito tempo e que não estavam implicados nos eventos do dia 30 de julho.

A polícia, origem e alvo da ação coletiva

Estas grandes operações repressivas, que se inscrevem na continuidade do *modus operandi* característico da polícia com os argelinos desde a Liberação, já foram analisadas em outro trabalho (BLANCHARD, 2011). Consideraremos neste artigo a lógica da situação, a sequência dos eventos e o modo de agir daqueles que se revoltaram, analisados e contextualizados à luz de uma “hipótese de continuidade” (DOBRY, 1986) com as revoltas contemporâneas. Desde que as revoltas ocorridas na França no começo dos anos 90 viraram um objeto de estudo sociológico, tanto trabalhos pioneiros como as últimas sínteses internacionais, insistiram sobre um elemento comum e desencadeador: uma intervenção policial violenta e considerada ilegítima (BACHMANN; LE GUENNEC, 1997) (WADDINGTON; JOBARD; KING, 2009). O resultado não é próprio ao caso francês: ele foi observado pela primeira vez nos Estados Unidos, e depois na maioria dos países onde as relações entre raças, marcadas por relações de dominação e de discriminação, são

³⁸ Nos dias e semanas seguintes, as investigações da polícia conduziram a dez interpelações sem ligação direta com a revolta do dia 30 de julho de 1955.

mediatizadas pela polícia (BLAUNER, 1969). A situação colonial que caracterizava a França metropolitana dos anos 1950, especialmente no que diz respeito aos imigrantes argelinos (BALANDIER, 1951; MICHEL, 1956), é, portanto, só uma entre as muitas formas de separação social e dominação política fundadas na **etnicização** das relações sociais³⁹.

Ainda hoje, as práticas policiais de controles de identidade e interpelações direcionadas contra populações vistas como **de tipo norte-africano** baseiam-se em lógicas e representações **racializadas** geradoras de frustrações, reivindicações e, às vezes, revolta nas pessoas que se tornaram alvo preferencial da polícia (LÉVY, 1987) (JOBARD; LÉVY, 2009). Num panfleto do dia 1º de maio de 1955 chamando à manifestação, o MTLD – dissipado em novembro de 1954 – já reivindicava o “respeito da imigração argelina na metrópole⁴⁰”. Essa exigência fundava-se na denúncia das blitz policiais e dos controles de identidade que eram tão vexatórios quanto frequentes (BOGART, 1954). Ela lembra fortemente a exigência dos agentes da revolta de 2005 cujo testemunho pôde ser recolhido. Como outrora, hoje em dia esses controles repetidos de identidade são organizados e vividos como verdadeiras “cerimônias de humilhação” (GARFINKEL, 1956, p.420-424), que reduzem as pessoas que os vivenciam a “vítimas dos policiais” (JOBARD, 2010), qualquer que seja o seu estatuto jurídico ou o caráter legal ou ilegal destes controles. Essas interações humilhantes estão no centro do conflito entre os “jovens da periferia” e as forças da ordem (MARLIÈRE, 2005; MOHAMMED, 2011). A latência desse sentimento geral de desconfiança e suspeição, que toca o conjunto dos jovens para além das suas diferenças de trajetórias e atividades sociais, cristaliza-se durante as revoltas, nas quais, contudo, só é ativa uma parte dos jovens que identificam a polícia como uma força inimiga.

Os acontecimentos da revolta da *Goutte d’Or* comparam-se, portanto, em diversos pontos, aos acontecimentos das principais revoltas contemporâneas: num período de forte tensão, marcado por escaramuças sucessivas entre **cidadãos diminuídos** e a polícia, um controle de identidade ou uma prisão que resulta em danos graves à integridade física de um dos interessados gera uma reação coletiva das pessoas do seu meio. As marchas que ocorreram duas vezes dia 30 de julho de 1955 aparentam-se, é verdade, a uma forma de manifestação pouco presente nas revoltas contemporâneas: só em períodos de trégua observam-

³⁹ Em sua conclusão sobre o “significado sociológico do gueto”, Louis Wirth integra furtivamente a situação colonial no conjunto vasto dos fenômenos sociais fundados em relações e separações entre grupos sociais minoritários e majoritários cujas relações são parcialmente regidas por critérios raciais. (WIRTH, 1980, p.235-241).

⁴⁰ Panfleto conservado nos arquivos do Comitê pela liberação de Messali Hadj e das vítimas da repressão. BDIC – Bibliotheque de Documentation Internationale Contemporaine, Nanterre.

se “marchas silenciosas” em memória das vítimas ou supostas vítimas, da ação policial (KOKOREFF, 2008). De resto, nota-se na gesta dos revoltados de 1955 um conjunto de modos de agir que, desde então, tornou-se um repertório de ações de revolta. Hoje em dia, ele é característico dos protestos dos jovens moradores de bairros segregados, mas estes protestos violentos não excluem outros modos de ação coletiva (TILLY, 2003). Depredação de veículos e lojas (em geral sem pilhagem), incêndios voluntários, arremesso de diversos projéteis, tiros que não matam nem ferem gravemente os policiais, afrontamentos à distância com as forças da ordem: estas são as características recorrentes de um repertório de ação social e geograficamente circunscrito a homens jovens, que em maioria não são brancos⁴¹, e que moram em bairros ditos **difíceis**.

Pode-se também observar que é um tipo de ação sem dúvida mais espetacular do que violento, especialmente em 1955, quando os danos materiais parecem, retrospectivamente, bastante limitados⁴². As agressões contra pessoas não ocasionam, em geral, nem mortes, nem ferimentos graves: contudo, a revolta da *Goutte d'Or* foi específica na medida em que, na França, é extremamente raro que outros indivíduos que não policiais virem alvos e, mais ainda, que estas pessoas virem alvos por razões, pelo menos parcialmente, étnicas. Segundo relatórios da imprensa, no dia 30 de julho de 1955, uma parte das pessoas agredidas o foram simplesmente por serem “europeias” – para utilizar o termo das categorias coloniais vigentes à época. Deste ponto de vista, a revolta da *Goutte d'Or* é similar a algumas revoltas sucedidas nos Estados Unidos, onde os protagonistas, desde a década de vinte (JANOWITZ, 1979), enfrentam em geral não só a polícia, mas também uma parte dos moradores do bairro.

Herança e legado de um repertório de ações de revolta

As raízes da revolta de julho de 1955 são plurais. Revelá-las permite expor a complexidade e densidade política deste acontecimento, sendo que os comentaristas da época apressaram-se em reduzir estas mobilizações ao registro da violência delinquente. Na prolongação da nossa reflexão sobre o papel das forças da ordem, também temos como objetivo uma interrogação sobre a eventual continuidade entre as revoltas de 2005 e esta revolta, sem, no entanto, instituí-la em momento inaugural.

⁴¹ O nome de um dos quatro interpelados demonstra, evidentemente, que dia 30 de julho de 1955, alguns raros metropolitanos haviam integrado a **revolta argelina**.

⁴² É necessário, contudo, entender a amplitude dos danos materiais numa sociedade onde os bens de consumo e a delinquência de apropriação ou depredação não tinham crescido, exponencialmente e simultaneamente, como o fariam nos anos seguintes (ROBERT, 2002).

Um bairro operário e imigrante, no coração da capital de um império

De um ponto de vista histórico, os eventos do dia 30 de julho de 1955 inscrevem-se numa situação colonial que não é circunscrita aos territórios além mar e ao começo da guerra de independência argelina, que se alastrou rapidamente para além das circunscrições ao sul do Mediterrâneo⁴³. Este momento situa-se na interseção de uma tripla genealogia, inscrita na história de um bairro cujas revoltas populares eram um demarcador de identidade:

– Os moradores da *Goutte d’Or* em 1955 agiam para com as forças da ordem de um modo que, sob vários aspectos, é similar ao dos seus predecessores do final do século anterior⁴⁴. Estas atitudes observam-se geralmente nos meios populares, tanto urbanos como rurais, da segunda metade do século XIX, reticentes ao movimento de disciplinarização conduzido pelas forças policiais (DELUERMOZ, 2008; LIGNEREUX, 2008);

– A revolta da *Goutte d’Or* interveio três anos depois do auge do ativismo comunista dos anos da Guerra Fria (PIGENET, 1992). Esta época caracterizou-se em particular pela contribuição notável dos argelinos às **tropas de choque** das manifestações operárias estes modos de ação manifestantes foram em seguida perpetuados pelo PPA-MTLD, quando o PCF já os havia abandonado no decorrer de 1952;

– Enfim, a revolta da *Goutte d’Or* não parece inédita se a recolocarmos no contexto imperial: desde o começo dos anos 1950, no Marrocos e na Tunísia, a oposição à dominação colonial expressava-se por manifestações de rua seguidas de revoltas urbanas. A repressão de Casablanca, que provocou várias centenas de mortes em dezembro de 1952, é um dos exemplos mais dramáticos desta oposição (HOUSE, 2012).

Algumas formas dessas repressões coloniais eram também utilizadas em Paris onde, dia 14 de julho de 1953, a polícia não hesitou em usar, contra os argelinos, práticas, em particular salvas de tiros, banidas há dezenas de anos quando dirigidas contra outras populações⁴⁵. Estas circulações de repertórios tocavam também os próprios colonizados. Seus modos de protestos inspiravam-se nos do movimento operário. Eles evocam também a maneira como a forma tomada pela manifestação havia sido modelada, do outro lado do Mediterrâneo, pelas segregações espaciais

⁴³ Os historiadores estão geralmente de acordo sobre o fato que a “transição para a guerra” adveio depois da insurreição do Constantinois (20 de agosto de 1955), à medida que estendia-se a utilização dos reservistas do contingente militar (THÉNAULT, 2005).

⁴⁴ Sobre a oposição às forças da ordem no norte e no leste de Paris no começo do século XX, ver *Les mémoires de Casque d’Or* (1902) e *La médaille de mort d’Eugène Corsy* (Memórias de um policial, 1905) (DELUERMOZ, 2008).

⁴⁵ Sete manifestantes morreram, seis argelinos militantes do PPA-MTLD e um francês membro do serviço de ordem, militante da federação metalúrgica da Confederação Geral do Trabalho (CGT).

e raciais, as proibições de desfilar, que, em certas circunstâncias, lhe conferia um caráter particularmente violento (PEYROULOU, 2009).

A revolta do dia 30 de julho de 1955 situa-se na convergência destas diferentes formas de mobilizações coletivas. É importante levar em conta esta tripla herança para analisar as variações observadas, desde então, nas manifestações do repertório de ação das revoltas. A **herança operária**, cada vez menos perceptível nas representações dos principais interessados, mas também bastante desqualificada e ausente dos discursos políticos e midiáticos, parece definir. Seu caráter residual nas formas de enquadramento e politização contribui a tornar menos compreensível as reivindicações das ações coletivas violentas que ocorreram “nas periferias”. Retomar este terceiro fio condutor da gênese da revolta de 1955 apresenta outro interesse para entender as revoltas contemporâneas. Ele permite efetivamente esboçar algumas pistas sobre uma “herança colonial” (BEAUD; PIALOUX, 2002; MAUGER, 2006), frequentemente mencionada, mas raramente construída como verdadeiro objeto de pesquisa.

A documentação das continuidades coloniais

Muito além do círculo dos pesquisadores que dizem pertencer à análise pós-colonial, um certo número de sociólogos interessados pela gênese das revoltas contemporâneas notaram a importância do “retorno do reprimido da história colonial” (BEAUD; PIALOUX, 2002). Mas as atitudes de revolta que geram potencialmente uma forte oposição às instituições – dentre as quais a polícia – são muito frequentemente analisadas, tanto pelos jovens quanto pelos sociólogos que colhem seus depoimentos, como uma maneira de “[...] afirmar repetidas vezes a rejeição do comportamento dos seus pais [...] que sempre aguentaram sem protestar.” (BEAUD; PIALOUX, 2002, p.240). Esta visão dos imigrantes mais antigos deve ser questionada, especialmente no que diz respeito aos argelinos. Desde antes da guerra de independência argelina, muitos entre eles opuseram-se virulentamente às instituições de enquadramento do estado, especialmente às forças da ordem. Eles denunciavam sua ação, notadamente porque ela valia-se de modos de intervenção usados contra os estrangeiros e outros “indesejáveis”, ainda que os “franceses muçulmanos da Argélia” fossem cidadãos e particularmente politizados (BLANCHARD, 2007). Entre as continuidades, pode-se notar a indeterminação entre certas condutas delituosas e formas violentas de ação coletiva: no verão de 1955, parecem ter ocorrido, dentro dessa ação revoltosa, “transições bem-sucedidas” de uma lógica delinquente a uma lógica de revolta, nenhuma das duas sendo exclusivas e ambas podendo fundar-se em disposições e oportunidades comuns (MOHAMMED, 2007).

Nas histórias de vida colhidas entre 1992 e 2004, os policiais em exercício à época compararam os eventos de 1955 às revoltas contemporâneas⁴⁶. A despeito da perspectiva de denúncia adotada pelos policiais entrevistados, eles propõem uma pista de análise que merece ser aprofundada: seria muito proveitoso para a reflexão sobre as linhas de continuidade coloniais transferir o foco das instituições repressivas para as lógicas e repertórios de ação dos revoltados. Tentar “[...] trazer à tona as formas sub-reptícias que toma a criatividade dispersa, tática e habilidosa dos grupos ou dos indivíduos pegos [...] nas redes de vigilância.” (CERTEAU, 1990, p.XL) permite romper com narrações que os apresentam somente como alvos das forças da ordem. As vias de transmissão destas práticas de oposição, sejam elas individuais ou coletivas, não podem ser exploradas na enquete sócio histórica aqui desenvolvida.

Uma verdadeira História Social do que hoje é qualificado de **revolta** ainda deve ser escrita, questionando em que medida a permanência de modos de ação violentos, de alguns alvos de destruição, de afrontamentos com a polícia é suficiente para definir um repertório de ação revoltosa cuja cronologia resta circunscrever. Esse desvio pelos eventos do dia 30 de julho 1955 e a análise das práticas revoltosas que se desenvolveram neste dia permite, contudo, moderar algumas análises. Parece, com efeito, insuficiente referir-se à memória dos episódios precedentes e aos efeitos do mimetismo entre bairros periféricos para explicar a recorrência das **revoltas urbanas** nos últimos trinta anos. Um “ar de parentesco” (HIBOU, 2011, p.242) entre eventos distantes de várias dezenas de anos e inscritos em configurações políticas e sociais diferentes não permite inferir uma obediência a lógicas idênticas. Não obstante, é legítimo interrogar-se sobre a constituição de modos de ação que, para além das etiquetas e segmentações urbanas de cada uma das épocas, construíram-se parcialmente na concepção racializada de uma cidade estratificada pelas formas de intervenção da polícia.

Entre centralidade imigratória e periferia social

Durante o outono de 2005, a Goutte d’Or não foi tocada pelas revoltas. Apesar de algumas escaramuças e disputas frequentes⁴⁷, os policiais que trabalham no bairro afirmam com frequência que “não é a periferia” (GOLDRING, 2006, p.147). Essas

⁴⁶ Referir-se especialmente à gravação e transcrição do relato de vida de René Ricoch (policial entre 1952 e 1957), que podem ser consultados no fundo INHES-CESDIP conservado no departamento audiovisual da BNF – Biblioteca Nacional da França.

⁴⁷ Desta forma, em março de 2005, uma noite de revolta seguiu a morte de um jovem morto após ser baleado pela polícia “acidentalmente”, durante uma interpeleção.

observações parciais sugerem algumas pistas de reflexão sobre o funcionamento territorial da **revolta**. Hoje em dia, para além da sua **centralidade imigratória** (tanto pelas trocas comerciais, como pelas produções e instituições culturais...), o bairro é conhecido pela sua diversidade sociodemográfica, seus equipamentos culturais e sua densidade associativa. As formas de apreensão dos moradores tornaram-se, pois, mais complexas, as possibilidades de expressão política são favorecidas, ao menos para uma parte da população.

Em 1955, a Goutte d'Or já estava incontestavelmente marcada pela etnicização das relações e dos espaços sociais (além da densidade dos comércios e serviços destinados aos **norte-africanos** da região parisiense, o bairro era também, por exemplo, um lugar preponderante para a produção e difusão de músicas do *Magrebe*): aliás, o bairro parecia, então, ser muito mais um enclave do que cinquenta anos mais tarde. Não tanto por causa das características dos seus moradores (mesmo se a renovação urbana dos anos 80 e o começo de enobrecimento urbano⁴⁸ dos anos 2000 fizeram variar levemente a sua composição social (BACQUÉ; FIJALKOW, 2006), mas por causa de uma menor homogeneidade dos discursos públicos que, diferentemente dos anos 50, não fazem do bairro uma “terra incógnita, um território perigoso” uniforme (TOUBON; MESSAMAH, 1990, p.704). As ressonâncias com o modo pelo qual parte dos bairros periféricos são hoje construídos, em **zonas perigosas** pelas políticas públicas, são múltiplas. Nos confins dos discursos dominantes e de sua tradução nas intervenções policiais, constroem-se relações ao espaço e à política propícias à “gênese social da revolta urbana” (BÉAUD; PIALOUX, 2002). Devido, particularmente, ao lugar ocupado pelas **violências urbanas** nas reformas da política da cidade, os sociólogos associaram em geral estes episódios às grandes fases da história urbana recente (TISSOT, 2007). Os historiadores da cidade confirmaram, por outro lado, essa periodização, trabalhando sobretudo para atenuar a “lenda negra” das periferias que não levaria em conta as políticas públicas adotadas desde o fim dos anos 50 (FOURCAUT; VADELORGE, 2008). Quaisquer que sejam as diferenças de apreciação, os analistas das “revoltas urbanas” recentes as inserem em uma cronologia que eles iniciam no começo dos anos 80, quando não no fim dos anos 70 (WADDINGTON; JOBARD; KING, 2009).

Se “as violências urbanas têm uma história” (FOURCAUT; VADELORGE, 2008, p.117) parcialmente ligada à história da construção dos grandes conjuntos habitacionais, para escrevê-la plenamente parece ser necessário voltar à uma época mais antiga: Michelle Zancarini-Fournel já havia mostrado que, na aglomeração de Lyon, desde o começo dos anos 1970, “escaramuças” com a polícia, “rondas” e outros “incidentes” ritmavam o cotidiano de alguns dos grandes conjuntos

⁴⁸ Em francês, utiliza-se o termo “gentrificação” que remete ao inglês, *gentrification*. NT.

residenciais recentemente construídos (ZANCARINI-FOURNEL, 2004). Em setembro de 1971, ocorreu em Vaulx-en-Velin seu primeiro episódio de revolta, com a pilhagem de uma loja e uma briga coletiva com as forças da ordem. Michelle Zancarini-Fournel acentuou a análise da constituição deste repertório de ação e o fato que “[...] estas rebeliões urbanas são fortemente marcadas pelos traços profundos da guerra da Argélia.” (ZANCARINI-FOURNEL, 2004, p.120). Ela insiste nas dificuldades de coabitação entre as populações, dentre as quais algumas eram consideradas como ilegítimas precisamente por causa da independência concedida às antigas colônias. Uma parte dos jovens argelinos, acusados em petições de moradores de não serem do lugar, atualizavam, com suas condutas provocantes, uma forte visibilidade no espaço público da oposição às intervenções das forças policiais e seus direitos a morar nestes novos bairros.

Como essa pesquisa sobre a *Goutte d’Or* demonstrou, os **grandes conjuntos** não podem, no entanto, ser vistos como a configuração que gerou as rebeliões urbanas dos (ex)-colonizados e de seus descendentes. Todo trabalho de recenseamento destes episódios (GLAES, 2008) é delicado porque, até os anos 80, não houve, salvo exceção, “construção midiática do evento” (ZANCARINI-FOURNEL, 2004, p.106). Ainda assim, em transparência, desenham-se as genealogias sutis dessas revoltas urbanas: entre a história da imigração e a história do movimento operário, entre a situação colonial e a guerra de independência argelina, entre políticas públicas de moradia e enquadramento policial, a contextualização da gênese do repertório de ação revoltosa deve ser múltipla e inscrever-se numa configuração ampla, que deixe um espaço para a análise do ponto de vista do império colonial.

Portanto, Paris, metrópole colonial (BOITTIN, 2010), nunca foi uma cidade dual no sentido dado a este termo por Henri Lefebvre (1968). A realidade das separações era muito mais complexa do que nas cidades da África do Norte cujos habitantes viviam as limitações e implicações da divisão entre **cidade autóctone** e **cidade europeia**. Porém, é de fato verdade que, no nível micro geográfico da rua, do quarteirão, ou até mesmo do bairro, a noção de enclave **norte-africano** era frequentemente invocada, constituía uma categoria policial e contribuía a enquadrar a ação das forças policiais. Nestes locais reinava uma forma de **soberania policial** (JOBARD, 2006), que deixava aos agentes a possibilidade de utilizar um grau de violência que não se compara com o que era autorizado com outras populações. Essas fronteiras eram ligadas às categorias sociais e raciais mais do que às delimitações urbanas. O exemplo da *Goutte d’Or* demonstra assim que é também no coração da capital que se construíram as relações entre polícia e sociedade particularmente conflituosas que são um dos fatores das “revoltas urbanas” francesas (LOCH, 2008; LUKAS, 2009; MOUHANNA, 2011).

**GOUTTE D'OR NEIGHBORHOOD, 30TH JULY 1955:
A RIOT IN THE COLONIAL METROPOLIS DOWNTOWN**

ABSTRACT: *In general the urban riot is analyzed in association with the history of peripheral neighborhoods and popular housing complexes. By inserting it in a history of migratory centrality in Paris, it allows revealing other continuities and genesis. Then the study of the riot that happened on 30th July 1955, in the Goutte d'Or (Paris XVIII^o), a neighborhood known by a broad visibility of the French Muslims from Algeria, permits us to break up the bias of historicism in space of the urban riots. When crosschecking several traditions of mobilization (working movement, popular resistances to disciplinary instances, anti-colonialist fights), it has been updated a way of action during the riots, whose element may be observed majorly in events happened from 1970 onwards. This analysis highlights that, further than geographic divisions, the public speeches and the police dispositives build the spaces where the riots appear as answer to the political and social domination.*

KEYWORDS: *Rio. Algerian war. Police. Repertory of action. Colonial situation.*

Referências

AUDOIN, S. Le parti communiste français et la violence: 1929-1931. **Revue Historique**, Paris, n.546, p.365-383, 1983.

BACHMANN, C.; LE GUENNEC, N. **Autopsie d'une émeute**: histoire exemplaire du soulèvement d'un quartier. Paris: Albin Michel, 1997.

BACQUE, M.-H.; FIJALKOW, Y. En attendant la gentrification: discours et politiques à la Goutte d'Or (1982-2000). **Sociétés Contemporaines**, Paris, n.63, p.63-83, 2006.

BALANDIER, G. La situation coloniale: approche théorique. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v.XI, p.44-79, 1951.

BEAUD, S.; PIALOUX, M. Sur la genèse sociale des "émeutes urbaines". **Sociétés Contemporaines**, Paris, n.45, p.215-24, 2002.

BERTHAUT, J. La mise en image du "problème des banlieues" au prisme de la division du travail journalistique. **Revue Agone**, Marselha, n.40, p.109-130, 2008.

BLANC-CHALEARD, M.-C. L'habitat immigré à Paris aux XIX^e et XX^e siècles: mondes à part? **Le Mouvement Social**, Paris, n.182, p.35, 1998.

BLANCHARD, E. **La police parisienne et les Algériens, 1944-1962**. Paris: Nouveau Monde, 2011.

_____. Ce que rafler veut dire. **Plein Droit**, Paris, n.81, p.3-7, 2009.

_____. Le mauvais genre des algériens: des hommes sans femme face au virilisme policier dans le Paris d'après-guerre. **Clio: histoire, femmes et sociétés**, Toulouse, n.22, p.209-224, 2008.

_____. L'encadrement des algériens de Paris (1944-1954), entre contraintes juridiques et arbitraire policier. **Crime, Histoire & Sociétés**, Genève, v.11, n.1, p.5-25, 2007.

BLAUNER, R. Internal colonialism and ghetto revolt. **Social Problems**, Berkeley, v.16, n.4, p.393-408, 1969.

BOGART, L. Les algériens en France: adaptation réussie et non réussie. In: INED. **Français et immigrés: nouveaux documents sur l'adaptation**. Paris: PUF-INED, 1954. p.17-93.

BOITTIN, J. **Colonial metropolis** : the urban grounds of anti-imperialism and feminism in interwar Paris. Lincoln: University of Nebraska Press, 2010.

BONELLI, L. **La France a peur**: une histoire sociale de l'insécurité. Paris: La Découverte, 2008.

BOURDIEU, P. Une classe objet. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v.17, n.1, p.2-5, 1977.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**: une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CERTEAU, M. de. **L'invention du quotidien**: 1- Arts de faire. Paris: Gallimard, 1990.

CHEVALIER, L. **Les ruines de Subure**: montmartre de 1939 aux années 1980. Prague: Maison Edition, 1985.

_____. **Classes laborieuses, classes dangereuses**. Prague: Maison Edition, 1958.

COHEN, D. Les espaces de la révolte: de la discipline à la sécurité (et retour?): émeutes urbaines 1772/2005. **Labyrinthe**, Paris, n.29, p.79-88, 2008.

DELUERMOZ, Q. Présences d'État: police et société à Paris (1854-1880). **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, Paris, v.64, n.2, p.435-460, 2009.

DELUERMOZ, Q. (Ed.). **Chroniques du Paris apache**. Paris: Ed. du Mercure de France, 2008.

DOBRY, M. **Sociologie des crises politiques**: la dynamique des mobilisations multisectorielles. Paris: Presses de la FNSP, 1986.

DUBET, F. **La galère**: jeunes en survie. Paris: Fayard, 1987.

DUBOIS, A.-L.; SERGENT, P. **Le malentendu algérien**: 12 ans après. Paris: Fayard, 1974.

FRANCE-SOIR. Paris, 31 jul. 1955.

FOURCAUT, A.; VADELORGE, L. Les historiens et les violences urbaines de novembre 2005. **Histoire urbaine**, Paris, n.21, p.111-125, avril 2008.

GARFINKEL, H. Conditions of successful degradation ceremonies. **American Journal of Sociology**, Chicago, v.61, n.5, p.420-424, 1956.

GLAES, G. Africans against Algerians... the exploited against the exploited: media representations of the 1963 Saint-Denis riot. **Proceedings of the Western Society for French History**, Ann Arbor, v.36, n.2, p.108-126, 2008.

GOLDRING, M. **La Goutte-d'Or quartier de France**: la mixité au quotidien. Paris: Autrement, 2006.

HIBOU, B. **Anatomie politique de la domination**. Paris: La Découverte, 2011.

HOUSE, J. L'impossible contrôle d'une ville coloniale? Casablanca, décembre 1952. **Genèses**, Paris, n.91, p.78-103, 2012.

JANOWITZ, M. Collective racial violence: a contemporary history. In: GRAHAM, H. D.; GURR, T. (Ed.). **Violence in America**. London: Sage, 1979. p.261-285.

JOBARD, F. Le gibier de police: immuable ou changeant ? **Archives de Politique Criminelle**, Paris, v.32, p.95-105, 2010.

_____. Le nouveau mandat policier: faire la police dans les zones dites de non-droit. **Criminologie**, Montréal, v.38, n.2, p.103-121, 2006.

_____. Quand les policiers vont au tribunal. **Questions Pénales**, Versailles, v.18, n.2, p.1-4, 2005.

JOBARD, F.; LEVY, R. **Police et minorités visibles**: les contrôles d'identité à Paris. Nova Iorque: Open Society Institute, 2009. Relatório.

JOURNAL FRANC-TIREUR. Paris, 1 ago. 1955.

JOURNAL L'OBSERVATEUR. Paris, 8 set. 1955.

KOKOREFF, M. Ghettos et marginalité urbaine. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v.50, n.3, p.553-572, 2009.

_____. La dimension politique des émeutes de 2005 en question. **Revue Suisse de Sociologie**, Zurich, v.34, n.2, p.415-430, 2008.

LAPEYRONNIE, D. **Ghetto urbain**: segregation, violence, pauvreté en France aujourd'hui. Paris: Robert Laffont, 2008.

L'AURORE. Paris, 1 ago. 1955.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LE FIGARO. Paris: Socpresse, 1 ago. 1955a.

_____. Paris: Socpresse, 2 ago. 1955b.

_____. Paris: Socpresse, 4 ago. 1955c.

L'HUMANITÉ. Saint-Denis Cedex, 8 ago. 1955.

LE JOURNAL DU DIMANCHE. Paris: Lagardère Group, 31 jul. 1955.

LE MONDE. Paris: Groupe Le Monde, 10 ago. 1955

LE PARISIEN LIBÉRÉ. Paris, 1.ago. 1955.

LEVY, R. Du suspect au coupable: le travail de police judiciaire. Genève: Méridiens/Klincksieck, 1987.

LIGNEREUX, A. **La France rébellionnaire**: les résistances à la gendarmerie (1800-1859). Rennes: PUR, 2008.

LOCH, D. Pourquoi n'y a-t-il pas d'émeutes urbaines en Allemagne? les jeunes issus de l'immigration en France et en Allemagne entre (absence de) protestations et politique de la ville. **Revue Suisse de Sociologie**, Zurich, v.34, n.2, p.281-306, 2008.

LUKAS, T. Why are there no riots in Germany? mutual perceptions between police forces and minority adolescents. In: WADDINGTON, D.; JOBARD, F.; KING, M. (Ed.). **Rioting in the UK and France**: a comparative analysis. Londres: Willan, 2009. p.216-228.

MARLIÈRE, É. **Jeunes en cité**: diversité des trajectoires ou destin commun? Paris: L'Harmattan, 2005.

MAUGER, G. **L'émeute de novembre 2005** : une révolte protopolitique. Bellecombe-en-Bauges: Croquant, 2006.

MICHEL, A. **Les travailleurs algériens en France**. Paris: CNRS, 1956.

MOHAMMED, M. **La formation des bandes**: entre la famille, l'école et la rue. Paris: PUF, 2011.

_____. Les voies de la colère: “violences urbaines” ou révolte d’ordre “politique”? l'exemple des Hautes-Noues à Villiers-sur-marne. **Socio-Logos**, Paris, n.2, 2007. Disponível em: <<http://socio-logos.revues.org/352>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

MOUHANNA, C. **La police contre les citoyens?** Nîmes: CHAMPS SOCIAL, 2011.

NICOLAS, J. Leçon d’histoire pour une révolte des banlieues. **L’Histoire**, [s.l.], n.308, p.82-87, 2006.

NOIRIEL, G. **Immigration, antisémitisme et racisme en France (XIX^e-XX^e siècle)**: discours publics, humiliations privées. Paris: Fayard, 2007.

PEYROULOU, J.-P. **Guelma, 1945**: une subversion française dans l’Algérie coloniale. Paris: La Découverte, 2009.

PIGENET, M. **Au cœur de l’activisme communiste des années de Guerre froide**: la manifestation Ridgway. Paris: l’Harmattan, 1992.

POIROT-DELPECH, B. Heures chaudes dans la “médina” de Paris: une ville dans la ville. **Le Monde**, Paris, não paginado, 21 et 22 juin 1957.

PROST, A. La rue de la Goutte d’Or et la rue Polonceau entre les deux guerres. **Le Mouvement Social**, Paris, n.182, p.09-27, 1998.

RAJSFUS, M. **1953, un 14 juillet sanglant**. Paris: Agnès Viénot, 2003.

ROBERT, P. **L’insécurité en France**. Paris: La Découverte, 2002.

ROBRIEUX, P. **Histoire intérieure du parti communiste**: 2/ 1945-1972: de la libération à l’avènement de Georges Marchais. Paris: Fayard, 1981.

SEDEL, J. **Les médias et la banlieue**. Lormont: INA/Le bord de l’eau, 2009.

TARAUD, C. **La prostitution coloniale**: Algérie, Tunisie, Maroc (1830-1962). Paris: Payot, 2003.

THENAULT, S. **Histoire de la guerre d’indépendance algérienne**. Paris: Flammarion, 2005.

TILLY, C. **The politics of collective violence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

TISSOT, S. **L'État et les quartiers**: genese d'une catégorie de l'action publique. Paris: Seuil, 2007.

TOUBON, J.-C.; MESSAMAH, K. **Centralité immigrée**: le quartier de la Goutte d'or. Paris: L'Harmattan, 1990.

WACQUANT, L. **Parias urbains**: ghetto, banlieues, État. Paris: La Découverte, 2006.

WADDINGTON, D.; JOBARD, F.; KING, M. (Ed.). **Rioting in the UK and France**: a comparative analysis. Londres: Willan, 2009.

WIRTH, L. **Le ghetto**. Grenoble: PUG, 1980.

ZANCARINI-FOURNEL, M. Généalogie des rébellions urbaines en temps de crise (1971-1981). **Vingtième Siècle**: Revue d'Histoire, Paris, n.84, p.119-127, 2004.

Recebido em 30/09/2012

Aprovado em 12/03/2013

Resenhas/*Reviews*

ECOFEMINISMO, UMA ÉTICA GENERIFICADA E ESTENDIDA: UM NOVO OLHAR PARA NOSSA RELAÇÃO COM O MUNDO HUMANO E NATURAL¹

*Rodrigo Cruz GAGLIANO**

No segundo semestre de 2012, foi lançado, pela Editora Senac de São Paulo, como parte da coleção Meio Ambiente, sob o número 16, o livro *Meio ambiente e gênero*, escrito por Loreley Garcia, autora há muito inscrita nas discussões sobre gênero, sexualidade e ecologia.

Essa obra, se pudesse defini-la de modo algo peremptório, diria que é um mapa complexo das questões teóricas e práticas envolvidas na interface entre mulheres e natureza, sem essencialismos. A autora conduz a/o leitor/a por um emaranhado de questões envolvendo o questionamento do que seja gênero, das relações quase sempre opressivas e de dominância entre masculino e feminino, do que seja natureza, das relações ancestrais entre mulher e natureza, entre outros temas. É, portanto, também uma cartografia detalhada da produção bibliográfica sobre esses temas, que pode ajudar as/os neófitas/os na aproximação dos mesmos e professores que queiram introduzir essas questões em suas aulas, criar debate. O livro não se reduz a isso: é também uma discussão política com as várias teorias evocadas.

Essa descrição e posicionamento a respeito e a despeito de teorias feministas e essa narrativa de eventos que o livro é trazem um estilo de escrita peculiar, a autora mistura sua voz às vozes e discussões das autorias que apresenta, nem sempre ficando muito fácil a dedução de quem diz, as coisas se esclarecem de fato, nos dois últimos capítulos do livro que tratam das políticas, no mundo, voltadas às mulheres e suas considerações finais.

* UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC – Brasil. 88040-900 – rcgagliano@yahoo.it.

¹ Resenha sobre a obra: GARCIA, Loreley. *Meio ambiente & gênero*. São Paulo: Senac, 2012. (Série Meio Ambiente).

O livro é dividido em seis partes: uma introdução, a segunda parte tratando de nossa sociedade gendrada, a terceira parte cuida da questão mulher e natureza, a quarta da questão da ética com o não humano, e quinta parte considera as relações entre mulheres, globalização e meio ambiente e a última são suas considerações já evocadas aqui. Para além disso, há ainda uma pequena apresentação do livro feita pelo Prof. José de Ávila Aguiar Coimbra e, ainda mais importante, uma rica bibliografia que pode funcionar como um bom cardápio de obras interessantes para os temas em questão.

Como gatilho para suas discussões, Garcia diz da antiguidade da associação cultural entre mulher e natureza (ambas oprimidas historicamente, engessadas na imagem da passividade) e (se) pergunta: “[...] a despeito da associação primeva entre mulher e natureza, o que nos permite, no século XXI, manter a associação entre meio ambiente e gênero?” (GARCIA, 2012, p.23). Pergunta que, em si, incorpora um deslocamento teórico no olhar sobre as mulheres e a faz escapar de lugares comuns de algumas teorias feministas.

Na segunda parte, começa o passeio pelas teorias. A autora mostra o surgimento de questões do feminismo, da década de 1960 em diante: viveríamos em sociedades gendradas, em que as mulheres se constituiriam/ seriam constituídas, subjetivamente, como seres dependentes. A estrutura social vigente “[...] seria responsável pela hierarquização dos papéis e padrões de comportamento determinados para cada sexo.” (GARCIA, 2012, p.30). Nesse tétrico cenário, gendrado, a mulher viveria sob dominação e violência.

Então, diz a autora, é preciso discutir sexo e gênero. Sobre sexo está posto que a partição do mundo em dois, supostamente, baseada em dados biológico, não dá conta de muitos casos, como, por exemplo, a/o hermafrodita. Assim, cairia por terra, toda a discussão biologizante. E segue discutindo o conceito de **gênero** e os desacordos das teorias sobre seu conceito.

“A forma mais simplista de interpretar a teoria de gênero é considerá-lo como o sexo socialmente construído.” (GARCIA, 2012, p.39) porque surgiria que as mulheres são todas iguais uma vez sendo socializadas sob um mesmo modelo de feminilidade e ignoraria outros marcadores de constituição de subjetividade como raça, classe, idade, orientação sexual – outras fontes de discriminação social. Garcia perpassa por toda a discussão daquela categoria apoiada, principalmente, em autoras (consideradas) pós-modernas como Butler, que assumirá gênero como performance. A classificação binária não daria conta nem da classificação dos sexos nem das performances possíveis. E a autora de *Meio Ambiente & Gênero* passa em revista alguns exemplos antropológicos que mostram a insuficiência do binarismo genérico como nas/nos *berdaches*, em povos tribais da América do

Norte, também com os/as *fafafines*, as/os *guevedoches*, os/as *hijaras*, ou mesmo as virgens juradas.

Na terceira parte, Garcia explora as conexões simbólicas entre mulher e natureza: “propomos uma leitura do período Paleolítico, embora não inédita e pouco convencional” (GARCIA, 2012, p.53). Pouco convencional mesmo. Ela recorre às linhagens teóricas do anarco-primitivismo, com um dos seus principais autores, John Zerzan, e a dados arqueológicos e antropológicos. Está pintada uma espécie de idade de ouro para as mulheres (e também para os homens): relações horizontais entre homens e mulheres, época da abundância, pouco trabalho. Contudo, essa idade de ouro é apenas uma desmontagem das velhas imagens sobre espécie vivendo em escassez, da guerra de todos contra todos, submetimento das mulheres, ou sua total falta de protagonismo. Hoje, essas velhas e rotas imagens vêm desmoronando sob um novo olhar para o passado da espécie. O marco da mudança do cenário idílico é a agricultura, que Daniel Quinn (2001), em *Além da Civilização*, chamaria de o nascimento da agricultura totalitária. Nasce a dominação da natureza e da mulher, como pré-requisito do nascimento da cultura (GARCIA, 2012).

Pelas mãos de Garcia, e isso não é propriamente um defeito, nessa pintura do paleolítico, os homens (quase) desaparecem. Toda a engenhosidade de nossa espécie parece ir só, nesse novo desenho, para elas, ou melhor, vir delas. Um espelho invertido daquilo que nós homens fizemos quando contamos a história... No nosso desenho, elas também tinham ido para trás das cortinas do palco, nesse, elas são as grandes protagonistas.

Contudo, a autora não se limita a isso, ela traz à baila as críticas a essas imagens, críticas dos embates entre os vários enfoques feministas. Nega os universalismos, seja no entendimento do que seja natureza – “de inimigo a ser abatido até o ente sagrado que não deve ser perturbado.” (GARCIA, 2012, p.69) – e diz da variação na relação entre esses elementos, no universo humano.

Explorar as questões na relação mulher e natureza é o preâmbulo para a melhor discussão do livro e que, talvez, as/os leitoras/es, no Brasil, não estejam muito familiarizadas/os: as discussões ecofeministas. Ainda na terceira parte, leríamos:

Entendemos que o ecofeminismo é uma das mais radicais correntes do movimento ambientalista porque se propõe a desestabilizar as bases sobre a civilização que separa natureza/cultura e hierarquiza os sexos. O Ecofeminismo representa, nas palavras de Ruether (1992), a combinação do movimento ecológico radical, também conhecido como ecologia profunda, com uma das tendências do movimento feminista. (GARCIA, 2012, p.74).

Aliás, por hora, a vocação em nosso país tem tendido a uma espécie de concepção de ecologia social, infestada de marxistas camaleônicos, que não apenas não querem discutir as bases da civilização como também ficam apegados ao seu conceito de “comunidade tradicional” transferido a alguns agrupamentos humanos. É a luta de classes posta sob nova roupagem, querendo ser causa única de nossa desgraça, desviando, muitas vezes, das questões de equidade de gênero e sobre a questão de se são comunidades ecologicamente sustentáveis². Prossigamos.

Segundo a autora, o ecofeminismo traria em sua bagagem críticas ao feminismo tradicional e ao mesmo tempo críticas feministas ao debate ambiental. Essa nova e, relativamente, recente corrente filosófica e movimento adotaria posições que refletiriam a diversidade e a mutabilidade no tempo e espaço, ajustes culturais e históricos, fugindo, assim, de críticas que o veem como essencialista.

Dentro do âmbito do ecofeminismo, Garcia ainda trata dos “espiritualismos da Terra Mãe”, mostrando como a perspectiva espiritualista do ecofeminismo rompe com as concepções religiosas ocidentais e com as ideologias científicas e, ao mesmo tempo, aponta para discussões sobre a ambiguidade política da evocação da imagem de “mãe”, o que isso poderia significar. Apoiada em Elizabeth Gray, diz que “as origens de afinidade mulher-natureza requerem mais elaboração da perspectiva transcultural.” (GARCIA, 2012, p.87). Essa discussão se funda na concepção de que precisaríamos de imagens para expressar e guiar nossa relação com a natureza.

E daí para a apresentação das éticas feministas: desdobradas, sob uma miríade de pontos de vista teóricos, numa ética do cuidado. “A ética ecofeminista enfatiza a diferença, generifica a abordagem ao pensamento ético e comportamental da mulher, presumivelmente vinculado ao grande senso de responsabilidade, maior do que o do homem.” (GARCIA, 2012, p.99). Esse grande senso de responsabilidade seria fruto das formas em que, historicamente, as mulheres teriam sido socializadas.

A maior parte das teorias ecofeministas forneceria uma ética ecocêntrica em que todas as partes de um ecossistema, incluindo humanos, teriam igual valor. Estamos na quarta parte do livro: cabe, assim, uma ética com o não humano. Seria aqui, para a autora, a ponte entre o ecofeminismo e o ativismo dos direitos animais. Se todas/os temos igual valor (animais humanos e não humanos), matar, então, vira um ato de dominação. E a discussão vai além do valor, do cuidado e da compaixão, Carol Adams, citada por Garcia, mostrará que a dieta carnívora é uma manifestação dos valores patriarcais, ligada à virilidade e masculinidade. O retalhar a carne – palavra que esconde a verdade de o animal morto – é, simbolicamente, semelhante

² A própria Loreley Garcia (2008) organizou – com Monica Franch – e participou do livro *A pimenta e o sonho: gênero e empreendedorismo na zona rural de João Pessoa*, em que mostra muito bem os entraves que conceitos como comunidade tradicional podem criar às mulheres.

ao retalhar o corpo da mulher em partes como bunda, peitos, etc. Ambos, animais e mulheres, passariam por um ciclo de objetificação, fragmentação e consumo...

E a partir desse ponto, a obra avança para uma discussão das políticas mundiais voltadas para as mulheres e para a questão de economia política e sustentabilidade ambiental. Estamos nas últimas partes do livro. Para mim, bastante desconfiado das políticas estatais e de organismos supranacionais sobre o mundo, além de conhecê-las um pouco melhor, pela escrita da autora, como homem branco, urbano, de classe média, pude ter também uma perspectiva mais profunda de que os desastres ambientais e a insustentabilidade ecológica, frequentemente, afetam mais profundamente as mulheres e, muito mais ainda, as mulheres pobres.

Enquanto lia *Meio Ambiente e Gênero*, tive a feliz coincidência de assistir o filme *A fonte das mulheres* (2011), ambientado em uma pequena vila localizada entre o norte da África e o Oriente Médio e parecia que eu ouvia esse último trecho do livro dela... No filme, a questão problemática entre homens e mulheres é a água. São elas quem cuidam e gestionam a água, escassa por toda a região, elas sofrem, no corpo e na alma, os impactos dessa escassez e as rígidas tradições que dividem as tarefas sexualmente. Garcia, nessas últimas partes do livro, traz um exemplo detalhado da questão da gestão das águas, sua relação com as mulheres e os tipos de políticas pensadas sobre isso. No filme e na vida, elas lutam, elas pressionam os homens em seus privilégios, as estruturas legais, a tradição religiosa...

Foi feliz a leitura do livro de Loreley Garcia.

Referências

A FONTE das mulheres (filme). Direção: Radu Mihaileanu. São Paulo: Paris Filmes, 2011. 1 DVD (135 min).

GARCIA, L.; FRANCH, M. (Org.). **A pimenta e o sonho**: gênero e empreendedorismo na zona rural de João Pessoa. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2008.

QUINN, D. **Além da civilização**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

Recebido em 15/02/2013

Aprovado em 20/05/2013

TERRITORIALIDADES PERIFÉRICAS: MST, QUESTÃO AGRÁRIA E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO¹

Deni Ireneu Alfaro RUBBO*

Mais de um quarto de século depois de sua fundação e mundialmente reconhecido, em meio a várias controvérsias e ao serviço permanente de desinformação praticado pela mídia, o MST continua fazendo história por uma luta que é histórica no Brasil. Para muitos, inclusive, o MST constitui uma das maiores novidades da história política contemporânea do campesinato brasileiro e a voz mais expressiva da questão agrária na América Latina. Desde sua origem, há quase três décadas, em que o movimento era uma pequena organização da região Sul do país, atravessou várias etapas de formação, estendendo e consolidando suas bases em escala nacional, e, finalmente, articulando-se nas lutas sociais internacionais.

Com apenas essas breves informações, já seria assegurada a total pertinência e a necessidade de dedicar-se à leitura do livro *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*, organizado por Miguel Carter. Resultado de uma conferência internacional realizada em outubro de 2003 com patrocínio do *Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford*, o livro é composto de dezesseis capítulos produzidos e revistos entre 2004 e 2007, distribuídos em quatro seções, com mais uma generosa introdução e conclusão do próprio organizador, e consiste em uma grandiosa empreitada. Basta dizer que a antologia se abasteca em investigações criteriosas assentadas em ampla reunião de documentos, sistematização e atualização de dados sobre a reforma agrária, pesquisa empírica, quadros e mapas com informações do MST, entrevistas de campo com acampados, etnografia, além de uma farta bibliografia sobre o tema. São ao todo dezenove colaboradores, de

* Mestre em Sociologia. USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900. – deni_out27@uol.com.br

¹ Resenha da obra: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011.

diversos países, predominantemente brasileiros, em uma perspectiva interdisciplinar e internacional, visando fornecer amplo campo reflexivo não apenas circunscrito ao MST, mas também sobre a evolução histórica da reforma agrária no Brasil.

É descrevendo duas imagens emblemáticas – a inauguração da boutique de luxo Daslu e a marcha do MST para Brasília – ocorridas em 2005 apenas com alguns dias de diferença, que Miguel Carter descortina o agudo contraste vivido pelo país. De um lado, a presença preponderante dos políticos conservadores e, doutro lado, políticos progressistas engajados na luta pela reforma agrária. Como era de se esperar, são os primeiros que mantêm o Brasil, mesmo com um relativo crescimento econômico nos últimos anos, entre as nove nações mais desiguais do mundo, na avaliação feita pelo Banco Mundial em mais de 123 países.

Os três artigos que abrem a primeira seção do livro aplicam-se à questão agrária e aos movimentos sociais do campo em sua dimensão histórica, política e econômica no país periférico. Desde os anos 50 começa a desenhar-se um sólido debate sobre a questão agrária no país, vendo-se o pensamento econômico brasileiro culminar em quatro orientações diversas, quais sejam: 1) a do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que sustentava a existência de **restos feudais** na agricultura brasileira e a defesa da legislação trabalhista no campo; 2) a de setores da Igreja Católica, que inicialmente eram conservadores em relação à reforma agrária, mas, posteriormente, refizeram sua posição e ofereceram o fundamento teórico para novas práticas teológicas, conhecidas como **teologia da libertação**; 3) a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e 4) o pensamento de um grupo de economistas oriundos da Universidade de São Paulo (USP) protagonizado pelo economista Delfim Neto, que assegurava a tese da **modernização agrícola sem reforma agrária**. O grupo em especial será colaborador orgânico da ditadura civil-militar deflagrada a partir de 1964, e será o principal formulador do que Delgado chama de “processo de modernização conservadora no campo”, *id est*, o “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo” que se caracterizou principalmente “[...] pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais e máquinas industriais.” (DELGADO, 2010, p.85).

Depois do período da “modernização conservadora”, a economia agrária do país, no espaço-tempo da democracia liberal, enveredou para a lógica do **ajustamento constrangido** que, em poucas palavras, revela-se um aprofundamento da etapa anterior, conquanto com a novidade de uma intensidade visceral do **capital financeiro** na agricultura e da entrada das empresas transnacionais na economia. Além disso, os programas de modernização do campo, além de não terem alterado a estrutura fundiária brasileira nos últimos cinquenta anos, aumentaram significativamente o trabalho precário no campo e o desemprego crônico, em função

do aumento de tecnologia e necessidade de especialistas. Definitivamente, não é mais novidade que nas formações sociais periféricas, como é o caso brasileiro, progresso técnico e conteúdo conservador articulam-se intimamente.

Nesse processo de intensas transformações no campo brasileiro eclodiram centenas de conflitos e mobilizações que agitaram a situação social do país principalmente a partir da década de 1950. Mas atenção: é necessário ressaltar que as lutas sociais no campo derivam de uma longa história – os exemplos mais **clássicos** são as lutas de Canudos e de Contestado – com componentes milenaristas e religiosos em torno do acesso à terra, o que deixou marcas profundas na memória coletiva dos explorados e oprimidos. A recuperação crítica das lutas anteriores, de suas marcas e de suas bandeiras, de suas grandezas e de suas misérias, é precípuo para um entendimento qualificado acerca das lutas sociais camponesas contemporâneas.

Ao configurar um panorama profundo acerca dos ritmos políticos, econômicos e históricos priorizando a situação social específica do campo brasileiro, é que se enceta a compreensão da história e da mobilização da luta **pela** terra do MST – tema da segunda parte do livro. O estabelecimento do MST na maioria das regiões do país, assim como a cristalização de sua estrutura organizativa, dar-se-ia não de forma homogênea, mas, ao contrário, de forma desigual e irregular, todavia suficiente para influenciar, em ocasiões específicas, o movimento como um todo, como se pode notar nos três textos dedicados a narrar às particularidades e o impacto do MST em três regiões específicas: 1) no Rio Grande do Sul emergiram as primeiras formas de organização e o ativismo público como expressão de uma forma particular de conflito social que combina pressão social e negociações com as autoridades do Estado; 2) no Pará, marcado por um lento processo de penetração do movimento, pela tradição de luta dos posseiros e de outras organizações do campo, que fez com que a atuação do MST fosse modesta, muito embora o massacre do Eldorado dos Carajás tenha sido o ponto de inflexão para o movimento; 3) Pernambuco, região de maior número de ocupações de terra desde a segunda metade da década de 90, é analisado a partir de uma interessante etnografia pela **forma** acampamento na zona da mata pernambucana, uma dinâmica de ocupações curiosa, já que na região canavieira não existia a demanda por terra, ela foi produzida pelos movimentos por alimentar a crença em indivíduos dispostos em apostar na melhoria de vida debaixo das lonas pretas, “eles participaram de ações que produziram o efeito de fazer existir uma ‘luta pela terra’”, como avalia Lygia Sigaud (2010, p.256).

Da luta **pela** terra para a luta **na** terra: os assentamentos da reforma agrária aparecem como resultado da luta pela terra. Impõe-se doravante um ponto de partida de novas demandas nesse espaço socioterritorial multidimensional. Ainda que o MST tenha uma unidade, não raras vezes suas ações regionais possuem

ritmos dissonantes em locais diversos e os assentamentos não escapam dessa configuração: as múltiplas trajetórias de vida, assim como a diversidade de mediadores na luta pela terra são fortes indícios do quanto um assentamento pode ser diverso de outro. Desse modo, os quatro textos que compõem a terceira parte do livro, a partir de estudos de caso, desvendam a situação social específica de cada assentamento, apontando seus limites e avanços. Nesse sentido, os trabalhos de campo revelam os limites do MST na relação entre assentados e direção regional, na construção de uma unidade que, muitas vezes, fragmenta-se e espalha-se na tensão da vida cotidiana quando o assentamento não se concretiza. No desconhecimento das normas culturais, na relação entre terra e trabalho e da complexa história da vida local, nos sentimentos conflitantes em relação a uma expectativa de laços comunitários que se alimenta na circunstância do acampamento e se dilui conforme os impasses do assentamento, o que gera um clima de decepção, frustração e dissidência. Ainda que esses casos não constituam verdadeiras exceções no universo rural do MST, não podemos, por outro lado, generalizar facilmente essas fraquezas e ocultar os avanços dos assentamentos rurais. O desenvolvimento desigual na formação dos assentamentos no Estado de São Paulo – examinados pelo estudo de Sonia Bergamasco e Luiz Norder – indica um conjunto de melhoria substantiva das condições de vida social do coletivo, dinamizando as relações econômicas e produtivas com os municípios e mudando o cenário político local.

Não poderia estar ausente do livro uma análise entre o MST e as autoridades do Estado, na qual em cada governo (Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula) houve uma forma particular de se relacionar com o movimento. Na administração de Cardoso, sabe-se bem que houve um emaranhado de tensões e conflitos em torno de projetos governamentais que o MST sistematicamente apontou como oposto à resolução da questão agrária. No entanto, se de um lado, no caso do governo de Cardoso a oposição se fez claramente por ambas as partes, ou seja, na ativa pressão social de um lado e na criminalização do outro, no governo Lula, por outro lado, a situação muda radicalmente de configuração. De fato, as duas organizações – o PT e o MST – reconheceram-se historicamente em inúmeras alianças, parcerias e projetos em comum, inclusive com militantes atuando em ambas as organizações. E mesmo que tivessem ocorrido não raras divergências do MST com tendências específicas do PT, o movimento sem terra apostou na candidatura de Lula, em 2002. Todavia, o governo optou por solucionar um projeto de reforma agrária não em vista da desapropriação integral ou parcial dos latifúndios, mas com medidas administrativas e gerenciais para o fortalecimento do agronegócio, do latifúndio, da agricultura familiar e dos assentamentos existentes da reforma agrária, ainda que nem todos os assentamentos tivessem sido beneficiados.

Nesse contexto, o MST desenvolveu nos últimos oito anos uma existência **bifronte**: de um lado, a dependência que os assentados criaram em relação ao governo para financiar a agricultura familiar. De outro lado, a existência de centenas de pessoas vivendo debaixo de lonas pretas à espera de que o governo pró-agronegócio e pró-latifúndio faça a distribuição de terra prometida. Ou seja, o MST tem buscado superar essas contradições que fazem ouvir tanto vozes críticas ao lulismo como vozes de acomodação ao atual modelo de desenvolvimento econômico (BRAGA, 2012). Afinal, se é verdade que o MST está diante do enigma da esfinge da cultura brasileira, em um contexto em que os movimentos sociais refrearam suas manifestações eliminando todo o timbre de radicalismo, é imperativo que a organização dos sem-terra resolva um problema **exclusivamente político**, rompendo todos os seus vínculos com a hegemonia lulista.

Embora não seja objeto de um estudo específico, o tema do internacionalismo do MST pode ser visto nos interstícios de alguns dos artigos presentes, contribuindo com indicações instigantes a um eixo de pesquisa ainda bastante inexplorado. Note-se, por exemplo, que o movimento passou a se articular e a se fortalecer na construção de numerosas parcerias e alianças políticas, permanentes e transitórias, com destaque da Via Campesina, um movimento internacional que aglutina centenas de movimentos sociais rurais contemporâneos, e que influencia o MST a exercer uma compreensão mais holística dos obstáculos à reforma agrária. Ademais, existem inúmeras coalizões internacionais que ajudam a canalização de recursos para projetos específicos, como programas educativos e projetos de desenvolvimento rural. Exemplo expressivo são os permanentes intercâmbios de formação e solidariedade com governos de outros países, como a Venezuela, que apoiou a criação da Escola Latino-americana de Agroecologia (ELA), em Lapa, Paraná, e a colaboração do MST, desde 2006, na constituição do Instituto de Agroecologia Latino-americano Paulo Freire, na Venezuela.

De qualquer modo, este insubstituível livro-referência para os investigadores da questão agrária e do MST, incita os leitores a que registrem mudanças repentinas, devido às circunstâncias da política e da economia, verifiquem a dinâmica da organização interna dos sem terra, procurem distinguir os múltiplos cenários, os vários vínculos capilares que a luta do MST criou, contextualizem e ressaltem os fatos históricos, a complexidade e a heterogeneidade da base à direção do movimento. Assim, tornar-se-á possível construir e realizar uma análise profunda e de qualidade crítica, seja qual for a natureza do problema da pesquisa, ao invés de difundir uma imagem fixa, ou aquilo que Albert Hirschman denominou como a “retórica da intransigência”, como fazem alguns intelectuais que instrumentalizaram o conhecimento a partir das demandas pelo Estado e pelo mercado. Abre-se, desse

modo, um poderoso livro que registra as marcas significativas de uma luta que continua **inconclusa** e em **aberto** na história do último quarto do século XX e no limiar do século XXI.

Referências

BRAGA, R. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.79-112.

SIGAUD, L. M. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Ed. da UNESP, 2010. p.237-256.

Recebido em 22/11/2012.

Aprovado em 12/05/2013.

Pareceristas do v.18, nº 34 e nº 35

A **Revista Estudos de Sociologia** agradece a colaboração dos seguintes consultores que emitiram pareceres no ano de 2013

Alfio Brandenburg	UFPR, Curitiba
Aloísio Ruscheinsky	UNISINOS, São Leopoldo
Antonio Alberto Brunetta	UFFS, Chapecó
Ari Pedro Oro	UFRGS, Porto Alegre
Ariadne da Costa Peres Contente	UFPA, Belém
Artur Rosa Filho	UFRR, Boa Vista
Beleni Salete Grando	UFMT, Cuiabá
Carlos Alberto Steil	UFRGS, Porto Alegre
Carlos Alfredo Gadea Castro	UNISINOS, São Leopoldo
Carlos Eduardo Sell	UFSC, Florianópolis
Cristiano Wellington Noberto Ramalho	UFRPE, Recife
Delma Pessanha Neves	UFF, Niterói
Dimas Floriani	UFPR, Curitiba
Eder Jurandir Carneiro	UFSJ, São João Del Rei
Edmundo Antonio Peggion	UNESP, Araraquara
Elias Silva	UFV, Viçosa
Emil Albert Sobottka	PUC-RS, Porto Alegre
Flávia Braga Vieira	UFRRJ, Seropédica
Geraldo José de Paiva	USP, São Paulo
Gilvan Ventura da Silva	UFES, Vitória
Iara Aparecida Beleli	UNICAMP, Campinas
Jonatas Silva Meneses	UFSE, São Cristóvão
José de Queiroz Pinheiro	UFRN, Natal
Jose Guilherme Cantor Magnani	USP, São Paulo
José Mendes Fonteles Filho	UFC, Sobral
José Renato de Carvalho Baptista	UFRJ, Rio de Janeiro
Juliana Alves Magaldi	UFJF, Juiz de Fora
Leila Marrach Basto de Albuquerque	UNESP, Rio Claro

Leonildo Silveira Campos	UMESP, São Bernardo do Campo
Luciano Félix Florit	FURB, Blumenau
Luís Antônio Francisco de Souza	UNESP, Marília
Luis Enrique Sánchez	USP, São Paulo
Magali do Nascimento Cunha	UMESP, São Bernardo do Campo
Magnus Dagios	PUC-RS, Porto Alegre
Marcelo Pereira de Souza	USP, Ribeirão Preto
Marcelo Rodrigues Mendonça	UFG, Catalão
Márcia Grisotti	UFSC, Florianópolis
Márcio de Paula Filgueiras	UFES, Vitória
Marcionila Fernandes	UEPB, João Pessoa
Marco Aurélio Nogueira	UNESP, São Paulo
Marcos Fábio Freire Montysuma	UFSC, Florianópolis
Maria de Lourdes Zuquim	USP, São Paulo
Marilu Marcia Campelo	UFPA, Belém
Marluse Castro Maciel	UNIFEBE, Brusque
Matheus Silveira Lima	UESB, Jequie
Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio	UFSCar, São Carlos
Oscar Calavia Saez	UFSC, Florianópolis
Ricardo Bitun	UPM, São Paulo
Rodrigo Coppe Caldeira	PUC-MG, Belo Horizonte
Ruthy Nádia Laniado	UFBA, Salvador
Sérgio Figueiredo Ferretti	UFM, São Luís
Sônia Weidner Maluf	UFSC, Florianópolis
Thales Haddad Novaes de Andrade	UFSCar, São Carlos
Thereza Cristina Cardoso Menezes	UFAM, Manaus
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante	UNIARA, Araraquara
Vilma de Fátima Machado	UFG, Goiania

Diretrizes para Autores

POLÍTICA EDITORIAL

A **Revista Estudos de Sociologia (RES)** possui periodicidade semestral e aceita artigos, dossiês, ensaios e resenhas inéditos nos campos da Sociologia, Política, Antropologia, ou no campo interdisciplinar das Ciências Sociais, que não estejam sendo apresentados simultaneamente em outro periódico. Ao enviar seu trabalho para a **Estudos de Sociologia**, o(s) autor(es) cede(m) automaticamente seus direitos autorais para eventual publicação do artigo.

A **RES** opera com chamadas temáticas divulgadas pelo Conselho de Redação (**CR**) em sua versão *online*, (<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>). São realizadas de duas até três chamadas por ano simultaneamente com prazos de expiração diferenciados.

Os artigos são aceitos em português, ou em espanhol. Artigos em outros idiomas podem ser submetidos à **RES** para serem traduzidos em português, desde que sejam originais, ou apresentem autorização de publicação. O **CR** se reserva o direito de aceitar ou não a proposta para tradução, conforme o tema, a pertinência de sua publicação.

É exigida a titulação mínima de Mestre aos autores que desejem submeter artigos. Os autores que pretenderem publicar artigos com regularidade na **RES** devem aguardar três números consecutivos para tanto.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

A publicação dos artigos recebidos está condicionada à aprovação dos pareceristas *ad hoc*, ou ao cumprimento de suas sugestões. São considerados: originalidade, consistência teórica, clareza na exposição e contribuição científica do artigo. O prazo solicitado aos pareceristas para a emissão de sua avaliação é de três semanas. Os nomes dos pareceristas permanecem em sigilo, assim como os nomes dos autores, que receberão os pareceres com as avaliações, sugestões, ou recusa. Os autores serão informados pelo **CR** da decisão final sobre os textos aceitos, ou recusados para publicação.

O artigo será aprovado ou recusado pelo **CR** desde que atenda as devidas alterações indicadas pelos pareceristas. O tempo médio entre a submissão, a emissão

dos pareceres e a aprovação ou recusa final do artigo pelo Conselho de Redação varia de 3 a 6 meses a partir da data de encerramento da chamada.

Após aprovados os artigos passam por uma minuciosa revisão gramatical realizada por profissionais da área e caso necessário, os autores são consultados para esclarecimento. Isto feito, os artigos seguem para o Laboratório Editorial da FCL/Ar/UNESP que faz a revisão bibliográfica. Nesta etapa os autores são consultados para fazer correções, ou preencher lacunas das referências.

O CR se reserva o direito de publicar ou não trabalhos enviados à redação, no que diz respeito aos itens acima citados e à adequação ao perfil da RES, à temática de cada edição, ao conteúdo e à qualidade das contribuições.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os textos devem ser enviados através do site da revista <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos>>, onde são explicados todos os passos para submissão dos artigos, clicando em SUBMISSÕES ON LINE, no menu superior da página.

Formatação

Todos os trabalhos devem ser digitados em *Microsoft Word*, ou programa compatível (o arquivo deve ser salvo com a extensão “doc”), fonte *Times New Roman*, tamanho 12 (com exceção das citações diretas com mais de três linhas e das notas de rodapé), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos (exceto para citações diretas com mais de três linhas). As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Dimensão

Os ARTIGOS deverão ter até 45.000 caracteres com espaços, incluindo título e resumo (com no máximo 150 palavras), palavras-chave (no máximo 5), em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. Os ENSAIOS deverão ter até 30.000 caracteres com espaços, incluindo título, resumo, palavras-chave, em português e inglês, notas de rodapé e bibliografia. As RESENHAS deverão ter até 15.000 caracteres com espaços, incluindo título, em português e inglês, notas de rodapé bibliografia etc. Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil, há

no máximo dois anos e, no exterior, no máximo há cinco anos. No rodapé incluir dados do/a autor/a (não ultrapassar três linhas): formação, instituição, cargo, email.

Organização

A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte sequência:

- TÍTULO (centralizado, em caixa alta); RESUMO (no máximo 150 palavras); PALAVRAS-CHAVE (até 5 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritas no idioma do artigo); TEXTO;
- TÍTULO EM INGLÊS (centralizado, em caixa alta); ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, exceto para os textos escritos em inglês).
- AGRADECIMENTOS (se houver);
- REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto).

Recursos tipográficos

O recurso tipográfico **Negrito** deve ser utilizado para **ênfases ou destaques no texto**, enquanto o recurso *Itálico* deve ser reservado para *palavras em língua estrangeira e para títulos de obras* citados no corpo do texto. As “aspas” devem ser utilizadas **somente nas citações** de frases de outros autores extraídas de artigos, livros, ou outras fontes, conforme as regras de citações dentro do texto, descritas a seguir. Recomenda-se que o recurso **negrito seja usado com parcimônia**.

Notas de Rodapé

As notas de rodapé devem conter somente informações substantivas, utilizando-se os recursos do *Microsoft Word*, em corpo 10, **não devem ultrapassar três linhas**.

Citações dentro do texto

Nas citações diretas feitas dentro do texto, **de até três linhas**, e entre aspas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo SOBRENOME, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000)

assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida do número da página. com p. (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a).

Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000).

Citações destacadas do texto

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

REFERÊNCIAS

Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Exemplos:

Livros: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da obra** (negrito): subtítulo. Número da edição (se não for a primeira). Local de Publicação: Editora, ano de publicação. [IANNI, Otávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.]

Capítulos de livros: SOBRENOME do autor, Nome. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome (Org.). **Título da obra:** subtítulo. Número da edição. Local de Publicação: Editora, Ano de publicação. Número e/ou volume, página inicial-final do capítulo. [ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999. p.23-89.]

Artigos em periódicos: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do periódico**, Cidade de publicação, volume, número, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [ZALUAR, Alba. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.71, v.24, p.9-24, out. 2009.]

Dissertações e teses: SOBRENOME do autor, Nome. **Título da tese:** subtítulo. Ano de defesa. número de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Dissertação (Mestrado), Tese (Doutorado) – Instituto ou Faculdade, Nome da instituição por extenso, Cidade, Ano. [VAZ, Antonio Carlos. Violência contra as mulheres: estudo com adolescentes no município de Guarulhos. 2012. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia.) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.]

Artigos em jornais/revistas: SOBRENOME do autor do artigo, Nome. Título do artigo. **Nome do jornal**, Cidade de publicação, data de publicação (dia mês abreviado e ano). Caderno, páginas inicial – final do artigo, ano de publicação. [PIRES, P. A. Vidas Paralelas: reflexos nos espelhos de Sontag e Barthes. **Folha de S. Paulo**, 13 maio 2012. Ilustríssima, p. 4-5.]

Entrevistas: SOBRENOME do entrevistado, Nome. Título da entrevista. [mês abreviado e ano da entrevista]. Entrevistador: Nome do entrevistador na ordem direta. **Nome do jornal/revista**, Local de publicação, página onde aparece a entrevista, dia mês abreviado e ano da publicação. [ALENCASTRO, L. F. O observador do Brasil no Atlântico Sul. [out. 2011]. Entrevistadora: Mariluce Moura. **Revista da FAPESP**, São Paulo, p.10-17, out.2011.]

Eventos: SOBRENOME, Nome do autor. Título do trabalho apresentado. In: NOME DO EVENTO, número de ordem do evento seguido de ponto, ano da realização, Cidade. **Nome da publicação dos trabalhos**. Local da publicação: Editora, ano da publicação. [BRUSCHINI, C.; RIDENTI, S. Trabalho domiciliar: uma tarefa para toda a família. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1, 1996, Viçosa. **Anais...** Viçosa: Ed. UFV, 1996.]

Publicação on-line: SOBRENOME, Nome do autor. Título do artigo/matéria. **Nome do site**, Local da publicação, dia mês abreviado e ano da publicação. Disponível em: <endereço eletrônico completo para acesso ao artigo/matéria>. Acesso em: dia mês abreviado e ano do acesso. [TAVES, R. F. Ministério cota pagamento de 46,5 mil professores. **O Globo**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1998. Disponível em: < <http://www.oglobo.com.br/reportagem> >. Acesso em: 19 abr. 1998]

A revista Estudos de Sociologia adota as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) <<http://www.abnt.org.br>> que devem ser consultadas caso não seja encontrado no presente modelo o exemplo necessário.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
4. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Declaração de Direito Autoral

Os manuscritos aceitos e publicados são de propriedade da Revista Estudos de Sociologia. Os artigos publicados e as referências citadas na revista Estudos de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores.

Política de Privacidade

Os direitos autorais dos textos publicados são reservados à Estudos de Sociologia. Publicações posteriores dos mesmos não são permitidas.



SOBRE O VOLUME

Revista Estudos de Sociologia, v.18 n.35

formato: 16 x 23 cm

mancha: 12,8 x 20,5 cm

tipologia: Times New Roman/11

papel: pólen bold 90 g/m² (miolo)

cartão suprema 250 g/m² (capa)

tiragem: 350

gráfica
unesp 

araraquara

